

BRENDOW DE OLIVEIRA FRAGA

**COPRODUÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO COM BASE NOS
PRINCÍPIOS SLOW: PESQUISA-AÇÃO EM RIO DOCE (MG) BRASIL**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2018

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

F811c
2018
Fraga, Brendow de Oliveira, 1994-
Coprodução do plano de desenvolvimento com base nos
princípios Slow : pesquisa-ação em Rio Doce (MG) Brasil /
Brendow de Oliveira Fraga. – Viçosa, MG, 2018.
xii, 192f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui anexos.

Inclui apêndices.

Orientador: Magnus Luiz Emmendoerfer.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 160-168.

1. Participação social. 2. Participação política. 3. Política pública. 4. Planejamento urbano. 5. Desenvolvimento social.
I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Administração e Contabilidade. Programa de Pós-Graduação em Administração. II. Título.

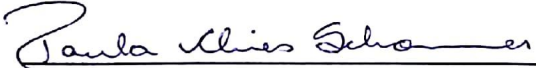
CDD 22. ed. 323.042

BRENDOW DE OLIVEIRA FRAGA

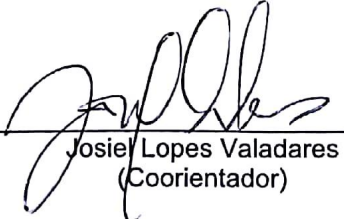
**COPRODUÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO COM BASE NOS PRINCÍPIOS
SLOW: PESQUISA-AÇÃO EM RIO DOCE (MG) BRASIL**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.


APROVADA: 19 de fevereiro de 2018.


Paula Chies Schommer


Fernanda Cristina da Silva


Josiel Lopes Valadares
(Coorientador)


Vânia Natércia Gonçalves Costa
(Coorientadora)


Magnus Luiz Emmendoerfer
(Orientador)

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação teve o poder de me transformar. Foi um processo árduo, complexo, que exigiu de mim energia, maturidade, fé, perseverança e inteligência emocional. Trabalhar com pessoas, criando uma nova realidade social, é uma grande responsabilidade, cujas dimensões vão além da conclusão deste trabalho que se encerra. Muitas vezes me foram demandadas forças que nem eu mesmo sabia que possuía. Cresci. Ousei. E hoje um novo pesquisador, e mais do que isso, um novo ser humano nasceu de todo este processo.

Agradeço aos meus pais, Aurélio e Wilmara, por todo o amparo para que eu tivesse condições emocionais, materiais e espirituais para concluir este trabalho. Elevo meu pensamento em total gratidão aos seres de luz, por eu ter tido a dádiva de possuir pais amigos e companheiros de todo instante, e peço desculpas pelos momentos de cansaço extremo, em que não pude atender a ligação, pelos momentos em que não fui amável o suficiente e pelos momentos em que não tinha tempo para colocarmos o papo em dia. Mas ainda temos muito tempo... Temos todo tempo do mundo! Amo vocês.

Ao meu irmão, Derick, por me incentivar a ser sempre minha melhor versão, a fim de fazer com que ele tivesse orgulho de mim e por me ensinar o sentido da frase “não desista, tem alguém se inspirando em você”. Você vai longe, meu garoto. Este trabalho é para você!

Ao Vovô Wilson, por se preocupar ininterruptamente com o meu bem estar e por ter sido sempre tão presente em minha vida. Em qualquer tempo, sempre teu orgulho!

Ao meu orientador, Magnus, que foi um grande amigo nestes 5 anos de orientação, sempre me propondo desafios, possibilidades de crescimento e uma compreensão paterna quanto às minhas limitações. Te tenho como uma referência na vida, de pessoa e profissional.

À cidade de Rio Doce, que me acolheu como um filho e possibilitou que eu realizasse este trabalho. A todos os sorrisos, momentos e experiências que tive nesta cidade inigualável. Destaco os agradecimentos ao prefeito, Silvério, à secretária de cultura Adair, à chefe do Turismo, Elis Regina; à secretária de educação, Marina e ao meu grande amigo e assessor de comunicação da cidade, Lelé. Aos demais

funcionários, professores e cidadãos, sintam-se abraçados e repletos da minha mais elevada gratidão.

Ao Comitê Rio Doce Slow City, especialmente às amigas Janaina e à Valquíria, pela resiliência e por acreditarem no projeto com total convicção, dedicando seu tempo e esforço para que a iniciativa se mantivesse viva e ativa. Podem ter certeza de que eu aprendi mais com vocês do que vocês comigo.

Aos amigos da Câmara Municipal de Vizela, sobretudo ao arquiteto Abel, aos colegas de trabalho Ana e João e às Professoras do Slow Education, Maria José e Valéria, que forneceram informações valiosas para a feitura desta dissertação.

À minha assistente de pesquisa e bolsista de iniciação científica, Raíra, pelas contribuições e pelas palavras de apoio no momento em que a pesquisa pesou.

Aos companheiros do grupo de pesquisa, Gestão e Desenvolvimento de Territórios Criativos (GDTeC), especialmente, ao meu irmão de orientação, Mateus, que sempre tinha uma palavra de conforto e sempre foi uma luz no meu caminho acadêmico, me auxiliando e compartilhando as melhores viagens de campo e as melhores reflexões sobre a vida. Nossas personalidades diametralmente opostas foram determinantes para o equilíbrio dessa parceria.

Ao meu amigo-irmão, Renan Fontenelle, companheiro de todo instante que me ajudou a não surtar em todo este processo, sendo sempre um grande amigo que me apoiou nas dificuldades que vivi neste período.

À minha treinadora, Jéssica, que não me deixou fraquejar em nenhum momento, e a partir do esporte, me ensinou a não desistir, a ter foco e objetividade, valores que nos momentos mais difíceis do mestrado, me auxiliaram a continuar.

Ao meu coorientador, Josiel, por acreditar e incentivar minhas habilidades profissionais para além da academia, e por ter sido um bom amigo em todo este processo de aprendizado.

À minha coorientadora, Vania, por ter sido tão receptiva ao me acolher em Portugal e por ter me auxiliado a encaminhar meu trabalho e minhas análises no território português, de maneira mais assertiva sobre este complexo movimento que é o *Slow*.

Aos professores do DAD, especialmente ao Afonso, que em todo o mestrado me auxiliou imensamente e foi parte integrante para a feitura desta pesquisa. Graças aos seus ensinamentos, conselhos e palavras de amizade, consegui evoluir significativamente nesta jornada acadêmica.

Aos professores Rodrigo e Alan, que além de mestres e orientadores da iniciação científica, foram verdadeiros amigos!

Aos colaboradores e técnicos do DAD, especialmente à Luiza, que sempre me ouviu, ajudou e apoiou nos momentos mais difíceis. E também ao Sheshell que sempre me ajudou tempestivamente e da melhor forma possível.

Aos colegas de mestrado, especialmente ao Luiz e à Luiza, os “Tops do DAD” que foram meus muros de lamentação, meus confidentes e meu refúgio durante toda essa caminhada, compartilhando medos, alegrias, angústias... E crescimentos!

À professora Paula Chies Schommer, por ter aceitado tão gentilmente contribuir para a feitura deste trabalho e pelas ricas contribuições para além das bancas avaliadoras. Agradeço também à professora Fernanda, pela tempestiva ajuda!

Agradeço pelas inúmeras viagens, pelas situações complexas, por todas as pessoas que conheci, por todos os desafios vividos e por todo o *mixed feelings* sentido, que me permitiram amadurecer 10 anos em 2. Com toda certeza, não foi fácil. Contudo, indubitavelmente, tratou-se do trabalho da minha vida...

E a todos aqueles que de alguma forma vibraram na frequência da realização deste sonho.... Muito obrigado!

BIOGRAFIA

Brendow de Oliveira Fraga, filho de Clóvis Aurélio Vieira Fraga e Wilmara de Oliveira Fraga, nasceu no dia 12 de junho de 1994, na cidade de Manhuaçu, Minas Gerais. Em 2012, iniciou o curso de Cooperativismo na Universidade Federal de Viçosa, transferindo-se para o curso de Administração da mesma instituição em 2013. Graduou-se em Janeiro de 2016. Trabalhou em diferentes organizações, sobretudo na área de Marketing e Estratégia. Em Março de 2016, ingressou no Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGAdm), em nível de Mestrado, no Departamento de Administração e Contabilidade da mesma Universidade, encerrando esse ciclo de estudos em fevereiro de 2018. Foi aprovado no Doutorado em Administração do PPGAdm em novembro de 2017.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Modelo de Coprodução na Prestação de Serviços	10
Figura 2 - Tipos de planejamento.....	30
Figura 3 - Modelo de gestão do PPA	32
Figura 4 - Modelo de construção de consensos.....	38
Figura 5 - Bases de sustentação das iniciativas de desenvolvimento local	45
Figura 6 - Desenho teórico da pesquisa.....	56
Figura 7 - Modelo analítico da pesquisa.....	68
Figura 8 - Modelo analítico da construção dos resultados	71
Figura 9 - Evidências visuais do prato típico de Vizela	80
Figura 10 - Material publicitário do prato típico de Vizela	80
Figura 11 - Aplicativo do Município de Rio Doce.....	100
Figura 12 - Reunião para verificação do interesse governamental	104
Figura 13 - Ilustração das reuniões para verificação do interesse governamental ..	104
Figura 14 - Realização da audiência pública.....	107
Figura 15 - Grupo da pesquisa no WhatsApp	110
Figura 16 - Página da enquete online	111

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Conceitualização de coprodução	9
Quadro 2 - Tipos de coprodução.....	13
Quadro 3 - Tipos de Coprodução	17
Quadro 4 - Objetivos da pesquisa	61
Quadro 5 - Descrição do processo de realização da pesquisa-ação	65
Quadro 6 - Descrição do processo de realização da pesquisa-ação	65
Quadro 7 - Entrevistas realizadas em Vizela.....	76
Quadro 8 - Análise categorial em Vizela	87
Quadro 9 - Respostas das Cidades	89
Quadro 10 - Entrevistas realizadas em Tiradentes	93
Quadro 11 - Categorias de análise para a investigação em Tiradentes	99
Quadro 12 - Respostas da primeira enquete.....	105

RESUMO

FRAGA, Brendow de Oliveira, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, fevereiro de 2018. **Coprodução do plano de desenvolvimento com base nos princípios Slow: pesquisa-ação em Rio Doce (MG) Brasil.** Orientador: Magnus Luiz Emmendoerfer. Coorientadores: Josiel Lopes Valadares e Vânia Natércia Gonçalves da Costa.

O presente trabalho tem por objetivo principal analisar a coprodução do planejamento público para o desenvolvimento de um município de pequeno porte baseado nos princípios do movimento *Slow City* no interior de Minas Gerais, Brasil. Para isso, realizou-se um estudo multifásico, em dois municípios brasileiros e em uma cidade portuguesa, que possuem como elemento comum motivador para a feitura da presente pesquisa, o envolvimento, sob diferentes perspectivas, com o movimento internacional *Slow City*. Como orientação teórica para a análise deste trabalho, utilizaram-se a coprodução de bens e serviços públicos, bem como o planejamento público. Para alcançar os objetivos desta dissertação, utilizou-se um conjunto de procedimentos de coleta de dados cujo método fundamental consistiu na realização de uma pesquisa-ação, técnica de pesquisa social baseada na participação ativa e reconhecida do pesquisador em um contexto social específico em que exista a necessidade de uma ação efetiva a ser construída coletivamente. Como principais achados, identificou-se que o movimento *Slow City* não possui mecanismos robustos o suficiente para delimitá-lo como um modelo de gestão ou ainda como um movimento contestatório, podendo seus princípios e sua filosofia principal apenas serem utilizados como uma inspiração para projetos de desenvolvimento local. Ademais, no contexto brasileiro, verificou-se que o movimento se manifestou de maneira pulverizada e marcada por ambiguidades, dissensos e falta de planejamento sistemático. A partir da experiência brasileira e com base na observação participante da dinâmica de uma cidade *Slow* em Portugal, foi proposta a realização juntamente com a população e o poder público, de um planejamento público para o desenvolvimento local com base nas diretrizes do movimento *Slow* no município de Rio Doce, Minas Gerais no Brasil. Como principais resultados foi possível verificar fatores que limitam e que facilitam a coprodução no fenômeno analisado. A conclusão do trabalho é que a população e o poder público de um município de pequeno porte podem coproduzir um plano público de desenvolvimento, baseado nos princípios do

movimento *Slow City*, observadas determinadas condições, como a criação de espaços para a geração de informações efetivas e a manifestação autêntica das necessidades do cidadão. Além disso é preciso que os munícipes sejam realmente ouvidos e considerados pelo poder público, que haja a legitimação das propostas oriundas dos cidadãos, bem como que as dimensões substantiva e normativa do planejamento sejam conciliadas.

ABSTRACT

FRAGA, Brendow de Oliveira, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, February, 2018. **Co-production of the development plan based on Slow principles: action research in Rio Doce (MG) Brazil.** Adviser: Magnus Luiz Emmendoerfer. Co-advisers: Josiel Lopes Valadares and Vânia Natércia Gonçalves da Costa.

The present research has as main objective to analyze the coproduction of the public planning for the development of a small municipality based on the principles of the movement Slow City in the interior of Minas Gerais, Brazil. A multiphasic study was carried out in two Brazilian cities and in a Portuguese city, which has as a common motivating factor to carry out the present research, the involvement, under different perspectives, with the Slow City international movement. As theoretical orientation for the analysis of this work, the coproduction of public goods and services, as well as the public planning were used. To achieve the objectives of this dissertation, a set of data collection procedures was used, whose fundamental method consisted of an action research, a social research technique based on the active and recognized participation of the researcher in a specific social context in which there is the need for effective action to be built collectively. As main findings, it was identified that the Slow City movement does not have enough robust mechanisms to delimit it as a management model or as a contestatory movement, and its principles and main philosophy can only be used as an inspiration for development. Moreover, in the Brazilian context, it was verified that the movement was manifested in a pulverized way and marked by ambiguities, dissent and lack of systematic planning. Based on the Brazilian experience and based on participant observation of the dynamics of a Slow city in Portugal, it was proposed the realization together with the population and the public power of a public planning for local development based on the guidelines of the Slow movement in the municipality of Rio Doce, Minas Gerais in Brazil. As main results it was possible to verify factors that limit and that facilitate the coproduction in the analyzed phenomenon. The conclusion of the work is that the population and public power of a small municipality can co-produce a public development plan, based on the principles of the Slow City movement, observing certain conditions, such as the creation of spaces for the generation of effective information and the authentic manifestation of the needs of the citizen. In addition, it is necessary that citizens be

really heard and considered by the public power, that the legitimacy of proposals from the citizens, and that the substantive and normative dimensions of planning be reconciled.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. REFERENCIAL TEÓRICO	8
2.1. Coprodução de bens e serviços públicos.....	8
2.2. Planejamento no âmbito público: alcance, desafios e possibilidades.....	22
2.2.1. Perspectivas atuais do planejamento no âmbito público	29
2.3. Planejamento público de ações para o desenvolvimento local: interfaces com a coprodução do bem público	40
2.4. Transição teórico-empírica: o desenvolvimento das cidades de pequeno porte por meio do Movimento Slow City (MSC)	46
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	54
3.1. Abordagem de pesquisa e tipo de pesquisa – um estudo qualitativo e descritivo ..	54
3.2. Desenho da pesquisa: a dinâmica de interação teórico-metodológica.....	55
3.3. Definições constitutivas e operacionais por objetivos	58
3.4. Procedimentos de análise dos dados	69
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	74
4.1. O enredo da construção dos resultados	74
4.2. MSC em uma cidade portuguesa: coprodução pontual e centralização do projeto	75
4.2.1. Análise categorial – Evidências encontradas nos conteúdos.....	86
4.3. Evidências do MSC no Brasil: um caminho repleto de incipiências e incompletudes	87
4.3.1. Manifestações <i>Slow</i> em Tiradentes: Imersão para obtenção de referências...	91
4.3.2. Análise categorial – Evidências nos conteúdos analisados.....	94
4.4. O ponto fulcral da pesquisa: realização da pesquisa-ação em Rio Doce, Minas Gerais, Brasil.....	99
4.4.1. Contextualização do município.	99
4.4.2. Trajetória da pesquisa-ação	101
5. REFLEXÕES E APRENDIZADOS EMPÍRICOS, TEÓRICOS E METODOLÓGICOS	136
6. CONCLUSÃO: ENCAMINHAMENTOS A PARTIR DE UMA TEIA SOCIAL DE ACONTECIMENTOS.....	151
7. REFERÊNCIAS	160
APÊNDICES.....	169
ANEXOS	16973

1. INTRODUÇÃO

Em função da complexidade e da multidimensionalidade dos problemas públicos contemporâneos, o Estado encontra limitações no oferecimento de bens e serviços públicos que consigam atender aos anseios dos diversos grupos sociais que habitam uma localidade. Este fato leva à necessidade de os diversos setores da sociedade buscarem alternativas pautadas no envolvimento comunitário em questões de interesse coletivo, de modo a provisionar melhores condições para a vida em sociedade e maior efetividade no acesso a bens e serviços públicos (BIER, SCHMITZ, BOUSFIELD, FEUERSCHÜTTE, 2009).

Sendo o federalismo a forma de organização do Estado brasileiro e sendo o município, no Brasil, considerado um ente federativo dotado de autonomia política e administrativa, uma série de desafios se apresentam à gestão pública em nível local, uma vez que caberá ao município, o planejamento e a gestão dos recursos, das ações e das políticas para atender às múltiplas necessidades dos que habitam determinado território (BATISTA, 2008).

Neste sentido, a prática do planejamento no âmbito público, em sua concepção hegemônica, ainda que haja nuances, é essencialmente técnica, monológica e parte da premissa de que as variáveis que compõem o contexto da ação planejada podem ser previstas e integralmente controladas (FORESTER, 1989; MATUS; PALUDO; PROCOPIUCK 2011). A replicação dessa lógica no contexto do planejamento público dos municípios acaba por limitar o mesmo a uma perspectiva essencialmente normativa, legal e orçamentária, com base exclusiva na visão dos representantes do poder público.

Contudo, seja por uma questão de eficiência, diminuindo o tamanho e as responsabilidades do Estado; seja pela inserção de uma perspectiva mais dialógica no processo de produção do bem comum, as experiências com a coprodução de bens e serviços públicos, aqui entendida como o compartilhamento de responsabilidades e poder entre o Estado e segmentos da sociedade (SALM, 2014), evidencia que a descentralização de funções, assim como a atuação conjunta entre sociedade, mercado e governo, permitem uma visão mais complexa da realidade de determinado território. Isto incorpora à visão do planejador governamental, necessidades e desejos da população expressos em elementos que possivelmente não seriam planejados ou

priorizados pelo técnico planejador no exercício do planejamento tradicional (BOVAIRD; LOFFLER, 2013; SOUZA, 2015).

Andrade, Aguiar, Morais, Pereira e Fonseca (2008) relacionam ainda, o planejamento à qualidade de vida de determinada coletividade, de modo que as ações projetadas pelo governo necessitam priorizar os problemas que afligem a população de maneira mais direta. Analisando-se esta afirmação, algumas das premissas de Matus (1993) e Huertas (2007) são observadas no que tange à complexidade de se elaborar um planejamento para o âmbito público. Tais premissas consistem no fato de que os planejadores não possuem total controle sobre as variáveis componentes da realidade planejada, bem como que o planejamento se insere em uma zona de negociação marcada por posições assimétricas de poder.

Dessa forma, observa-se que no contexto brasileiro da década de 1990, sobretudo após a Constituição Federal (CF) de 1988, a qual incorporou em seu conteúdo uma série de medidas para incentivar a participação do cidadão no processo político, perspectivas mais descentralizadas e processos mais participativos começaram ser incorporados na elaboração de planos públicos, principalmente em nível local (BATISTA, 2008).

Contudo esses avanços ainda foram tímidos, frente aos desafios da gestão municipal, de modo que ainda assim, os planos municipais possuem um teor predominantemente técnico e normativo (PALUDO; PROCOPIUCK, 2011). Entretanto, ressalta-se que com a existência de mecanismos como conselhos municipais e as audiências públicas assegurados pela CF, a inserção do cidadão como um agente ativo no processo de planejamento foi facilitada. Ademais, ressalta-se ainda que o Estatuto da Cidade, denominação oficial da lei 10.257 de 10 de julho de 2001, foi mais um elemento que contribuiu para a inserção de perspectiva mais participativa para política urbana brasileira, em termos constitucionais.

Neste sentido, a emergência de novas perspectivas na definição de quem e como deve ser pensado o futuro das cidades se mostra como uma questão fundamental no cenário mundial contemporâneo, uma vez que a lógica do sistema capitalista configurou a produção do espaço público e trouxe consigo uma série de disfunções tais como estresse, excessiva velocidade no ritmo de vida, caos urbano, desequilíbrios ambientais, poluição, violência, desigualdade social e o envelhecimento sem qualidade de vida. Essa lógica foi potencializada em escala global pelas Tecnologias da Comunicação e Informação (TIC) e começa a ser vivida pelos

municípios menores, seja pela tentativa de inserir-se no ritmo dos grandes centros, seja no enfrentamento das consequências de não fazê-lo (CASTELLS, 2000).

Esses elementos tão presentes nas sociedades contemporâneas evidenciam que a lógica hegemônica que orienta os sistemas de gestão público e privado pode ser repensada. Nessa perspectiva, Carvalho (2015) chama atenção para o estado de insustentabilidade advindo ao uso irrefletido dos recursos naturais para subsídio da atual relação de produção e consumo da contemporaneidade.

Salm, Schommer, Heidemann, Vendramini e Menegasso (2011), em suas construções teóricas, corroboram essas proposições ao afirmarem que o célere ritmo da globalização¹ e o consumo em massa dos indivíduos sinalizam o esgotamento da sociedade moderna por meio de efeitos como o alijamento, a marginalidade e a violência, bem como os desastres ambientais. Ainda na perspectiva destes autores, apresentam-se como alternativas para as mazelas expostas, ações de interesse coletivo com escopo mais substantivo e dialógico, colocando a qualidade de vida e o bem estar da coletividade como questões a serem deliberadas.

Dessa forma, no intuito de ressignificar a relação das pessoas com o uso do tempo e propor alternativas para formas de desenvolvimento sustentável em nível local, surgem movimentos contestatórios, com o escopo de promover uma nova lógica para a gestão pública contemporânea, como o Movimento *Slow City* (MSC) definido por seus estudiosos como uma alternativa ecológica e humanista para promoção do bem-estar e da qualidade de vida nas cidades (ARINS, 2009; DOGRUSOY, DALGAKIRAN; 2011; CARVALHO, 2015).

O *Slow City* tem suas bases ideológicas no chamado *Slow Movement*, ou Movimento *Slow* (MS) como tem sido trado por alguns autores (ARINS, 2009; FERREIRA, 2015; BAUER, 2016) cujas reflexões filosóficas são compostas por elementos que denunciam o culto à velocidade e o progresso irrefletido, monológico e unidirecional; defendendo a importância de se considerar elementos da subjetividade humana na vida em sociedade de modo a possibilitar aos indivíduos aprimorarem-se como pessoas autônomas e livres (SILVA, 2001).

Muitas das proposições do *Slow City* são comuns às do *Slow Food* o qual consiste em um movimento contestatório ao efeitos da vida globalizada acelerada e à

¹ Entende-se por globalização no presente trabalho, o processo de interação cultural, simbólica, midiática, informacional e/ou econômica entre localidades de todo o mundo, por meio das chamadas Tecnologias da Comunicação e Informação (TICs) (CASTELLS, 2000)

hegemonia da alimentação no estilo *fastfood*, como a proporcionada pelo restaurante McDonald's. Conforme aponta Arins (2009), o *Slow Food* surge em 1986 para proteger os produtores locais e a culinária tradicional das cidades italianas e logo se espalha pelo mundo, em um movimento pautado na ecogastronomia, no consumo consciente de alimentos e na renegação da cultura do consumismo e da pressa nos aspectos relacionados à alimentação contemporânea.

No contexto do modo de vida nas cidades, enquanto uma derivação, ou ainda, uma vertente do movimento *Slow*, o *Slow City* tem como escopo o uso de ferramentas e tecnologias orientadas para preservação e aprimoramento da qualidade do meio ambiente e da malha urbana; o estímulo à produção e consumo sustentáveis em nível local – valorizando e dando preferência aos pequenos produtores regionais; o desenvolvimento sustentável e o consumo consciente; bem como a produção de alimentos naturais e a valorização da cultura e das tradições locais (ARINS, 2009).

A ideia do movimento é permitir que as cidades de pequeno porte, aqui entendidas como os municípios com até 50 mil habitantes - requisito básico do MSC, se desenvolvam de modo refletido, diferentemente dos grandes centros que são norteados por um processo de crescimento em larga escala e exclusivamente econômico.

Destaca-se ainda em relação ao *Slow City*, as proposições de Carvalho (2015) em que para a efetivação da proposta, a adesão popular seja um elemento fundamental, pois, com os atores sociais engajados e comprometidos, e com um sistema para a comunicação entre a sociedade e a gestão pública, é possível que uma cidade se desenvolva dentro de uma filosofia *slow*, cujos assuntos prioritários tratem do bem viver da população.

Essas proposições coadunam com as ideias de Moura, Melo, Castro, Meira e Lordêlo (2002, p. 612), o quais afirmam que “não é viável pensar em desenvolvimento sem considerar aspectos sociais, políticos, culturais e ambientais, bem como que tal desenvolvimento pressupõe a ação local”. Essa informação endossa o argumento de que o *Slow City* possa ser visto como uma diretriz de desenvolvimento local, em função seu caráter multidimensional que insere outras lógicas além da econômica no processo de desenvolvimento, como lógicas sociocêntricas e orientadas para o caráter compartilhado do delineamento das ações públicas.

Nesta perspectiva, acredita-se que a inserção dessa lógica no contexto da gestão pública municipal possa contribuir para uma articulação entre os diversos

atores sociais de uma localidade para a construção de serviços que vão ser delineados conforme a configuração dos aspectos identitários de uma região.

Este raciocínio compõe o conceito de coprodução de bens e serviços públicos, enquanto uma forma de articulação entre governo, agentes privados e a sociedade, com o escopo de produzir de maneira coletiva bens e serviços para a comunidade de maneira a inserir dos cidadãos na construção de políticas e ações locais (SALM, 2014). Logo, a articulação dessas ações pelos envolvidos, necessitam de um instrumento de planejamento capaz de antever cenários e orientar os esforços coletivos para um estado futuro desejado para a comunidade (PALUDO e PROCOPIUCK, 2011).

A partir de reflexões sobre trabalhos que produziram conhecimentos teóricos e empíricos a respeito do MSC (Honoré, 2006; Ildiko, 2013; Radstrom, 2014; TRUE; KILIÇASLAN, 2015; Bauer, 2016) foi possível verificar que apesar de um viés crítico no discurso de seus promotores e praticantes, o movimento possui em sua estrutura, caráter eminentemente prescritivo, adotando critérios, conforme descrever-se-á ao longo deste trabalho, que podem ser utilizados como uma diretriz para projetos municipais de desenvolvimento e até mesmo como um vetor para o chamado marketing de cidades². Logo, a perspectiva adotada para o MSC na presente dissertação, foi de uma orientação temática para o desenvolvimento, que assume como principal premissa a participação da comunidade e assunção de responsabilidades por parte da mesma de ações para transformar a realidade local, sendo no contexto deste trabalho, empregada para a elaboração de um planejamento público de ações para o desenvolvimento local.

Ou seja, acredita-se que para a elaboração de perspectivas futuras para um determinado município, é possível que a condução do planejamento possua um caráter público e não apenas governamental, em que toda a população, entendida no presente trabalho como a totalidade dos que habitam uma localidade, possa contribuir com perspectivas, demandas e sugestões para identificação dos problemas enfrentados pelos municípios, bem como possam construir coletivamente soluções

² Nesta dissertação, entende-se por marketing de cidades, o processo de produção, comunicação e troca de valor entre diversos agentes, em atividades relacionadas às cidades ou aos bens e serviços que nela se situam, mantendo relacionamentos lucrativos e sustentáveis com a cidade (BAUTZER, 2010).

que resultem de sinergias entre os atores sociais envolvidos e o poder público (INÁCIO e ARAÚJO, 2007; PALUDO e PROCOPIUCK, 2011; MISOZCKY, 2011).

Diante da realidade aqui problematizada, emerge a seguinte questão norteadora: **Como a população e o governo de um município de pequeno porte podem coproduzir um plano público de desenvolvimento, baseado nos princípios do movimento *Slow City*?**

Objetivo geral

Analisar a coprodução do planejamento público para o desenvolvimento de um município de pequeno porte baseado nos princípios do movimento *Slow City* no interior de Minas Gerais, Brasil.

Objetivos específicos

1. Analisar o potencial e o alcance do Movimento *Slow City* enquanto uma diretriz para o desenvolvimento de municípios de pequeno porte, sobretudo no contexto brasileiro.
2. Descrever o processo de elaboração do planejamento público para o desenvolvimento local no município a ser estudado com base nos princípios do Movimento *Slow City*;
3. Apresentar as evidências da coprodução no planejamento público descrito, a partir da sua elaboração no município em estudo.
4. Discutir os resultados do processo de elaboração do planejamento público para o desenvolvimento local do município em estudo, baseado nos princípios do movimento *Slow City* e da coprodução do bem público.

Antes de se aprofundar a reflexão proposta na presente dissertação, tendo em vista o teor das literaturas trabalhadas no presente estudo, bem como os aspectos ideológicos e filosóficos do movimento que se adotou como pano de fundo analítico, acredita-se que uma aproximação epistemológica se faz presente, para clarificar sob que perspectiva o presente trabalho foi conduzido.

Conforme ver-se-á ao longo da dissertação, o Movimento *Slow*, concebido na década de 1980, surge como uma corrente ideológica cujo escopo seria o de funcionar como um contra-movimento em relação à lógica dominante no contexto dos ritmos sociais de existência, que alcançou capilaridade nos contextos da gastronomia,

turismo e gestão pública. Contudo, conforme descrever-se-á no capítulo 4.2, o desenvolvimento do *Slow Movement* perpassou vias institucionais e políticas que não permitiram que o aspecto contestatório desse movimento fosse alcançado plenamente, de modo que o MS passou a ser adotado como um modelo, ou uma diretriz para desenvolvimento. Modelo este, obedecendo a critérios burocrático-legais, que acabaram por caracterizar o Slow, mais como um roteiro humanístico e sustentável para o desenvolvimento de pequenas cidades, do que como uma nova lógica ou vertente crítica para a gestão municipal (KARABAG; YUCEL; İNAL, 2012; KWIATEK-SOŁTYS; MAINET, 2015).

E foi sob esta perspectiva que o Movimento *Slow* foi adotado no presente trabalho, visto que, na proposta de pesquisa-ação operacionalizada nesta dissertação, os princípios do MS, orientaram a resolução de um problema público, que consistiu na necessidade de um instrumento que orientasse e integrasse as perspectivas de desenvolvimento do município de Rio Doce. Logo, sendo o *Slow City* apontado Dogrusoy e Dalgakiran (2011) por como um modelo de desenvolvimento endógeno sustentável, ratifica-se a viabilidade de sua utilização em um trabalho cujo escopo é funcional.

Desta forma, a partir dessa fundamentação a respeito do *Slow Movement*, e a partir das perspectivas teóricas que fundamentaram a feitura da presente dissertação, sendo elas a Coprodução e o Planejamento, ambas perspectivas que transitam em uma perspectiva epistemológica mais objetivista, conforme define Gray (2012), o presente trabalho possui abordagem e escopo essencialmente funcional, ainda que considere no plano operacional, aspectos dialógicos como indícios para construção e análise da realidade.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Coprodução de bens e serviços públicos

Compreender o conceito de coprodução de bens e serviços públicos envolve uma série de aspectos relacionados à multidimensionalidade da administração pública enquanto um campo marcado por diferentes agentes com múltiplos interesses, muitos deles antagônicos e excludentes. Tudo isso, em uma sociedade cujo escopo daqueles que a lideram consiste, ou deveria consistir na busca e manutenção de condições de vida devidas para determinada coletividade (DENHARDT, 2012). Neste sentido, o foco do presente trabalho reside na coprodução daquilo que é público, isto é, na construção coletiva de bens e serviços de interesse de todos, por meio de um processo de interação dos agentes que estão inseridos em uma comunidade.

Neste sentido, Bovaird e Löffler (2013) constroem uma argumentação que evidencia a complexidade conceitual sobre coprodução, lançando sobre a mesma luzes teóricas de áreas do saber como a economia, no que diz respeito a um processo de produção de um bem ou serviço, considerando-se aqui elementos associados à eficiência no uso de recursos ao se produzir o bem público; a gestão de serviços, associando-se à coprodução elementos referentes à eficácia dos serviços coproduzidos; e até mesmo na psicologia do consumo, uma vez que a coprodução esteja relacionada a atitudes, comportamentos e percepções dos utilizadores de um bem ou serviço público e dessa forma, enquanto uma estratégia para a gestão pública, a coprodução possa ser compreendida como uma maneira de se atender às múltiplas necessidades e demandas dos diversos agentes envolvidos em uma comunidade, os quais poderão ser planejadores e utilizadores de bens públicos coproduzidos.

Neste aspecto, Alford (2016) traz ainda a questão da Lógica do Serviço Dominante no Serviço Público (LSDSP), a qual se fundamenta em premissas, como o fato de que a coprodução no serviço público é um ato inevitável, de que existe um vínculo entre coprodução e participação cidadã, mas que ambas não são sinônimos.

Destacando-se a questão dos serviços, Osborne, Radnor e Strokosch (2016) delimitam o conceito de coprodução, situando-o como uma dimensão da administração pública, baseada na teoria da gestão dos serviços, em que o próprio envolvimento do usuário em qualquer projeto de gerenciamento ou entrega de um bem ou serviço público, já caracteriza a coprodução. Ainda na visão dos referidos autores, nas discussões sobre a questão de valor percebido pelo usuário de um

serviço, a prática da coprodução leva à geração do que se chama valor público, uma vez que que contribuem para o encontro de objetivos sociais ou contribuem para a coesão ou o bem-estar da coletividade.

A LSDSP surge a partir de lacunas nas teorias vigentes da administração pública, sobretudo na importação de modelos da administração de empresas para o setor público, que se verifica no modelo da Nova Gestão Pública (ALFORD, 2016).

O contexto do surgimento do conceito de coprodução evidencia muito da abrangência teórica desta definição, marcada por uma dimensão econômica e também de serviços. Neste sentido, a noção de coprodução nasce na década de 1970, quando Elinor Ostrom juntamente com sua equipe na Universidade de Indiana, a fim de concluírem um estudo sobre a baixa efetividade de um serviço de policiamento que ocorreu de maneira centralizada, estavam à procura de um conceito que explicasse o fenômeno da necessidade de trazer os usuários para a produção de um bem ou serviço a fim de garantir a sua efetividade e bom funcionamento (BOYLE; HARRIS, 2009). Neste sentido, a definição clássica de coprodução consiste no "processo através do qual os insumos utilizados para produzir um bem ou serviço são contribuídos por indivíduos que não estão na mesma organização" (OSTROM, 1996, p. 1073³). Dessa definição podemos observar um caráter econômico do conceito.

Apesar de crescente, a literatura sobre coprodução apresenta ainda um *gap* no que tange a uma conceitualização mais robusta do termo (OSBORNE; RADNOR E STROKOSCH, 2016). Na tentativa de mitigar esta questão não resolvida, os referidos autores propõem um conceito baseado na chamada lógica do serviço dominante, a qual liga a coprodução diretamente com a cocriação de valor para o usuário. Assim, a partir da natureza e do *locus* da coprodução propõem ainda uma nova tipologia para classificar o fenômeno da coprodução.

		Lócus da coprodução		
		Serviço individual	Sistema de Serviços	
Natureza da coprodução	Involuntária	<i>I. Coprodução</i>	<i>III. Co-construção</i>	Rumo à co-criação (ou co-destruição) de valor
	Voluntária	<i>II. Co-design</i>	<i>IV. Co-inovação</i>	

Quadro 1 - Conceitualização de coprodução⁴

Fonte: (OSBORNE; RADNOR E STROKOSCH, 2016, p. 645).

³ Tradução nossa

⁴ Tradução nossa

Nesta perspectiva, a coprodução (I) pode ser entendida como uma manifestação em que é possível que um indivíduo ou grupo de indivíduos satisfaçam suas necessidades individuais, sendo elas socialmente refletivas ou não, por meio do compartilhamento de esforços. No codesenho (II) a força social dos acontecimentos, implica que os indivíduos se organizem voluntariamente a fim de produzir o bem público. Na coconstrução, o escopo é bastante similar à coprodução, contudo os esforços coletivos se refletem em um conjunto de serviços. Por fim, na coinovação um grupo de indivíduos se organiza para mitigar problemas coletivos por meio de um conjunto de serviços específicos que vão desde o desenho à implementação e controle de serviços públicos, por meio dos quais se agrega valor aos usuários dos serviços (OSBORNE; RADNOR E STROKOSCH, 2016).

Em adição a estas reflexões, destaca-se o estudo de Brudney e England (1983) que definem duas dimensões de análise da coprodução. Uma delas é mais social e reside no fato de que os cidadãos se envolvem diretamente com um determinado bem ou serviço público, porque desejam melhores condições para o espaço em que vivem, assim como desejam se beneficiar das melhorias advindas com sua participação.

Outra dimensão explorada pelos autores consiste na dimensão econômica, em que existem dois agentes claramente definidos: o chamado produtor regular, que protagoniza o processo a ser coproduzido e assume a maior parte das responsabilidades, e os chamados coprodutores, que dentro de uma perspectiva de serviços, consistem geralmente nos consumidores, que em um momento do processo decidem contribuir no desenho ou na entrega de serviços públicos como saúde, educação, segurança, turismo, cultura e demais setores da administração pública (BRUDNEY; ENGLAND, 1983).

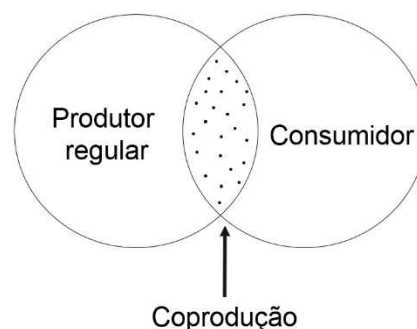


Figura 1 - Modelo de Coprodução na Prestação de Serviços

Fonte: Brudney e England (1983, p.61)

A relação de carácter econômico da coprodução pode ser evidenciada na figura anterior, em que os autores compreendem que existem produtores e ‘consumidores’ de determinado serviço público. Neste sentido, existe um conjunto de atividades comuns entre os atores envolvidos que de fato vão caracterizar a coprodução.

Na referida relação entre produtores regulares e cidadãos, considera-se que na prestação do serviço, as atividades de funcionários públicos serão compartilhadas com cidadãos de modo a tornar os resultados do serviço diferentes de uma perspectiva em que o Estado simplesmente entrega um produto para os seus ‘cidadãos-clientes’ (PARKS; BAKER; KISSER; OSTROM; OSTROM; PERCY; VANDIVORT; WHITAKER; WILSON, 1981).

Por meio de uma reflexão mais profunda do trabalho destes autores, percebe-se que as análises de Parks *et al.* (1981) assemelham-se às de Ostrom (1996) no sentido de avaliarem os agentes envolvidos na coprodução e o tipo de participação que por eles é desenvolvida.

A dificuldade de uma precisão conceitual sobre coprodução desde Ostrom (1996), em função das mudanças empíricas, situacionais e teóricas pelas quais tal conceito passou, é apresentada por alguns dos autores de maior notoriedade no campo (VERSCHUERE; BRANDSEN; PESTOFF, 2012; BRANDSEN; HONINGH, 2015). Neste sentido, o carácter relativamente novo do conceito de coprodução o coloca em uma perspectiva teórico-empírica de suscetibilidade do conceito, em que o mesmo é apropriado sem a devida reflexão como um sinônimo de participação social ou de voluntariado. Essas são dimensões componentes do conceito de coprodução, mas que não limitam o mesmo ou sequer podem ser tomadas como dimensões conceitualmente iguais (BOYLE; HARRIS, 2009).

O aspecto produtivo da coprodução, envolve múltiplas sinergias entre os participantes de uma ação conjunta, e traz como insumos os conhecimentos, os recursos, as capacidades, as perspectivas e os esforços de dois ou mais atores envolvidos em um movimento compartilhado de construção integrada de uma determinada oferta pública (REIS, 2015).

Ademais, a coprodução permite que os seres humanos possam romper com a tendência de individualização e retomar reflexões sobre a vida em comunidade, exercer sua cidadania e ressignificar a produção e utilização de serviços públicos, principalmente por meio da construção conjunta do bem público, viabilizada por relacionamentos entre a sociedade e o poder público e pela responsabilidade conjunta

entre os atores sociais e governamentais envolvidos na qualidade dos bens e serviços oferecidos aos cidadãos (REIS, 2015).

Um elemento importante associado ao conceito de coprodução consiste em um incremento na eficácia e também na eficiência da prestação dos serviços públicos (MATTIA; ZAPPELLINI, 2014), uma vez que envolve a convergência de diversas lógicas e de informações sobre a realidade local que se configuram cooperativamente, dialogando para atender a demandas multidimensionais.

Observa-se nessa perspectiva, que existe o potencial da coprodução em fazer entregas mais robustas, transparentes e expressivas para uma coletividade, pois é a mesma quem integra o desenho e a elaboração de ações para a mudança da realidade (REIS, 2015; SOUZA, 2015). Contudo, é preciso verificar as condições em que a coprodução irá se manifestar, e se de fato a mesma é a melhor opção, pois conforme ver-se-á a seguir, existem categorias conceituais em relação às condições que favorecem a coprodução.

Ademais, associa-se ainda a coprodução como um forte vetor do desenvolvimento em nível local, uma vez que, por ser uma construção coletiva de autores oriundos de diferentes segmentos da sociedade, ela cria o sentimento de pertencimento, de identificação do cidadão com os serviços públicos oferecidos e contribui para a coesão da comunidade e para o acompanhamento das políticas locais por parte do cidadão (BRANDSEN; HONINGH, 2015).

Um dos benefícios da coprodução reside no fato de que ao se envolverem os usuários ativamente com a proposição de melhorias ou até mesmo na criação de um serviço público, o delineamento do mesmo se torna mais condizente com as reais necessidades dos utilizadores, os quais veem na contribuição para a formulação de um bem ou serviço público um caminho para a consecução de seus anseios por mudanças sociais (BIER *et al.*, 2009).

Uma das tipologias existentes sobre a coprodução de bens e serviços públicos é proposta por Bovaird e Loffler (2013) que podem ser observadas no quadro a seguir:

Tipo de coprodução
Co-comissão de serviços <ul style="list-style-type: none"> • Coplanejamento da política – Participação deliberativa • Copriorização de serviços – Orçamentos individuais e participativos • Cofinanciamento de serviços – Angariação de fundos e acordos de arrecadação
Codesenho de serviços
Coprestação de serviços

<ul style="list-style-type: none"> • Cogestão dos serviços – Gestão comunitária de bens públicos • Codesempenho de serviços – Grupo de apoio de pares
Coavaliação (incluindo a comonitoração)

Quadro 2 - Tipos de coprodução

Fonte: Bovaird e Loffler (2013, pp.102-103)

Assim, pode-se conceber a **co-comissão** de serviços públicos como um processo ligado ao planejamento dos serviços públicos, considerando-se os resultados esperados e os grupos a serem priorizados. Envolve também um processo orçamentário e parte da premissa de que ninguém conhece melhor os serviços públicos, do que seus próprios utilizadores. No que tange ao **codesenho**, observa-se que o mesmo se refere à consideração da participação de usuários específicos de um bem ou serviço público para remodelação do mesmo e alterações em seu funcionamento. Já a **coprestação** de serviços públicos pode ser entendida como o processo de utilização de insumos públicos comuns entre representantes do serviço público e os cidadãos no oferecimento de bens público bem como na prestação de serviços. Por fim, a **coavaliação** incorpora a visão do utilizador e da comunidade no monitoramento e na avaliação de um serviço público (BOVAIRD; LOFFLER, 2013).

A partir de uma análise dos textos seminais de Ostrom (1996) e Parks *et al.* (1981), Brandsen e Honingh (2015) propõem a definição de categorias centrais ao conceito de coprodução, sendo elas: os **esforços voluntários**, ou seja, não compulsórios - Os indivíduos que participam de uma coprodução, o fazem porque veem valor em participar do processo; a **dimensão profissional** da coprodução em que, para a consecução do desenho ou implementação de serviços realmente novos, é preciso que haja algum conhecimento a respeito do processo coproduzido, para que as ações saiam do âmbito do levantamento de problemas e objetivem a construção coletiva de soluções; assim como a **coordenação sistematizada** que é uma categoria importante, pois pressupõe que a os insumos advindos de diferentes atores/organizações terão seus esforços direcionados em um processo de coordenação para obtenção do bem público coproduzido.

A noção de bem público, transita em aspectos relacionados à noção de vida pública, de responsabilidade pública e do compartilhamento de um bem que é de todos, bem este, que se configura pelo fato de que beneficia e une uma coletividade de maneira ampla (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1986). Neste sentido, Boyle e Harris (2009) defendem a coprodução como uma nova forma de pensar os serviços

públicos. Essa mudança reside no fato de que a entrega do serviço público tem seu desenho alterado em função da inserção de novos atores na dinâmica do processo. Neste sentido, aqueles que habitualmente agiriam como usuários passam a coproduzir o planejamento, a execução ou a entrega de um serviço.

Neste sentido, já na década de 1980, as disfunções da participação dos cidadãos nos processos políticos era estudada e problematizada. Neste sentido, a partir do argumento central de que o modelo dominante do relacionamento entre o governo e o cidadão limita aspectos importantes do exercício da cidadania, Sharp (1980) propõe a coprodução como uma alternativa ao planejamento e execução de um serviço público mais qualificados, tanto por permitir às pessoas contribuírem nos bens e serviços públicos que elas mesma usufruem, quanto pelo fato de trazerem aos funcionários públicos a função de ativadores da cidadania e do envolvimento comunitário com o bem comum.

Com um olhar bastante direcionado para os serviços públicos, Boyle e Harris (2009) defendem que a relação entre os chamados produtores regulares de um serviço público e os chamados coprodutores do mesmo serviço (empresas, terceiro setor e cidadãos) deve se pautar na reciprocidade, na amplitude de comunicação e na negociação constante, baseada nos anseios reais de quem irá desfrutar dos serviços públicos.

Assim, com base neste argumento, os autores endossam a tese de que a melhor forma de prover serviços públicos mais efetivos, é convidando a comunidade a atuar de maneira mais ativa nas decisões públicas, de modo a tornar as entregas do Estado mais orientadas às necessidades do cidadão e em contrapartida realizando investimentos públicos mais efetivos.

Desde o surgimento do conceito e início das discussões sobre coprodução no âmbito público, um elemento que chama atenção dos estudiosos consiste na expressiva dimensão do voluntariado existente no atividade coproduzida, por parte dos usuários de um bem ou serviço público. Tal envolvimento por parte dos cidadãos é justificado por alguns autores (PARKS *ET AL*, 1981; ALFORD, 2013; BRANDSEN; HONINGH, 2015) como o resultado da necessidade de serviços efetivos e precisos para atender à complexidade dos problemas que envolvem determinada atividade (VERSCHUERE; BRANDSEN; PESTOFF, 2012). Neste sentido, convida-se o leitor a uma reflexão sobre a multilateralidade das questões públicas, sendo que muitas delas

se inserem em setores que possuem cunho mais diretamente relacionado com atividades comerciais e com a geração de divisas, como por exemplo, o turismo.

Através da proposição de um estudo sobre o estado da arte em coprodução, Verschuere, Brandsen e Pestoff (2012), apontam como uma das profundas lacunas teóricas nas pesquisas sobre o tema, a ausência de estudos sobre os efeitos da coprodução seja no desenho, na entrega ou no controle de bens e serviços, comparando os mesmos com resultados de um processo não coproduzido. Neste sentido, ressalta-se ainda que não se verificou na literatura acessada, estudos ou sequer indícios que evidenciassem o impacto do tipo de ator que protagoniza a coprodução de um bem ou serviço público nos resultados obtidos. Isto é, não foram encontradas pesquisas que manifestassem os objetivos priorizados em relação ao que se buscará por meio da coprodução ou ainda quais os principais resultados auferidos, em relação à natureza do agente que está conduzindo o processo de coprodução.

O conceito de coprodução tem um de seus grandes vetores na decisão política tomada por atores da esfera privada ou semipública, em cooperação com agentes públicos (VERSCHUERE; BRANDSEN; PESTOFF, 2012). Como o conceito de coprodução faz fronteira com uma série de outras abordagens conceituais que exploram a ação interativa do poder público com diferentes agentes, é preciso delimitar as definições de coprodução, bem como o alcance da mesma, para maior precisão nas análises sobre o tema. Neste sentido, Bovaird, Stoker, Jones, Loeffler e Roncancio (2015) definem que para haver coprodução, cidadãos e o governo precisam, cada uma das partes, ter contribuído de maneira significativa, isto é, com ações e compromissos que de fato constituam insumos para a prestação de um serviço ou geração de um bem público. Desta forma, um dos aspectos elementares a serem observados por aqueles que desejam estudar a coprodução, consiste em evidenciar a origem e os insumos dos trabalhos de cada um dos envolvidos no processo de coprodução.

Um dos aspectos que difere a coprodução da simples atividade de voluntariado, é que o agente que se voluntaria pra coproduzir um bem ou serviço, será em certa medida, usuário daquele produto (VERSCHUERE; BRANDSEN; PESTOFF, 2012). Neste sentido, emerge uma perspectiva proposta por Alford (2013), de que as pessoas ao coproduzirem, têm o desejo de se beneficiarem de alguma maneira com este processo, seja com informação de qualidade, seja com elementos materiais ou

imateriais relacionados aos benefícios que o resultado da coprodução trará. Trazendo-se tal abstração ao contexto do movimento *Slow*, enquanto uma forma de qualificação e diferenciação de um território, em que a presente dissertação se insere, uma possível explicação para o fato de o cidadão de uma determinada localidade se voluntariar na composição de um comitê para o desenvolvimento em que se espera que as portas de sua casa ou de seu empreendimento sejam abertas a visitantes de diferentes localidades para que os mesmos desfrutem de 'experiências ativas', reside na oportunidade de renda, ou ainda na possibilidade de novos contatos (*networking*), ou ainda o próprio caráter simbólico associado ao *status* que a atividade possa trazer (RICHARDS, 2011).

Alguns fatores são preponderantes para que haja a coprodução do bem público. Inicialmente é preciso considerar se existem condições para que os indivíduos se envolvam, como um desenho institucional bem estruturado e com papéis claramente definidos para os agentes que coproduzem. Além disso, considerando-se que o agente que coproduz o bem público, conforme evidenciado anteriormente, em algum momento será usuário de um serviço, é preciso que todos os envolvidos percebam em amplitude a importância do serviço do qual estão participando (VERSCHUERE; BRANDSEN; PESTOFF, 2012). Em adição às questões aqui referidas, Ostrom (1996) trabalha ainda as seguintes dimensões para a ocorrência da coprodução: existência de recursos para o processo de coprodução, a existência de um conjunto de regras e processos bem definidos em relação ao processo de coprodução e além disso, as ações e compromissos priorizados por quem está conduzindo o processo.

Para uma compreensão dos desdobramentos e da operacionalização do conceito de coprodução, é preciso considerar algumas das tipologias por meio das quais a coprodução é trabalhada. Neste sentido, um dos primeiros trabalhos que propõem uma classificação da coprodução, consiste na investigação de Brudney e England (1983) que categoriza três tipos fundamentais de coprodução com base no envolvimento do cidadão e no desenho institucional proporcionado pelo Estado:

- A **coprodução individual** pode ser compreendida como as ações desenvolvidas pelos cidadãos em complemento às ações do Estado, quando não há alternativa outra, além de participar. Um exemplo, seriam sistemas particulares de segurança e alarme, ou vigilância noturna realizada por cidadãos, em função da ineficácia do policiamento fornecido pelo poder público.

- A **coprodução grupal** pode ser entendida como a associação voluntária e ativa de indivíduos, coordenados por mecanismos formais de modo que os benefícios possam ser sentidos individualmente. Como por exemplo, uma associação de pais que decide se organizar formalmente para complementar a qualidade da educação oferecida aos seus filhos pelas escolas públicas de uma região.
- A **coprodução coletiva** consiste no esforço coletivo com o escopo de buscar benefícios coletivamente, que serão desfrutados por toda a comunidade. Um exemplo seria a reunião de empresários, cidadãos, terceiro setor e governo em uma ação conjunta para o desenvolvimento local.

Esta tipologia permite uma reflexão sobre a amplitude da coprodução em diferentes aspectos da vida em coletividade e conota diferentes tipos de gestão para obtenção de resultados efetivos para a sociedade. Contudo, percebe-se que a classificação de Brudney e England (1983) analisa o papel dos agentes que coproduzem. As análises destes autores têm seu foco similar aos de Parks *et al.* (1981) e Ostrom (1996) focando essencialmente no papel que os indivíduos ocupam na coprodução, sem explora as consequências dessa definição.

Neste sentido, com o escopo de complementar as classificações sobre os diferentes tipos de coprodução, destaca-se o trabalho de Brandsen e Honingh (2015), que a partir dos trabalhos seminais no campo da coprodução, propõem um modelo analítico em que evidenciam tanto a essencialidade do serviço ou bem coproduzido, quanto a fase do processo em que a participação e envolvimento se encontram.

	Implementação	Design e implementação
Complementar	Coprodução complementar na implementação	Coprodução complementar em design e implementação de serviços
Não-complementar	Coprodução na implementação de serviços essenciais	Coprodução na concepção e implementação de serviços principais

Quadro 3 - Tipos de Coprodução

Fonte: Brandsen e Honingh (2015, p.432), tradução nossa.

Analisando-se a proposta dos autores é possível perceber que a **coprodução complementar na implementação** ocorre quando os cidadãos estão envolvidos apenas na implementação de uma tarefa não relacionada com a atividade-fim da organização. Já a **coprodução complementar no design e implementação do serviço**, acontece quando os cidadãos se envolvem no desenho e planejamento de

tarefas complementares à atividade principal. No que diz respeito à **coprodução na implementação de serviços básicos**, o cidadão atua efetivamente apenas na implementação de uma atividade diretamente ligada à atividade fim da organização ou contexto em que se insere. Por fim, na **Coprodução na concepção e implementação de serviços principais**, os cidadãos planejam e participam da implementação da atividade fim do setor público (BRANDSEN; HONINGH, 2015).

O escopo do surgimento da noção de coprodução de bens e serviços públicos se baseou tanto na ideia de redução do tamanho do Estado, quanto na consecução de maior efetividade na proposição e utilização de bens, serviços e políticas públicas (VERSCHUERE; BRANDSEN; PESTOFF, 2012). Neste sentido, considerando-se ainda as bases intelectuais do conceito de coprodução na psicologia do consumo, conforme propõem Bovaid e Loffler (2013), pode-se compreender as necessidades e carências dos usuários de um determinado serviço público. O desenho dos processos, a comunicação e o controle precisam ser projetados para o atendimento das necessidades de uma determinada coletividade.

Destaca-se que o conceito de coprodução surge em um contexto diferente das tendências e perspectivas atuais em administração pública. Contudo, conforme evidenciar-se-á a seguir, existem evidências da coprodução nas diferentes abordagens de estudo da administração pública, com diferentes perspectivas em todas elas. Contudo, ressalta-se que não se pretende esgotar as discussões a respeito das manifestações da coprodução nos diferentes modelos de administração pública, mas sim, evidenciar as perspectivas em que a coprodução se desenvolveu ao longo das quatro décadas de criação e evolução do conceito.

Analisando-se o conceito de coprodução no que tange aos bens e serviços públicos, percebe-se que a discussões surgem na década de 1980, e no contexto do modelo burocrático da administração pública e o discurso da coprodução é endossado pelo argumento de que a ação de coproduzir as entregas públicas tem o escopo de diminuir o tamanho do Estado e tornar os processos públicos mais eficientes (SHARP 1980; PARKS *ET AL.*, 1981; BRUDNEY; ENGLAND, 1983). Neste sentido, o foco apriorístico da definição de coprodução reside na melhoria da qualidade e quantidade dos serviços públicos, por meio da distribuição de funções para outros agentes que não o Estado em determinados serviços.

No contexto da administração pública gerencial, ou Nova Gestão Pública, conforme propõem Salm (2014), Denhardt (2012) e Burigo (2015), em função do viés

gerencialista desta perspectiva, que considera o cidadão como usuário e cliente dos serviços providos pelo Estado; a coprodução redundando em uma forma de tornar os bens e serviços públicos mais adequados aos anseios de seus consumidores, e permitem a redução dos gastos do poder público, tornando os investimentos mais acertados.

Conforme evidenciam Brandsen e Honingh (2015), as mais modernas reflexões a respeito da coprodução inserem-se em uma perspectiva de governança pública pautada na ação integrada de múltiplos agentes como governo, mercado, sociedade e terceiro setor, contribuindo dentro de suas competências com ações, informações e solicitações em relação à gestão e ao desenvolvimento de uma localidade.

Neste sentido, observa-se na contemporaneidade, forte associação e proximidade teórica nas discussões sobre a coprodução e o Novo Serviço Público (NSP), no que tange às ideias de cidadania e interação entre sociedade e governo. Considera-se pertinente comparar teoricamente a ideia da coprodução com a proposta do NSP, o qual emerge como alternativa aos modelos de administração pública existentes, alicerçado no interesse público, no diálogo e engajamento dos cidadãos e no total envolvimento dos administradores públicos com os atores sociais na busca de soluções para os problemas públicos (DENHARDT, 2012).

No contexto brasileiro, as discussões dos principais autores que se dedicam ao estudo da coprodução apresenta uma visão alinhada com as premissas e proposições do NSP, sobretudo na dimensão elucubrada por Denhardt (2012, p.266) de “pensar estrategicamente e agir democraticamente”, evidenciando que as ações e políticas públicas precisam ser pensadas de maneira orientada para realização de boas entregas à sociedade. Neste mesmo contexto, o envolvimento dos cidadãos funciona como uma mola-mestra para uma gestão pública efetiva. Isso pode ser evidenciado nos trabalhos de Salm, Menegasso e Ribeiro (2007); Salm e Menegasso (2009); Salm (2014); Schommer, Andion, Pinheiro, Spaniol e Serafim (2011), os quais trazem análises contemporâneas dentro do contexto brasileiro.

Ressalta-se ainda no que tange às pesquisas em coprodução no Brasil, a proposição de um conceito renovado de coprodução proposto por Salm (2014) como o compartilhamento de responsabilidades e poder entre o Estado e segmentos da sociedade. Destaca-se neste sentido, a proximidade conceitual do autor com os achados de Sharp (1980), no que tange ao compartilhamento de atribuições com cidadãos. Isso modifica a lógica de compreensão dos serviços públicos, pois atribui

ao usuário parcela de responsabilidade pela consecução de efetividade na entregas que são realizadas no campo dos serviços públicos.

Ademais uma dimensão fundamental na operacionalização da coprodução de bens e serviços públicos, consiste no grau de formação e aptidão técnica dos cidadãos que participam do processo. A vontade de participar desacompanhada do conhecimento necessário para o planejamento ou execução de um processo, limita o caráter participativo e multicêntrico da coprodução, que fica portanto, condicionada a ser considerada por aqueles que pretendem a proposição da coprodução em um determinado bem ou serviço público (VERSCHUERE; BRANDSEN; PESTOFF, 2012).

Neste sentido, Boyle e Harris (2009) apresentam 4 dimensões que podem ser apontadas como grandes contribuições da coprodução para a comunidade: *i)* reconhecer o valor das pessoas como o grande vetor para o desenvolvimento e riqueza de uma sociedade; *ii)* reconhecer o trabalho de uma maneira diferente, fomentando o voluntariado e o trabalho pelo bem comum *iii)* Desenvolver o desejo de contribuição e respeito mútuo *iv)* construir e fortalecer redes sociais, pois cria conexões entre os indivíduos.

A tecnologia tem sido interpretada como um dos vetores do desenvolvimento da coprodução, uma vez que potencialize os processos comunicativos e a gestão da informação entre os agentes envolvidos que coproduzem. Além disso, facilitam a coordenação dos processos (VERSCHUERE; BRANDSEN; PESTOFF, 2012). Sob perspectiva de que a coprodução necessita de condições estruturais para se desenvolver, Linders (2012) argumenta que a mídias digitais sociais conhecidas popularmente como redes sociais, emergem como um vetor para a ocorrência e ampliação da coprodução. Isso ocorre por diferentes razões: a primeira delas reside no fato de que uma das principais limitações apresentadas na literatura para a participação e engajamento dos cidadãos na ausência de disponibilidade para o envolvimento com questões públicas e impossibilidade de deslocamento aos locais de reuniões.

Com o advento das tecnologias digitais de comunicação e informação, é possível que fóruns, debates, deliberações e compartilhamento de opiniões e demandas sejam realizadas por meio digital. Nesta perspectiva, é possível a atuação dos cidadãos no planejamento, na execução e no monitoramento dos serviços públicos. No planejamento podem ser realizadas *online*, consultas, geração de ideias e informações, bem como promovidas ações e compromissos entre os agentes

coprodutores. Na execução de um serviço, caso uma das entregas seja uma informação, a dimensão digital emerge como uma forma de dinamizar processos públicos. No monitoramento, o meio digital permite avaliações, retroalimentações e comunicação constante com e por quem coproduz um serviço (LINDERS, 2012).

Estes argumentos evidenciam que em um contexto digital, marcado pelas tecnologias da comunicação e informação como um pano de fundo das relações sociais e organizacionais, as possibilidades da coprodução foram ampliadas, uma vez que criam condições para interações entre indivíduos em um tempo menor e com velocidade muito maior, em uma abrangência territorial de escala global.

Ademais, por meio da coprodução, o equilíbrio do poder é reconfigurado, uma vez que seu pressuposto principal é o compartilhamento de atribuições entre produtores e usuários de um serviços público (SHARP, 1980; BOYLE; HARRIS, 2009; SALM 2014). Se isso de fato ocorre, o cidadão, no contexto de um Estado democrático, sente suas possibilidades de atuação no âmbito público ampliadas e consegue compreender melhor o funcionamento da coisa pública. Quando os agentes que normalmente ficam do lado de fora dos processos de planejamento, criação e entrega de um bem ou serviço público são convidados a compreenderem e intervirem em tais processos, isto gera um fenômeno de maior envolvimento sobre as limitações do estado na provisão de ações que atendam às necessidades de uma coletividade, bem como capacite os indivíduos a cobrarem maior efetividade na gestão pública.

A coprodução segue como uma tendência tanto acadêmica quanto na prática em administração pública, sobretudo pelo fato de que presume que por meio da ação coordenada de atores de diferentes origens, as limitações do Estado isto é, aquilo que o Estado não consegue prover por si só, possa ser superado, gerando a oferta de bens e serviços públicos de qualidade (PESTOFF; OSBORNE; BRANDSEN, 2006; BRANDSEN; HONINGH, 2015).

Neste sentido, um dos grandes vetores da coprodução consiste em tornar os cidadãos agentes mais ativos no processo de geração dos bens e serviços públicos. Dessa forma, trazer à gestão pública a visão dos atores que compõem a sociedade permite benefícios como uma visão mais abrangente da realidade sobre a qual se atua. No contexto de uma administração pública monológica e unidirecional em que o agente governamental planeja, decide e implementa a forma que os bens e serviços públicos são orientados, não se consegue depreender de maneira satisfatória os reais problemas públicos e quais deles deveriam ser priorizados. Ademais, quando se

trazem os usuários para a gestão pública, é possível uma discussão mais efetiva a respeito das questões e problemas públicos a serem mitigados, pois refletem as dificuldades e limitações vivenciadas por aqueles aos quais a atenção e recursos do Estado serão direcionados (SHARP, 1980).

A coprodução induz ainda a uma profunda reflexão sobre as desigualdades sociais, uma vez que apregoa a participação igual entre sociedade e poder público (SALM; MENEGASSO; RIBEIRO, 2007). Neste sentido, para que haja a participação e o envolvimento das pessoas, é preciso que, para além de um desenho institucional adequado, haja condições para que a participação e o envolvimento de fato ocorram (BRANDSEN; HONINGH, 2015).

Procura-se evidenciar na presente dissertação, o potencial da coprodução enquanto o vetor de mudanças na gestão pública contemporânea, uma vez que redefine os papéis dos cidadãos e das organizações do âmbito privado na provisão e gestão dos bens e serviços públicos. A ideia elementar que endossa a existência de uma coprodução no serviço público, reside na premissa de que quando os usuários de uma oferta participam do planejamento ou da execução desta, as peculiaridades e necessidades dos utilizadores são devidamente consideradas e os recursos são alocados com maior efetividade (VERSCHUERE; BRANDSEN; PESTOFF, 2012; BOVAIRD *et al*, 2015; BRANDSEN; HONINGH, 2015).

2.2. Planejamento no âmbito público: alcance, desafios e possibilidades

O objetivo da presente etapa consiste em apresentar reflexões a respeito da prática do planejamento no âmbito público, evidenciando-se as perspectivas existentes no campo, assim como explicitando-se argumentos teóricos que capacitem a realização de análises a respeito da prática, das limitações e das potencialidades do planejamento no setor público. Ressalta-se ainda que não se pretende esgotar as discussões sobre o tema, contudo propõe-se uma reflexão abrangente a respeito do mesmo.

Considerando-se que a proposta da presente dissertação consiste em analisar um processo de planejamento coletivo de ações para o desenvolvimento de uma localidade, o escopo das reflexões construídas a seguir, consiste em lançar luzes sobre o objeto de pesquisa, a partir de diferentes perspectivas sobre as quais o planejamento no âmbito público tem sido abordado e a partir disso, obter categorias

para investigação empírica do fenômeno social em análise. Para isso, delineou-se uma revisão da literatura que abrangesse a pluralidade de caminhos possíveis no campo do planejamento público, procurando-se verificar aportes teóricos que capacitassem as análises do contexto vivenciado no trabalho.

O planejamento, enquanto prática de antever cenários e projetar possibilidades de ação em uma coletividade, se fez presente desde as civilizações antigas. Entretanto, a dinâmica do planejamento da forma como o mesmo é concebido atualmente, sistematizada por meio de técnicas e da formulação de planos, é mais recente, tendo sido iniciada a partir do final do século XIX (OLIVEIRA, 2006; PALUDO, PROCOPIUCK, 2011).

O conceito de planejamento hegemonicamente difundido na teoria e prática em administração, possui suas bases intelectuais em um pensamento utilitarista, positivo e racional, podendo ser apontada na gênese da fundamentação do conceito, influências das ideias de pensadores como Jeremy Bethanm, John Stuart Mill e até mesmo Auguste Comte (BERGUE, 2011). Mais especificamente, no que tange ao conceito de planejamento na prática administrativa, aponta-se a influência da burocracia weberiana na operacionalização e nos elementos presentes na composição dos planos e do contexto organizacional sobre o qual o processo de planejamento se aplica (PALUDO, PROCOPIUCK, 2011). Ratifica-se ainda que a abordagem funcionalista orientou as construções pioneiras a respeito do processo do planejamento, enfatizando a proposição de fluxos de ação necessários para a consecução de fins previamente definidos, tendo em vista muito mais a manutenção da ordem sistemática do que uma mudança em âmbito social (RATTNER, 1977; BERGUE, 2011).

Não se pretende no presente trabalho avançar nas discussões a respeito da formação teórica do pensamento em planejamento, contudo, o escopo da passagem anteriormente apresentada consistiu em apontar elementos que endossam a ideia de que a noção hegemônica relacionada ao planejamento está inserida em uma lógica instrumental e utilitária e que as bases que orientam este conceito encontram-se ainda amplamente presentes na noção atual da prática de planejar seja no âmbito privado, seja no âmbito público.

O planejamento possui papel fulcral nos conhecimentos em administração. Já nos primeiros achados de Frederick Winslow Taylor, planejar apresenta-se como uma prática indissociável ao processo de administração. Desde então, as múltiplas escolas

e abordagens teóricas em administração consideram, ainda que em diferentes níveis de detalhamento, o planejamento como uma etapa inerente ao processo administrativo (BERGUE, 2011).

Ainda que não seja o foco do presente trabalho, é importante reconhecer que o planejamento está amplamente relacionado com o conceito de estratégia, cuja etimologia vem do grego *strategia* e significa a arte de ser general (OLIVEIRA, 1988; BERGUE, 2011). No contexto da gestão, o trabalho de Igor Ansoff, *Corporate Strategy* de 1965, é considerado seminal no que tange ao campo da estratégia, pois atribui à mesma uma estrutura conceitual. Desde então, houve um considerável avanço nos estudos em estratégia de modo que o tema se tornou um assunto complexo, polissêmico e repleto de interlocutores. Ademais, no decorrer das práticas de gestão empresarial e da disseminação dos conhecimentos inerentes à aplicação de estratégias no âmbito organizacional, os termos planejamento e estratégia foram se aproximando até o ponto em que o termo 'planejamento estratégico' passou a designar a prática de sistematização e construção de cursos de ação no contexto organizacional, a fim de mitigar as incertezas existentes no ambiente interno e externo (TERENCE, 2002).

Ainda que existam diferentes abordagens sobre o conceito de estratégia, é possível afirmar que o mesmo em sua concepção hegemônica tem influências do pensamento econômico, sobretudo pelo fato de que antes do trabalho de Igor Ansoff, o modelo de planejamento organizacional era essencialmente econométrico e pautado em pressupostos orientados por uma racionalidade exclusivamente instrumental (TERENCE, 2002; BERGUE, 2011, FERNANDES, 2012).

Existe um grande dissenso conceitual a respeito do termo estratégia. Contudo, das múltiplas definições existentes, pode-se depreender alguns elementos comuns inerentes ao conceito, como o fato de que a estratégia está amplamente relacionada à interação da organização com o ambiente; ao envolvimento da organização de maneira global e no envolvimento de aspectos processuais relacionados a mudanças no âmbito organizacional bem como a um processo sistemático de análise ambiental (TERENCE, 2002). Ainda no conjunto de atributos componentes do conceito, Oliveira (1988) acrescenta a alocação dos recursos disponíveis como um elemento inerente à prática da estratégia.

Contudo, ressalta-se que a presente passagem apenas cumpre a função de evidenciar o conhecimento da existência da interdependência do conceito de

estratégia com o processo de planejamento. Não serão aprofundadas tais discussões, em função do escopo do presente trabalho. Assim, aponta-se que um aprofundamento das noções de estratégia, assim como derivações da mesma como, pensamento estratégico e administração estratégica, podem ser encontrados nos trabalhos de Terence (2002) e Mintzberg (2006).

Isto posto, apresenta-se que o processo de planejamento possui a prática sistematizada da antecipação de cenários como uma de suas características mais inerentes. Dessa forma, a principal premissa sobre a qual repousa a concepção da importância da realização do planejamento no presente trabalho, reside no fato de que ameaças e situações indesejadas e cenários futuros cujas perspectivas são incertas, podem ser mitigados e reconfigurados por meio de ações sistematicamente planejadas (CASTOR; SUGA, 1988).

Construídas as reflexões a respeito dos elementos que envolvem o conceito de planejamento, é importante demarcar como o mesmo é concebido no presente trabalho. Dessa forma, considera-se como planejamento, na presente dissertação, a partir das reflexões sedimentadas pelo autor deste trabalho, como o processo social que congrega elementos teóricos, metodológicos e técnicos a fim de analisar o contexto de uma realidade, considerando a multidimensionalidade da mesma, para a definição de um estado futuro desejado e para a elaboração cursos de ação que provisionem os recursos e as pessoas necessários para alcançá-lo. Tal processo pode ainda adotar múltiplas formas, sendo elas democráticas e abrangentes ou mais restritivas e tecnicistas (CASTOR, SUGA, 1988; FORESTER, 1989; MATUS, 1993; PALUDO, PROCOPIUCK, 2011; BERGUE, 2011).

Os defensores do uso do planejamento enquanto uma prática válida, alegam o potencial da mesma em diminuir as arbitrariedades e o improvisado no processo de gestão, bem como alguns atributos vantajosos em se realizar o processo de planejamento como a maior adaptabilidade da organização no ambiente em que a mesma está inserida; a definição de um rumo norteador para as ações de uma coletividade; a integração dos esforços do grupo para objetivos comuns; a criação de mecanismos que permitem o controle das ações que estão sendo desempenhadas, assim como a possibilidade de uma visão holística e integrada de um determinado contexto organizacional (PALUDO, PROCOPIUCK, 2011).

Como afirma Carlos Matus, que conforme ver-se-á a seguir, consiste em um pesquisador cujas obras, ao negarem o caráter exclusivamente normativo da forma

hegemônica de conceber o planejamento, possuem expressiva contribuição para o campo do planejamento público, “ou sabemos planejar, ou estamos condenados à improvisação” (HUERTAS, 1996, p.12). Com essa passagem acrescida das reflexões até aqui realizadas, é possível depreender a legitimidade e a utilidade do processo de planejamento para o campo da gestão no que tange a mitigar parte das incertezas que os responsáveis por gerenciar uma coletividade enfrentam.

Neste sentido, com toda a complexidade e as peculiaridades que envolvem o contexto da gestão pública, quais são as possibilidades e perspectivas existentes no que tange ao processo de planejamento? É o que procurar-se-á responder nos parágrafos seguintes.

Em um dos textos seminais sobre prática do planejamento, Banfield (1973) apresenta a pluralidade de significados do termo. Seja no contexto do socialismo, como forma de planificação econômica, ou na perspectiva do design e marketing das cidades, o autor apresenta como traço comum às práticas de planejamento no âmbito público, a tomada de decisão sobre cursos de ação que permitam alcançar fins pré-estabelecidos ou maximizar as chances de sua realização.

No que tange especificamente ao âmbito público, é importante ressaltar que o mesmo configura um espaço de diversos interesses, muitos dos quais conflitantes e antagônicos, de modo a refletir a pluralidade e a complexidade da sociedade e das mais diversas demandas dos cidadãos que nela habitam. Nessa esfera, a assimetria de poder, sobretudo no contexto do sistema capitalista, condiciona os níveis de autonomia e independência de determinados grupos sociais em relação a outros e a influência que determinados segmentos da sociedade terão nos processos políticos e na prática do planejamento (FORESTER, 1989). Ainda na visão do autor, destaca-se que a prática do planejamento no setor público é realizada no interior de instituições situadas em posições políticas demarcadas e em um contexto cujas decisões sempre estarão sujeitas à contestação de determinados grupos sociais, justamente em função da complexidade e heterogeneidade da composição do referido âmbito público.

Em relação à literatura existente a respeito do planejamento no âmbito público, para além dos textos com caráter técnico e normativo, observa-se que a mesma ainda se apresenta incipiente, dispersa e com discussões teóricas que necessitam de reflexões mais abrangentes (BANFIELD, 1973; FORESTER, 1989; MATUS, 1993; PALUDO, PROCOPIUCK, 2011). Este fato, acrescido da necessidade de instrumentos e ferramentas para os gestores públicos executarem seus trabalhos,

implica na apropriação de ferramentas e técnicas do âmbito privado, como o planejamento empresarial, ou ainda na execução, somente, dos mecanismos orçamentários previstos em lei, sem a devida atenção ao processo sistemático de planejamento de ações com base na projeção de cenários futuros desejados, a partir de análises do contexto da coletividade para a qual se administra. (HUERTAS, 1996; PALUDO, PROCOPIUCK, 2011).

A partir da proposição de uma maior reflexão sobre o planejamento no âmbito público, Forester (1989) traz uma discussão abrangente a respeito de elementos inerentes a elaboração de planos no âmbito público. O autor evidencia a pluralidade e os múltiplos significados dos diversos problemas que permeiam a esfera pública, assim como o caráter político da conduta dos atores que compõem determinada coletividade.

Endossa essa afirmação a proposição elaborada por Rattner (1977, p.23) do planejamento enquanto um processo social basicamente político nas suas mais variadas fases “cuja racionalidade só pode ser analisada à luz dos interesses, objetivos e aspirações dos diferentes grupos ou camadas da população que não tendem necessariamente a uma situação de equilíbrio consensual”. Assim, os argumentos e proposições dos autores caminham para a noção de que uma visão estritamente tecnicista e unidirecional a partir da outorga do processo de planejamento a um agente público específico. Isso se mostra uma prática inviável e aquém da complexidade inerente à área pública (MATUS, 1993).

Neste sentido, a prática do planejamento público relacionada à gestão municipal começa a ganhar força entre o fim do século XIX e o início do século XX, com o conceito de planejamento das cidades, o qual possuía caráter essencialmente urbanista e arquitetônico, cuja proposta consistia em apresentar uma resposta ao desenfreado crescimento urbano nas cidades europeias, ocasionado pela revolução industrial (OLIVEIRA, 2006).

Após a Primeira Guerra Mundial, o planejamento passou a ser utilizado por grande parte dos governos ocidentais, como uma forma de otimizar os serviços públicos e racionalizar os recursos disponíveis, fato este que endossou a concepção essencialmente econômica do planejamento governamental, a qual ganha ainda mais força no período após a crise mundial de 1929 (FERNANDES, 2012).

Banfield (1973) elucida ainda que nas organizações públicas, a prática do planejamento está condicionada a fatores contextuais e a escolhas anteriores. Neste

sentido, a ideia de escolha racional e maximização de resultados tornam-se praticamente inaplicáveis, uma vez que as decisões públicas são mergulhadas em restrições jurídicas, bem como em aspectos políticos e morais.

No contexto brasileiro, o planejamento no âmbito público ganha força sobretudo a partir da década de 1930, em que os governos começaram a se valer desta ferramenta como um vetor para o desenvolvimento econômico (PALUDO, PROCOPIUCK, 2011). Ressalta-se que o foco dos planos instaurados nessa época possuía aspecto essencialmente econômico, técnico concentrados em ações do governo em nível federal.

Durante o regime militar, o planejamento no contexto brasileiro ganhou força, sob uma perspectiva econômica, governamental e hegemonicamente concentrada nas mãos do poder executivo. O discurso dominante na retórica do planejamento nacional apregoava tornar a economia competitiva e assegurar estabilidade econômica para o país. Essas intenções foram materializadas em um plano de longo prazo, tecnicista e economicista, o Plano Decenal de Desenvolvimento 1967-1976, que pode ser considerado como a primeira experiência em planejamento de cunho mais 'estratégico' adotado no Brasil, em que as ações de longo prazo se convertiam em detalhamentos de cursos de ação e se voltavam para análises contextuais do cenário em que o país estava envolvido (REZENDE, 2011).

A crise do petróleo da década de 1980, a qual ficou conhecida como a década perdida, trouxe mudanças significativas para a prática do planejamento no Brasil, em que mesma perdeu força e legitimidade e a formulação de planos passou a ser visto com uma ação inócua e sem efetividade (PALUDO; PROCOPIUCK, 2011). Com o fim do regime militar e a abertura democrática para novas práticas, chanceladas sobretudo por meio da Constituição Federal de 1988, a prática do planejamento se tornou mais descentralizada e orientada para mecanismos de participação e controle social, em consonância com as tendências da literatura sobre planejamento público, que conforme apontam Oliveira (2006) reconhecidamente passaram a considerar as dimensões política e social desse processo.

Neste sentido, Andrade *et al.* (2008) propõem uma reflexão sobre o contexto do planejamento público brasileiro, de que algumas características dificultam a prática do mesmo no contexto nacional, características essas, relacionadas à ausência de técnicas robustas de planejamento, assim como à uma visão imediatista na resolução

dos problemas públicos e também aos resultados tímidos alcançados na experiência brasileira com planejamento sobretudo em nível local.

A articulação dos diversos atores e organizações envolvidos com o processo de planejamento público consiste em um dos grandes desafios dessa prática no contexto brasileiro, em que é possível perceber notadamente um aspecto centralizador, tecnicista e com foco no desenvolvimento econômico. Normalmente, a projeção do plano fica a cargo exclusivo da esfera governamental. É possível acrescentar ainda, que no Brasil, a noção de planejamento apresenta-se fortemente vinculada à ideia de controle, corroborando com a ideia de centralização presente nos planos públicos brasileiros (OLIVEIRA, 2006).

No nível municipal, os aspectos comunicativos do planejamento estratégico em âmbito local são destacados por Pfeiffer (2000) que argumenta que a o grande benefício da prática do planejamento consiste na conciliação de interesses e perspectivas antes dispersos e sem direcionamento, em um esforço sistemático de análise e definição de ações para que atendam aos interesses dos diversos públicos que atuam em uma localidade.

Analisado o contexto da literatura existente sobre o conceito de planejamento principalmente no âmbito público, apresentam-se a seguir as perspectivas em que o mesmo atualmente tem sido concebido. O escopo dessa descrição consiste em apresentar os aspectos normativos e emergentes nos quais os modelos atualmente adotados sobre planejamento público se enquadram.

2.2.1. Perspectivas atuais do planejamento no âmbito público

Adotou-se no presente trabalho uma matriz presente em Huertas (1996) que evidencia uma tipologia possível do processo de planejamento de acordo com os atores envolvidos e o âmbito em que o mesmo é aplicado.

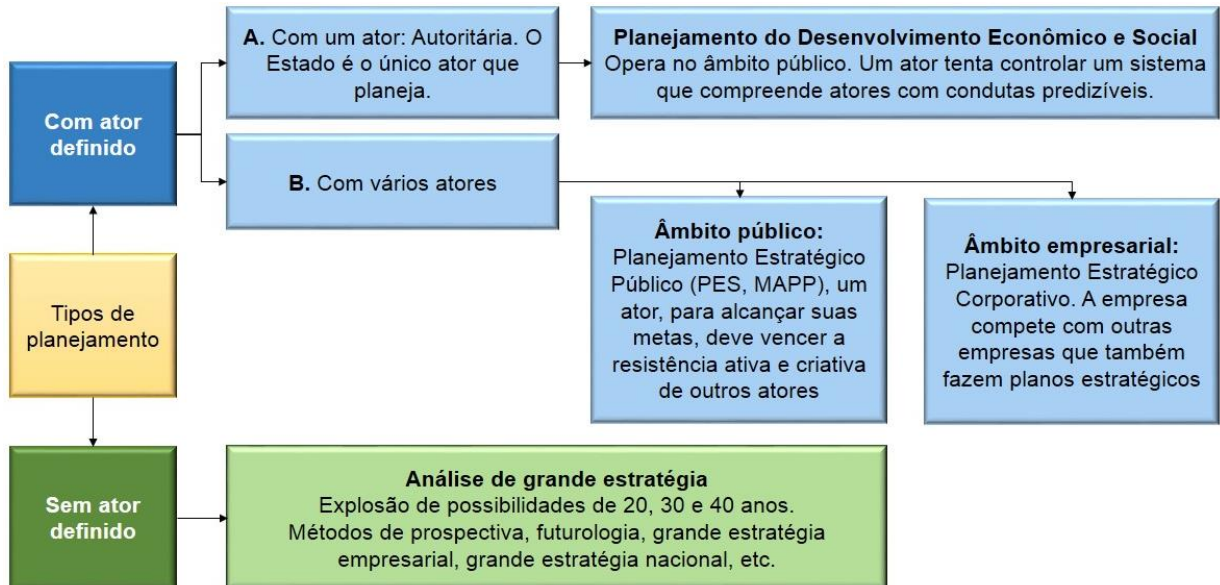


Figura 2 - Tipos de planejamento
 Fonte: Huertas (1996, p. 22)

A partir dessa matriz, evidencia-se que a apresentação das perspectivas existentes em planejamento, estão orientadas exclusivamente para o âmbito público e para o caso em que existem atores definidos para feitura do plano, seja um técnico, seja uma coletividade organizada. Contudo, conforme-se ver-se-á a seguir, em alguns momentos, serão abordadas perspectivas unilaterais e em outros momentos, perspectivas multicêntricas.

2.2.1.1. PERSPECTIVA NORMATIVA

Nesta perspectiva de planejamento, com foco essencialmente 'estadocêntrico', com olhar tecnicista e com abordagem amplamente vinculada à perspectiva orçamentária, existe a premissa de que a ação governamental planejada seja necessária para mitigar os problemas de uma sociedade complexa e que dentre os inúmeros fatores que compõem a mesma, existe a limitação de recursos e necessidades multilaterais a serem atendidas, dos diferentes atores que devem ser contemplados pelas políticas e medidas adotadas pelo poder público (ANDRADE *et al.*, 2008).

Analisando-se o trabalho de Andrade *et al* (2008), é possível evidenciar que, ainda que tenham uma perspectiva mais tecnicista e centralizadora, os planos normativos possuem a finalidade de reduzir inseguranças, profissionalizar o exercício da gestão e possibilitar a priorização cursos de ação frente as incertezas de um

ambiente analisado. Contudo na perspectiva normativa, as dimensões legal e orçamentária são prevalentes no processo de planejamento, de modo a limitar, ou não considerar plenamente, uma participação mais profunda e abrangente dos atores locais.

Por meio da Constituição Federal (CF) de 1988, os sistemas de orçamento e planejamento público foram integrados em uma perspectiva de planejamento composta pelo Plano Plurianual (PPA), pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) bem como pela Lei Orçamentária Anual (LOA) nos três níveis da federação brasileira. Além disso, a CF também norteou a formulação de políticas urbanas, por meio do Plano Diretor (PD), integrando-o aos instrumentos de planejamento público municipal. O PD configura uma medida para projetar a gestão do território com base em uma multiplicidade de elementos componentes do mesmo, objetivando a qualidade de vida dos residentes em um município com população superior a vinte mil habitantes (ANDRADE *et al.*, 2008).

Discutir-se-á brevemente a seguir sobre cada um dos instrumentos de planejamento tomados como normativos no presente trabalho, com ênfase para a dimensão municipal da aplicação de tais instrumentos.

PLANO PLURIANUAL (PPA)

Considera-se o PPA municipal, como um instrumento para a condução das ações públicas bem como os gastos governamentais em um período de quatro anos em que se estabelecem as diretrizes, as metas, os indicadores para a atuação da gestão pública (VAINER, ALBUQUERQUE e GARSON, 2004). Quanto à duração do PPA, o mesmo “compreende quatro exercícios financeiros, iniciando-se no segundo ano de mandato de um prefeito e terminando no primeiro ano de mandato do prefeito subsequente, evitando assim a descontinuidade das ações do governo” (ANDRADE *et al.*, 2008, p.21).

Ademais, o PPA é composto por duas partes fundamentais, sendo uma delas a **base estratégica** que consiste em uma análise contextual sobre a realidade vivida pelo município no momento da elaboração do plano, assim como pelos **programas**, que consistem na sistematização de ações para mitigar os problemas e atender às necessidades levantados na base estratégica do plano. Os programas podem ser finalísticos quando provisionam ações diretamente ofertadas aos cidadãos; ou de

apoio administrativo, que servem para contemplar gastos essencialmente administrativos (VAINER, ALBUQUERQUE e GARSON, 2004).

Considera-se fundamental a existência de uma perspectiva estratégica na proposta do Plano Plurianual. Contudo, conforme discutir-se-á posteriormente ainda neste trabalho, o fato é que a perspectiva estratégica contida na perspectiva normativa do planejamento público, pode adquirir um caráter centralizador e unidirecional, não contemplando a pluralidade e a complexidade dos problemas vividos no campo da administração pública.

Ademais, a gestão do PPA ocorre de maneira cíclica, conforme, pode-se perceber no esquema ilustrativo a seguir:

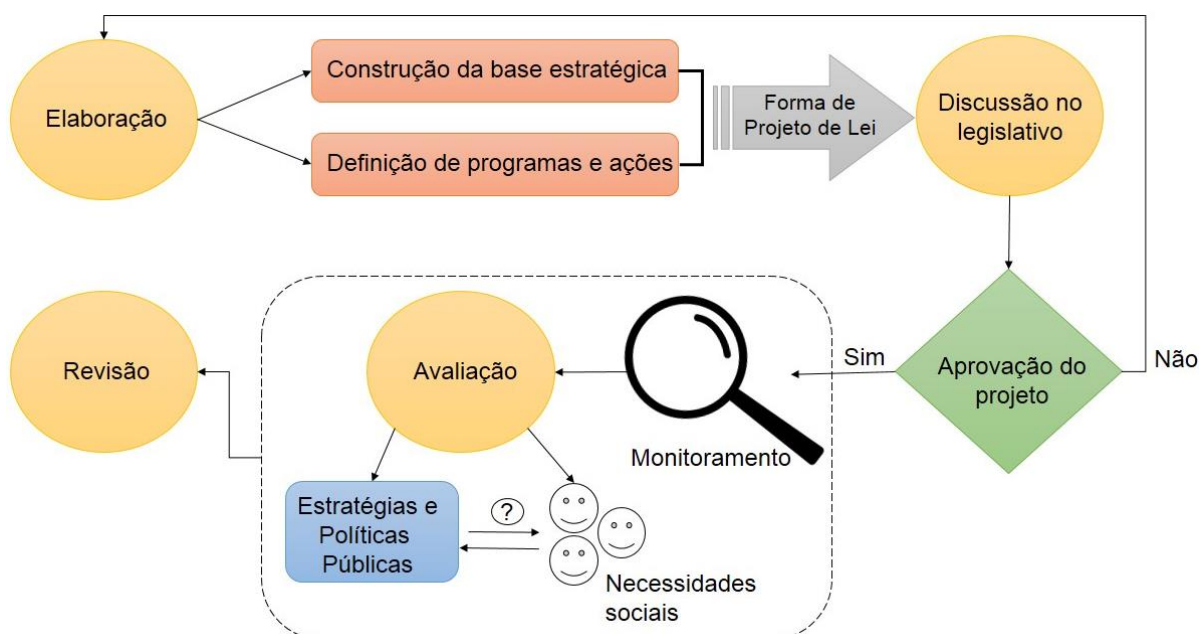


Figura 3 - Modelo de gestão do PPA

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Vainer, Albuquerque e Garson, (2004), pp.21-22

Além disso é importante ressaltar que o PPA possui uma perspectiva de planejamento das ações de forma regionalizada. No contexto federal e estadual, as regiões são definidas ao longo do território por meio das necessidades de pontos específicos da área de atuação do plano. Já em âmbito municipal, as ações são definidas por critérios menos fragmentados, principalmente nas cidades de pequeno porte, tendo em vista a reduzida área geográfica de atuação do plano, podendo ser pensadas ações para determinado bairro, rua, zona urbana ou rural e afins (ANDRADE *et al*, 2008).

As diretrizes proposta pelo PPA dizem respeito a despesas de capital e à elaboração de programas para ação governamental no próximo quadriênio de modo

a tornar claro o escopo da administração pública, sistematizar a oferta de bens e serviços públicos para a sociedade assim como atribuir condições para o controle das ações governamentais (VAINER, ALBUQUERQUE e GARSON, 2004).

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)

A LOA emerge a partir de uma proposta orçamentária que estabelece as receitas e os gastos públicos municipais. Isto é, corresponde a uma previsão dos recursos financeiros para provisionamento das ações governamentais previstas para o próximo exercício de acordo com as diretrizes estabelecidas no PPA (ANDRADE, 2008; PALUDO, PROCOPIUCK, 2011).

Ademais, a LOA "promove o detalhamento dos programas e aloca os grupos de despesas por ações, isto é, projetos e atividades" (MATIAS-PEREIRA, 2012, p.15).

Além disso, a criação da LOA é orientada pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, cujas definições, ver-se-ão a seguir.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO)

A LDO consiste em um instrumento legal que além de definir as metas e da administração pública, consiste em um mecanismo para a integração entre o PPA e a LOA.

Na LDO são definidas as diretrizes que orientaram administração pública na elaboração da proposta orçamentária e na sua execução, sendo selecionadas dentre as diversas ações governamentais constantes no PPA aquelas que serão prioritárias durante a elaboração da LOA e de sua execução, compatibilizando com ser cursos públicos arrecadados proporcionando, assim condições para que as demandas específicas da sociedade sejam priorizados e realizadas (ANDRADE, 2008, p.72).

Com base nessa passagem, é possível depreender que a LDO possui função relacionada ao controle das finanças públicas, de modo a permitir o equacionamento e o acompanhamento do uso dos recursos financeiros públicos, uma vez que os mesmos são priorizados e previamente definidos (ANDRADE, 2008).

O referido autor analisa ainda, que a LDO foi potencializada e teve seu alcance ampliado por meio da Lei nº101 de 2000, também conhecida como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que consiste em um instrumento legal que estabelece as diretrizes e princípios de responsabilidade para a gestão fiscal, normatizando as finanças públicas com base nos princípios da transparência no processo de

planejamento e orçamento públicos (VAINER, ALBUQUERQUE e GARSON, 2004). A LRF também influenciou a operacionalização da LOA, tornando-a mais minuciosa no que tange à definição e à especificação das projeções das finanças públicas e critérios de comprovação dos gastos orçados (ANDRADE, 2008).

PLANO DIRETOR (PD)

O PD consiste em um dos mais importantes instrumentos de política urbana previstos na lei nº 10.257 de 2001, conhecida como Estatuto das Cidades, que estabelece as diretrizes para a formulação de políticas urbanas e engloba elementos relacionados à sustentabilidade das cidades, a gestão democrática, bem como ao planejamento do desenvolvimento de territórios (ANDRADE, 2008).

Propostas de desenvolvimento das cidades encontram no PB um instrumento norteador para a elaboração de políticas urbanas em nível municipal. Além disso o PD deve ser vinculado aos demais instrumentos de planejamento público. Isto é ao PPA, à LOA e à LDO. O PD é obrigatório para os municípios acima de 20 mil habitantes e possui um conteúdo mínimo a ser contemplado. Nos municípios com população superior a 500 mil habitantes, diretrizes relacionadas ao transporte urbano coletivo devem ser acrescentadas ao conteúdo mínimo deste instrumento (ANDRADE, 2008).

2.2.1.2. Perspectivas emergentes

Adotaram-se como perspectivas emergentes de planejamento público no presente trabalho, as manifestações no âmbito das cidades ou no âmbito da administração pública que contemplassem novas formas de se pensar o planejamento, para além dos instrumentos legais e normativos e com maior repercussão no arcabouço de literaturas acessadas.

Dessa forma, propõe-se a discussão sobre os seguintes modelos de planejamento:

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PÚBLICO / GOVERNAMENTAL

Categorizaram-se como conceitos similares, as noções de planejamento estratégico público, planejamento estratégico de cidades e planejamento estratégico

governamental, em função da ausência de robustez e precisão conceitual no que tange a estes conceitos. Neste sentido, pretende-se apresentar no presente tópico, uma definição da aplicação do conceito de planejamento estratégico aos diferentes âmbitos da administração pública.

Pensar sobre estratégia no âmbito público redundava em considerar a pluralidade dos interesses e dos problemas a serem mitigados em uma coletividade. Nesse processo, para uma ação planejada que de fato reflita um interesse genuinamente público; o dissenso, as contradições e o processo de barganha se mostram como elementos comuns a um processo de construção coletiva do planejamento estratégico público (MOTTA, 2004).

Neste sentido, o referido autor define como reflexão estratégica o processo de “pensar coletivamente a razão de ser e os objetivos de uma organização municipal. É um processo de liberar o potencial criativo e de concretização existente nas pessoas” (MOTTA, 2004, p. 50). Expande-se a concepção do autor do que seja uma reflexão estratégica levando-se o mesmo para um conjunto de organizações públicas e até mesmo para a própria cidade de modo global, uma vez que a partir da reflexão dialógica, novos pontos de vista e perspectivas emergentes podem ser incorporadas à visão estratégica corrente.

Ademais, no que tange ao Planejamento Estratégico Governamental (PEG), o conceito adotado no presente trabalho é proposto por Paludo e Procopiuck (2011, p. 91) que designam o PEG uma forma genérica de planejamento no âmbito público que varia entre os governos de modo que os mesmos “devem inovar de forma a construir uma rede de governança local, estadual e nacional. Isso inclui novos mecanismos de coordenação, maior número de atores na sua elaboração, o empreendedorismo dos interessados e a sustentabilidade das políticas”.

Mais especificamente no âmbito municipal, o chamado Planejamento Estratégico de Cidades (PEC) começou a ser abordado em termos teóricos e práticos, a partir da década de 1980 como uma forma de ordenar o processo de desenvolvimento. No Brasil e na América Latina, os PECs ganharam amplo alcance a partir da década de 1990, contudo tais planos não apresentaram diferenças substanciais com as formas normativas de planejamento como os Planos Diretores ou Planos de Governamentais.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SITUACIONAL (PES)

Destaca-se no presente trabalho, o Planejamento Estratégico Situacional (PES) como uma das mais relevantes perspectivas existentes sobre o planejamento público, sendo esta, definida por seu fundador, o economista Chileno Carlos Matus, como o produto de 25 anos de um estudo de cunho teórico, metodológico e técnico sedimentado por uma equipe multidisciplinar, com o escopo de ressignificar as bases existentes sobre planejamento no setor público (HUERTAS, 1996).

O PES assumidamente adota um posicionamento epistemológico contrário à perspectiva tradicional de planejamento, concebendo o mesmo como um fenômeno complexo que deve se orientar para a dimensão situacional da realidade, isso é deve considerada a situação, ou seja, os pontos de fala dos diversos atores que compõem um determinado fenômeno para uma compreensão minimamente plausível da realidade (MATUS, 1993). A obra do referido autor vai além de um manual sobre a prática do planejamento e propõe reflexões sobre os aspectos relacionados aos processos sociais que se encontram subjacentes à formulação de um plano que atende aos anseios de uma comunidade, bem como provoca inquietudes inerentes à concepção hegemônica do que é o planejamento e também de quem deve fazê-lo ou pelo menos, participar dele.

O PES emerge como uma perspectiva adequada para analisar problemas complexos.

A visão de Matus (1993) é que o planejamento, enquanto faculdade de “conduzir conscientemente” (p.14) a realidade social, consiste em uma prática inerente à experiência humana e à vida em sociedade. Neste sentido, a estrutura do PES precisa ser flexível, voltada para a compreensão multicêntrica de um fenômeno social e não pode dissociar ‘os que planejam dos que executam’ frente à complexidade da realidade social em análise.

Neste sentido, uma característica marcante do PES consiste no fato de que o mesmo é constantemente adaptável e adaptado, uma vez que emerge da premissa de que a realidade é dinâmica e de que novos elementos constantemente emergem à tônica das dinâmicas sociais existem em uma determinada realidade (LIDA, 1993).

Matus (1993, p. 71) propõe que “a principal deficiência na capacidade de governo tem origem, geralmente, na pobreza, rigidez do cálculo que precede e preside a ação do governante, ou seja, de seus métodos de planejamento”. Dessa forma, depreende-se dessa passagem, a crítica à perspectiva de planejamento baseada na

visão de um técnico, ou de uma equipe técnica que assume a condução de um processo de planejamento, levantando de maneira isolada um diagnóstico da contexto social em análise e priorizando com base em argumentos estritamente técnicos e econômicos, os cursos de ação adequados para o direcionamento do planejamento.

Neste sentido, a integração entre planejamento e ação bem como a consideração do ponto de vista dos múltiplos envolvidos como uma proposta de interesse coletivo, apresentadas por Matus (1993) corroboram a perspectiva adotada na presente dissertação sobre a noção de planejamento público e possibilitam a compreensão da indissociabilidade da dimensão social da ação planejada.

Ressalta-se que os elementos característicos do PES possuem uma linguagem bastante própria, com expressões que visam diferenciar e designar as diferentes etapas e técnicas que são utilizadas no desenvolvimento desse método. Ilustra essa informação, o nono capítulo da obra de Matus (1993) em que o mesmo propõe um vocabulário mínimo com expressões que o pesquisador que decide investigar sobre o PES, necessita conhecer para um entendimento legítimo sobre o tema. Por exemplo, no PES, aplica-se uma técnica chamada de cenários estratégicos, em que fazendo-se uma analogia do método PES a um teatro, “as diversas realidades são chamadas de cenários. Em cada cenário existe a paisagem e os atores [...] os atores, também chamados de jogadores, executam ações ou jogadas, que se realizam dentro de certas regras estabelecidas” (LIDA, 1993, p.116). Essa passagem evidencia o posicionamento dos fundadores do PES em considerar os múltiplos aspectos da trama social que envolvem o cotidiano do múltiplos atores que coabitam uma realidade.

Considerando-se que cada indivíduo, no decorrer de sua existência possui experiências, valores e condições sociais, econômicas, políticas e culturais diversas e por vezes conflitantes, é evidente que a construção social da realidade se dará por meio de uma luta de interesses, negociações, manifestações de força e para uma representação infimamente condições com interesses mais coletivos, necessita de ferramentas e procedimentos dialógicos, que possibilitem a interação entre os indivíduos.

Reconhecendo a complexidade das funções que envolvem um governo, Matus (1993) propõe ainda uma articulação em forma triangular de variáveis a serem consideradas no processo de governar, sendo elas: i) o projeto de governo, que consiste nas ações propostas propriamente ditas, isto é, o conteúdo da proposta de governo e dos elementos dela derivados; ii) a capacidade de governo que pode ser

considerada como o conhecimento técnico para a condução do processo social de planejamento e gestão. Por fim, a última variável envolvida com o ato de governar consiste na governabilidade do sistema, que pode ser entendida como a quantidade de variáveis inerentes aos processo social de política, planejamento e governo que o ator consegue controlar.

Conforme aponta Misoczky (2011) o PES é uma ferramenta não apenas para a planejamento governamental e sim uma forma mais ampla de planejamento público, ao envolver as organizações da sociedade, os cidadãos e todos os níveis da administração pública.

Dessa forma, é possível observar no PES, a inserção do papel político do planejador bem como a consideração do comportamento de todos os atores envolvidos de modo a construir políticas públicas com base no consenso entre os diversos atores sociais e em um espaço social para deliberação. Ilustra essa

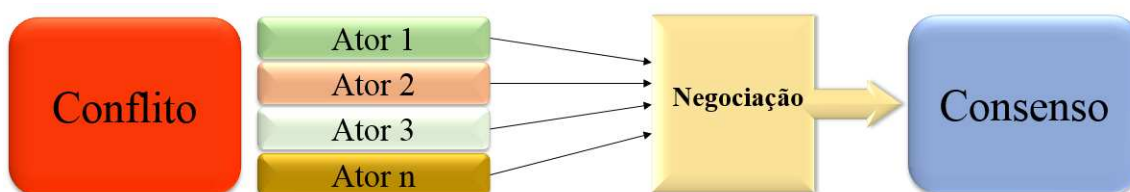


Figura 4 - Modelo de construção de consensos
informação o seguinte esquema:

Fonte: (PALUDO e PROCOPIUCK, 2011, p.127)

A base de atuação do Planejamento Estratégico Situacional consiste nos problemas públicos, definidos enquanto situações insatisfatórias e passíveis de mudanças, e seu método passa por quatro etapas dinâmicas e constantemente reiniciadas de atuação, que consistem no momento explicativo, no qual os problemas públicos são levantados e discutidos entre diversos atores sociais, correspondendo a um tipo de diagnóstico obtido por meio do diálogo e participação; no momento normativo, em que se define o conteúdo do plano, isto é, o direcionamento do curso de ação; o momento estratégico, em que se avalia a viabilidade do plano; e por fim o momento tático-operacional, em que se aplicam as ações planejadas (BELCHIOR, 1999). Observa-se dessa forma, que se trata de um modelo de planejamento baseado na ação, com foco multidimensional, que presume ações constantes e com perspectiva de resolver problemas coletivos por meio da negociação entre os atores envolvidos.

A base de atuação do Planejamento Estratégico Situacional consiste nos

problemas públicos, definidos enquanto situações insatisfatórias e passíveis de mudanças, e seu método passa por quatro etapas dinâmicas e constantemente reiniciadas de atuação, que consistem no **momento explicativo**, no qual os problemas públicos são levantados e discutidos entre diversos atores sociais, correspondendo a um tipo de diagnóstico obtido por meio do diálogo e participação; no **momento normativo**, em que se define o conteúdo do plano, isto é, o direcionamento do curso de ação; o **momento estratégico**, em que se avalia a viabilidade do plano; e por fim o **momento tático-operacional**, em que se aplicam as ações planejadas (BELCHIOR, 1999). Observa-se dessa forma, que se trata de um modelo de planejamento baseado na ação, com foco multidimensional, que presume ações constantes e com perspectiva de resolver problemas coletivos por meio da negociação entre os atores envolvidos.

PLANEJAMENTO DEMOCRÁTICO / PARTICIPATIVO

Considera-se importante ainda, apresentar o Planejamento Estratégico Participativo (PEP), apontado por Misozcky (2011) como uma forma baseada no PES, cujo fundamento consiste na participação, na autonomia dos atores sociais e na democratização das relações sociais e de poder. Esse modelo de planejamento insere a participação como categoria principal, tornando os métodos e a aplicação adaptáveis à situação vivenciada e orienta-se pela premissa de existência da vontade política.

Os princípios que envolvem o PP fortalecem a noção de uma governança em rede, composta por diversos atores contribuindo de maneira sistêmica para a formação do bem público. Entende-se a governança no presente trabalho, enquanto uma forma de governar mais ampla e cooperativa na qual o arranjo institucional é formado por “agentes públicos, semipúblicos, e privados que participam e muitas vezes cooperam na formulação e implementação de políticas públicas, dentro de um estado policêntrico” (PALUDO; PROCOPIUCK, 2011, p.73). A leitura que se faz do PP é que o mesmo atribui uma maior chancela democrática ao PES, bem como traz maior simplicidade ao mesmo. Contudo, não se localizou na literatura acessada em relação ao PP, um modelo, isto é, uma sequencias de definições a respeito da operacionalização dessa vertente de planejamento público.

No processo de planejamento participativo, Demo (1980) corrobora as ideias de Matus (1993) e Forester (1989) ao questionar o papel eminentemente impositivo adotado na perspectiva hegemônica do planejamento e evidencia ainda o papel da educação como um vetor para a transformação social. Entretanto, Demo (1980) reconhece em sua fala, a impossibilidade de um rompimento com a lógica dominante no processo de planejamento público, mas advoga em favor de uma abertura democrática e dialógica ao processo de construção de ações planejadas.

Ao relativizar a democracia nas sociedades capitalistas, fato sobre o qual não se adentrará nas discussões da presente dissertação, Demo (1980) defende que mesmo com as limitações do envolvimento do cidadão com as questões da coletividade, se "existe coparticipação [...] isto já é suficiente para tornar a democracia a meta de uma conquista diária". Dessa passagem é possível depreender que o autor acredita na evolução incremental do processo participativo e na conquista de espaços de fala, como um avanço possível do processo democrático.

O elemento marcante encontrado a partir da síntese do material levantado sobre o PP é que o mesmo traz à tona, a necessidade de uma participação mais opinativa e menos burocrática no processo participativo, cabendo aos responsáveis pela condução do processo de planejamento integrar as vozes inerentes ao contexto social que se presente planejar e conduzir, de modo a assegurar a democracia e a isonomia.

2.3. Planejamento público de ações para o desenvolvimento local: interfaces com a coprodução do bem público

O presente capítulo, tem como objetivo articular teoricamente os conceitos de planejamento público, desenvolvimento local, sustentabilidade e a coprodução de bens e serviços públicos, por meio dos principais elementos constitutivos do conceito de coprodução como a interação entre sociedade e governo, o protagonismo comunitário e a interação entre os indivíduos de uma comunidade (SOUZA, 2015) com o objetivo de compreender como é possível desenhar, isto é, elaborar planos para o desenvolvimento local sustentável, envolvendo todos os membros de uma comunidade, com uma orientação pelos valores do movimento Slow City, tais quais a sustentabilidade, valorização da produção local, o respeito às tradições culturais e a preservação do meio ambiente.

O tema 'desenvolvimento', é, por si só, uma abordagem polissêmica e repleta de vertentes. Quando relacionado aos princípios que formam o movimento *Slow*, torna-se ainda mais complexo, criar uma conceituação sobre esta temática.

Nesta perspectiva, para caracterizar a concepção de desenvolvimento adotada pelo autor do presente trabalho, reuniu-se um arcabouço teórico, cujas reflexões considerassem, aspectos endógenos do local, bem como o envolvimento comunitário para a transformação de uma realidade social. Assim, destaca-se que não se pretende abordar de maneira exaustiva a temática do desenvolvimento local no presente trabalho. O esforço intelectual aqui realizado, consistiu em elencar perspectivas teóricas que embasassem as análises inerentes à lógica do desenvolvimento, sobretudo de maneira condizente à perspectiva proposta pelo discurso constitutivo do movimento *Slow*.

Sobretudo no contexto das pesquisas latino-americanas, os estudos sobre desenvolvimento ampliaram seu alcance na década de 1970 a partir de duas vertentes principais: a liberal, pautada na lógica de mercado e na adoção de modelos econômicos e a estruturalista baseada, em relações mais complexas como a relação centro-periferia, recortes territoriais e formas de articulação entre atores sociais (GOULART, 2006).

Neste sentido, é importante considerar que o conceito e as aplicações do desenvolvimento local configuram uma discussão ampla que são abordados tanto por uma vertente econômica, quanto por uma vertente social (MOURA *et al.*, 2002). Nesta perspectiva, Dias e Matos (2012) caracterizam o conceito de desenvolvimento local como multifacetado e difuso, evidenciando que inicialmente, o mesmo era tido exclusivamente como desenvolvimento econômico local, associado a valores econômicos e geração de divisas. Os autores apontam ainda a existência de outros elementos associados à concepção de desenvolvimento local, tais quais perspectivas socioculturais, o envolvimento dos cidadãos nas ações políticas, bem como a qualidade de vida e outras questões sociais.

Ao se analisar uma localidade, é elementar que sejam considerados aspectos econômicos associados ao desenvolvimento como o tamanho da região, o nível de renda e as estruturas de produção; entretanto, essas não são as únicas unidades capazes de avaliar a performance de uma região (SOUZA, 2009). A autora considera ainda, que as fronteiras do desenvolvimento regional obedeçam ainda a critérios culturais, políticos e administrativos.

Nesta perspectiva, considera-se no presente trabalho como desenvolvimento local:

Um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas. Para ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento deve elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais (BUARQUE, 1999, p.9)

Para se compreender a ampliação das discussões sobre desenvolvimento local, é preciso lançar um olhar para a década de 1970, em que, com a crise do petróleo percebeu-se que a perspectiva econômica do desenvolvimento, cujo controle era exclusivo do Estado precisava ser repensada. Dessa forma, em um contexto de ampliação dos movimentos ambientalistas, foram lançadas perspectivas de desenvolvimento local relacionadas a aspectos sociais e ambientais (MOURA, *et al.*, 2002; GOULART, 2006;).

No contexto brasileiro, ressalta-se que as discussões sobre o desenvolvimento local tiveram seu auge após a Conferência Rio 92. Este acontecimento fomentou não só uma postura mais ativa por parte das prefeituras, como fomentou a interação entre os setores público e privado (CORRAL, 2010). A referida autora, a partir da análise de um conjunto de casos relacionados ao desenvolvimento apontou alguns elementos que contribuem para o desenvolvimento local, como a valorização por parte do poder público, dos saberes populares e da visão dos atores sociais, o uso de mídias com conteúdo dialógico e responsivo às referências e à realidade dos usuários dos serviços públicos, bem como o fortalecimento e incentivo total aos mecanismos de participação e controle social.

Conforme definem Albuquerque e Zapata (2010, p. 214):

No Brasil, a promoção do desenvolvimento econômico local/territorial precisa do fortalecimento institucional para a cooperação público-privada como condição necessária para criar ambientes inovadores territoriais [...] É preciso reforçar a capacidade dos diferentes sistemas/ arranjos/eixos produtivos locais, para equalizar as condições de competitividade empresarial e regional e atender aos objetivos de coesão social tão importantes no cenário brasileiro de fratura do tecido social.

Dessa forma, a passagem anterior evidencia o desafio da criação de estruturas institucionais que consigam efetividade tanto no alcance da participação real dos cidadãos, quanto na resolubilidade dos problemas públicos.

Aqui, cabe ainda salientar a importância dos atores locais na configuração do conceito de desenvolvimento local, em função da necessidade de articulação conjunta entre governo e sociedade bem como dos cidadãos entre si, na proposição de medidas para o desenvolvimento socioeconômico, que possam abranger múltiplas dimensões tais quais a cultura, a identidade local, as capacitações e recursos de uma região, bem como da sustentabilidade ambiental, que consiste no uso dos recursos no presente de modo a não prejudicar o consumo das gerações futuras. (CANÇADO, SAUSEN e VILLELA, 2013).

No que diz respeito ao desenvolvimento sustentável, é preciso considerar a inserção nas discussões dessa temática do conceito de ecodesenvolvimento proposto por Ignacy Sachs (1986), visto como um processo de desenvolvimento que harmoniza questões ecológicas, econômicas e sociais como orientação para perspectivas de ações futuras em nível local.

Conforme aponta Chacon (2014), da ideia de ecodesenvolvimento, surge o conceito de desenvolvimento sustentável, termo proposto na década de 1970 na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, associando à ideia de sustentabilidade o papel dos indivíduos como responsáveis pelas tomadas de decisões e ações sustentáveis, orientadas por quatro princípios que são os aspectos sociais, os aspectos econômicos, a dimensão ambiental e as questões políticas e institucionais (ARINS, 2009; CHACON, 2014).

Acredita-se que para que haja o desenvolvimento local, é preciso compreender a complexidade das relações nas quais se insere um município. Assim, Dias e Matos (2012) evidenciam a necessidade de novas perspectivas para a gestão municipal as quais considerem as características culturais e com o escopo de fomentar a participação dos cidadãos no planejamento e diálogo dos fluxos de ação em um determinado território.

Nessa perspectiva, a ideia de planejamento, seja no contexto da gestão privada, seja na gestão pública, envolve conceitos relacionados a antever cenários de atuação em prazos futuros, ao delineamento de ações para atingir determinados objetivos e ao pensamento coletivo das capacitações e recursos necessários para obter um determinado resultado (PALUDO e PROCOPIUCK, 2011). Nessa perspectiva, no que se refere ao planejamento coletivo de ações para o desenvolvimento local, torna-se relevante evidenciar que

Enquanto estratégia de planejamento e de ação, o desenvolvimento local aparece num contexto em que se esgotam as concepções de desenvolvimento associadas a progresso material (acúmulo de riquezas), pessoal (“ganhar a vida”) e ilimitado (“quanto mais melhor”), mas sobretudo é um produto da iniciativa compartilhada, da inovação e do empreendedorismo comunitários (MARTINS, 2002, p.51).

Nas questões que envolvem planejar o desenvolvimento, observa-se uma tendência recente de valorização dos elementos humano e ecológico, demandando reflexão e interesse dos indivíduos de uma localidade não apenas para ouvirem, mas também para elaborarem propostas. Pensar coletivamente, demanda um esforço intelectual dos envolvidos no que diz respeito à consideração de múltiplos contextos e a interação entre interesse plurilaterais em um mesmo espaço. E é nesse aspecto que reside a questão elementar para uma efetiva produção conjunta: a criação de modos efetivos de protagonismo comunitário e envolvimento do indivíduos com a coisa pública (MARTINS, 2002).

O desenvolvimento em nível local considera ainda a inserção de inovações em processos e em produtos/serviços, de modo a ampliar as possibilidades de atores sociais desarticulados e sem perspectiva de ascensão em suas atividades produtivas. Neste sentido, as lideranças locais, sejam políticas, sejam comunitárias, têm papel imprescindível, no sentido de levantar demandas e potencialidades existentes no território, mobilizar os atores sociais, bem como criar condições para que haja conexões, formação de redes, geração de renda, ampliação da qualidade de vida, manutenção da democracia e conseqüentemente, desenvolvimento (ALBUQUERQUE; ZAPATA, 2010).

No que tange aos elementos que constituem as iniciativas de desenvolvimento local, Albuquerque e Zapata (2010, p. 217) definem os seguintes elementos.



Figura 5 - Bases de sustentação das iniciativas de desenvolvimento local

Fonte: Albuquerque e Zapata (2010, p. 217)

Nesta perspectiva, observa-se que o modelo proposto pelos autores se baseia em uma estrutura de governança (ainda que não empreguem este termo) que crie condições contextuais e institucionais para o desenvolvimento local. Estes elementos podem ser utilizados, inclusive, como ferramenta para a validação e verificação de iniciativas cujo escopo seja promover o desenvolvimento local, como é o caso do movimento *Slow City*.

Ademais, no que tange à questão do desenvolvimento local, destaca-se que este conceito carrega em seu cerne, correlação com a uma perspectiva humanista, holística e ecológica do território (MARTINS; BOSCO, 2002), assim como o fazem os autores do movimento *Slow City*. Este fato endossa a perspectiva localista e comunitária apresentada na presente dissertação, visto que as perspectivas teóricas adotadas nesta pesquisa para o que se concebe por desenvolvimento, parte da relação integrada da comunidade, através de uma estrutura ordenada, que assegure o condições de transformação da realidade local.

Conforme apontam Martins e Bosco (2002), existe uma vertente do desenvolvimento local que o considera inclusive como uma forma de planejamento do

território. Os autores definem o DL como um fenômeno *sui generis*, de difícil mensuração e categorização. Este fato contribui para a construção conceitual realizada na presente dissertação, de uma delimitação teórica do que se concebe por desenvolvimento local no presente trabalho, a partir dos princípios norteadores do movimento *Slow City*.

2.4. Transição teórico-empírica: o desenvolvimento das cidades de pequeno porte por meio do Movimento Slow City (MSC)

O presente trabalho, tem como um de seus panos de fundo temáticos, a questão do tempo e suas implicações na vida em sociedade. Este fato se dá em função da origem do Movimento *Slow*, que se propõe a ressignificar o ritmo de vida e o uso social do tempo na sociedade. Tal questão suscita uma abordagem multilateral sobre a concepção do tempo e dos impactos sociais do uso do mesmo. Elias (1990) afirma que o tempo se refere a um relacionamento entre sequências de acontecimentos sociais perceptíveis pela consciência humana. Neste sentido, a experiência do homem com o tempo é determinada por uma relação cognoscente interna, isto é, o tempo não existe fora do sujeito.

Contudo, é importante ressaltar que ainda que a relação com o tempo seja uma experiência individual, o tempo em si, pode ser interpretado como mais uma instituição social, pois, enquanto ritmo de vida, o tempo tem papel coercitivo e normativo na vida em coletividade (ELIAS, 1990). Isto pode ser evidenciado empiricamente por meio da observação do ritmo de vida e do uso social do tempo em sociedades de diferentes portes.

O tempo, para Harvey (2008), representa uma categoria dotada de expressão política, ideológica e que possui forte conotação social, podendo ser configurada por meio de uma materialidade, o que proporciona uma dimensão social e simbólica do uso do tempo, entendido pelo autor como uma sucessão de eventos. Ou seja, o modo como as sociedades e os grupos utilizam seu tempo, evidenciam suas condições de vida, hábitos, valores e maneiras de interação com o grupo e com o ambiente em que se inserem.

Ainda que a presente dissertação não tenha como objetivo adotar postura crítica em relação à formação capitalista da sociedade moderna, torna-se necessário apontar que o ritmo da modernidade e sobretudo a formação do estilo de vida da

classe média americana, instituíram um modelo de sociabilidade e interação humana, caracterizado pela praticidade e pelo "bom uso do tempo". Este fato fomentou a indústria de comidas rápidas, que conseqüentemente instigavam as pessoas a adotarem um ritmo de vida mais intenso, por meio da publicidade e propaganda, o que conseqüentemente produziu uma imaginário coletivo de *glamourização* da velocidade (PAUL, 2014).

Entretanto, destaca-se que o presente trabalho não pretende esgotar, ou sequer aprofundar as discussões a respeito da temporalidade. Apresentaram-se aqui, fundamentos do insumo intelectual que fomenta os argumentos dos que teorizam sobre o Movimento *Slow*, o qual consiste no enfoque do presente trabalho. Atribui-se ao chamado imperativo da pressa e à lógica da velocidade, a responsabilidade de serem diretrizes da sociedade industrial em que tempo é dinheiro. Nesta perspectiva, os autores que defendem a adoção do movimento *Slow* como um novo paradigma para a vida em sociedade, acreditam que desacelerar, repensar a aplicação da lógica industrial para os diversos âmbitos da vida privada, seja uma maneira de combater as mazelas advindas do ritmo de vida moderno como o estresse e a degradação ambiental em larga escala, a poluição, a construção não planejada, a pobreza e a criminalidade (DOGRUSOY, DALGAKIRAN; 2011).

Assim, identificou-se como necessária a distinção deste capítulo em uma transição teórico-empírica, em função das especificidades do MSC, enquanto objeto de estudo, sendo tratado na literatura, ora como teoria, ora como objeto empírico de análise. Assim, a reflexão epistemológica proposta por Bauer (2016) sobre o MS, acrescida das pesquisas de cunho bibliográfico realizada a respeito do conhecimento produzido sobre a chamada 'Filosofia *Slow*' evidenciou a incipiência da mesma enquanto um conceito a ser explorado cientificamente. Os trabalhos acadêmicos, sobretudo internacionais, que versam sobre o movimento, evidenciam a restrição de uma reflexão essencialmente empírica sobre o movimento e basicamente condicionadas às diretrizes da rede *Cittaslow*, como é possível observar nos trabalhos de (MAYER; KNOX, 2006; MIELE, 2008; DOGRUSOY, DALGAKIRAN; 2011; KARABAG, YÜCEL e INAL, 2012; ILDIKO, 2013; PAUL, 2014; TRUE; KILIÇASLAN, 2015).

Dessa forma, o presente capítulo tem por objetivo contextualizar o *Movimento Slow* para compreensão da filosofia sobre a qual emerge o *Movimento Slow City*. Dessa forma, de acordo com Bauer (2016) o movimento *Slow*, ou ainda movimento

Devagar do qual deriva a filosofia do *Slow City*, pode ser considerado como a busca por novos significados para as bases comunitárias, uma vez que procura a harmonia entre fatores socioculturais; econômicos e ambientais, relacionados à ecologia e à sustentabilidade, sobretudo, no que diz respeito às relações da sociedade com o tempo.

O referido autor contextualiza o *Slow Movement* como um movimento ideológico contestatório surgido no final do século XX que a partir de diversas vertentes emerge como uma alternativa ao ritmo caótico da sociedade contemporânea e utiliza o tempo como principal vetor de reflexões e de protesto. Daí o nome movimento *Slow*, ao propor a redução do ritmo em uma sociedade cuja regra é a racionalização da vida e do tempo (HONORÉ, 2006).

Dessa forma, uma vez que os defensores e autores do chamado movimento *Slow* perceberam que a alimentação e suas práticas sociais inerentes eram uma das causas do ritmo de vida que trazia prejuízos à qualidade de vida, a dimensão gastronômica do SM se manifestou no com o movimento *Slow Food*. Do *Slow Food*, vieram as derivações mais contundentes deste movimento, o *Slow City* e o *Slow Tourism*.

Dentre às críticas inerentes ao *Slow Food*, questiona-se se esta iniciativa possui o potencial para ser sustentável em nível global. Dessa forma, autores como Laudan (2001) atacam a iniciativa, dizendo que a mesma ganhou maior expectativa do que seu escopo é capaz de alcançar, de modo que o *Slow Food* consiste de fato em uma manifestação nostálgica limitada e extremamente pessoal de pessoas (PAUL, 2014).

Ao propor o modelo *Slow* como uma alternativa para o desenvolvimento local, Carvalho (2015) faz uma reflexão sobre a vida rápida dos grandes centros, apontando-a como resultado de uma cultura ocidental que privilegia valores econômicos, ocasionando uma forma de vida individualista, em grandes cidades cujo crescimento se deu de maneira irrefletida.

Nesta perspectiva, Honoré (2006) aponta uma importante característica do movimento devagar ao afirmar que o objetivo do mesmo não é sujeitar os indivíduos à improdutividade, mas equilibrar a qualidade de vida das comunidades na era em que a cultura da pressa vigora, intensificada pela globalização econômica e massificação irrefletida da cultura.

O que se depreende da filosofia do *Slow Movement* é que se trata de um tema que envolve uma transformação no comportamento dos indivíduos, sobretudo na

contestação dos valores instrumentais vigorantes (BAUER, 2016). Trata-se de um vetor para mudança de mentalidade em uma determinada localidade. Assim, ressalta-se a proposta do movimento em se estabelecerem valores mais substantivos nos modelos culturais vigentes na sociedade, rompendo com a lógica produtivista que marca o estilo de vida da contemporaneidade.

Assim, o *Slow City*, consiste em um movimento internacional cujo principal escopo consiste no desenvolvimento de uma profunda mudança de mentalidade na condução das cidades de pequenos porte, caracterizada pela abertura da comunicação governamental e da gestão pública municipal para maior participação dos cidadãos na construção de ações e compromissos que permitam preservar a qualidade de vida da população local, valorizar e fomentar a produção local e o consumo da mesma, bem como orientar a gestão pública para a sustentabilidade (MAYER e KNOX, 2006; MIELE, 2008; EKINCI, 2014; BAUER, 2016).

Atualmente, os pesquisadores que se debruçam sobre a temática do MSC têm abordado o mesmo como uma nova filosofia para sociedade contemporânea (HONORÉ, 2006; MIELE, 2008; BAUER, 2016); sob a perspectiva do planejamento urbano orientado para a sustentabilidade (CARVALHO, 2015; RADSTROM, 2014); no contexto do desenvolvimento endógeno sustentável e da construção de perspectivas para o desenvolvimento local (ILDIKO, 2013; MENDONÇA; MACOPPI, 2014); bem como sob o aspecto do marketing social e do marketing de cidades, envolvendo uma mudança de comportamento dos cidadãos a respeito da atuação dos mesmos nas questões comunitárias e políticas (BEKAR, 2013).

Ademais, observa-se na literatura existente uma forte perspectiva teórica a respeito do *Slow City* enquanto uma tendência para o turismo, baseado na identidade local, e viabilizado por meio de atividades “lentas”, ocasionado o chamado *Slow Tourism* que pode consistir em um atributo para o desenvolvimento de Cidades *Slow* por meio de atrativos turísticos ecológicos, sustentáveis e orientados para o respeito à cultura da cidade e às tradições da mesma, que valorizem a culinária local e a atividade dos pequenos produtores. Assim, constata-se que como escopo principal, o movimento possui a promoção de uma forma diferenciada de desenvolvimento nas cidades, por meio da melhoria da qualidade de vida da comunidade, tomando as tradições culturais, a ecologia e a sustentabilidade como elementos basilares (BAUER, 2016).

Essa vertente expressiva, ainda, do movimento *Slow*, que consiste no chamado *Slow Travel* ou *Slow Tourism*. Conforme aponta Paul (2014), é uma dimensão muito aplicável do *Slow Movement*, uma vez que o turismo e as viagens, assim como os atrativos para visitantes, refletem a filosofia e as políticas de determinada localidade. Quando o planejamento do turismo é pensado e projetado, um desafio inerente às gestão do setor turístico, consiste nos impactos multidimensionais da atividade turística na vida da população receptora como a especulação imobiliária, a ocupação e uso dos espaços públicos, bem como o acesso a serviços locais (BARRETO, 2005).

A incipiência dos estudos sobre um turismo *Slow* se confunde com a própria falta de sistematização de temas emergentes em turismo. Dessa forma, para uma demarcação conceitual deste fenômeno, o turismo *Slow* tem sido caracterizado como a manifestação turística que se expressa em territórios altamente permeados por valores identitários e por práticas comunitárias, sobretudo rurais, em que a manutenção e propagação da cultura local (DI CLEMENTE; DE SALVO; MOGOLLÓN, 2011; TRUE; KILIÇASLAN, 2015).

Diversos autores que analisam o movimento *Slow* no contexto dos territórios, apontam a proximidade deste movimento com a dimensão turística (DI CLEMENTE; MOGOLLÓN; 2011; KARABAG; YÜCEL; INAL, 2012; FERREIRA, 2014). Isto pode ser verificado principalmente pelo fato de que as dimensões gastronômica e publicitária das ações oriundas de tal iniciativa acabam por trazer um diferencial à localidade em que se inserem. E como aponta Barreto (2005) a atividade turística planejada e orientada para resultados, se vale do potencial endógeno do território no intuito de prospectar oportunidades e ampliar as possibilidades do município.

Nos casos em que o movimento *Slow* foi analisado empiricamente, uma característica comum, consistiu na falta de conhecimento amplo da iniciativa e dos fundamentos da mesma, por parte da população e dos próprios profissionais de áreas relacionadas ao turismo como o comércio e os serviços (KARABAG; YUCEL; INAL, 2012; TRUE; KILIÇASLAN, 2015). Isto traz implicações para a difusão da proposta, uma vez que conforme apontou-se anteriormente, o movimento *Slow* tende a se relacionar ao setor turístico nas localidades em que se estabelece. Propõe-se uma reflexão sobre este fenômeno, se não seria o movimento *Slow* uma evidência da própria fragilidade institucional do setor turístico em receber inovações e novas práticas, sobretudo devido à falta de articulação entre os atores (BARRETO, 2005).

A qualidade de vida advinda ao movimento e as práticas sociais em territórios *Slow* são definidas por Kwiatek-sołtys e Mainet (2015) como um "produto sofisticado" (p.123). Os autores defendem ainda que a atuação dentro de determinados critérios, faz com que as governanças das cidades tenham de empenhar esforços para pensar o contexto territorial, sendo este, um dos principais vetores de valor percebido do *Slow City* como uma ferramenta inovadora para a administração pública e um dos fatores que motivou relacioná-lo, no presente trabalho, com a prática do planejamento. A configuração da iniciativa, que leva cidades a contrastarem a realidade atual com a realidade desejada, consiste em um sólido motivador temático para formação de agendas públicas para o desenvolvimento.

Um forte argumento em defesa do movimento *Slow* no contexto das cidades de pequeno porte, consiste no uso dos próprios potenciais endógenos para o desenvolvimento e assim transferir os valores econômicos, sociais e ambientais para as gerações futuras e, conseqüentemente, criar cidades sustentáveis e habitáveis (DOGRUSOY, DALGAKIRAN; 2011). Além disso, tanto o *Slow Food*, quanto o *Slow Tourism* e o *Slow City*, resgatam uma dimensão muito apregoada pelos teóricos do desenvolvimento territorial, que consiste no sentimento de pertencimento e de identificação com o local.

Cabe ressaltar, que conforme os achados de Kwiatek-Sołtys e Mainet (2015) as razões que levam um cidade a aderir ao movimento *Slow* diferem do tempo e da localização geográfica. No referido trabalho, constatou-se que as cidades que aderiram à rede nos anos iniciais, buscavam por uma forma de promover o turismo e por questões políticas de seus dirigentes. No começo a iniciativa ocorreu de maneira *top-down* e pouco consultiva. Nas cidades metropolitanas o escopo principal de adesão ao movimento, consistiu na possibilidade de uma política temática que orientasse o desenvolvimento e a ampliação da qualidade de vida da população.

Neste sentido, Kwiatek-Sołtys e Mainet (2015) mostraram por meio de sua pesquisa que a diferença de percepção da qualidade de vida por parte da população antes e depois a adesão ao movimento *Slow* trouxe diferenças pouco significativas. Isto pode estar associado ao aspecto centralizador observado na proposta do movimento, em que apesar de o protagonismo comunitário ser uma constante no discurso do movimento, a iniciativa se observa de fato na prática, como uma medida do poder público, que se estabelece na cidade, de forma pouco consultiva.

Uma dimensão de complexa análise consiste na mensuração dos efeitos da adesão de uma cidade ao MSC. Por se tratar de uma iniciativa de desenvolvimento multidimensional. Torna-se complexo mensurar se determinados resultados foram resultados da adesão da cidade ao movimento ou se isso advém de outros fatores. O título de *Slow City*, traz uma diretriz de desenvolvimento e ajuda a identificar, certificar e promover comportamentos, objetivos e ações ecológicas e sustentáveis.

Ademais, existem críticas em relação ao movimento slow, que denunciam a falta de uma proposição contundente para fundamentar as críticas ao modelo vigente, como observa-se na passagem seguinte:

Ainda que movimentos como o *Slow* se apresentem como alternativa aos estilos de vida vigentes, as ações propostas como soluções para os problemas advindos do uso do tempo servem como paliativos, e não realmente como revoluções. Tem-se que o *Slow Movement* é mais uma utopia do que uma proposta concreta de mudança; é mais uma inspiração do que uma possibilidade de revolução e mais se aproxima do sonho do que da realidade (BATISTA, GRISCI, GALLON e FIGUEIREDO, 2013).

Todavia, apesar da crítica ao movimento *Slow*, os próprios autores ressaltam que seus apontamentos residem no fato de que o *Slow* não possui alcance para revolucionar completamente a lógica hegemônica ditada pelo capitalismo, mas reconhecem a potencialidade do *Slow Movement* em gerar novas perspectivas para o desenvolvimento no planeta e novos modos de vida da contemporaneidade, consistindo assim, em uma forma de resistência e de ressignificação dos padrões de consumo, do uso dos espaços públicos e das concepções de vida em comunidade. Ou seja, por meio do *Slow City* é possível articular novas orientações para as cidades de pequeno porte, por meio de uma visão de desenvolvimento que considere os elementos internos do território e o bem estar dos indivíduos como diretrizes fundamentais.

A partir de uma análise profunda e transdisciplinar, envolvendo a proposição de Castells (2000) de que os movimento de base modelam a ação das cidades, Pink (2009) propõe que as cidades pequenas precisam de um modelo próprio de movimento social urbano, e neste sentido considera o *Slow City* como uma forma de conectar o ativismo local e fortalecer vozes que anteriormente estariam omissas ou abafadas. Contudo, aponta-se que estas são apenas potencialidades do movimento e não o que de fato se verifica nas práticas em que o movimento se estabeleceu.

O *Slow Food* bem como o *Slow City* se mostram como agendas alternativas para a formulação de políticas públicas, pois não consideram o desenvolvimento

associado à industrialização ou à prospecção de grandes negócios e equilibram as questões econômicas, com aspectos relacionados à malha urbana e à igualdade social, utilizando como principais vetores a sustentabilidade e a hospitalidade (MAYER; KNOX, 2006).

É nesta perspectiva que se concebe o movimento *slow* e suas derivações como o *Slow Food* e o *Slow City* no presente trabalho: Enquanto perspectivas para o desenvolvimento local e para a geração de renda e de oportunidades para atividades empreendedoras, orientadas pela inserção de valores substantivos como tradições locais, cultura e manifestações criativas, protagonismo comunitário, mentalidade ecológica, senso de sustentabilidade e fomento ao consumo e produção dos pequenos produtores locais.

Dessa forma, a partir da presente construção conceitual, é possível verificar que as diretrizes que constituem o movimento *Slow City* podem configurar um modelo, ou ainda uma diretriz de desenvolvimento local para a gestão pública, cujo resultado é um plano coproduzido de ações para o qual o governo e a sociedade precisam se comprometer a executar juntos em um espaço temporal determinado, e por meio de diálogos entre os atores sociais envolvidos.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho possui um eixo norteador de investigação em um de seus objetivos específicos, ao qual se dirigem grande parte dos esforços intelectuais e das análises aqui realizadas. Tal eixo está centrado no processo social de construção coletiva de um plano estruturador do desenvolvimento local no município de Rio Doce no estado de Minas Gerais - Brasil, com base nos princípios do MSC.

Contudo, para a compreensão dos múltiplos elementos que se relacionam diretamente ou indiretamente com o principal fenômeno em estudo, realizaram-se estudos secundários em contextos diferentes, a fim de construir conhecimentos capazes de aprimorar as análises realizadas e apresentar uma visão mais abrangente sobre os elementos componentes da presente pesquisa conforme descrever-se-á a seguir.

3.1. Abordagem de pesquisa e tipo de pesquisa – um estudo qualitativo e descritivo

A presente pesquisa se realiza por meio de um estudo com abordagem qualitativa e com carácter descritivo. A pesquisa qualitativa possui inúmeros enfoques e definições. Contudo, um elemento comum aos teóricos que se dedicam a definir este tipo de pesquisa, caracterizam-na como o processo investigativo em que a explicação dos fenômenos sociais se dá a partir de uma análise mais profunda e abrangente de experiências inerentes aos indivíduos, buscando compreender aspectos subjetivos e complexos que proporcionem referências sobre a realidade em que tais aspectos estão situados (FLICK, 2009a).

Ainda na perspectiva do referido autor, para a elaboração de uma pesquisa qualitativa estruturada, bem como para assegurar a cientificidade da mesma, é preciso compreender que o processo de estudo qualitativo se preocupa com a análise de um contexto social integrado, em que as experiências múltiplas e o carácter multidimensional da realidade em estudo precisam ser levados em consideração, uma vez que são indissociáveis ao objeto da investigação qualitativa (FLICK, 2009b).

Nesse sentido, para a construção de um estudo qualitativo organizado e com critérios de investigação bem definidos, apresenta-se a seguir o desenho de pesquisa que orientou a consecução dos achados da presente dissertação.

3.2. Desenho da pesquisa: a dinâmica de interação teórico-metodológica

Apesar de o termo desenho de pesquisa ser menos comum nas investigações com abordagem qualitativa, utilizou-se essa definição para designar as escolhas realizadas para feitura do presente trabalho. Assim, conforme propõe Flick (2009a), no delineamento desta dissertação, concentrar-se-á na definição das escolhas teóricas relevantes para a elaboração de categorias de análise; nas definições das inferências pretendidas com o trabalho, bem como na caracterização dos sujeitos de pesquisa, dos locais de análise e da maneira que se propôs analisar os achados da investigação.

Por se tratar de um estudo qualitativo que assumidamente reconhece e utiliza como dados de pesquisa a interferência do pesquisador no fenômeno social analisado, a construção teórico-metodológica do presente trabalho ocorreu de maneira cíclica. O MSC, apesar de ser visto na Europa como um campo de conhecimento e como um movimento intelectual, não possui literatura sistematizada que possa caracterizar o *Slow Movement* como base exclusiva de análise para a presente dissertação. Dessa forma, à medida que o contato empírico do pesquisador com a realidade analisada ia tomando maiores proporções, novas evidências e aspectos do campo iam demandando a compreensão de novos elementos teóricos e novas categorias de análise se fizeram necessárias à compreensão do fenômeno social em estudo.

Desse modo, torna-se necessário evidenciar que por ser conduzida sobretudo pela perspectiva metodológica da pesquisa-ação (PA)⁵, o presente trabalho possui maior flexibilidade no processo sistematização e construção das análises, uma vez que o referido método prescinde maior liberdade para a compreensão da teia social sobre a qual os fenômenos estão analisados, demandando do pesquisador um trabalho contínuo de revisão dos parâmetros componentes da pesquisa, bem como do aporte teórico que pode subsidiar as análises. Isso também ocorre, pelo fato de que na pesquisa-ação, a construção social da realidade a ser investigada ocorre a todo momento da pesquisa na interação entre pesquisador e participantes. Destaca-se que na pesquisa-ação os objetivos da investigação e as referências na literatura sobre o problema coletivo em análise, emergem no contexto social (THIOLLENT,

⁵ Discorrer-se-á de maneira ampla sobre o método da pesquisa-ação a seguir.

2011). Essas afirmativas legitimam o processo de construção e revisão constantes de critérios teóricos e metodológicos observados na feitura desta pesquisa.

Dessa forma, considera-se que o desenho da presente pesquisa passou por cinco momentos significativos que foram fundamentais para a realização dos recortes teóricos e metodológicos, bem como para as análises aqui realizadas.

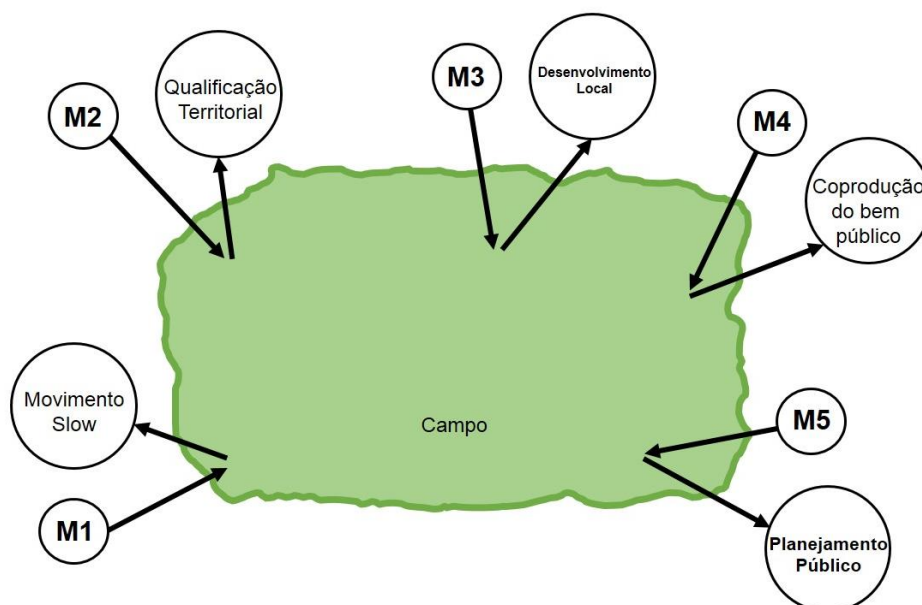


Figura 6 - Desenho teórico da pesquisa

Fonte: Elaboração própria

Cada um dos 'Ms' representa um momento significativo do presente trabalho e qual o tema emergiu a partir da interação do pesquisador com o fenômeno analisado. No **M1**, acreditava-se inicialmente que seria necessário investigar em profundidade a literatura existente sobre o Movimento *Slow* para compreensão do alcance do mesmo e para a busca de contribuições teóricas para a literatura existente. Dessa busca o que se depreendeu foi que a literatura existente era incipiente e monológica, muito limitada a aspectos empíricos do MSC e do *Slow Food*, de modo que buscou-se uma literatura mais abrangente.

No momento **M2**, o que se percebeu a partir dos contatos iniciais com os possíveis sujeitos de pesquisa, foi que a atual gestão da cidade, bem como representantes da comunidade organizados em associações, desejam desenvolver uma iniciativa que qualificasse a cidade e publicitasse os bons indicadores e a qualidade de vida presentes no território. Desse *insight*, buscou-se acessar referências na literatura existente sobre "Qualificação Territorial" ou ainda "Marketing de Cidades / Lugares / Territorial". Contudo, percebeu-se que o caráter econômico,

instrumental e funcional dessa perspectiva não seria capaz de compreender a riqueza do processo comunitário e da interação entre governo e sociedade que se pretendia no presente trabalho.

Isto posto, procurou-se no momento **M3**, uma abordagem mais ampla e abrangente como lente teórica para o presente trabalho. Isso se deu a partir de um maior entendimento dos interesses tanto na cidade de Rio Doce, quanto no que está subjacente ao MSC, que residem na ideia de desenvolvimento em nível local. Contudo, as especificidades do campo e o caráter participativo de iniciar um processo social cujas mudanças seriam alcançadas muito após a conclusão do presente trabalho, mostraram que a realidade investigada necessitava de lentes mais específicas que permitissem a construção de resultados mais robustos e mais condizentes com o que seria visto no tempo de execução do presente trabalho.

Assim, o desenvolvimento foi enxergado como um elemento secundário, isto é, como um pano de fundo para as ações que permearam a presente investigação, mas que necessitavam um referencial mais específico.

A partir de uma maior compreensão das peculiaridades do campo e também pelo requisito expresso nas diretrizes do MSC sobre o protagonismo comunitário na proposta, verificou-se que o mesmo poderia ser analisado pelas lentes teóricas da coprodução de bens e serviços públicos, sendo este o **M4** da presente pesquisa.

Por fim, o **M5** último momento significativo para as escolhas teóricas do presente trabalho e subsequente elaboração de categorias de análise, se deu por meio das falas do prefeito e da interação com atores sociais associados ao serviço público que diziam nas reuniões de verificação da viabilidade de feitura do trabalho, que o MSC servia como uma diretriz para o planejamento público, isto é, como uma espécie de 'plano para o desenvolvimento do município'. Este fato, aliado ao avançar da interação com o campo, motivou a adoção do planejamento como uma das lentes teóricas da presente pesquisa.

No que tange às definições das inferências pretendidas com o trabalho, ressalta-se que por ser uma pesquisa que contempla a complexidade do processo de interação social de um grupo heterogêneo de indivíduos que se organiza para a coprodução de um bem comum, não é possível fazer generalizações ou gerar hipóteses a serem confirmadas de maneira objetiva. Com a presente pesquisa, pretendeu-se compreender os elementos componentes da complexidade do processo analisado, bem como aspectos subjacentes à interação social proposta com a

realização do trabalho, à luz das literaturas acessadas. Com isso, pretende-se, no contexto da realidade analisada, contribuir para a teoria existente, ao identificar os elementos a serem considerados em um processo de coprodução similar, que facilitam e limitam o alcance dos objetivos propostos, de modo que novos pesquisadores possam avançar seus achados com base no que propôs o autor do presente trabalho.

No próximo capítulo, serão definidos por objetivos os sujeitos de pesquisa, os locais de análise e a maneira que se pretende analisar os achados da investigação.

3.3. Definições constitutivas e operacionais por objetivos

A presente pesquisa foi operacionalizada em 4 etapas de acordo com os objetivos específicos propostos. O principal método de pesquisa que orienta o presente trabalho consiste na pesquisa-ação que incide em um método no qual o pesquisador, trabalhando a dimensão coletiva, comunicativa e interativa da produção de conhecimento, se vale de técnicas como entrevistas em profundidade, questionários, observações de campo, reuniões e mobilizações grupais para construir conhecimento durante o acontecimento do fenômeno social, valendo-se para isso da participação e intervenção na realidade de um determinado grupo; teorizando sobre seus achados (THIOLLENT, 2011).

As demais técnicas de pesquisa, bem como os procedimentos de coleta de dados, serão descritos de acordo com os objetivos específicos dispostos no quadro a seguir:

OBJETIVO 1
Analisar o potencial e o alcance do Movimento Slow City enquanto uma diretriz para o desenvolvimento de municípios de pequeno porte, sobretudo no contexto brasileiro.
LOCAL DE ANÁLISE 1
Município de Vizela, Região do Minho em Portugal. Como unidades de análise, foram definidas as secretarias vinculadas ao projeto de implementação do MSC no município.
SUJEITOS DE PESQUISA
Foram sujeitos da presente análise, os servidores públicos responsáveis pelas secretarias vinculadas ao MSC em Vizela.
CATEGORIA DE ANÁLISE
Planejamento da proposta. A presente categoria procura captar elementos associados ao <i>modus operandi</i> do processo de planejamento do Projeto <i>Slow City</i> no município de Vizela, buscando entender a perspectiva do planejamento da proposta, isto é, se o mesmo foi mais normativo e centralizador ou mais dialógico e compartilhado (FORESTER, 1989); (MATUS, 1993).

Coprodução do bem público. Nesta categoria, concentram-se as análises referentes ao compartilhamento de poder e responsabilidades entre o poder público e os cidadãos, e também aos elementos que foram construídos conjuntamente entre sociedade, mercado e governo. (BRUDNEY; ENGLAND, 1983; OSTROM, 1996; SALM; MENEGASSO, 2009; SCHOMMER et. al, 2011; BOVAIRD; LOFFLER, 2013; SALM, 2014; BRANDSEN; HONINGH, 2015).

Mudanças sociais oriundas do título *Slow City*. Nesta categoria, procurou-se explorar as dimensões de transformação que a adoção da qualificação territorial *Slow City* trouxe ao município, procurando evidenciar em que medida os elementos associados à proposta como protagonismo da comunidade, valorização da cultura e da identidade local e fomento à produção e consumo em nível local se manifestavam, conforme propõem Honoré (2006); Mayer; Knox (2006); Miele (2008).

INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Etapa 1 - Observação participante. O principal método utilizado consistiu na observação participante, método antropológico em que o pesquisador se insere em um determinado contexto social, participando de toda a atividade cotidiana de um grupo e observa de modo prolongado aos fenômenos sociais e comportamentos que se manifestam no campo, de modo a produzir reflexões diretamente da realidade em que está inserido. Contudo, neste método, o pesquisador não contribui para as mudanças e decisões que são promovidas no grupo, atendo-se exclusivamente ao acompanhamento das mesmas e à teorização sobre como se constrói a realidade em um determinado contexto social (PERUZZO, 2009).

Etapa 2 – Análise documental. Foram analisados documentos públicos como planos urbanísticos da cidade, material de divulgação turística, bem como outros materiais que pudessem evidenciar as transformas oriundas da obtenção do selo *Cittaslow* no município em análise.

Etapa 3 – Entrevistas. Foram realizadas entrevistas com roteiro semiestruturado junto a cada um dos representantes das secretarias cujos projetos possuem interface com o MSC.

Desdobramento do objetivo: Evidenciar manifestações do Movimento *Slow City* no Brasil.

Na fase exploratória do presente trabalho, verificou-se a existência de manifestações não concluídas de implementação do movimento *Slow* em algumas cidades brasileiras. Isto posto, procurou-se compreender o contexto e a configuração deste fenômeno no contexto brasileiro, de modo a buscar indícios e reflexões úteis à compreensão e instrumentalização do *Slow Movement*

PROCEDIMENTO PARA O LEVANTAMENTO DE DADOS

Para a compreensão das manifestações do Movimento *Slow City* no Brasil, recorreu-se inicialmente a uma pesquisa exaustiva na *internet*, em mecanismos de busca tanto acadêmicos, como em consultas a periódicos com fator de impacto das bases internacionais *SCOPUS* e *WEB of SCIENCE/ISI* buscando artigos que analisem as potencialidades e o alcance do MSC e suas derivações; bem como buscaram-se em referências empíricas como *websites*, reportagens e vídeos que pudessem fornecer evidências da inserção do movimento no contexto brasileiro.

SUJEITOS DE PESQUISA

Atores sociais e organizações que de maneira direta ou indireta tivessem algum envolvimento com a iniciativa *Slow City* no contexto brasileiro.

CATEGORIAS DE ANÁLISE

Fatores críticos de sucesso. A referida categoria, refere-se aos elementos que contribuem para que as diretrizes do movimento possuam adesão ou não no contexto brasileiro.

INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Etapa 1: Pesquisa bibliográfica – De acordo com Stumpf (2009) a pesquisa bibliográfica vai além da fase de levantamento de literatura pela qual toda pesquisa passa e consiste na busca de material bibliográfico de modo que o mesmo possa gerar resultados para a sua pesquisa e não apenas capacitar as análises realizadas. Dessa forma, no contexto do presente trabalho, utilizou-se de pesquisa bibliográfica, a fim de buscar na literatura existente, pistas sobre regiões, cidades, organizações e indivíduos no Brasil que possuíssem envolvimento com o Movimento *Slow City*.

Etapa 2: Entrevistas em profundidade – A partir dos achados da etapa anterior, buscou-se contatar os envolvidos com o movimento, de modo a realizar entrevistas com roteiro semiestruturado, bem como entrevistas em profundidade, que consistem em “um recurso metodológico que busca, com base em teorias e pressupostos definidos pelo investigador, recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte, selecionada por se deter informações que se deseja conhecer.

Etapa 3: Pesquisa documental – A pesquisa documental consiste em no método investigado que a partir de fontes secundárias como tabelas estatísticas, documentos de domínio público, correspondência pessoal ou comercial e afins; previamente mapeados e com escopo definido pelo pesquisador servem como fonte para a compreensão da realidade (CELLARD, 2008). Nas entrevistas realizadas na etapa anterior, foram solicitados dados, informações e documentos que pudessem ser publicizados, de modo a fornecer uma compreensão sistemática sobre as evidências de manifestação do movimento no Brasil.

OBJETIVO 2
Descrever o processo de elaboração do planejamento público para o desenvolvimento local no município a ser estudado com base nos princípios do Movimento Slow City.
LOCAL DE ANÁLISE
Município de Rio Doce Minas Gerais
SUJEITOS DE PESQUISA
Os sujeitos de pesquisa envolvidos com o presente trabalho podem ser compreendidos nas seguintes dimensões analíticas: <ul style="list-style-type: none"> • Momento exploratório – Nesta fase inicial da pesquisa, todos os habitantes do local de estudo com os quais o pesquisador teve contato constituíram-se como sujeitos de pesquisa, uma vez que as impressões, opiniões e manifestações em relação a proposta apresentada publicamente ao município, consistiram em dados para a viabilização da feitura da pesquisa-ação e para a compreensão das expectativas e do nível de envolvimento dos munícipes com a proposta. • Realização da pesquisa-ação – Nesta etapa da pesquisa, conforme descrevem os protocolos da pesquisa-ação, os sujeitos de pesquisa consistiram no chamado grupo de observação, composto pelos indivíduos que se dispuseram a participar do processo de pesquisa e contribuir para o processo de mudança planejada, no município de Rio Doce MG. • Interface com os profissionais do âmbito público e privado – Durante todo o período de pesquisa, houve contato com profissionais responsáveis pela prestação de serviços públicos, como assessores, técnicos e em relação ao processo de gestão, até mesmo o próprio prefeito. Conforme apontam Brandsen e Honingh (2015) a interação entre os profissionais e a comunidade é uma categoria importante a ser considerada na análise de um processo de coprodução. Por isso tais atores foram incorporados à análise.
CATEGORIA DE ANÁLISE
<ul style="list-style-type: none"> • Esforços voluntários Brandsen e Honingh (2015) • Processo de planejamento Forester (1989); Matus (1993) • Comunicação Forester (1989); Thiollent (2011) • Compartilhamento de poder e de responsabilidades Salm (2014)
INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS
Os instrumentos de coleta de dados no presente objetivos estiveram associados aos procedimentos da pesquisa-ação descrito no tópico a seguir. No que diz respeito aos instrumentos e técnicas especificamente empregados, ressalta-se a utilização de: <p>Reuniões temáticas – Utilizadas para os momentos exploratórios prescritos por Thiollent (2011). Notas de campo – De acordo com Flick (2009b), tratam-se de anotações realizadas em campo, imediatamente após o pesquisador ter uma percepção ou um insight sobre o fenômeno em análise, de modo a possibilitar um registro tempestivo e abrangente da experiência vivida em campo.</p>

<p>Questionários – Utilizaram-se questionários <i>online</i> e impressos para o levantamento de informações no período de diagnóstico.</p> <p>Entrevistas – Foram realizadas entrevistas com roteiros semiestruturados para a compreensão de aspectos relacionados ao desdobramento da ação planejada no município em análise.</p> <p>Seminários – Principal técnica utilizada na pesquisa-ação de acordo com Thiollent (2011) será descrito a seguir.</p> <p>Pesquisa documental – Documentos de domínio público foram acessados para compreensão do contexto do município em análise.</p>

OBJETIVO 3
Apresentar as evidências da coprodução no planejamento público descrito, a partir da sua elaboração no município em estudo.
SUJEITOS DE PESQUISA
Representantes do poder público, do serviço público e da comunidade que participaram diretamente do processo de elaboração do plano público municipal.
OPERACIONALIZAÇÃO
Serão descritos a partir da realidade descrita no fenômeno social em análise, fatores que facilitaram, bem como fatores que limitaram a coprodução no planejamento público do município de Rio Doce.

OBJETIVO 4
Discutir os resultados do processo de elaboração do planejamento público para o desenvolvimento local do município em estudo, baseado nos princípios do movimento <i>Slow City</i> e da coprodução do bem público.
SUJEITOS DE PESQUISA
Todos os atores sociais entrevistados em todos os <i>loci</i> de pesquisa.
CATEGORIA DE ANÁLISE
Resultados do processo de planejamento. Nesta categoria serão verificados em termos teóricos e empíricos, a percepção dos envolvidos em relação ao processo de planejamento, assim como serão analisados os resultados da prática no contexto social do município.
INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS
Todos os instrumentos utilizados nos objetivos anteriores, uma vez que os dados utilizados serão oriundos de observação, análise documental e entrevistas, sobre os impactos do projeto n

Quadro 4 - Objetivos da pesquisa

Fonte: Dados da pesquisa

O objetivo 1, funcionou como aporte para a execução do objetivo 2 o qual consiste no principal objetivo do presente trabalho. A partir do mesmo, os objetivos 3 e 4 funcionam como aprofundamentos analíticos do processo estudado.

Isto posto, considera-se relevante apresentar o desenho analítico do processo de pesquisa-ação (PA) realizado no presente trabalho. A PA consiste em um método de pesquisa social baseado na participação ativa e reconhecida do pesquisador em um contexto social específico em que exista a necessidade de uma ação efetiva a ser construída coletivamente, de modo que ao trabalhar a dimensão coletiva e interativa da construção da realidade, o autor possa teorizar sobre seus achados e refletir sobre

os fenômenos subjacentes e emergentes da realidade investigada (THIOLLENT, 2011).

A existência de um problema coletivo ou de um processo de mudança planejada em um determinado grupo social, consiste em uma das premissas fundamentais para a execução do método PA, fato que se evidencia no presente trabalho. O referido método tem suas origens na década de 1940, bebendo de fontes da psicologia social com os estudos de Kurt Lewin e inicialmente estavam associadas a estudos de caráter experimental em que verificavam-se manifestações comportamentais e interacionais de indivíduos em situações sociais diversas. À medida que o método foi ganhando adeptos, novos campos se abriram para a pesquisa-ação como a comunicação, a educação, a engenharia de produção e a administração (TRIPP, 2005; THIOLLENT, 2011).

As etapas inerentes à feitura da pesquisa-ação utilizadas no presente trabalho, se basearam nas proposições de Thiollent (2011) que apresenta um conjunto sistematizado de fases para a operacionalização do trabalho. As fases serão apresentadas na tabela a seguir:

Fase proposta por Thiollent (2011)	Descrição da fase proposta por Thiollent (2011)	Aplicação no presente estudo
Fase exploratória	Período de descoberta do campo da pesquisa. Levantamento dos atores interessados, do(s) problema(s) que se almeja resolver coletivamente e verificação da possibilidade de se trabalhar dentro da perspectiva da Pesquisa-Ação. Ocorre a elaboração de um diagnóstico da situação.	Realizaram-se reuniões periódicas no município em análise, para a verificação dos interesses governamentais, bem como do interesses públicos/comunitários, buscando-se compreender as expectativas e interessados em se envolver com a proposta. Realizou-se um diagnóstico situacional e verificou-se a viabilidade de aplicação do método da pesquisa-ação.
Definição do tema	Designação do problema prático e da área de conhecimento a serem abordados. Processo de discussão com os envolvidos sobre problemas a serem estudados e dos conhecimentos que serão necessários para resolvê-los.	O pesquisador foi inserido no campo com um escopo temático apontado por atores sociais do campo de estudo, que seria a candidatura da cidade ao MSC. Contudo, ao longo do avançar da proposta e com a observação mais atenta da realidade analisada, percebeu-se que o tema da ação a ser desenvolvida era mais abrangente, de modo que o mesmo foi remodelado pelo autor para uma perspectiva mais

		adequada: o planejamento público.
A colocação dos problemas	Momento de definição da problemática na qual o tema escolhido será trabalhado. Ou seja, é a colocação dos problemas que se pretende resolver no estudo realizado.	Na temática do planejamento público, emergiram-se os problemas mapeados pelo autor para análise futura junto aos participantes: a necessidade de uma diretriz para o desenvolvimento municipal; na necessidade um vetor para mitigar os problemas ambientais, econômicos e sociais inerentes ao desastre ecológico ocasionado pelo rompimento da barragem do Fundão em Mariana MG que trouxe danos à dinâmica municipal de Rio Doce, cujas atividades econômicas, sociais e ambientais dependiam do rio de mesmo nome. Por fim, um problema também emergente consistiu na proposição de mecanismos de participação social inovadores e mais dinâmicos.
O lugar da teoria	O referencial teórico, na pesquisa-ação, consiste em um elemento necessário tanto para a compreensão dos aspectos relacionados ao problema e ao tema que se está analisando, bem como oferece o insumo para a elaboração de categorias de análise do fenômeno social em estudo.	Processo de construção teórica descrito na figura 6.
Hipóteses	Na pesquisa-ação não existe o processo de elaboração de uma hipótese de cunho causal, a ser verificado o quanto uma ou mais variáveis independentes determinam a variável dependente. Na PA o formulação de uma hipótese está mais relacionada ao levantamento de possíveis conexões e implicações entre elementos componentes do objeto de estudo, isto é, a elaboração de premissas a serem verificadas e analisadas empiricamente	A principal tese que a presente dissertação procurou verificar e defender por meio da pesquisa, consistiu na premissa de que, sendo o protagonismo comunitário e a interação entre cidadãos e governo uma das principais proposições do MSC, ao considerar-se o mesmo como uma base para a elaboração de um plano público de desenvolvimento local, a coprodução do processo de planejamento seria uma possibilidade capaz de tornar a interação entre sociedade e poder público mais evidente e efetiva, de modo a promover entre ambos o compartilhamento de poder e de responsabilidades.
	Esta é a principal técnica para a condução da pesquisa-ação e consiste na principal arena para a produção de conhecimentos coletivos. Nos	Foram realizados 42 seminários temáticos com diversos escopos, de modo possibilitar a coprodução

Seminário	seminários são reunidos os envolvidos com a pesquisa, os quais se constituem em um chamado grupo de observação, formado por um grupo fixo de indivíduos comprometidos com a mudança planejada proposta pela PA. Na condução dos seminários, são levantados os problemas, discutidas as soluções e interpretados os achados da construção coletiva da realidade.	do planejamento público a partir dos princípios do MSC.
Coleta de dados	Dentro dos seminários, existem inúmeras abordagens e instrumentos que podem ser utilizados para a coleta de dados. O autor evidencia a possibilidade de entrevistas em profundidade, técnicas documentais, técnicas antropológicas como diários de campo e a observação participante, e também técnicas de grupo como o sociodrama.	Utilizaram-se para coleta de dados, questionários impressos e <i>online</i> , aplicados à população; entrevistas em profundidade; análise de documentos públicos; diário de campo e observação participante; além de reuniões temáticas e dos seminários com o grupo de observação.
Aprendizagem	A ação planejada que ocorre no processo da PA, promove uma mudança no comportamento observável tanto do pesquisador, quanto do grupo de investigação. Neste sentido, um definição dos ensinamentos inerentes à realização da PA precisam ser levantados e considerados.	Na presente pesquisa, buscou-se evidenciar o modo como a feitura do trabalho no município em análise promoveu aprendizados tanto para a gestão pública, quanto para os cidadãos, no exercício da democracia e na coprodução de um plano público.
Saber formal e informal	Sendo a comunicação uma das principais dimensões da pesquisa-ação, é possível apontar que neste método, a integração entre saberes formais e informais é um fenômeno necessário para a produção de conhecimento.	Os saberes populares, as informações tácitas, assim como a percepção individual dos envolvidos com o trabalho, configuraram importantes dados de pesquisa.
Plano de ação	A ação planejada consiste no principal vetor para a condução da PA. Assim, a formulação de um plano sistemático composto por fases definidas e ações delineadas para a consecução dos objetivos propostos, consiste em um dos principais protocolos para a aplicação do método e garantia da cientificidade do mesmo.	Todo o período de execução da pesquisa ação foi orientado por um plano previamente apresentado para os envolvidos e aprovado pelos mesmos, que se encontra no APÊNDICE B da presente dissertação.
Divulgação externa	O autor recomenda a socialização da pesquisa em diferentes momentos de execução da mesma para a avaliação e contribuição de cientistas alheios ao processo, de modo a identificar e solucionar lacunas. Além disso, após concluída a PA, recomenda-se a apresentação de uma devolutiva formal aos envolvidos, de modo que os mesmos vejam seus esforços refletidos em ações.	Ao longo do trabalho, o contexto da pesquisa foi socializado em congressos científicos e apresentações do pesquisador a seus pares, de modo a aprimorar o processo de produção e comunicação científica da investigação realizada. Ademais, no que tange à devolutiva aos envolvidos com a pesquisa, a realização de um

		seminário final consta como a apresentação e revisão de todo o processo de mudança planejada desempenhada com o grupo de observação.
--	--	--

Quadro 5 - Descrição do processo de realização da pesquisa-ação

Fonte: Elaboração própria com base em Thiollent (2011, pp.55-81)

Além disso, o processo da pesquisa-ação deriva de uma lógica diferente de pesquisas associadas a uma perspectiva tradicional (objetiva), conforme evidencia Thiollent (2011, p.34):

Devido aos seus objetivos específicos e ao seu conteúdo social, a proposta de pesquisa-ação está muito afastada das preocupações metodológicas relacionadas com a formalização de questões de lógica formal [...] clássica com suas formulações binárias (verdade falsidade, terceiro excluído, etc. é de pouca valia para dar conta de conhecimentos cujas características são principalmente informais e obtidas em situação comunicativa (ou interativa).

Desta forma, a dimensão comunicativa na pesquisa-ação e os elementos associados à linguagem e à produção de sentidos são importantes elementos a serem considerados na feitura do trabalho.

A proposição metodológica de Thiollent (2011) adotada no presente trabalho, bebe das fontes da Teoria da Argumentação, a qual reconhece o aspecto cognoscente da interação comunicativa, de modo a postular que os diálogos e os processos comunicativos podem ser entendidos como uma fonte válida de acesso ao conhecimento. O referido autor, aplica a perspectiva teórica da argumentação à pesquisa-ação, por meio dos seguintes aspectos:

1. Na colocação de problemas a serem estudados conjuntamente entre pesquisadores e participantes;
2. Nas “explicações” ou “soluções” apresentadas pelos pesquisadores e que são submetidas à discussão entre os participantes;
3. Nas deliberações relativas aos meios de ação a serem implementados;
4. Nas avaliações dos resultados de pesquisa e da correspondente ação desencadeada.

Quadro 6 - Descrição do processo de realização da pesquisa-ação

Fonte: Thiollent (2011, p. 38)

Por fim, conforme ver-se-á no decorrer do presente trabalho, na pesquisa-ação, a produção do conhecimento está associada à ação, à interação coletiva e à emergência de soluções para uma mudança planejada a ser executada por um grupo. Na interação do grupo, na vida cotidiana e nos episódios inerentes ao processo da PA, a relação entre o pesquisador e o objeto (no qual o sujeito está inserido e influencia

diretamente) vai revelando achados inerentes ao conhecimento construído coletivamente (TRIPP, 2005).

Busca-se cancelar a cientificidade da pesquisa-ação enquanto método considerando-se e assumindo-se a condição humana do pesquisador como parte da construção social da pesquisa. Neste sentido, as bases sobre as quais a pesquisa-ação foi erigida sustentam-se sob a premissa de que a realidade social é complexa e que a ação coletiva, baseada na vontade de um grupo específico pode prover transformações em um contexto social. A validação dos resultados se sustenta a partir da existência de dimensões relacionadas à mudança planejada, envolvimento coletivo e aprendizagem grupal (LEWIN, 1946).

Dessa forma, como base nas reflexões seminais sobre o tema, verificou-se a possibilidade de que as emoções, o repertório, a visão de mundo e os afetos do pesquisador e também dos indivíduos que compõem o grupo de trabalho sejam assumidos como elementos que influenciarão nos resultados da pesquisa, visto que a pesquisa-ação se baseia em interações grupais, em manifestações comportamentais direcionadas para a construção de um resultado coletivo e para a formação de um grupo de trabalho com diretrizes comuns para promover uma mudança coletiva (LEWIN, 1946).

Autores como Miller (2003) inspirados no trabalho de Kurt Lewin, apontam inclusive a possibilidade de inserção na pesquisa-ação valores como solidariedade, compaixão e democracia, até então 'neutralizados' pela pesquisa positivista.

No que tange ao trabalho em comunidades, especificamente com temáticas socioambientais, Thiollent e Silva (2007) escrevem a respeito deste tipo de pesquisa, considerando-se a aplicação da pesquisa-ação em um contexto comunitário. Destaca-se a relevância do referido trabalho para a presente dissertação, pois os autores ressaltam que em comunidades que se reúnem para resolver problemas socioambientais, o método se mostra como a alternativa mais adequada à necessária flexibilidade e alcance múltiplo do método.

Destaca-se ainda no presente trabalho, que conforme afirmam Eden e Huxhan (1996) a pesquisa-ação possui peculiaridades na produção e discussão dos dados produzidos, conforme constatar-se-á nos capítulos a seguir. Isto porque, no protocolo deste método, é criada uma realidade social específica, com finalidade exclusiva de intervenção planejada em um contexto grupal e de geração reflexões descritivas e analíticas a respeito do processo. Neste sentido, destaca-se que o caráter

eminente descritivo de uma pesquisa-ação é peculiar do próprio método, visto que, o pesquisador se esforça ao longo de seu trabalho para produzir os seminários e reuniões temáticas, de modo que a descrição, isto é, os textos e subtextos produzidos desta interação consistem em resultados do próprio processo de pesquisa e intervenção na realidade que se propõe analisar.

Uma das principais vantagens do método da pesquisa-ação consiste na combinação de saberes locais com o conhecimento científico, para a resolução de um problema analisado de maneira coletiva e dialógica. Esta fluidez precisa ser trabalhada por meio de categorias previamente definidas, pois do contrário, tudo se torna fonte de dados e ao mesmo tempo não se sabe o que é. Daí a importância de pesquisa-ação estar munida de um método um arcabouço teórico que lhe forneça os indícios para a compreensão da realidade. Pois do contrário, sua análise fica à deriva dos acontecimentos. Destaca-se ainda que a PA é o único método de investigação em ciências humanas que cria uma arena social específica com escopo de transformação e não apenas análise de um determinado fenômeno (BRYDON-MILLER; GREENWOOD; MAGUIRE, 2003).

A fim de ilustrar o processo de pesquisa proposto pelo autor da presente dissertação, apresenta-se o modelo analítico do percurso metodológico aqui empregado:

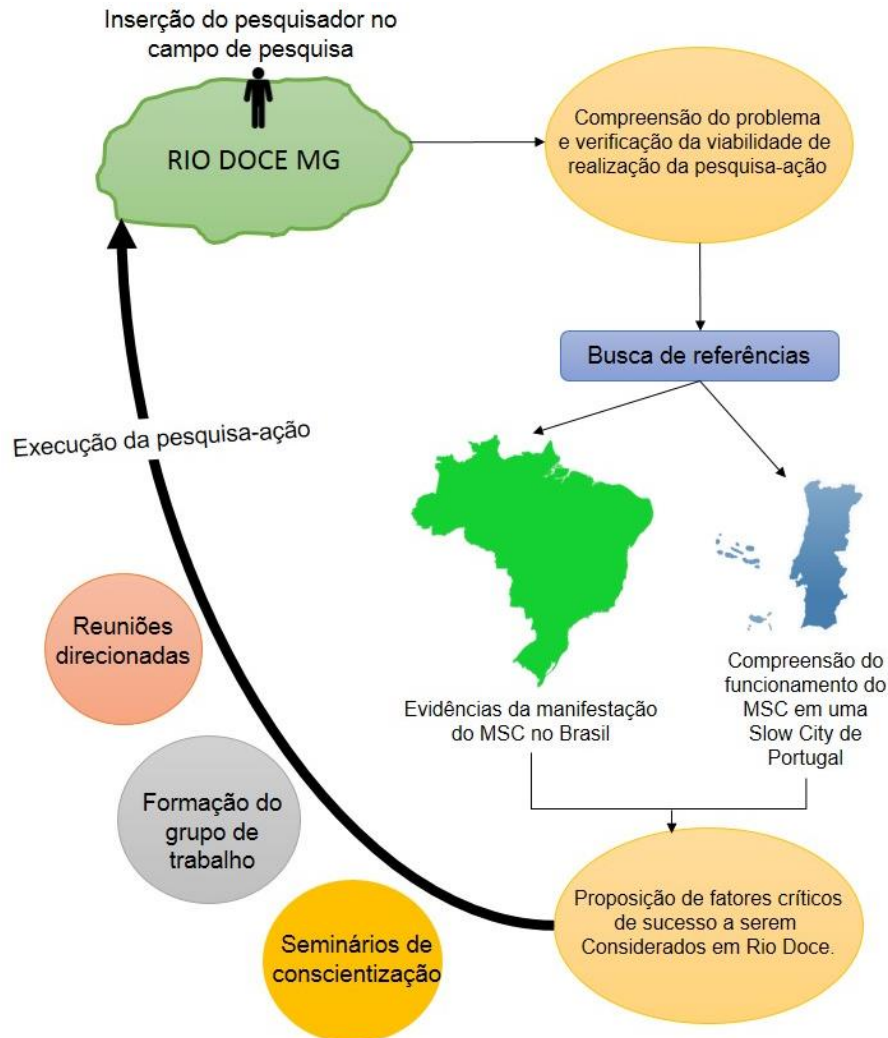


Figura 7 - Modelo analítico da pesquisa

Fonte: Elaboração própria

Na execução da pesquisa-ação, um trabalho exaustivo de observação e redação constante das percepções de campo são necessários para posterior análise. O pesquisador precisa estar atento e consciente de seu papel enquanto agente condutor, gerando diretrizes e possibilidades de fala, sem contudo ser apático frente aos acontecimentos ou ainda opressor no sentido de monopolizar espaços para diálogo e interação.

Quanto ao papel dos pesquisadores, Thiollent e Silva (2007, p.96) delinham claramente os limites de atuação daqueles que desejam empregar a pesquisa-ação:

O papel dos pesquisadores é modesto: apenas acompanhar, estimular certos aspectos da mudança decidida pelos grupos interessados. Se esses grupos não estiveram em condição de desencadear as ações, os pesquisadores não podem substituí-los; só procurarão entender por que tal situação ocorre. De modo geral, deve-se abandonar a idéia de mudar unilateralmente os comportamentos dos outros. São os próprios atores que decidem se querem ou não mudar. No plano ético, é permitido ao pesquisador-ator auxiliar ou

facilitar uma mudança somente se houver consentimento dos atores diretamente implicados.

Em relação ao alcance da metodologia adotada, em um dos trabalhos mais importantes em nível internacional no campo da pesquisa-ação, Brydon-Miller, Greenwood e Maguire (2003) apontam que uma das maiores limitações do método consiste no localismo do mesmo e da baixa possibilidade de replicação. Outra questão é que o método altera realidades locais e coloca pessoas em um esforço criativo e produtivo para a realização de uma mudança social. Isto pode ser uma situação arriscada, pois pode gerar conflitos e situações complexas, visto a complexidade do comportamento humano, sobretudo em contextos grupais.

A verificação de aplicação segundo Franzolin; Minghini e Lourenço (2009) passa ainda pelo crivo de três dimensões a serem verificadas na pesquisa: **ação**, no sentido de que é preciso haver uma mudança ou transformação; **pesquisa**, uma vez que é preciso haver uma investigação proposta por trás da ação e por fim; **participação**, isto é, o envolvimento direto dos sujeitos de pesquisa na resolução da situação vivenciada pela pesquisa.

3.4. Procedimentos de análise dos dados

Para análise dos dados, pretende-se utilizar essencialmente a análise de conteúdo, que de acordo com Bardin (2011, p.44) corresponde a um conjunto de atividades e técnicas cujo escopo é “obter por procedimentos sistêmicos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”. Depreende-se da definição da autora que consista em uma técnica que permite ao pesquisador compreender a comunicação verbal e não-verbal envolvidas em um fenômeno social na perspectiva das condições de construção das mensagens analisadas.

Na perspectiva de Laville e Dionne (1999) a análise de conteúdo pode ser instrumentalizada definindo-se inicialmente um recorte dos conteúdos acessados em elementos que poderão ser ordenados dentro de categorias analíticas. Os conteúdos recortados no presente trabalho foram auferidos por meio do discurso de sujeitos de pesquisa, em entrevistas com roteiro semiestruturado, ou por meio dos seminários temáticos da pesquisa-ação.

Dessa forma, considera-se a técnica de categorização proposta por Bardin (2011) em que se classificam por diferenciação, os elementos que compõem um grupo. Em seguida, reagrupam-se estes elementos por critérios previamente definidos. Neste aspecto, a autora propõe que as categorias são classes comuns de elementos definidos por critérios semânticos, sintáticos, léxicos ou expressivos. No contexto do trabalho, foram utilizados essencialmente critérios semânticos e expressivos, vista a interface da PA com a teoria argumentativa e pela expressiva quantidade de dados disponíveis para a análise.

Laville e Dionne (1999) apresentam ainda, que o pesquisador precisa fazer o recorte dos conteúdos em função da significação dos mesmos; para definição de categorias analíticas, que consistem em classificações cujos elementos serão agrupados por parentesco do sentido.

Os autores ainda definem como modelo aberto aquele em que as categorias de análise se formam ao longo da pesquisa; modelo fechado, em que são definidas as categorias a partir das bases teóricas e por meio delas se analisa a realidade; bem como o modelo misto em que se definem categorias, mas as mesmas podem ser modificadas em função das dimensões que a pesquisa tomará (LAVILLE e DIONNE, 1999).

Desta forma, como o presente trabalho possui diferentes fases analíticas, isto é, diferentes momentos de investigação, com escopo e contextos distintos, as análises foram realizadas ao final de cada seção considerando-se o modo mais adequado de contemplar e produzir conhecimento a partir dos dados auferidos. Ademais, acrescenta-se que as enunciações dos envolvidos da pesquisa, foram analisadas com base nas proposições de Bardin (2011), considerando-se o contexto da fala e o repertório dos envolvidos com o processo de pesquisa.

Por fim, sintetiza-se a consecução dos objetivos da presente dissertação por meio do seguinte modelo analítico:

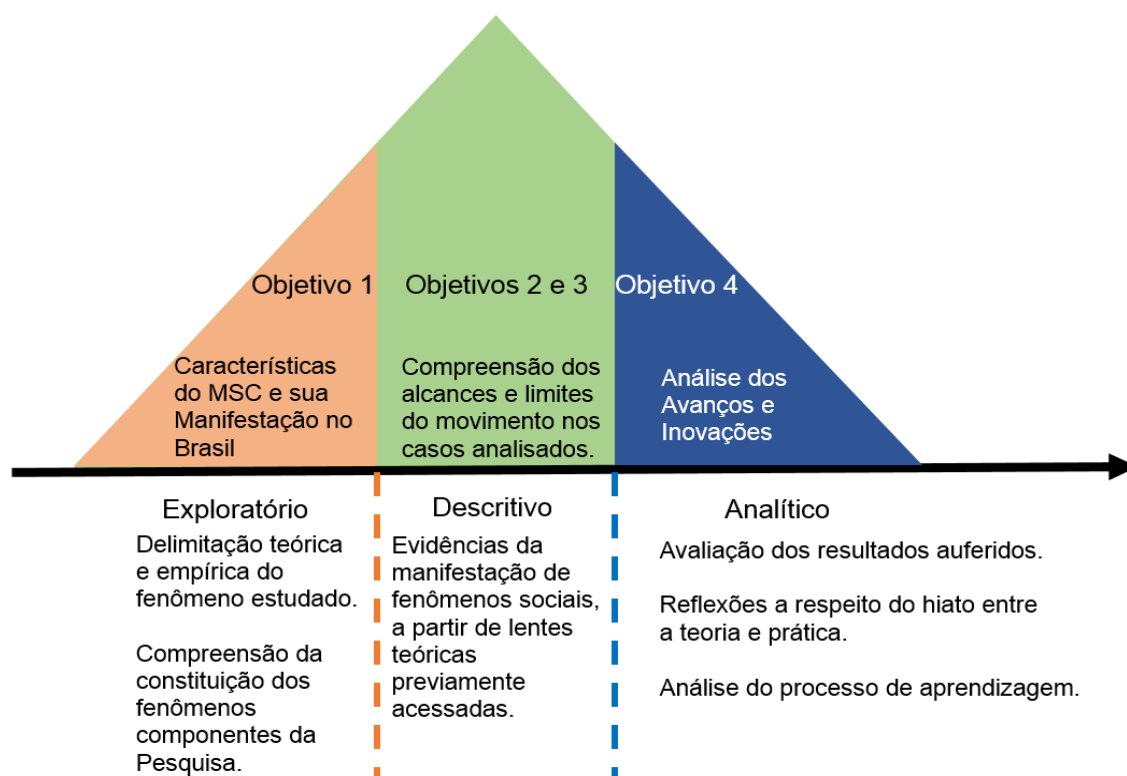


Figura 8 - Modelo analítico da construção dos resultados

Fonte: Elaboração própria

A ilustração anterior representa graficamente o processo de construção dos resultados do presente trabalho. Seguindo o protocolo de Thiollent (2011), assim como as orientações e reflexões presentes em Zeichner (1993); Eden e Huxham (1996) e Franzolin, Minghini e Lourenço (2013) realizou-se inicialmente um profundo trabalho de pesquisa de cunho bibliográfico a fim de esgotar a literatura existente a respeito do tema que inicialmente caracterizou a presente pesquisa, que consistiu no Movimento *Slow* e suas derivações, sobretudo o *Slow City*. Isto posto, procurou-se compreender as características e peculiaridades desse movimento, verificando-se sua adequabilidade enquanto eixo temático no contexto brasileiro. Desta fase, foi possível construir conhecimento sobre o tema, bem como adaptou-se a configuração do movimento, à realidade do projeto de pesquisa-ação em que o mesmo iria se inserir. Assim, iniciou-se a busca pelo alcance de objetivos descritivos.

Verificou-se ainda no presente trabalho, conforme afirmam Tripp (2005), Thiollent (2011) e Franzolin, Minghini e Lourenço (2013) que a pesquisa-ação possui uma série de peculiaridades em sua constituição, sobretudo o caráter fortemente descritivo, pois a sequência de acontecimentos relevantes à pesquisa, foram produzidos no contexto da pesquisa e com objetivo planejado. Isto é, por mais que

nos seminários temáticos, a manifestação dos envolvidos ocorra de maneira espontânea, o próprio contexto dos acontecimentos se dá por meio de condições criadas pelo pesquisador, logo, a descrição da sucessão dos eventos consiste em uma perspectiva necessária para a compreensão e avaliação plena do processo de pesquisa.

O último objetivo tem caráter analítico e integrador, culminando na produção de novas reflexões sobre o processo de pesquisa como um todo. As fases anteriores à realização da pesquisa-ação são adotadas como fonte de um conhecimento sedimentação em relação ao tema, cujas análises e investigação fornecerão ao pesquisador, arcabouço empírico e conceitual para conduzir o processo de pesquisa-ação na cidade em que se propôs a realização de uma mudança planejada. Com o alcance deste objetivo, encerrou-se a construção do raciocínio cognitivo que compõe a questão norteadora da presente pesquisa.

Ademais, ressalta-se que o presente trabalho contou com 42 encontros temáticos, marcados por várias declarações concomitantes e em um contexto discursivo, cujo sentido se construía no diálogo e na situação discursiva. Desta forma, uma sistematização de cada uma das falas isoladamente, além de inviável, furtaria da pesquisa o caráter holístico inerente ao método. Neste aspecto, um método proposto por Gibbs (2008, p. 80) útil à presente dissertação consistiu na análise narrativa, em que, sendo a narrativa “a forma com que as pessoas organizam sua compreensão do mundo”, o pesquisador pode se valer da narração de histórias para analisar o contexto, bem como o sentido que os fenômenos narrados tiveram na vida dos sujeitos de pesquisa.

Por fim, é preciso elucidar a configuração epistemológica da presente dissertação, a fim de pontuar as diferentes dimensões que permeiam a presente pesquisa. Conforme estabelecem Thiollent e Silva (2007, p. 95), a pesquisa-ação possui vocação “investigativa, dentro de um processo de interação entre pesquisadores e população interessada, para gerar possíveis soluções aos problemas detectados”. Contudo, o teor das análises oriundas desse método, transitam por uma perspectiva construtivista e até mesmo crítica, a depender do autor que realiza o trabalho. Ainda assim, o escopo dessa investigação é funcional, conforme Thiollent (2011) caracteriza a pesquisa-ação no campo da administração. Tem por finalidade resolver um problema público, a partir de um processo social pragmático, em que se pretende investigar as evidências e possibilidades de coprodução.

Neste sentido, a adoção do método da pesquisa-ação se deu em função da configuração do contexto do trabalho, que demandava uma abordagem mais direta e participativa por parte do pesquisador. Contudo, os achados do presente trabalho, não possuem conexão com os princípios das teorias críticas, mas sim com os conceitos trabalhados na revisão de literatura aqui realizada.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1. O enredo da construção dos resultados

Thiollent (2011, p.34) ressalta que os conhecimentos inerentes à pesquisa-ação “são principalmente informais e obtidos em situação comunicativa (ou interativa)”. Este fato evidenciou-se inúmeras vezes nas investigações de campo tanto em Vizela quanto em Rio Doce. Na lida diária com as mais diversas situações que se apresentavam, informações emitidas de maneira informal ou não-intencionada pelos atores sociais dos municípios em análise consistiam insumos para reflexões à luz do arcabouço teórico acessado, de modo a possibilitar a realização de inferências para os achados do presente trabalho.

O presente trabalho possui grande dimensão digital e tecnológica, isto é, o autor da presente pesquisa valeu-se de ferramentas multimídia para coleta de dados e investigação da realidade em análise. Páginas do *Facebook*, grupos do *WhatsApp* e formulários *online* foram utilizados como ferramentas de condução do processo de pesquisa. Advoga-se que tal abordagem de cunho mais informatizado legitima-se diante da realidade dos novos tempos, em que as conexões digitais compõem considerável parte da rotina dos indivíduos e da maneira com que os mesmos concebem a realidade (YAMAOKA, 2009).

Assim, para a inserção intelectual do pesquisador no contexto das temáticas que envolviam o principal escopo de pesquisa no município de Rio Doce, seguiram-se as orientações de Thiollent (2011) sobre a aquisição de saberes múltiplos sobre o tema, de modo a adquirir conhecimentos e experiências para lidar com a situação de mudança planejada vivenciada no processo de realização. A partir disso, as análises se voltam para o processo da pesquisa-ação e seus principais desdobramentos teóricos e empíricos.

A inserção do pesquisador no campo, ocorreu de maneira planejada e demandou preparação teórica a fim de capacitar as análises e reduzir o viés oriundo das verdades, crenças e pré-concepções que o pesquisador carrega consigo quando estabelece uma relação com objeto a ser conhecido.

Neste sentido, procurou-se imergir nas reflexões de Bergue e Luckman (1985) sobre a construção social da realidade. Os referidos autores afirmam que no contexto da vida cotidiana de uma comunidade, a realidade é objetivamente dada como pronta, cabendo ao sujeito, identificar e viver sua individualidade a partir de padrões pré-

estabelecidos. Os autores ressaltam ainda que na vida social cotidiana, situações dominantes tendem a ser mantidas pelos componentes de um grupo. Estas reflexões constituíram uma orientação para a inserção no campo e compreensão dos fenômenos sociológicos e até mesmos psicológicos, que a realização de um processo de mudança planejada implicaria. Desta forma, apresentam-se a seguir, as fases componentes da operacionalização da presente pesquisa.

Ratifica-se na presente pesquisa, a flexibilidade do método da pesquisa-ação, sobretudo em função do caráter situacional deste tipo de trabalho (THIOLLENT; SILVA, 2007). Contudo, a utilização do método evidenciou a grande responsabilidade psicossocial de sua aplicação, visto que ao pesquisador é atribuída a figura de moderação e referência para tudo o que envolver a iniciativa. Os envolvidos esperaram do condutor da pesquisa, respostas e total controle sobre as variáveis que envolviam a realização do trabalho. Este fato demanda preparo e dedicação absoluta ao contexto da pesquisa, para que, se não puder dar respostas, o pesquisador consiga ao menos, conduzir novas perguntas.

Conforme descrito nos procedimentos metodológicos, antes de ser realizar a pesquisa-ação, o pesquisador passou por um período de amadurecimento intelectual em relação ao Movimento *Slow*, compreendendo teoricamente o que havia sido produzido sobre esta temática, bem como investigando uma cidade adepta ao movimento e também as tentativas de desenvolvimento do *Slow Movement* no contexto brasileiro. Todas essas experiências, permitiram que o pesquisador estivesse preparado para a condução da pesquisa-ação, diante da complexidade deste processo de pesquisa.

4.2. MSC em uma cidade portuguesa: coprodução pontual e centralização do projeto

A escolha do município português de Vizela para a análise da presente etapa, se justifica pelo fato de ter sido a cidade com a qual representantes do serviço público riocense tiveram contato inicial e conseqüente conhecimento sobre a existência do MSC, bem como pelo fato de os representantes do movimento em Vizela terem se disponibilizado em transformar a mesma em uma 'cidade-amiga' de Rio Doce, auxiliando-a no processo de candidatura ao Movimento *Slow City*, e realizando trocas de saberes e experiências.

Neste sentido, a fim compreender o potencial e o alcance do MSC para a gestão pública de uma cidade em que o movimento já estivesse consolidado, o autor do presente trabalho investigou por meio de uma observação participante, a dinâmica e o cotidiano da referida cidade *Slow* portuguesa. A inserção do pesquisador na realidade do município, se deu sobretudo por meio da realização de um estágio de investigação na Câmara Municipal de Vizela, realizado no mês de novembro de 2016, em que foi possível compreender as funções organizacionais do MSC e a articulação institucional do mesmo.

No período da inserção do pesquisador na realidade em estudo, um instrumento constante das investigações consistiu no diário de campo, em que todas as impressões e *insights* obtidos a partir da observação do cotidiano do lugar eram imediatamente anotados, a fim de não se perderem informações importantes sobre o processo de pesquisa.

Setor	Código	Entrevistado(a)	Tempo da entrevista
Meio ambiente	E1	Engenheira responsável pelas políticas ambientais do município	00:29:37
Turismo	E2	Secretária de Turismo	00:49:25
Cultura	E3	Secretário de Cultura	00:32:00
Malha urbana	E4	Arquiteto responsável pelo movimento <i>Slow City</i> na cidade	02:09:14
Educação	E5 e E6	Professoras dirigentes da rede municipal de educação e fundadoras do movimento educacional <i>Cittaslow Kids / Cittaslow Education</i>	01:03:29

Quadro 7 - Entrevistas realizadas em Vizela

Fonte: Dados da pesquisa

A inserção do pesquisador no local de estudo se deu por meio de um estágio de pesquisa realizado no mês de novembro de 2016 na Câmara Municipal de Vizela. Inserido no ambiente organizacional da administração pública da cidade portuguesa, o autor da presente dissertação empregou o método de observação participante para registrar todas as suas impressões e inferências a respeito da realidade do município e das implicações que o título de *Slow City* trazia para a gestão municipal.

Identificou-se que no município de Vizela, a assembleia para a apresentação do movimento *Slow City* à população ocorreu depois que a decisão de implementação do mesmo já havia sido deliberada pelas autoridades governamentais. Isso evidencia uma perspectiva de planejamento mais governamental do que pública. Tal fato, contraria o discurso institucional proferido pelo movimento e pelos que teorizam sobre

o mesmo, de que o protagonismo comunitário é um requisito-base nos municípios que pretendem aderir ao MSC.

Não se verificou ainda, a existência de um desenho institucional comunitário para deliberação e consulta de aspectos relacionados ao MSC. Isto é, não houve um processo de sensibilização dos populares, para que os mesmos pudessem se organizar em um grupo de trabalho para capitanear e conduzir questões ligadas aos requisitos do MSC.

Os indícios evidenciados pelo cotidiano e por informações tácitas se mostraram como pistas válidas para a compreensão da realidade. Neste sentido, foi possível depreender dos comentários de alguns funcionários públicos, ao serem indagados sobre o movimento, que nem os próprios, tampouco os cidadãos, possuíam um sentido estruturado do que venha a ser o Movimento *Slow City*.

Observou-se que a rede Cittaslow estabelece uma série de exigências para as cidades-membro, como a realização obrigatória de um evento denominado *Sunday Slow*, voltado para a exposição e consumo exclusivos de produtos locais, com data estabelecida pela gestão da rede, a qual também instituiu que deve haver uma rede nacional das cidades *Slow* de um mesmo país, a fim de consolidar os elementos identitários do mesmo.

Contudo, verificou-se que apesar das inúmeras exigibilidades e regras estabelecidas pela Rede Internacional Cittaslow, a mesma não oferece às suas integrantes, benefícios diretos como assessorias, recursos ou facilidades. Os ganhos que se observaram com a aquisição do título de *Slow City*, em Vizela, derivaram-se do empenho dos profissionais da cidade em qualificar seu território, a partir de elementos apontados pelo coordenador do projeto *Slow City*, o qual também é o arquiteto da cidade. Este profissional, tem em suas metas e estilo de trabalho, aspectos relacionados ao desenvolvimento territorial, à valorização da ecologia e sustentabilidade e projetos relacionados à infraestrutura e malha urbana que valorizem as tradições e o potencial endógeno de Vizela. Sendo assim, o referido profissional alega ter encontrado na proposta do MSC, a forma de legitimar na cidade, um conjunto de práticas que já se verificavam na cidade, mas que com o selo, foram potencializadas.

Analisando-se o contexto situacional de maneira mais substantiva, é possível compreender o motivo de o técnico responsável pela implementação do MSC em Vizela, defender a iniciativa de maneira veemente e centralizar a iniciativa sob sua

tutela. Isto se dá por ter sido este ator o responsável pela idealização e obtenção do selo na cidade. Portanto, toda a responsabilidade e todos os aspectos relacionados a resultados do processo serão cobrados publicamente deste profissional, fato que o leva a assumir o controle direto sobre os critérios e desdobramentos do movimento Cittaslow em Vizela, assim como o impede de assumir de maneira incisiva as incipiências e falhas de gestão que a Rede Internacional Cittaslow comete na condução do movimento e administração de suas cidades-membros.

Fora do contexto da pesquisa, em situações cotidianas, muitas informações relevantes foram proferidas por atores sociais ligados ao município de Vizela. Em um diálogo informal na volta para casa depois de um dia de trabalho, alguns colegas da Câmara Municipal revelaram que eles próprios não tinham um sentido estruturado do que seria o *Slow City* e que acreditavam que grande parte da população também não o tivessem. Essa informação foi ao encontro das impressões sedimentadas pelo autor do presente trabalho, de modo.

Outro elemento observado no contexto do *Slow City* de Vizela é que não existe um plano sistematizado de sucessão e continuidade da iniciativa, assim como não existem lideranças comunitárias engajadas e envolvidas com a iniciativa. A Dimensão gastronômica do movimento Slow, isto é, o *Slow Food* é mais conhecido do que o *Slow City*, que é, ainda que no nível do discurso, o vetor temático de desenvolvimento local.

Vivenciando-se a rotina e contexto da cidade, não foi possível identificar elementos da rotina de Vizela que a diferisse de qualquer outra cidade de pequeno porte com um sistema de limpeza urbana de qualidade. Foi possível observar, inclusive, lixo em alguns pontos de ruas mais afastadas, bem como um conflito entre adolescentes e um idoso, em plena luz do dia. Nos comércios como cafés, lanchonetes e lojas, quando perguntava-se aos comerciantes sobre Cittaslow ou *Slow City*, constatava-se o desconhecimento da iniciativa por parte dos interlocutores. Estes elementos, demonstram que uma mentalidade slow, não foi amplamente apregoada em sua população.

Não se pretende afirmar no presente trabalho que a adesão ao Movimento *Slow* no contexto de Vizela não trouxe resultados ao município. O que os dados evidenciaram é que o MSC nesta localidade, ocorreu em aspectos específicos e não de maneira integrada, de modo governamental e com perspectiva menos participativa. Ademais, as duas manifestações concretas de evidências da coprodução no

município de Viela, ocorreram de maneira pontual e foram verificadas nos âmbitos cultural, comercial e educacional nos seguintes aspectos:

- **Constituição do prato típico de Vizela.**

Uma iniciativa empreendida em Vizela que envolve as diretrizes do movimento *Slow City* e o processo de coprodução diz respeito à criação do prato típico de Vizela. De modo a promover a atividade turística, criando uma proposta de valor a ser ofertada aos turistas, gerando receitas econômicas à cidade bem como desenvolvendo um elemento simbólico associado à marca distintiva do local, o projeto de constituição do prato típico do município surgiu como uma iniciativa do poder público para fortalecer e fomentar uma atividade comercial da gastronomia local, gerando novos atributos a serem utilizados pelos proprietários de restaurantes como um elemento de negócios, ao passo que contribuía para o resgate dos valores, das tradições e da história do local.

Houve nessa iniciativa o envolvimento de cidadãos, do poder público e do mercado, compartilhando responsabilidades na elaboração do prato. O poder público, representado pelo representante do movimento *Slow City*, desenvolveu um projeto de elaboração do prato típico da cidade e comunicou publicamente a iniciativa. A sociedade contribuiu com um profundo levantamento sobre as histórias e os símbolos que seriam utilizados na iniciativa, bem como na escolha do prato. Na interação entre sociedade e governo, decidiram que o prato mais representativo, consistia no chamado Frango Merendeiro, uma receita dos viajantes ancestrais do povo vizelense, repleta de simbolismo e memória.

Para fortalecer ainda mais este ideário e agregar valor de mercado ao produto, por meio de sua embalagem, como é possível identificar na imagem a seguir, o *design* da Caçarola que recebe o prato, remonta ao monumento municipal que abriga as bicas de água quente, símbolo das Termas de Vizela, recurso hídrico que por muito tempo subsidiou o turismo e a economia locais. Este fato, fora pensado a fim de criar uma conexão entre os princípios do movimento *Slow*, dentre eles a valorização do território e da produção autóctone, com a perspectiva de desenvolvimento do município.



Figura 9 - Evidências visuais do prato típico de Vizela
 Fonte: Dados da pesquisa

Prato Típico de Vizela

Frango Merendeiro

Receita de frango, que remonta aos tempos dos piqueniques familiares que eram feitos no Santuário de S. Bento, onde o frango utilizado era muitas vezes depenado na "Bica Quente". Esse simbolismo está presente na forma como este prato é servido, numa caçarola de barro que apresenta os traços desse mesmo monumento local.

Ingredientes
 1 frango do campo | 1 cebola | 2 dentes de alho | 1 salpicão | 2 tomates cacho | Piri-piri q.b. | 1dl de azeite virgem extra | 4 hastes de salsa | 500gr. de arroz carolino | 0,5dl. de vinho branco verde | sal marinho q.b. | ervas aromáticas q.b. (carqueja e hortelã).

Preparação
 Corta-se o frango em 8 peças. Pica-se a cebola e o alho e faz-se um refogado com azeite. Junta-se o frango, o salpicão e a salsa em rama. Refresca-se com vinho e deixa-se refogar. Retira-se o frango e o salpicão e acrescenta-se água. Deixa-se ferver para acrescentar o arroz para confeção de um arroz não caldoso, mas húmido. Dispõe-se na púcaro o frango, os miúdos e o arroz. Decora-se com salpicão às rodela e vai ao forno.

Experimente esta iguaria nos restaurantes do concelho de Vizela!

Figura 10 - Material publicitário do prato típico de Vizela
 Fonte: Dados da pesquisa.

Considera-se que esta tenha sido uma manifestação da coprodução no município em análise, contudo, ocorrida de maneira assimétrica, visto que a participação popular limitou-se ao processo de elaboração das sugestões e levantamento de material sobre a história e as tradições do município. Não se verifica por exemplo, a mobilização dos munícipes na comercialização dos recipientes, fato que fica a cargo da loja localizada no departamento de turismo, nem tampouco na promoção do prato típico, que fica a cargo do poder público e dos donos de restaurantes.

Contudo, acredita-se que esta ação integrada consista em um modelo válido para o desenvolvimento turístico e gastronômico, baseado nos princípios do Movimento *Slow City*, pois além de manter as tradições do município vivas, traz possibilidades de geração de renda, ocupação e inclusão social, por meio da inserção dos cidadãos no processo de criação e comunicação de valor, dos produtos oriundos de tal processo coproduzido.

- **Projeto educacional Cittaslow Education.**

Para compreensão da manifestação do movimento no setor educacional, foram entrevistadas as duas professoras idealizadoras do projeto Cittaslow Education, iniciativa que surgiu a partir da obtenção do selo Cittaslow no município de Vizela de modo a ampliar o alcance do movimento e mobilizar a população, sobretudo mais jovem, no escopo *Slow*, relacionado à cidadania e valorização do território. Apresentar-se-á a seguir o surgimento do projeto a partir da fala da entrevistada, a fim de tornar a descrição mais legítima e fidedigna com a realidade vivenciada no momento da pesquisa. Dessa forma:

Vizela foi classificada como Cittaslow em 2011, e durante um ano ou dois, ninguém sabia o que era Cittaslow, porque o movimento aqui não estava a interiorizar na consciência das pessoas, pois, então ninguém sabia, porque a nível de Câmara, não foi explicado a ninguém, em momento algum no que é que consistia o movimento Cittaslow, o que era, para que servia, qual a mais-valia para Vizela. Entretanto eu e a professora Maria José quando nos apercebemos do que era o movimento Cittaslow, dado que já conhecíamos o Movimento Slow, pois há vários movimentos inerentes., entendemos que tendo nós uma classificação destas numa cidade tão pequena, seria o mais importante para que esta classificação resultasse e tivesse efeito, an... seria importante as pessoas terem consciência do que era. E então, de que forma, nós pensamos em fazê-lo? Através dos miúdos que era a forma mais fácil de ensinar qualquer conceito, qualquer atividade, qualquer ideia. Porque os pais apostam tudo nos filhos e acabam por se deixar conduzir por tudo aquilo que

os miúdos pretendem fazer, ou por algum visão deles. É uma forma de os compensar, uma vez que hoje em dia os miúdos passam muito tempo na escola.... Então resolvemos criar o Cittaslow Kids, começou com este nome, agora chama-se Cittaslow Education. Mudou de nome porque Cittaslow Kids nós começamos de forma experimental só com os miúdos do pré-escolar e primeiro ciclo. Quando quisemos alargar aos maiores, a classificação de Cittaslow Kids, soava aos pré-adolescentes de muito infantil. Então, mudamos o nome para Cittaslow Education. Pegamos os princípios orientadores do Cittaslow e adaptamos TODOS (Ênfase na fala) sem exceção, à realidade dos alunos. Criamos uma disciplina que foi aprovada pelo Ministério da Educação. E o que que fazemos nessa disciplina? Ela é uma disciplina de oferta curricular que conta para o currículo, ou seja, eles podem reprovar. É exatamente uma disciplina, tem o peso de qualquer uma das disciplinas deles, como português, matemática, estudos do meio, áreas de expressão e estudos do meio (repetição). Os do terceiro e quarto ano têm ainda inglês (Entrevistada E5).

A partir da fala da entrevistada, pode-se perceber que a iniciativa surge como uma forma de ampliar a participação e o senso de responsabilidade com o espaço público para as gerações mais jovens, com o intuito de educar cidadãos conscientes de seus deveres com a coisa pública. É possível depreender da fala desta entrevistada ainda, sobretudo quando se analisa a carga emocional atribuída à fala dela, elevado tom de crítica ao MSC de maneira isolada, bem como aos seus respectivos resultados. É possível depreender ainda, da fala da entrevistada, um subtexto claro de que na percepção dela, não houve resultados expressivos advindos à classificação da cidade como uma *Slow City*. Neste sentido, a criação do Cittaslow Education possui, além de um escopo proativo e contributivo para o desenvolvimento local, uma teor de reação à incipiência percebida das manifestações do MSC na cidade. Dessa forma, sobre os métodos de trabalho do Cittaslow Education:

Queríamos um método diferente de ensinar e investigar, onde os alunos decidem, têm poder sobre as matérias e os conteúdos que definem, as escolhas que fazem... É deles. No Cittaslow Education temos linhas orientadoras, definimos o tema que é escolhido por todos os alunos, fazemos um inquérito e... Trabalhamos mais numa forma de investigação, de consciência, trabalhamos também a parte ãnn... Psicológica dos alunos e como é que fazemos? Dividimos a disciplina em quatro módulos que é: Consciência do Eu, Cidade Cittaslow, o conceito, depois Viagem do Caracol que é a uma imersão na cidade e depois o Cidadão de futuro que é o Cittaslow Education, que é quando eles já tem a capacidade de empreender. (Entrevistada E5)

Um aspecto fundamental para o desenvolvimento local do programa educacional desenvolvido em Vizela consiste no fato de que o mesmo se preocupa em incutir no cidadão o pensamento reflexivo, sobre como cada indivíduo pode gerar devolutivas para o espaço em que vive. Dessa forma, o escopo consiste em produzir nos cidadãos

egressos uma consciência de manter sua conexão com o espaço de origem, mantendo-se a história e as tradições locais fortalecidas.

No projeto ainda são promovidos os encontros entre as gerações por meio de estudos dirigidos em que os idosos são convidados a apresentarem aos estudantes mais novos, em Portugal chamados de miúdos, aspectos históricos de Vizela, mantendo ativas as memórias do local, a fim de que os cidadãos em formação possam mantê-las e transmiti-las às novas gerações quando forem adultos.

O projeto possui ainda um caráter dialógico e evidencia-se neste fato manifestações da coprodução da educação enquanto um bem público, uma vez que os eixos norteadores do trabalho desenvolvido em classe denominado Viagem do Caracol, é desenvolvido com base na estratégia de crescimento da União Europeia, denominada Europa 2020 e a partir de sugestões da população de Vizela, operacionalizados em questionários de opinião, sobre o que seriam temas mais importantes a serem tratados pelos estudantes.

No ano em que se realizou a pesquisa, área pública que havia sido eleita como um eixo necessário a ser trabalhado para o desenvolvimento de Vizela foi o turismo, pois, no passado foi um setor que praticamente sustentava a cidade, contudo no presente, a atividade perdeu força. Neste sentido, o grande esforço da requalificação do turismo se encontra na valorização da cultura e da história local, associadas aos recursos naturais, dentre os quais às águas termais de Vizela, com propriedades de cura, as quais atraíam muitos turistas.

A Reunião foi realizada com Entrevistadas **E5** e **E6** e em parte do processo contou com a presença do entrevistado **E4**, responsável técnico pelo movimento na cidade. Este fato evidenciou as divergências entre os atores sociais envolvidos e possibilitou a percepção das contradições e assimetrias de informação presentes na iniciativa. As entrevistadas, ressentiam-se de maior alcance por parte do MSC e demandavam maior envolvimento e senso colaborativo para que a iniciativa Slow na essência de sua filosofia pudesse se manifestar. Isso pode ser evidenciado no trecho a seguir da entrevista:

A comunidade só se envolveu com o movimento a partir do momento que criamos o nosso Cittaslow Education. E é isso que queremos fazer. É preciso que haja mais consciência e mais poder econômico da câmara para isso... Acho que precisamos trabalhar a Consciência do Eu na câmara (ironia). Penso que se tivéssemos uma câmara mais colaborativa, nós já estaríamos mais longe (Entrevistada E6).

A fala da entrevistada E6, assim como o nível de centralização presente no MSC em Vizela são endossados pelas falas de outros entrevistados, como os representantes do Meio Ambiente (E1), Cultura (E2) e Turismo (E3), os quais em suas entrevistas, declararam o baixo envolvimento comunitário da iniciativa, assim como a concentração excessiva de informações nas mãos do técnico responsável pelo movimento. As implicações deste fato, residem na chance de que, com a eventual saída do atual do técnico responsável de seu cargo público, ou com o fim do mandato do presidente da Câmara Municipal (O equivalente ao cargo de prefeito no Brasil), o movimento Slow deixe de existir no município, uma vez que a experiência de protagonismo da comunidade não foi priorizada.

No que tange ao turismo, sendo este um setor trabalhado no Cittaslow Education, bem como um setor que a literatura normalmente associa às iniciativas *slow* (MAYER; KNOX, 2006; PAUL, 2014; BAUER, 2016) ressaltam aqui alguns pontos relevantes da entrevista junto a gestora pública responsável pelo setor, que evidenciam aspectos relacionados à gestão pública e ao movimento Slow.

Estou ca no turismo há muitos anos e posso dizer-te que a ãn... a estratégia que... Temos delineada não... Não tem muita correlação com... Com Cittaslow. Isto pode ser algo que pode-se questionar... Como se estivéssemos a seguir dois caminhos... Embora nós achamos que toda a publicidade que o símbolo traz nos dá uma mais-valia, até porque somos a primeira Cittaslow do norte (de Portugal), isso acaba por refletir no turismo de alguma forma. Mas nada tão diretamente. Mas se formos parar para pensar, o turismo de Vizela sempre foi um bocadinho slow, pois está muito relacionado às termas, as tradições. Por fim, acaba por estar muito ligado ao conceito Cittaslow, ou seja... Não teve grande diferença daquilo que já existia. (Entrevistada E3).

A gestora do Turismo evidenciou ainda a força que o movimento *Slow* e sua ampliação no ideário popular por meio do projeto Cittaslow Education. Dentre os principais desafios do setor de turismo, a gestora apresenta ainda, além do reduzido de pessoas que compõem o setor, a dificuldade de atuação em rede, o que limita o alcance dos projetos.

A realidade é que nem tudo que se quer fazer, se consegue... O turismo é uma atividade que choca com outras atividades. Por exemplo, o transporte, o ambiente, tudo tem que convergir para o mesmo objetivo, pois a cidade tem de estar limpa e as pessoas informadas para receber o turista. E o turismo sozinho não consegue fazer todas essas coisas. Ou seja, é uma área que depende muito das outras áreas da Câmara Municipal e nem sempre tem esse apoio. Quando tu perguntaste se há um choque, o que te digo é que ãn... Político não há, mas de interesses sim, pois a Câmara está a servir toda a gente e não há uma ãn... Coesão muito forte para buscar objetivos coletivos. (Entrevistada E3).

Conforme evidenciou-se nos procedimentos metodológicos, o escopo das pesquisas na cidade de Vizela, consistiu na busca de referências e de compreensão do que de fato consistia o Movimento *Slow* e como o mesmo modificava a dinâmica de uma cidade. Uma das preocupações, com a obtenção deste título, foi inclusive de que a publicidade que ser uma *Slow City* traz, pudesse intensificar a demanda turística e dessa forma trazer problemas para a cidade no sentido de sobrecarga dos serviços elementares como saúde, aumento do trânsito e geração de engarrafamentos, assim como maior ocupação dos restaurantes, redundando na perda de qualidade de vida do morador da cidade e descaracterização da própria filosofia. Contudo, conforme declarado pela entrevistada, não houve uma intensificação significativa da oferta turística relacionada diretamente ao MSC. Inclusive, mesmo sendo uma Cittaslow na Europa, território em que o movimento possui maior conhecimento e visibilidade por parte das comunidade, o fluxo de turistas em Vizela vem apresentando tendências de queda nos últimos anos, conforme declaração da gestora.

Desta forma, diante do material aqui analisado de maneira holística, buscando-se compreender como o Movimento Slow se manifesta de forma integrada na vida da comunidade vizelense, constata-se que no município de Vizela, o MSC foi utilizado como um projeto de governo e como uma base conceitual para a política urbana, relacionando a imagem da cidade com uma perspectiva de desenvolvimento endógeno e colocando a mesma em contato como uma comunidade internacional de pequenos municípios com valores comuns, possibilitando assim, trocas de experiência. Contudo, observa-se que diante da ausência de uma base comunitária sólida em um desenho institucional sistematizado e institucionalizado, o projeto fica sujeito à suscetibilidade da vontade política do próximo governante do município, podendo o MSC vir a desaparecer, caso não seja interesse para o projeto político da nova administração pública vindoura.

Com o regresso do pesquisador para o Brasil, ressalta-se que a manutenção das relações com o município de Vizela por meio de reuniões virtuais, trocas de arquivos e compartilhamento de experiências. Ressalta-se o papel dos Entrevistados E4, E5 e E6 na coprodução do desenho ou planejamento de ações para o desenvolvimento da cidade em que se realizou a pesquisa-ação. A experiência portuguesa com o movimento foi analisada, e a partir dos fatores críticos de sucesso do caso de Vizela, buscou-se orientar um modelo próprio.

4.2.1. Análise categorial – Evidências encontradas nos conteúdos

A partir do material analisado, apresenta-se no modelo analítico a seguir manifestações de aspectos empíricos da realidade analisada em comparação com as categorias elaboradas a partir das reflexões teóricas contidas no presente trabalho. Desta forma procura-se sintetizar as induções possíveis, a partir das experiências vivenciadas.

Categoria	Descrição da realidade observada	Elementos empíricos
Planejamento da proposta.	<p>A proposta foi eminentemente governamental.</p> <p>Não houve um processo de sensibilização da população ou formação de um grupos de trabalho, a fim de assegurar a participação cidadã e olhares múltiplos sobre a iniciativa.</p> <p>A comunicação pública realizou-se a posteriori da decisão de adesão ao movimento</p> <p>O escopo do trabalho está mais orientado à competitividade territorial do que ao protagonismo comunitário.</p>	<p>Desconhecimento confesso por servidores públicos do que é o movimento no que tange à sua aplicação na gestão do município.</p> <p>Todos os entrevistados apontaram que existem questões de conhecimento e operacionalização exclusivos do técnico responsável pelo projeto, evidenciando a centralização da iniciativa.</p> <p>O próprio técnico do projeto declarou que a decisão de aderir ao movimento teve escopo de ampliação da competitividade territorial de forma mais sustentável e que a referida decisão foi comunicada aos cidadãos, após já estar consolidada no âmbito da administração pública.</p>
Coprodução do bem público.	<p>Constituição de uma oferta de mercado cocriada, baseada em princípios do território e nas histórias da população, por meio de esforços do poder público, mercado e sociedade</p> <p>Coprodução da educação enquanto bem público, incentivando a cidadania e o envolvimento das crianças e adolescentes com projetos que integrassem as famílias, a escola e demais setores públicos, como o turismo.</p>	<p>Elaboração do prato típico de Vizela, o Frango Merendeiro, que envolveu a comunidade no resgate das memórias do local, em uma oferta de produção autóctone.</p> <p>A partir da inserção na Cidade no Movimento Slow City, a educação foi utilizada como um vetor para transformações sociais, e promoção de trabalhos entre cidadão e poder público para melhor uso dos espaços públicos.</p>
	<p>Compromissos públicos da cidade com uma rede internacional que cobra ações e compromissos condizentes com os princípios da rede.</p>	<p>Além de ter de seguir os requisitos de manutenção, foi instituído que a cidade deve integrar e fortalecer a constituição de uma Rede Nacional Cittaslow.</p>

<p>Mudanças sociais oriundas do título <i>Slow City</i>.</p>	<p>Formulação de políticas específicas dentro dos critérios de manutenção da cidade na rede.</p> <p>Envolvimento da população com os espaços públicos (após o movimento Cittaslow Education).</p>	<p>Existem compromissos comuns a todas as cidades comuns a serem seguidos como a feira Sunday Slow.</p> <p>Após o movimento, os alunos começaram a incentivar os pais a terem uma vida política mais ativa e participativa.</p>
---	---	---

Quadro 8 - Análise categorial em Vizela

Fonte: Dados da pesquisa

A análise do caso de Vizela, a partir das categorias apresentadas evidenciam o descompasso da iniciativa com o discurso vigente que orienta o MSC. O principal atributo do movimento, que consiste no protagonismo comunitário não se verifica no município. Contudo, este fato é comum a outras localidades que também foram analisadas sob a perspectiva da implementação do movimento Slow City como é possível verificar nos trabalhos de Karabag; Yücel e Inal (2012); Ildiko (2013); True e Kiliçaslan (2015). Uma hipótese que possa explicar de maneira indutiva esta realidade, consiste no fato de que o movimento Slow e suas derivações consistem em assuntos recentes em âmbito mundial e com conhecimentos ainda incipientes. Dessa forma, supõe-se que aqueles que tomam conhecimento dessa iniciativa, sejam geralmente técnicos, profissionais do planejamento urbano, turismo e gastronomia, assim como agentes políticos como prefeitos e vereadores. Logo, em função dos postos ocupados pelos interlocutores da iniciativa, a mesma acaba tomando um teor centralizado, de cúpula e de baixa adesão comunitária, conforme evidenciam os referidos trabalhos analisados e a presente pesquisa endossou tais achados.

4.3. Evidências do MSC no Brasil: um caminho repleto de incipiências e incompletudes

O presente tópico teve como principal escopo oferecer ao autor do presente trabalho, pistas para a compreensão da existência ou não de manifestações do MSC no Brasil, e em caso afirmativo, como foi a adesão do movimento no contexto brasileiro. Neste sentido, conforme descrito nas definições metodológicas, realizou-se inicialmente uma pesquisa bibliográfica, de modo a verificar na literatura existente, elementos que pudessem contribuir para a construção de uma proposta adequada às necessidades do município de Rio Doce, que considerasse as experiências anteriores vivenciadas em outras cidades do Brasil.

Neste sentido, a fonte bibliográfica norteadora para a descoberta de outras manifestações do Movimento *Slow* no contexto brasileiro, consistiu na dissertação de Bauer (2016) o qual em sua pesquisa, evidenciou a candidatura não-conclusiva de 3 municípios brasileiros, sendo eles Tiradentes no estado de Minas Gerais; Santa Teresa no Espírito Santo e Antônio Prado, no Rio Grande do Sul. Sendo essa uma das escassas produções acadêmicas realizadas no Brasil sobre o movimento, assim como o trabalho de Arins (2009) que investigou o MSC sobre a ótica do ecodesenvolvimento, ressalta-se a importância dos achados dos referidos autores para a compreensão do potencial e do alcance do MSC no contexto brasileiro, bem como a utilidade dos achados das pesquisas de Arins (2009) e Bauer (2016) para a realização de trabalhos futuros sobre o MSC no âmbito do Brasil.

De modo a complementar as pesquisas realizadas, por meio de buscas intensivas em mecanismos de procura não acadêmicos como o *Google* e até mesmo o *Youtube*, localizou-se uma entrevista realizada com o idealizador da rede *Cittaslow*, Paolo Saturnini, em que além das cidades de Antônio Prado, Santa Teresa e Tiradentes, apontava-se ainda o município de Carlos Barbosa no estado do Rio Grande do Sul, como uma das cidades brasileiras candidatas, que não efetivaram a adesão ao MSC (RUSCHEL, 2012). Ressalta-se que de todo material acessado, não foi encontrada nenhuma fonte alternativa que indicasse outras cidades brasileiras envolvidas com o Movimento *Slow City*, por isso, somente foram evidenciadas Tiradentes, Santa Teresa, Antônio Prado e Carlos Barbosa, com base em Bauer (2016) e na entrevista de Ruschel (2012),

Levando-se em consideração as lentes teóricas que capacitam as análises realizadas no presente trabalho, acredita-se que as investigações em municípios que tiveram algum envolvimento com o MSC possam tangenciar aspectos relacionados à conscientização, mobilização e articulação dos atores em relação à proposta; ao desenho institucional para a concepção do movimento no municípios candidatos, uma vez que o protagonismo da comunidade é uma das premissas do mesmo (coprodução); assim como a verificação de qual o percentual da população tinha conhecimento sobre a iniciativa no movimento e se organizava para compartilhar poder e responsabilidades.

Outro elemento a ser considerado, diz respeito ao alinhamento entre a proposta de candidatura e os mecanismos de planejamento público e governamental nos municípios brasileiros cujos respectivos governos pleiteavam a candidatura ao MSC.

Isto, é, para se candidatar ao MSC, a cidade necessita cumprir uma série de objetivos que precisam ser reverberados em ações e compromissos governamentais. Tais objetivos precisam ser planejados e orçados, levando-se em consideração os mecanismos constitucionais de planejamento público existentes.

Isto posto, destaca-se que utilizou-se dos mecanismos de comunicação disponibilizados pelas prefeituras de cada um dos municípios candidatos, a fim de localizar os atores responsáveis, pelo projeto de candidatura do município. Utilizou-se além dos *e-mails* oficiais das prefeituras de cada uma das cidades candidatas, as ouvidorias das prefeituras e até mesmo as redes sociais digitais das prefeituras como o *Facebook*. Isto posto, evidenciam-se no quadro-síntese a seguir o teor das respostas emitidas pelas prefeituras. Os conteúdos originais podem ser vistos no **ANEXO C** do presente trabalho:

Prefeitura	Conteúdo da resposta
Tiradentes	Não houve resposta em nenhuma das mídias.
Antônio Prado	Resposta via Facebook: Por natureza, nosso município já se caracteriza nesse conceito, porém, a administração passada freou essa questão devido ao preconceito que o nome do movimento gerou com os munícipes. Então hoje não temos nada encaminhada, porém temos certeza que o nome atrapalha um pouco sim pois principalmente os jovens da cidade não querem que o município continue “slow”. Entendo o conceito. Mas é difícil explicar para que o município participe.
Santa Teresa	Resposta via e-mail: Ainda não recuperamos o projeto. Algumas prioridades foram identificadas no planejamento, porém, considerando ser um projeto pioneiro e necessário para o Município, será resgatado no segundo semestre.
Carlos Barbosa	Resposta via Messenger: Nunca houve a tentativa de candidatura a este movimento. Nem em anos anteriores.

Quadro 9 - Respostas das Cidades

Fonte: Dados da pesquisa

A informação fornecida pela Prefeitura de Antônio Prado sobre o MSC no município no ano de 2017, ratifica os achados de Bauer (2016) o qual aponta a semântica do termo *Slow City* (Cidade lenda) como um fator crítico para a baixa adesão comunitária. Houvesse maior abertura da referida organização pública para maiores esclarecimentos sobre a proposta, e caso houvesse maior tempo e recursos para a realização do presente trabalho, considerar-se-ia cabível a realização da técnica conhecida como *Snow Ball* (bola de neve), que consiste em um método de

pesquisa para estudos realizados em comunidades, em que ao final da abordagem ao sujeito de pesquisa, solicita-se que o mesmo indique outros sujeitos relacionados ao tema em estudo, até atingir ou ponto de saturação dos envolvidos com determinado fenômeno (BALDIN; MUNHOZ, 2011). A realização da técnica do *Snow Ball*, na investigação sobre um tema cuja atuação coletiva é central, consistiria em um efetivo meio de compreender as múltiplas visões de diversos atores que estavam envolvidos de alguma forma com a candidatura do movimento.

Neste sentido, aponta-se a realização da referida técnica em um ou mais dos municípios candidatos, como sugestão de pesquisas futuras.

Contudo, a impossibilidade de avanços na compreensão dos casos de não-consecução do título de *Cittaslow* nas cidades brasileiras, não inviabiliza ou prejudica os avanços da presente pesquisa, visto que a finalidade do presente capítulo consiste em evidenciar as manifestações do MSC no Brasil e a partir das mesmas verificar elementos que possam corroborar o desenvolvimento da proposta no principal local de estudo desta dissertação, que consiste no município de Rio Doce, Minas Gerais.

Nota-se na resposta do município de Santa Teresa uma ambiguidade, pois, o interlocutor diz que o projeto não foi recuperado em função das prioridades do planejamento. Contudo, o mesmo projeto é dito como “necessário” na frase posterior, mas não se evidencia o porquê de tal importância e tampouco se elucidam as dúvidas apresentadas na solicitação.

Assim, as pífias respostas, ou a própria ausência das mesmas, oferecidas pelos municípios pesquisados, em adição à ausência de notícias recentes ou documentos públicos atualizados sobre a candidatura dos municípios ao MSC, além de evidenciarem a carência dos mecanismos de comunicação organizacional das respectivas prefeituras para com os cidadãos que solicitam uma informação de domínio público, permitem analisar que o movimento, no contexto brasileiro, não possui continuidade ou um projeto organizado e sistematizado de retornar como uma proposta norteadora para quaisquer dessas cidades.

Diferentemente do trabalho de Bauer (2016), o qual compreendeu a dinâmica política e a trama social relacionada à candidatura dos municípios de Santa Teresa, Tiradentes e Antônio Prado, revelando as implicações das mesmas no processo de gestão do turismo, o interesse da investigação aqui proposta seria verificar os níveis de coprodução, isto é, o quanto houve o compartilhamento de poderes e responsabilidades tanto em nível local, quanto entre as cidades candidatas, as cidades

já chanceladas como *Cittaslow* e a própria gestão da Rede Internacional *Cittaslow*, assim como analisar o planejamento público da iniciativa *Slow* em nível local.

A partir da declaração de Carlos Barbosa, verifica-se uma contradição com a informação presente em Ruschel (2012), pois na entrevista, a referida cidade é apontada como uma das localidades que tentou ingressar no movimento e não deu continuidade à proposta. A hipótese levantada para explicar essa contradição, é que talvez, a tentativa de aproximação com o movimento e ingresso no mesmo, tenha ocorrido por um ator não vinculado ao poder público. Caso seja verdadeira, o caso de Carlos Barbosa consistiriam em um lócus propício para se analisar a dimensão do protagonismo comunitário e a manifestação de interesse no movimento, a partir das bases populares.

Dessa forma, à luz das análises realizadas neste item, considerou-se como um elemento a ser contemplado na pesquisa-ação realizada no município de Rio Doce, mobilizações constantes na cidade, de caráter público e aberto, com linguagem acessível, por meio de seminários diversos a fim de que a adesão livre e voluntária, bem como as manifestações de lideranças comunitárias e de formadores de opinião da comunidade pudessem expressar o interesse ou desinteresse da coletividade em prosseguir com a proposta e adotar as diretrizes do MSC como uma base para a construção coletiva de ações para o desenvolvimento da cidade. Desta forma, no próximo tópico, será descrito o processo de realização da pesquisa-ação no município em análise.

4.3.1. Manifestações *Slow* em Tiradentes: Imersão para obtenção de referências

No decorrer da pesquisa, surgiu a oportunidade de uma visita ao município de Tiradentes, a fim de investigar as manifestações do Movimento *Slow* no contexto local. Considerou-se a experiência oportuna ainda, para observações de campo mais aprofundadas e percepções a respeito da dinâmica social da cidade.

Verificada a viabilidade de inserção do pesquisador no contexto do município de Tiradentes a fim de compreender as manifestações do SM nesta localidade e em função da conveniência da possibilidade de levantamento de dados mais precisos, realizou-se no período de 24 a 27 de Julho de 2017, uma imersão em campo, empregando-se uma série de métodos de pesquisa como entrevistas, observação

participante e análise documental em materiais jornalísticos, publicitários e históricos do município, de modo que os mesmos compusessem indícios de como o movimento *Slow* influenciou na realidade local.

O protocolo da pesquisa iniciou-se com a tentativa de contato com o prefeito do município, o qual trouxe a proposta do movimento *Slow* para Tiradentes quando era secretário de turismo, a fim de que este ator pudesse indicar caminhos para a compreensão das manifestações do fenômeno no território analisado. Contudo a incompatibilidade de agenda do potencial entrevistado, o qual se encontrava fora do Brasil, no período da pesquisa, inviabilizou a realização de uma entrevista.

Isto posto, procurou-se nos órgãos públicos municipais de Turismo, Cultura e Patrimônio, informações sobre a forma que o Movimento *Slow*, principalmente no *Slow Food* e *Slow City*, se manifestou na cidade. O turismo foi o setor governamental em que foi possível encontrar informações relevantes a respeito do MS. Em outros departamentos, como o de Patrimônio Histórico, foi possível verificar inclusive um posicionamento contrário ao movimento e seu respectivo proponente no município. Contudo não é possível analisar este conteúdo no presente trabalho em profundidade pois os dados de que se dispõem para tal constatação não estão autorizados para divulgação.

No setor de turismo, encontraram-se algumas informações a respeito do histórico do *Slow Food* e *Slow City* em Tiradentes, ao passo que o Gestor do Circuito Turístico Trilha dos Inconfidentes foi indicado como um agente que detinha conhecimentos importantes para a presente pesquisa. Em diálogo com este ator, tentou-se aplicar os princípios da técnica denominada *Snowball*, de modo que solicitaram-se ao entrevistado, nomes de indivíduos que pudessem contribuir com a pesquisa em função da temática analisada. Dessa foram indicados os atores municipais que tiveram conexão com o movimento *Slow* e como o movimento se manifestou na cidade.

Os atores por ele indicados eram todos cidadãos que utilizaram-se do movimento como uma via mercadológica para obtenção de renda e comercialização de uma oferta gastronômica e ou turística. Dentre os atores por ele indicados, estavam os proprietários de um restaurante ítalo-brasileiro instalado em Tiradentes com a finalidade de trabalhar sob a perspectiva do Movimento *Slow*; a proprietária de uma pousada, cujo nome e proposta de negócio também fazem alusão à filosofia declarada e aos termos componentes do Movimento *Slow*, bem como, com a proprietária de um

espaço gastronômico a qual inclusive é uma das representanted do *Slow Food* em Tiradentes e sua performance no movimento ganhou visibilidade internacional. Isto posto, entrou-se em contato com todos os atores indicados, contudo, apenas o Gestor do Circuito Turístico e uma representante do *Slow Food*, que por questões de confidencialidade e sigilo, os nomes não serão revelados, tiveram a disponibilidade de serem entrevistados no período em que o pesquisador esteve em campo. A duração das entrevistas segue descrita a seguir.

Setor	Código	Entrevistado(a)	Tempo da entrevista
Turismo	E8	Gestor do Circuito Turístico Trilha dos Inconfidentes	00:29:37
<i>Slow Food</i>	E9	Representante <i>Slow Food</i> Brasil	00:49:25

Quadro 10 - Entrevistas realizadas em Tiradentes

Fonte: Dados da pesquisa

Destaca-se que as entrevistas foram utilizadas em adição à observação de campo, para a obtenção de reflexões a respeito do processo de manifestação do MS no contexto social da cidade. Dessa forma, para realização deste tipo de análise, são necessárias considerações a respeito da dinâmica social e do ritmo de vida do município, da forma de interação dos indivíduos e da configuração dos projetos municipais.

Neste sentido, ao vivenciar as ofertas turísticas, culturais e gastronômicas presentes em Tiradentes, percebe-se a nítida distinção entre a realidade do município e a realidade de Rio Doce, de modo que em cada uma delas, o MS para ter uma concepção completamente distinta, como se não se tratasse do mesmo movimento.

As constatações a seguir, refletem a percepção de um pesquisador munido de lentes analíticas orientadas pela metáfora do texto, como se a realidade pudesse ser lida e interpretada como um conjunto de significações (MORGAN, 2013). Neste aspecto, a leitura que se faz do município de Tiradentes a partir das vivências de campo e diálogos com atores sociais da região é que a cidade vive um processo de orientação para a gastronomia como um eixo estratégico principal de desenvolvimento. Ao caminhar pelas ruas, é possível perceber a quantidade de estabelecimentos que adotam a definição *Gourmet* em suas propostas de valor mercadológico. A impressão causada no autor do presente trabalho é de um município, cujo interesse na adesão ao Movimento *Slow* seja tão mais orientada por uma questão publicitária ou de formação de *networking* do que para remodelar a perspectiva de desenvolvimento local, ou promover ainda possibilidades de projetos sociais voltados para o protagonismo comunitário e preservação da produção e

costumes autóctones. É como se ‘não coubesse’ essa lógica na diretriz que orienta a gestão do município na contemporaneidade.

Isto porque, um movimento europeu, que certifica as cidades de pequeno porte com a mais alta qualidade de vida, sobretudo em um contexto no qual não existe nenhuma outra cidade brasileira dotada de tal certificação, teria o potencial de trazer ainda mais distinção para o município a ser usado como uma fonte de visibilidade e atração de turistas.

Até mesmo nos estabelecimentos inspirados no Movimento *Slow* presentes em Tiradentes, constatou-se o uso dos princípios do movimento como um atributo de *marketing* e uma desconexão com os elementos básicos apregoados no discurso das iniciativas *Slow*.

Na entrevista com o entrevistado **E8** foi legitimada a percepção obtida pela observação de campo do pesquisador do presente trabalho: a cidade de fato viu no *Slow* uma via para se promover e buscar alternativas de parcerias e de desenvolvimento de novos projetos. A ideia era se utilizar do caráter histórico e da diminuta dimensão da cidade como um cenário chancelado por um movimento de origem europeia que reconhecesse a qualidade do que era oferecido em Tiradentes e chancelasse as ofertas turísticas e gastronômicas do local. O movimento seria um vetor de promoção da marca-cidade e um argumento para a vinda de novos turistas com interesses mais relacionados à tradições e à ecogastronomia.

Em diálogo com a entrevistada **E9** ficou evidente a falta de alinhamento dos atores locais com as diretrizes do movimento *Slow City* ou ainda com uma linha condutora de atuação dentro do *Slow Movement*. Informações imprecisas e muitas vezes não condizentes com o que se pode atestar empiricamente, como o fato de a entrevistada dizer que Tiradentes já é certificada desde 2001 com o selo *Slow City*, evidenciam que não há uma gestão integrada do projeto na cidade, seja para a atualização dos envolvidos, seja para revisão dos critérios da rede *Cittaslow*, ou abordagem de desenvolvimento inspirada em diretrizes *Slow*.

4.3.2. Análise categorial – Evidências nos conteúdos analisados

A partir das evidências obtidas, pode-se categorizar o conteúdo acessado nos presentes elementos, manifestos nas análises a seguir. A principal categoria utilizada para esta fase do trabalho, conforme descrito das definições metodológicas, consistiu

em **Fatores críticos**. Nela, procurou-se evidenciar elementos que contribuem para que as diretrizes do movimento possuam adesão ou não no contexto brasileiro.

Antes de se chegar ao entrevistado **E8**, o pesquisador conversou com colaboradores vinculados ao turismo em gestões públicas atuais, e constatou-se que a iniciativa *Slow*, hoje, no município já não mais se verifica. As pessoas investigadas não sabiam sequer no que consistia o movimento *Slow*. Fato este que fora endossado por meio da entrevista com o referido gestor público de turismo, que apresentou o seguinte panorama sobre a iniciativa:

A ideia era fazer Tiradentes se tornar uma cidade Slow City, mas o foco sempre foi o Slow Food. O Slow City veio como um... um... Uma ideia e a ideia mudou para o Slow Food. Porque o foco da cidade é muito voltado para a questão do Slow Food (Entrevistado E8).

Na entrevista, foi possível depreender que os anseios dos organizadores da ideia de implementar o movimento *Slow City* na cidade, tinham escopo maior de funcionar como um projeto, algo com duração prevista e resultados mensuráveis no período de uma gestão, e não como uma filosofia ou uma perspectiva mais perene de desenvolvimento. Acredita-se que o caráter mais processual do Movimento *Slow* e a relativa demora que seja demandada para a implementação do projeto, tenha ido de encontro com os interesses da gestão pública, que precisa de atributos para promover a cidade e suas atividades turísticas e gastronômicas.

Nos que tange aos fatores críticos de sucesso da iniciativa em Tiradentes, o gestor respondeu:

A cidade em si, a gente não entendeu que Tiradentes ia enquadrar no conceito de Slow City. Eu lembro que quando começou isso, o primeiro entrave foi o Plano Diretor... Boa parte das pequenas cidades não tem plano diretor. O plano diretor acaba ãn... sendo caro de ser realizado. Tiradentes tem plano diretor implementado agora. Da época em que se pensou isso, até o momento em que mudou para a gastronomia, não se pensava é... de se fazer um Plano Diretor (Entrevistado E8).

Ai cê começa a perder... Você vê que não tá atendendo os critérios e percebe um caminho alternativo (risos altos). No turismo também as pessoas tinham dificuldade de visualizar este tipo de movimento. Porque a gente não consegue visualizar o retorno a longo prazo, né (Entrevistado E8).

Realizada a entrevista com este ator social, as seguintes inferências para a realização do processo de pesquisa no município de Rio Doce foram possíveis: o planejamento público formal claramente definido, consiste em uma questão importante para a realização de uma proposta dessa magnitude, em função de que o movimento *Slow City* demanda gestão em áreas elementares do desenvolvimento

como infraestrutura, meio-ambiente, comércio, turismo, educação e até mesmo assistência social. Outra inferência possível é que a gestão pública em exercício precisa estar disposta a empreender em uma iniciativa cujos resultados serão vislumbrados para além do tempo de um mandato. E por fim, percebeu-se que a concentração do projeto no aparato decisório do governo, exclusivamente, fez com que o projeto mudasse seu escopo, bem como saísse da agenda pública, sem consultas ou participação da população. Este fato evidencia a baixo impacto social que o movimento *Slow City* exerce quando parte de uma iniciativa estadocêntrica, impacto este comprometido, quando a dimensão 'planejamento público' não está devidamente contemplada.

Isto posto, por indicação do Entrevistado **E8**, foi possível fazer contato com a Entrevistada **E9**, a fim de compreender os desdobramentos do Movimento *Slow* em Tiradentes, no que tange à visão do mercado e da sociedade.

Para compreender o contexto da pessoa entrevistada e a conexão da mesma com as diretrizes do Movimento *Slow*, foram feitas perguntas sobre o que ela concebia como deste movimento, ao passo que ela respondeu:

A proposta hoje de uma pessoa que adere a este movimento... É ... ir na contramão do fastfood. É proporcionar a saúde. E não deixar perder a história.. (Entrevistada E9)

Hoje a gente tem nosso país mais quato.. Quatro mil 'espécie' de feijão. E o que a gente conhece? Aqueles que são comerciais. E o que que é essa coisa comercial hoje? Exatamente a pressa, de querer vender, de produzir, de fazer dinheiro e fazer esquecer aquilo que é o mais importante. Viver nesse movimento é você internalizar na sua vida essa frase do meu querido Carlo Petrini: o alimento bom, limpo e justo (Entrevistada E9).

Foi possível verificar a inclinação da entrevistada para o viés do movimento *Slow Food*. Contudo, das informações por ela emitidas, foi possível depreender elementos relacionados aos valores do MS de modo geral, e os resultados sociais de uma iniciativa de natureza *Slow*, inclusive, quando se falam de valores e princípios comuns a todos os movimento de natureza *slow* como o resgate da história, memória e valores do local, bem como o uso de recursos orgânicos, como se pode observar a seguir:

É preciso ter um resgate também. Isto aqui que eu tô fazendo aqui é o caldo de mocotó, então... Essa é uma cozinha... Esse é um prato... É reestabelecadora. Porque aqui tem colágeno. Isso tudo aqui é colágeno. Cê tá entendendo? Então tem muita coisa lá no Cerrado e o povo... Ah não, pra que que eu vou preocupar com... com coisa que né, não sei o quê. Quero aquele feijão que me dá retorno. Isso que é importante. E mais do que isso,

vem cá pro cê ver. Eu tenho uma horta aqui, com quase noventa itens [Conduz o pesquisador para os fundos do estabelecimento] e eu desafio quem achar um veneno aqui... Então o que é que nós temos no nosso país? Uma grande diversidade de alimentos e que o pessoal não tá sabendo aproveitar (Entrevistada E9)..

Trazendo-se o foco das discussões para o movimento *Slow City*, questionou-se se a entrevistada E9 conhecia o *Slow City* bem como o idealizador do movimento em Tiradentes, ao passo que ela respondeu:

Tiradentes foi a primeira cidade NO BRASIL, eleita, a cidade... 'City'!... Slow City. O Ralph foi nosso prefeito e quem informou a ele que a cidade era slow foi eu (risos). Porque eu fui a primeira pessoa que teve esse convite de ser Slow. Mas tem uma pessoa que chama-se Margarida Nogueira, ela que veio com o movimento para o Brasil. E o que ela traz de lição: Monte um Conviva! E o que é um Conviva? Exatamente essa coisa de você explicar entender e viver o Movimento Slow Food. Então, por exemplo, aqui, eu é que não tenho muito tempo, mas eu poderia montar, um conviva para a gente reunir, falar do alimento, falar a respeito, sabe, porque é muito interessante... (Entrevistada E9).

Na verdade, as vezes pessoas pensam muito mais no retorno financeiro do que no saudável. Entendeu? O fato dela ter sido Slow [Tiradentes] foi por acaso, por sorte, uma maravilha e um presente... Ela ter sido eleita a primeira cidade slow do Brasil. Hoje por exemplo nós temos alguns convênios em São Paulo, em Belo Horizonte... Tem no Rio de Janeiro (Entrevistada E9).

Apesar de os fatos descritos pela entrevistada não condizerem com os registros e falas dos demais entrevistados, como por exemplo, o fato de que Tiradentes não possui o selo *Slow City*, foi possível perceber a interação entre o movimento *Slow Food* e a gestão pública municipal. Quando perguntada sobre a dinâmica de inserção de Tiradentes no movimento *Slow*, a entrevistada respondeu:

Foi o seguinte: Quando... Quando a Margarida veio aqui em casa e eu não sabia o que que era Slow Food e ela viu todo o meu trabalho e nem eu sabia que era Slow Food, ela falou assim, gente mas você segue tudo que a gente sempre sonhou. E me mandou representar nosso país na Suíça. Nesse meio tempo, a cidade foi eleita a primeira cidade Slow, por causa de mim. Depois o Ralph como prefeito, me ligou para avançar o projeto e foi assim. Mas na verdade, poucas as pessoas fazem este trabalho que eu faço aqui. (Entrevistada E9).

Sobre as limitações do projeto no contexto local, a entrevistada respondeu:

Tem muitas possibilidades. É um movimento muito bom... Mas não tem um espaço assim... formalizado para discutir a questão do Slowfood. E isso é muito importante. Se eu tivesse tempo hoje, eu faria um conviva, primeiro porque a gente teve o orgulho e a honra de ser a primeira cidade Slow do Brasil. Tiradentes (Entrevistada E9).

O discurso da entrevistada evidencia uma série de elementos que ora endossam o movimento, ora suscitam novas perguntas sobre o que foi o caso de

Tiradentes no contexto do Movimento *Slow*. A abordagem eminentemente gastronômica e o foco exclusivo no *Slow Food* ficaram claros durante todo o processo de pesquisa na cidade. Foi possível observar ainda, o inexistente protagonismo comunitário na iniciativa e certo desconhecimento dos envolvidos sobre as diretrizes, critérios e princípios do movimento *Slow City*.

Desta forma, para compreensão do fenômeno de maneira sistemática, organizou-se no quadro a seguir, conforme estabelece Bardin (2011) a categoria Fatores críticos de sucesso do Movimento *Slow* no Brasil, dividida nas subcategorias Condições favoráveis ao movimento no Brasil e condições desfavoráveis ao movimento no Brasil. Para cada subcategoria, apresentaram-se os indicadores qualitativos que foram auferidos dentro dos conteúdos da pesquisa.

Fatores críticos	Indicadores
Condições favoráveis ao movimento no Brasil	<p>Flexibilidade do movimento, representado na interpretação de maneira própria de cada um dos atores que se valem da filosofia do movimento para desenvolver suas ofertas (Observações do pesquisador).</p> <p><i>Ai cê começa a perder... Você vê que não tá atendendo os critérios e percebe um caminho alternativo (E8).</i></p> <p><i>Monte um Conviva! E o que é um Conviva? Exatamente essa coisa de você explicar entender e viver o Movimento Slow Food (E9).</i></p> <p>Possibilidade para o turismo nas pequenas cidades, visto que favoreça a atividade comercial e a conexão do turismo com outros setores da gestão pública como infraestrutura, planejamento, patrimônio e cultura (Observações do pesquisador).</p>
Condições desfavoráveis ao movimento no Brasil	<p>Aspecto essencialmente comercial e publicitário da proposta (Observações do pesquisador).</p> <p><i>A ideia era fazer Tiradentes se tornar uma cidade Slow City, mas o foco sempre foi o Slow Food. (Entrevistado E8)</i></p> <p><i>Porque a gente não consegue visualizar o retorno a longo prazo, né (Entrevistado E8).</i></p> <p><i>Eu fui chamada uma vez para representar nosso país na Suíça. Eu mesma, não sabia o que que era o Slow Food (E9).</i></p> <p><i>O fato dela ter sido Slow [Tiradentes] foi por acaso, por sorte, uma maravilha e um presente... Ela ter sido eleita a primeira cidade slow do Brasil (E9).</i></p>

	<i>Mas não tem um espaço assim... formalizado para discutir a questão do Slowfood (E9).</i>
--	---

Quadro 11 - Categorias de análise para a investigação em Tiradentes

Fonte: Dados da pesquisa

As análises da manifestação do movimento *Slow* no contexto brasileiro, evidenciaram alguns elementos importantes para a compreensão do alcance dos princípios dessa iniciativa, bem como das respectivas possibilidades de aplicação. A primeira grande constatação, consiste no fato de que os aspectos gerais componentes do conceito *Slow* proporcionam um choque cultural, ao que se concebe por um movimento comunitário no senso comum da população brasileira, sobretudo de cidades de pequeno porte. Endossa este argumento, o fato de que os elementos componentes da ideia do *Slow* como um novo modo de viver, teve aplicação quando utilizado como uma oferta *gourmet* associada à gastronomia de Tiradentes.

Outra constatação, consiste na verificação de que adequar o *Slow* como repensar os fluxos de ação, dissociando-se o termo da ideia de morosidade e ineficiência, consiste em uma das maiores dificuldades dos adeptos dessa iniciativa.

Estes fatos e constatações levam à conclusão de que uma iniciativa *Slow*, genuinamente brasileira, precisa considerar as demandas sociais e o aspecto comunitário inerente ao Brasil. Isto implica na necessidade compreender a visão de mundo do cidadão.

4.4. O ponto fulcral da pesquisa: realização da pesquisa-ação em Rio Doce, Minas Gerais, Brasil

4.4.1. Contextualização do município.

O principal local de aplicação da pesquisa-ação foi essencialmente o município de Rio Doce (MG), tendo como sujeitos de pesquisa os representantes do poder local, bem como atores sociais envolvidos com os serviços públicos, tais quais os servidores públicos, comerciantes, membros dos conselhos municipais, educadores, representantes da juventude e da terceira idade bem como todos os residentes que se sentiram inclinados a participar do processo de planejamento público.

Sobre a cidade de Rio Doce MG, trata-se de um município com 55 anos de emancipação e com uma população de 2620 habitantes, no qual se verificam elementos importantes associados à qualidade de vida, como o baixo índice de

criminalidade; à ausência de favelas; a cobertura de água tratada em todos os domicílios, o fomento a ações de cunho cultural e a integração da comunidade com arte e cultura locais. Além disso, o município possui práticas de *accountability* inovadoras como por exemplo aplicativos de *smartphones* que permitem aos cidadãos terem acesso às informações da gestão pública municipal de modo que a cidade foi classificada como 1º lugar em Minas Gerais pelo Ministério Público Federal no Ranking de Transparência 2016. (RIO DOCE, 2016). Este breve panorama de alguns elementos que configuram a realidade de Rio Doce, mostram similaridades com os princípios do movimento *Slow City* e por isso a demanda dos representantes do serviço público de Rio Doce em elaborar um planejamento público para o desenvolvimento local, baseados na filosofia *Slow*.

A cidade possui cobertura multimídia para interação com sua população e comunicação com parceiros estratégicos de diversas localidades. Além de cobertura digital gratuita em todo o perímetro urbano, a cidade possui um aplicativo para Smartphones, para que sua população, sobretudo mais jovem, possa interagir diretamente com a prefeitura.

The image shows a promotional banner for the 'RIO DOCE' mobile application. At the top left is the official logo of Rio Doce, which includes the text 'Cidade Brasileira de Qualidade' and 'Sete de Março de 1967'. To the right of the logo is the email 'sic@riodoce.mg.gov.br' and phone numbers '(31) 3883-5235 / 3883-5242 / 3883-5438'. A search bar is located at the top right. Below this is a navigation menu with items: 'Início', 'Administração', 'Prefeitura', 'A Cidade', 'Rio Doce Transparente', 'Licitações', 'Notícias', 'Links', and 'Contato'. The main part of the banner features three smartphones displaying the app's interface. To the right of the phones, the text reads 'NOVO APLICATIVO DA PREFEITURA DE RIO DOCE' in large red letters, followed by 'COMPATÍVEL COM TODOS OS CELULARES E PLATAFORMAS.' Below this are two buttons: 'GET IT ON Google Play' and 'Download on the App Store'. At the bottom of the banner, there is a line of text: 'Baixe nosso Aplicativo - Para todos os celulares:' followed by icons for Apple, Android, and Windows. Below the banner are two more buttons: 'Baixe na App Store' and 'Disponível no Google Play'.

Figura 11 - Aplicativo do Município de Rio Doce

Fonte: Rio Doce (2017).

Ao longo da pesquisa, o acesso a um diagnóstico técnico do município, realizado pela Fundação RENOVA foi disponibilizado ao pesquisador. Diagnóstico este, desenvolvido a fim de mensurar os impactos ocasionados pelo rompimento da

barragem de Mariana no ano de 2015, acidente ambiental que trouxe impactos ambientais, econômicos e sociais para o município, principalmente para a zona rural.

Rio Doce é um município marcado pelas expedições e pela ferrovia. Devido à instalação da Estrada de Ferro Vitória a Minas, a ocupação do território se desenvolveu, de modo que em 1886, o então povoado de Perobas, originalmente habitada pelos índios Botocudos, passa a se chamar Rio Doce e se torna um distrito de Mariana. Logo depois, no mesmo ano, se torna um distrito de Ponte Nova, até se tornar alcançar sua emancipação em 1963 (FUNDAÇÃO RENOVA, 2016). A temática da estação ferroviária é central no imaginário popular e na memória do município. O principal monumento turístico e cultural da cidade, consiste na estação de trem revitalizada, onde acontecem eventos artísticos, reuniões públicas e a exposição de um museu ferroviário, que celebra as histórias do local.

Estudos anteriores realizados no município, evidenciam que o processo de desenvolvimento local foi fortemente potencializado por meio da participação e controle social. Endossa essa afirmação, os 17 conselhos municipais ativos que existem no município. Um fato que marca o cotidiano de tais conselhos consiste na composição dos mesmos, em que determinados cidadãos chegam a compor 4 ou 5 conselhos diferentes. Esta, 'cultura de conselhos' ao longo do período da pesquisa, foi criticada e até desacreditada por determinados sujeitos de pesquisa. Contudo, constata-se que a manutenção de tais conselhos no município, permite que uma perspectiva democrática e uma chancela de dialogicidade sejam atribuídas às questões coletivas.

Todos estes elementos foram considerados ao se construir o contexto figurativo do desenho da presente pesquisa-ação.

4.4.2. Trajetória da pesquisa-ação

O processo de desenvolvimento da PA será caracterizado em fases propostas por Thiollent (2011) de modo a organizar o raciocínio inerente à realização da pesquisa. O cumprimento do protocolo de pesquisa nessas fases proporcionou um ordenamento no raciocínio, bem como auxiliou o pesquisador em sua performance, quando a pesquisa alcançou nível avançando.

FASE EXPLORATÓRIA

Na primeira semana de ingresso no mestrado, o autor do presente trabalho foi apresentado à demanda de representantes do serviço público do município de Rio Doce, por um trabalho que auxiliasse o município na candidatura ao Movimento *Slow City*. A demanda foi apresentada ao Grupo de Pesquisa em Gestão e Desenvolvimento de Territórios Criativos (GDTeC)⁶, do qual o pesquisador da presente dissertação é membro.

Ainda na graduação, durante a iniciação científica, o autor do presente trabalho teve contato tanto com o município de Rio Doce quanto com o tema Movimento *Slow*, o que tornou a compreensão das demandas mais efetiva e mais tempestiva e tornou o pesquisador apto a investigar as questões relacionadas à candidatura do município no referido movimento e possibilitou que um preparo mais acurado do presente trabalho fosse realizado, visto que já havia algum conhecimento a respeito da realidade do município.

Nesta perspectiva, já em contato com os demandantes, percebeu-se pelo teor da proposta que seria possível a realização de uma pesquisa para auxiliar o município na compreensão dos requisitos e das implicações da candidatura no MSC para a gestão pública, bem como levantar as questões relativas ao interesse em compor este movimento e quais os benefícios o município vislumbrava com este processo.

Para uma compreensão aprofundada da realidade do MSC, por meio do levantamento de literatura, percebeu-se que o protagonismo comunitário, isto é, o envolvimento direto dos cidadãos, organizados em um grupo de trabalho para a manutenção e fomento da proposta, pelo menos ao nível discursivo, era um requisito fundamental do movimento. Neste sentido, verificou-se nas características do método da pesquisa-ação a possibilidade de desenvolver um trabalho científico, amplamente vinculado à ação e à mudança planejada em um determinado contexto social, que ao mesmo tempo em que produzisse novos conhecimentos, ajudasse os cidadãos na resolução de um problema público.

Isto posto, verificada a exequibilidade de feitura da pesquisa, iniciaram-se reuniões públicas e abertas para a sensibilização da comunidade em relação à

⁶ Grupo de pesquisa interdisciplinar criado em 2012, com o escopo de contribuir para denominação, reconhecimento, desenvolvimento, coordenação e avaliação de Territórios Criativos para a gestão sustentável e empreendedorismo nas cidades, frente aos desafios do Século XXI. 9251550566122166 Tem como líder o professor Dr. Magnus Luiz Emeendoerfer. Maiores informações podem ser encontradas em: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/

proposta. Foram realizadas 3 reuniões com o mesmo conteúdo, entre os meses de março e maio de 2016 para que a população pudesse tomar conhecimento da existência da iniciativa e despertasse o interesse em se envolver com a proposta. A cada reunião era consultado aos presentes se os mesmos gostariam de se voluntariar a um comitê cujas funções seriam relacionadas a refletir coletivamente sobre questões relacionadas ao MSC e ao desenvolvimento da cidade.

Durante este período, o autor deste trabalho também intensificou suas pesquisas com dados secundários, relacionados às características do município de modo a entender a realidade local e os vetores pelos quais a cidade poderia pleitear seu desenvolvimento.

Após, foi realizada uma reunião junto ao prefeito do município de Rio Doce, o assessor de comunicação do município (idealizador da demanda), o secretário de governo, assim como o autor do presente trabalho e demais representantes do grupo de pesquisa. Na referida reunião foram definidos os protocolos da pesquisa e autorizada a livre circulação do pesquisador nos espaços governamentais, a fim da realização da pesquisa-ação. Este apoio governamental consistiu em um fator preponderante para a realização do trabalho e pode ser entendido como um fator que favorece a coprodução de um planejamento público.

O entendimento da proposta por parte dos principais agentes políticos do município, como o prefeito e o secretário de governo, tornaram o início dos trabalhos favorecido e incentivado, de modo a ampliar as possibilidades de adesão à iniciativa. Por mais que a iniciativa necessite do protagonismo da comunidade, a prática da pesquisa evidenciou que a iniciativa normalmente é oriunda de representantes do serviço público e que a chancela das autoridades locais se mostra como um elemento importante à introdução do processo em nível municipal.



Figura 12 - Reunião para verificação do interesse governamental

Fonte: dados da pesquisa

Verificado o interesse governamental, iniciou-se um processo de verificação do interesse público por meio de reuniões abertas, previamente divulgadas em que os cidadãos eram convidados oficialmente e pessoalmente pela prefeitura de modo a fomentar a ampla participação comunitária nessa iniciativa.



Figura 13 - Ilustração das reuniões para verificação do interesse governamental

Fonte: Dados da pesquisa

Por meio de votações e das solicitações de voluntários para a composição de um 'Comitê *Slow City*', enquanto um primeiro desenho institucional para deliberações e consultas em relação ao desenvolvimento da proposta, verificou-se o interesse da população presente e a reação favorável da mesma em relação à proposta apresentada. As reações dos visitantes eram de euforia, curiosidade e sentiu-se em determinados interlocutores, a intenção de testar ou desafiar o prelecionista, no caso, o pesquisador, a fim de validarem ou verificarem a robustez do projeto, ou até mesmo o preparo do autor do presente trabalho em relação ao tema. Estiveram presentes nessas reuniões, funcionários públicos, estudantes, vereadores, conselheiros municipais, educadores e civis.

Um aspecto interessante é que mesmo sem a modelagem do pesquisador para tal configuração, as primeiras reuniões tiveram um aspecto de palestra, como se o objetivo fosse apenas falar de algo alheio ao município e pontual, e não sobre uma proposta futura de desenvolvimento para o município. Este entendimento só foi alcançado após algumas reuniões, quando os interlocutores passaram a repetir a presença e então assimilar de maneira mais assertiva. Ainda que tenha sido planejada uma comunicação mais simples e acessível, percebeu-se que a mesma ainda assim não conseguia alcançar o público. Logo, simplificou-se ainda mais o conteúdo dos encontros.

De modo a obter uma leitura preliminar sobre a realidade do município na visão dos envolvidos com as reuniões para verificação do interesse popular, aplicou-se aos presentes uma enquete, composta por apenas uma questão que versava “Na sua opinião, o que Rio Doce precisa para se tornar uma cidade ainda melhor?”. Levando em consideração a composição do público das reuniões, composta por indivíduos com diferentes níveis de escolaridade, diferentes realidades socioeconômicas e culturais, autorizou-se inclusive as respostas por meio de desenho, caso o interlocutor se sentisse mais à vontade em fazê-lo.

Sem um compromisso com elementos estatísticos e com definições amostrais, o objetivo dessa medida foi fazer um levantamento qualitativo das projeções pessoais, das expectativas e do modo como os cidadãos comunicariam seus anseios em relação à proposta. Dentre as enquetes legíveis e preenchidas dos envolvidos, as respostas disseram respeito principalmente aos seguintes elementos:

<p>Empreendedorismo, emprego e capacitação; Geração de ofertas do primeiro emprego e projetos para a juventude. Diminuição da ociosidade dos jovens.</p> <p>Desenvolvimento do turismo; Valorização do potencial turístico da cidade.</p> <p>Valorização da família e das tradições riocenses; Programas de conscientização e combate às drogas, o retorno de determinados festejos religiosos.</p> <p>Valorização da cultura, história e patrimônio de Rio Doce. Eventos culturais não apenas religiosos.</p> <p>Cooperativismo; Foi citado o desenvolvimento de uma cooperativa das salgadeiras.</p>

Quadro 12 - Respostas da primeira enquete

Fonte: Dados da pesquisa

Considerando-se que participar do MSC exigia um conjunto de, na época, 55 requisitos ⁷dos quais a cidade-candidata precisa cumprir pelo menos a metade para ingressar na Rede *Cittaslow*, realizou-se no mês de maio de 2016 um diagnóstico participativo com base nos requisitos da rede, em uma reunião envolvendo os secretários municipais, o prefeito, a comunidade e representantes do serviço público, para verificar pontualmente, quais dos requisitos Rio Doce atendia e quais as medidas seriam necessárias para atingir os requisitos não contemplados. Dessa reunião constatou-se que a cidade atendia a quase a totalidade dos requisitos. Isto posto, escreveu-se a carta de manifestando o interesse de Rio Doce na candidatura do movimento (ANEXO A), enviando-a para a administração geral da Rede Internacional *Cittaslow*. O diagnóstico foi realizado com todos os presentes em uma reunião pública com duração de duas horas e quarenta minutos, cujo protocolo se encontra no ANEXO D do presente trabalho

Até o presente momento, após quase dois anos do envio da carta de interesse, não se obteve qualquer resposta da rede. Este fato, em adição aos elementos e informações apontados na dissertação de Bauer (2016) sobre as tentativas de candidatura dos municípios brasileiros que não conseguiram obter o selo *Slow City*, ocasionaram a perda do interesse da candidatura no movimento por parte da atual prefeitura de Rio Doce. Adiciona-se ainda, as vivências de campo realizadas em Vizela, as quais proporcionaram uma visão mais profunda da formação da Rede *Cittaslow* bem como da influência que a mesma exerce sobre suas cidades integrantes, ao passo que se constatou que em termos reais, trata-se de uma associação de prefeitos, com aspectos gerenciais autoritários e pouco adeptos à inovação, cuja única entrega real aos seus membros seja uma distinção, uma marca e um conjunto de políticas a serem seguidas de maneira rigorosa.

Dessa forma, na visão dos envolvidos com a proposta, tanto da comunidade quanto do serviço público e também na perspectiva do prefeito, as ideias gerais que o MSC propõe podem ser adaptadas em um modelo próprio de desenvolvimento local baseado nos mesmos valores, como a valorização do território, da identidade local, do fomento à produção e consumo em nível local, à promoção da ecologia e sustentabilidade e a uma política urbana pautada no desenvolvimento endógeno.

⁷ Em 2018, os requisitos são 72

Nesta perspectiva, a fase exploratória da presente pesquisa-ação foi concluída com a deliberação coletiva de que o município desenvolveria um plano público participativo de ações para o desenvolvimento local, com base nas diretrizes genéricas definidas pelo Movimento *Slow City*, enquanto uma manifestação ideológica de uma nova forma de pensar a gestão municipal, e não mais seguiria na pretensão de ingressar na Rede Internacional *Cittaslow* como uma forma de ampliar as possibilidades do município em um cenário global.

Adiciona-se ainda, que o município de Vizela, que antes tinha o posicionamento institucional por meio de seu coordenador, de atuar como uma cidade-parceira de Rio Doce, ratificou sua pretensão de parceria, possibilitando manifestações de coprodução que serão evidenciadas em momentos seguintes do presente trabalho.

DEFINIÇÃO DO TEMA

Após a decisão coletiva de mudança de escopo da presente pesquisa-ação, o autor do presente trabalho foi convocado para uma audiência pública no dia 04 de junho de 2016, cuja ata encontra-se no ANEXO B do presente trabalho, a fim de prestar contas sobre qual seria o novo objetivo do trabalho e como o mesmo seria articulado.

Na audiência pública, foi repassada a nova proposta de trabalho e foi ratificada a necessidade de envolvimento da população com o projeto, de modo que foram registrados os nomes de pessoas que gostariam de integrar o comitê para a elaboração da proposta. Destaca-se como uma recomendação para trabalhos futuros, especial atenção a esta fase, uma vez que seja neste momento que os munícipes precisam entender a importância da iniciativa e ver valor na mesma, para que o trabalho possa alcançar visibilidade e adesão.



Figura 14 - Realização da audiência pública

Fonte: dados da pesquisa

Concomitantemente, ocorreram reuniões com o prefeito a fim de desenhar o novo modelo da pesquisa, levantando em consideração para isso, as necessidades institucionais e estruturais do município e o problema coletivo que seria resolvido pela pesquisa-ação.

Nesta perspectiva, o governante reportou que a participação dos cidadãos nos conselhos municipais vinha apresentando diminuições qualitativas e quantitativas, de modo que o prefeito relatou que em sua visão, o município necessitava de um plano para organizar e priorizar ações para o desenvolvimento local, assim como ele acreditava que um novo espaço para uma participação mais dinâmica e menos burocratizado, poderia representar uma forma de reativar o hábito de participação no município. Em uma reunião de 44 minutos, no discurso do prefeito, em relação à proposta da iniciativa, as palavras “plano” e “planejamento” foram empregadas 29 vezes. Isto evidencia a intencionalidade do representante do executivo municipal em orientar o desenvolvimento local por meio de um plano estratégico *Slow City*.

Neste sentido, foi elaborado um plano de ação conforme estabelece Thiollent (2011) para o desenvolvimento de um planejamento próprio e adequado às necessidades do município. Entretanto, ressalta-se que no período eleitoral, a pesquisa teve de ser interrompida por questões legais e logo após as eleições, o pesquisador se deslocou a Portugal para a realização do estágio de pesquisa em Vizela. Dessa forma, a retomada das ações se deu no mês de janeiro de 2017.

PLANO DE AÇÃO

Retomando-se as atividades de pesquisa em Rio Doce, realizaram-se reuniões gerais públicas e abertas para convidar novamente os indivíduos que haviam se voluntariado para fazer parte do grupo de trabalho do planejamento público. Considerando-se que a feitura de um plano de ações para o desenvolvimento local se tornou o objetivo da pesquisa-ação, criou-se um ‘plano para o planejamento’ (APÊNDICE B) que foi aprovado pelo prefeito e pelos componentes do grupo de trabalho que se denominaram Comitê Rio Doce *Slow City*.

Apesar de ter um teor próprio, adaptado à realidade do município em análise e levando em consideração a composição do grupo de trabalho pesquisa, o modelo do

planejamento inspira-se nos princípios do Planejamento Estratégico Situacional (PES). A escolha do método PES como uma matriz referencial para o processo de planejamento em Rio Doce se deu, dentre outros motivos, pelo fato de que na visão de Matus (1993, p. 18) “o planejamento deve-se relacionar com a ação, deve constituir uma mediação entre o conhecimento que se obtém com a pesquisa e a ação que vamos empreender”. A consideração múltipla da realidade, baseado nas situações e no ponto de vista dos atores sociais, assim como a flexibilidade na estruturação e a visão de que múltiplos atores devem compor o plano, foram vetores para a adoção do modelo PES como inspiração para o planejamento em Rio Doce.

Contudo, ressalta-se que o próprio contexto municipal, o repertórios dos coautores do plano, bem como a configuração da demanda pelo planejamento não permitiram um apego intenso com a obra de Matur (1993) na íntegra. As reflexões conceituais do referido autor foram de fato mais aplicadas do que as técnicas propriamente ditas.

Na perspectiva do PES, os planejadores não se dissociam dos executores do plano (MATUS, 1993). Buscou-se corroborar o que diz a literatura na proposta de construção coletiva do planejamento público participativo em Rio Doce. Advoga-se em favor de tal decisão, sobretudo pelo fato de que sendo uma coprodução de uma diretrizes para o desenvolvimento baseada na visão dos próprios cidadãos, presumiu-se que os mesmos tenderiam a assumir responsabilidades para a consecução dos objetivos propostos.

SEMINÁRIOS E COLETA DE DADOS

Aprovado o plano de ação, iniciaram-se as ações com o grupo de trabalho. Ressalta-se que de 19 participantes voluntários que comprometeram-se a participar das reuniões, apenas 10 estiveram presentes na primeira reunião. Analisando-se a composição do grupo de trabalho, percebeu-se a presença de uma professora, um assessor da prefeitura, duas servidoras públicas da secretaria de saúde, uma secretária municipal e 5 representantes da comunidade. Sendo a primeira atividade do plano um diagnóstico, utilizou-se um método dialógico de condução da reunião, em que o pesquisador mais ouvia do que falava, explorando a dimensão comunicativa tanto do planejamento público proposta por Forester (1989) quanto a dimensão argumentativa da pesquisa-ação proposta por Thiollent (2011). O caráter catártico da

reunião fez com que o grupo criasse uma identidade coletiva e que seus membros expusessem suas questões maneira mais desinibida, evidenciando uma série de informações úteis ao autor do presente trabalho como insumos para o processo de planejamento.

No contexto das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), Yamaoka (2009) ressalta o importante papel da *internet* tanto na interação dos indivíduos, quanto no desenvolvimento de novas formas se produzir e acessar o conhecimento. Dessa forma, os achados da presente pesquisa corroboram a visão da autora uma vez que, por iniciativa e solicitação dos indivíduos componentes do grupo de trabalho da pesquisa-ação, foram criados espaços interativos virtuais como um grupo no aplicativo *WhatsApp* para que todos os envolvidos pudessem facilitar a própria comunicação e compartilhar informações e experiências com mais facilidade. Evidencia-se o grupo:



Figura 15 - Grupo da pesquisa no WhatsApp

Fonte: Dados da pesquisa

Na etapa de diagnóstico, buscaram-se levantar o maior número possível de impressões e opiniões dos diversos segmentos da sociedade de Rio Doce. Para isso foram trabalhados junto ao comitê, soluções para auferir opiniões de todos os grupos sociais presentes no município.

Dessa forma, ressalta-se aqui a importância da dimensão comunicativa do plano, uma vez que foram apontados pelos membros do comitê que uma das grandes

necessidades do projeto seria a reformulação dos meios de comunicação adotados, para se atingir com maior efetividade os diversos públicos presentes na comunidade.

Dessa forma, foram co-criados os seguintes mecanismos para comunicação e publicidade do plano participativo de desenvolvimento de Rio Doce:

Identidade visual. O grupo adotou uma identidade visual para que as ações por ele desenvolvidas adquira visibilidade e interesse coletivo. A ideia é que o Comitê Rio Doce Slow City se torne uma organização institucionalizada após a realização da pesquisa-ação e conseqüente saída dos pesquisadores do campo. Dessa forma, é preciso que elementos que fortaleçam a imagem do grupo sejam trabalhadas.

Bancos de ideias. O grupo sugeriu o desenvolvimento de ‘caixinhas de sugestão’ a serem colocadas em pontos estratégicos do município como locais de atendimento médico, a casa lotérica, na prefeitura, na biblioteca pública e no principal restaurante da cidade. Foram desenvolvidas também, caixinhas de sugestão *online*, onde as pessoas podem deixar suas sugestões para solução dos problemas públicos



Público Participativo

Consulta pública à população

Olá! Obrigado por disponibilizar alguns minutos para participar dessa importante pesquisa para o município de Rio Doce. Está sendo realizado um planejamento público para levantamento de ações necessárias ao desenvolvimento local de Rio Doce. Desta forma, a participação e o envolvimento de TODA a população com informações, críticas, sugestões e opiniões são fundamentais para a construção de uma iniciativa democrática. Cidadãos Rio Docenses, queremos ouvir sua voz! Contamos com a participação de todos. Obrigado!

Quais os principais problemas vividos por Rio Doce hoje?

Sua resposta

O que você acha que pode ser implementado em Rio Doce para melhoria da qualidade de vida da comunidade?

Sua resposta

Figura 16 - Página da enquete online

Fonte: Dados da pesquisa



Figura 17 - Caixinhas de sugestão

Fonte: Dados da pesquisa

Jornais. Foi divulgada a notícia sobre a entrega do diagnóstico participativo de modo a chamar a atenção dos cidadãos para o processo social que está acontecendo no município e também para incentivar a participação da comunidade nessa iniciativa.

16 **LÍDER** Notícias | WWW.LIDERNOTÍCIAS.NET.BR
Quinta-feira, 20 de abril de 2017

clickLÍDER

Rio Doce: Sucesso o “1º Encontro Slow City – Cidade do Bem Viver”

A Prefeitura de Rio Doce realizou em 6/4, no Centro Cultural Odilon Caldeira, o “1º Encontro Slow City – Cidade do Bem Viver”. A reunião teve a presença de autoridades e servidores municipais, membros do Comitê “Rio Doce Slow City”, e população em geral.

O Projeto “Slow City” é uma forma de planejar as pequenas cidades com ampla participação da comunidade. As regras do movimento possibilitam um roteiro para elaboração de projetos sociais e

↳ Membros do Comitê Rio Doce Slow City

para a formulação de um plano para o desenvolvimento local, pois articulam as seguintes áreas: Turismo, Cultura, Infraestrutura, Meio Ambiente, Educação, Esporte, Comércio e Agricultura.

Na abertura do encontro, ocorreu show com o cantor rio-docense, Luiz Augusto, e apresentação dos membros do Comitê “Rio Doce Slow City”. Na sequência, o prefeito Silvério da Luz recebeu um documento contendo o “Planejamento Público Participativo” com todas as propostas colhidas pelo Comitê. Ao final, o coordenador do Projeto, Brendow Fraga apresentou as ações realizadas e novas propostas de trabalho para os próximos dias.

Figura 18 - Reportagem sobre a entrega

Fonte: Líder Notícias (2017)

Rádio. O autor do presente trabalho, juntamente com membros do comitê, também realizou chamadas na rádio comunitária do município, de modo a incentivar a participação dos cidadãos e explicar em uma linguagem acessível no que consistia a proposta do planejamento público participativo.



Figura 19 - Entrevista na rádio municipal

Fonte: Dados da pesquisa

Redes sociais. De modo a divulgar a iniciativa nas redes sociais a fim de atingir os públicos que aderem a este meio digital, além das publicações sobre o projeto que foram realizadas na página da Prefeitura Municipal de Rio Doce, o comitê criou uma página do planejamento, para divulgar as informações sobre o movimento, esclarecer sobre a iniciativa e garantir a comunicação adequada com todos os grupos sociais que habitam o município. As funções inerentes à administração e manutenção das mídias empregadas foram articuladas por meio de uma divisão das tarefas de acordo com a afinidade e a disponibilidade, de cada membro do comitê, evidenciando a dimensão chamada de esforços voluntários da coprodução, como definem Brandsen e Honingh (2015).



Figura 20 - Pagina do Planejamento Público no Facebook

Fonte: Dados da pesquisa

Panfletagem. Para atingir o público que não é influenciado por comunicações na *internet*, o grupo elaborou conjuntamente um panfleto informativo sobre a iniciativa com o objetivo de convidar os cidadãos a participarem do comitê, bem como manterem-nos informados sobre o andamento das atividades.

VOCÊ SABE O QUE É SLOW CITY?
Conheça o movimento que pode melhorar Rio Doce

Conhecida como CIDADE DO BEM VIVER, esse movimento busca desenvolver junto com a comunidade ações para melhorar a qualidade de vida.

Desde 2016 está sendo feito em Rio Doce um plano para o futuro da cidade, com base no Slowcity. Esse plano é elaborado por todos os moradores e VOCÊ pode contribuir também.

Converse com seus vizinhos, espalhe essa notícia. Procure saber mais sobre este movimento e sobre o plano feito por e para Rio Doce.

Esse é um processo democrático e a sua participação como cidadão riodocense é fundamental pra fazer dar certo. Envie sugestões e ideias para uma Rio Doce melhor.

Contamos com você!

Apoio: **SLOW CITY** **rio doce**

Saiba mais entre em contato com o comitê Rio Doce

f Rio Doce Slow City
comiterdslowcity@gmail.com

Figura 21 - Panfleto co-criado sobre a iniciativa

Fonte: Dados da pesquisa

Os cidadãos se organizaram da seguinte maneira: Os que tinham maior adesão ao meio virtual, dispuseram-se a auxiliar na elaboração de postagens nas redes sociais e fizeram a divulgação das enquetes online. Os que não possuíam facilidade com as TIC auxiliaram na colocação das caixinhas de sugestão em pontos específicos da cidade com maior circulação e permanência de pessoas, assim como na distribuição dos panfletos, de modo que em todos os 729 domicílios da zona urbana, havia pelo menos um panfleto informando sobre a iniciativa. Todos auxiliaram na elaboração das pautas dos programas da rádio e contribuíram para a feitura do diagnóstico público entregue ao prefeito.

Ademais, para levantamento, priorização e análise dos problemas públicos vividos pelo município de Rio Doce, utilizou-se a técnica conhecida como árvore de problemas, ou diagrama de causa-efeito, descrita no apêndice B da presente dissertação, que conforme aponta VERDEJO (2003) consiste em evidenciar os problemas, buscando em grupo, explicações para as causas e efeitos do referido problema.



Figura 25: Aplicação da técnica árvore de problemas
Fonte: Líder Notícias (2017)

Dessa forma, foram colocados os principais problemas públicos na visão dos participantes do comitê, assim como levantaram-se as informações auferidas das caixinhas de sugestão como insumos para a realização da técnica.

Foram 458 respostas qualitativas *online* e impressas, as quais foram classificadas por conteúdo das respostas e discutidas em reuniões periódicas realizadas entre os meses de janeiro e abril de 2017.

A partir das respostas e por meio das reuniões para compreensão das reuniões para discussão das causas e dos efeitos dos problemas apontados, conseguiu-se chegar a uma síntese dos principais problemas a serem priorizados no presente processo de planejamento. Ressalta-se que as informações aqui expressas, respeitam as priorizações feitas pelos próprios membros do grupo de trabalho constitutivo desta pesquisa, sendo as informações expressas a seguir uma construção coletiva, a partir da interação grupal entre o pesquisador e as manifestações espontâneas dos participantes da pesquisa.

Quadro 14 – Problemas diagnosticados no município

Problema
Falta de emprego. Este foi um dos problemas mais recorrentes em todas as manifestações dos cidadãos em relação aos problemas da cidade.
Causas

As causas iniciais foram atribuídas ao tamanho da cidade e à falta de uma firma com oferta sistematizada que possa absorver a mão de obra local. A falta de iniciativas empreendedoras na cidade, também forma apontadas.

Consequências

O desenvolvimento econômico do município e a geração de renda ficam comprometidos.

Problema

Ociosidade dos jovens

Causas

Ausência de capacitações técnicas abrangentes. Falta de atividades físicas periódicas. Foco das ações esportivas essencialmente no futebol. Restrição das atividades a quem está na escola. Falta de motivação e incentivos a iniciativas dos jovens.

Consequências

Em termos gerais, as consequências de problemas desta natureza nas cidades (ociosidade da juventude) podem redundar sobretudo em falta de capacitação e desemprego, gerando uma população economicamente ativa com baixa qualificação e competitividade no mercado de trabalho. Em casos e contextos mais extremos, a ociosidade pode contribuir para o aumento dos índices de violência e criminalidade.

Problema

Tráfego de caminhões

Causas

As causas foram ditas como temporárias e motivadas sobretudo pelas obras da Samarco. A falta de diálogo com os motoristas também foi apontada como uma possível causa.

Consequências

Prejuízos ao trânsito. Deterioração da malha urbana.

Problema

Necessidade de prevenir a incidência do uso de drogas no município

Causas

A ociosidade foi apontada como um dos principais motivos que podem vir a ter correlação com uma possível incidência do consumo de drogas ilícitas no município. Por isso a necessidade de fortalecer a prevenção e intensificar a campanhas e ações de combate às drogas.

Consequências

Prejuízos na carreira e na convivência familiar. O consumo de drogas geralmente relaciona-se a episódios de violência e deve sempre ser prevenido.

Problema

Coleta de lixo

Causas

Não existe hoje coleta seletiva do lixo no município.

Consequências

Desperdício de recursos que poderiam ser renováveis.

Problema

Falta de conscientização na população sobre questões públicas.

Causas

Status quo, ideia institucionalizada do Estado como o grande provedor. Necessidade de projetos de educação para a cidadania.

Consequências

Falta de cuidado com o bem público. Falta de engajamento com as questões da comunidade. Ausência de envolvimento com iniciativas públicas.

Problema
Diminuição da água disponível
Causas
Desperdício no consumo de água. Aumento da população. Perda de bicas d'água. Razões naturais. Falta de um hidrômetro.
Consequências
Perda no que tange à qualidade de vida. Problemas no plantio

Problema
Falta de uma oferta turística sistemática
Causas
Falta de organização da oferta turística. Falta de uma estrutura de hotelaria e serviços.
Consequências
Atrasos no desenvolvimento da oferta turística do município. Perda de possibilidades de renda e de fortalecimento da visibilidade dos atributos do município.

Problema
Ausência de esportes para todas as idades e gostos (falta da democratização do esporte).
Causas
Não existe um plano de esporte e lazer que incorpore as necessidades de todos os envolvidos. Não há ainda a preocupação com a democratização e incentivo ao desenvolvimento de novas modalidades esportivas.
Consequências
Perda de notoriedade do município em eventos esportivos para além do futebol, desmotivação, ociosidade e perdas no que tange à qualidade de vida.

Fonte: dados da pesquisa

Nesta etapa, evidenciaram-se uma série de ambiguidades, divergências de ideias, contradições entre as informações apontadas, bem como foi possível observar as posições ideológicas dos envolvidos influenciarem na produção dos resultados do presente trabalho. Este fato ratifica a riqueza e complexidade da pesquisa qualitativa proposta por Flick (2009a), mostrando que leituras do contexto de inserção do trabalho e o processo social de construção da realidade constituem um achado possível, em detrimento da produções de generalizações com base no processo estudado.

Ao final do período de diagnóstico, compilou-se um documento relatando todo o processo, entregando-o ao prefeito publicamente em um evento denominado I Encontro Rio Doce Slow City. Este evento representou um esforço coletivo organizado pelo Comitê Rio Doce Slow City, de promover um evento atrativo, convidando toda a população e autoridades locais e regionais. No evento, procurou-se trabalhar de maneira simbólica a importância e a notoriedade do trabalho do comitê, seja por meio de crachás que destacavam os membros do comitê no momento da evento, como por meio do agradecimento verbal formal a cada um dos envolvidos, visando com essa

ação atrair o interesse dos demais cidadãos para a composição do comitê e para participar do processo de desenvolvimento do município.



Figura 22 - Modelo do crachá
Fonte: Elaboração própria

Na fotografia a seguir, vê-se o momento de entrega do diagnóstico para o prefeito:



Figura 23 - Entrega do diagnóstico participativo
Fonte: Dados de pesquisa

A conclusão da fase de diagnóstico e a organização do evento público ratificam a escolha das lentes teóricas da coprodução de bens e serviços públicos adotada no presente trabalho. Por meio deste processo social de planejamento, os cidadãos tiveram poder compartilhado consigo, de modo que puderam contribuir ativamente

para a definição de cursos de ação para o município onde vivem, bem como compartilharam responsabilidades para a produção de um bem comum.

Constatou-se ainda que o diagnóstico deve ser programado para ser uma atividade contínua, visto que, durante todo o período de trabalho, inclusive após a finalização da pesquisa, sugestões e informações continuam sendo enviadas de pessoas que só agora se sentiram sensibilizadas a contribuir, mostrando que o envolvimento comunitário tem um *timing* subjetivo que precisa ser respeitado, e não necessariamente coincide com o tempo disponível ao pesquisador realizar seu trabalho.

SEGUNDA ETAPA DO PLANEJAMENTO PÚBLICO.

Após a conclusão do diagnóstico, a elaboração do plano entrou em uma nova fase, a qual se estendeu por um período de 4 meses, que consistiu na formulação de ações para o desenvolvimento, com base no diagnóstico elaborado na fase anterior. Nesta fase, concentrou-se a maior dissonância do que havia sido planejado e de fato foi o momento em que a pesquisa encontrou suas maiores crises.

Destaca-se que nesta etapa, a **capacitação técnica** consiste em um fator que limita a coprodução do planejamento público, pois é preciso um contato mais estreito com profissionais de determinadas áreas para a proposição de ações mais efetivas para o desenvolvimento local. Além disso, a dimensão normativa precisa ser pensada nesta etapa, pois as ações deliberadas dependem do projeto de governo (MATUS, 1993) do prefeito e das secretarias, assim como precisam ter sua validade legal e orçamentária viabilizada. Dessa forma, o grupo de trabalho foi redesenhado, incorporando-se no mesmo os secretários municipais e o contador da prefeitura de modo a viabilizar as questões orçamentárias. O grupo no *whatsapp* teve seu *design* e composição alterados e o comitê original continuou a integrar as reuniões, cujo foco no momento, é alinhar as projeções das secretarias, com ações para o desenvolvimento baseadas nas características do MSC.



Figura 24 - Novo grupo da pesquisa no *WhatsApp*

Fonte: Dados da pesquisa

O que se observa em relação ao grupo de trabalho é que desde os momentos finais de conclusão do diagnóstico, houve uma perda de assiduidade e de envolvimento de seus participantes. Do grupo de 19 indivíduos que se comprometeram com a proposta, apenas 10 que iniciaram os trabalhos e ao final do processo somente 5 continuam a manter frequência e participação nas reuniões. Excetuando-se os indivíduos que declararam o motivo de sua saída do comitê por questões de incompatibilidade de horários ou questões relacionadas ao emprego, não é possível fazer inferências sobre o desinteresse dos envolvidos com esta nova etapa antes da realização de um processo de entrevista. Contudo, acredita-se que a atual configuração das reuniões com um teor mais técnico, bem como o próprio desgaste de realização voluntária de reuniões periódicas ao longo de um período de seis meses, possam ter contribuído para a perda de força da proposta.

Percebeu-se, além disso, que sendo planejamento um processo mais intelectual e abstrato, os envolvidos ressentiam-se de algo concreto. Algo que pudessem ver de fato 'acontecendo'. Isto ativou um *insight* ao pesquisador de que, no campo da administração pública no pequeno município analisado, a visibilidade e popularidade de iniciativas comunitárias se pautava na priorização de projetos "concretos" e materializáveis. E sendo o produto do presente processo, um plano,

talvez tenha frustrado muitas das expectativas criadas no início da adesão voluntária de determinados indivíduos. Pelo tempo disponibilizado ao pesquisador e inviabilidade de contato, não foi possível auferir em profundidade junto aos egressos do comitê suas expectativas e frustrações quanto ao processo de participação no CRDSC.

Contudo, os que se mantiveram na proposta, tiveram a pretensão de levar a iniciativa a frente e institucionalizar o comitê formado na presente pesquisa, por meio da incorporação do mesmo, como uma unidade organizacional da Associação Municipal Amigos de Rio Doce – organização que tem por objetivo desenvolver e apoiar projetos de cunho social para a comunidade e se coloca como uma organização parceira ao desenvolvimento social.

No que tange à relação do grupo de trabalho com o pesquisador, Thiollent (2011) ressalta que no processo da pesquisa-ação, uma espécie de “vínculo intelectual” (p.38) é formado entre o pesquisador e os participantes, após algum tempo de trabalho conjunto, possibilitando a argumentação em paridade e a apresentação e debate de ideias de maneira espontânea e não-coagida. Observa-se este fato no caso de Rio Doce. A conquista da confiança no pesquisador, possibilitou uma relação de trabalho assertiva. O principal desafio do autor do presente trabalho, consiste em conscientizar os envolvidos constantemente que trata-se de um projeto da população, de modo que os cidadãos precisam assumir mais responsabilidades para que as conquistas obtidas com o planejamento sejam perenes.

O campo ratificou a literatura existente, no que tange à proposição de Thiollent (2011, p. 59) que na PA, “a ação é obrigatoriamente orientada em função de uma norma. [...] A melhoria é definida em termos relativos, marcando a diferença entre o que é e o que desejamos que seja”. Neste aspecto, observa-se que no caso de Rio Doce, a proposição espontânea de soluções, bem como a construção de um caminho mais dialógico e menos normativo encontrou limitações no que tange aos (des)costumes e nos hábitos da população.

Evidências de uma cultura local marcada por intenso processo de assistencialismo parecem dificultar uma mobilização social mais enérgica. Essa constatação se dá por meio de inúmeros relatos registrados nas reuniões, apresentando situações em que os cidadãos recorrem ao poder público para sanar suas questões de foro privado como um chuveiro que queima, ou gás que acaba na residência do indivíduo. Ressalta-se que nos relatos destacaram ainda que não se tratam sequer de indivíduos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, mas que

a proximidade com as autoridades locais, incita o comportamento de dependente e clientelista.

Ademais, ressalta-se que em muitos momentos, o pesquisador-ação precisou intervir e normatizar no avanço das ações, em função da apatia do grupo, quando a emergência de uma proposição voluntária se fez necessária.

Na operacionalização do plano, verificaram-se elementos apontados na literatura por Matus (1993) e Thiollent (2011) sobre a necessária alteração dos planos de ação e protocolos da pesquisa, em função do contexto situacional do trabalho. Havia-se planejado uma etapa para definição de metas e objetivos, depois outra etapa para se pensar em planos de ação e geração de indicadores por secretaria municipal, dentro das diretrizes do movimento, auferindo de maneira pontual, de que forma cada setor público componente da administração municipal contribuiria para o desenvolvimento local a partir das diretrizes do Movimento *Slow City*. Contudo, a realidade vivida em campo não possibilitou a segmentação do plano em um cenário sistemático e dentro dos prazos que acreditava-se ser possível. O cotidiano das secretarias, marcadas por reuniões demarcadas, falta de entendimento dos envolvidos sobre a necessidade e finalidade da realização das reuniões, bem como planos concomitantes sendo realizados em cada secretaria, impossibilitaram a configuração pretendida para a realização do plano.

Neste sentido, em função da necessidade de compatibilizar os horários dos indivíduos do Comitê Rio *Doce Slow* que nesta etapa se encontrava com 5 membros, assim como, tendo em vista a necessidade de se encontrarem horários disponíveis nas agendas dos secretários municipais juntamente com alguns servidores de cada secretaria, foi preciso aglutinar todas as etapas do plano em reuniões de triagem, nas quais, eram apresentadas a finalidade do trabalho realizado no município, as possibilidades de atuação, e ao final, perguntavam-se aos membros de cada secretaria: “Como a secretaria X pode contribuir para o desenvolvimento de Rio Doce, por meio do Movimento Slow City?”

Ademais, as informações das caixinhas de sugestões virtuais e físicas foram tabuladas, sistematizadas e segmentadas por secretarias, de modo que apresentavam-se nas reuniões com os secretários municipais as demandas inerentes às suas respectivas secretarias, a partir das opiniões e anseios da própria população. Desta forma, os membros das secretarias iam apontando possibilidades e limitações em atender as demandas propostas, bem com explicavam ações que já estavam em

andamento e poderiam convergir com as sugestões encaminhadas, assim como sugeriam ações e compromissos que poderiam assumir para contribuir com a iniciativa no município.

Estas reuniões foram marcadas por divergências de interesses, conflitos e bastante resistência em determinados setores. Na atmosfera psicológica de algumas reuniões era perceptível a objeção de determinados atores à proposta, os quais adotavam postura mais defensiva, e no intuito de protegerem seus posicionamentos, utilizavam-se do artifício de desqualificar a iniciativa, dizendo que não viam sentido na proposta ou qualquer conexão da mesma com o setor envolvido na reunião. Entretanto, reconhece-se tais manifestações como legítimas expressões de um fenômeno social em andamento, pois conforme propõe Lewin (1946) na pesquisa-ação, um microuniverso de significados é criado, onde as pessoas defendem seus pensamentos e temem a dominação e o silenciamento de sua voz. Endossando a outra via do mesmo fenômeno expresso na literatura, em outras secretarias, a receptividade ao projeto foi imediata, em que a iniciativa parece ter suprido uma necessidade de direcionamento e orientação.



Figura 25 - Reuniões realizadas nas secretarias municipais

Fonte: Dados da pesquisa

Dessa forma, realizada a triagem em todas as secretarias, o Comitê, em reuniões com o pesquisador, deliberou sobre quais seriam os setores da prefeitura cujo PESC teria interface. Esta medida se deu em função das limitações de execução de um projeto de maiores proporções, em função do limitado número de membros e

recursos da iniciativa. Além disso, como mencionado anteriormente, existiam secretarias cujas agendas tinham possibilidade de inserção do PESC, e em função da própria natureza do Movimento *Slow City*, a proposta do mesmo era mais condizente com determinadas secretarias, como Cultura, Esporte, Lazer e Turismo, Governo e Educação.

DESAFIOS DA SEGUNDA ETAPA:

A segunda etapa da realização do planejamento público de Rio Doce teve um caráter técnico maior, envolvendo maior esforço por parte dos que se voluntariaram para a composição do grupo de trabalho da presente dissertação. Dessa forma, a participação ativa dos membros do comitê foi o primeiro grande limite, pois, durante o processo de condução dos trabalhos, em determinados momentos o pesquisador, nos seminários, teve de exercer função ativadora no grupo, evitando os monólogos e a dominação sobre grupo de trabalho, conforme estabelece Thiollent (2011) na proposição de protocolos de pesquisa, uma vez que o protagonismo dos sujeitos de pesquisa precise ser um objetivo perseguido na realização de uma pesquisa-ação.

Ressalta-se ainda, que nesta etapa, o fluxo de informações geradas foi muito grande. Das caixinhas de sugestão, online e física tiveram respostas adicionais, alcançando o montante de 574 respostas, o que exigiu esforço de análise e concentração dos dados nas respectivas secretarias, validação das respostas e análises sobre as mesmas. Neste aspecto, a indisponibilidade dos envolvidos de realizarem tarefas fora dos seminários temáticos foi uma questão que limitou o avanço das reflexões e ações do comitê.

Outro fator que demandou uma atuação mais apressada do comitê, consistiu na dimensão temporal, visto que, como a ideia do comitê era integrar um plano estruturador cujas sugestões seriam incorporadas aos instrumentos formais de planejamento do município, em reunião com o responsável pelo planejamento e orçamento municipal informou ao comitê, que o mesmo tinha até o mês de setembro para que as proposições do planejamento pudessem ser incorporadas no PPA municipal do próximo ano. Isto fez com que as ações do comitê tivessem de ser agilizadas e trabalhadas com efetividade, para que se pudessem ver resultados dos esforços dos envolvidos.

Por fim, um intenso desafio identificado ao longo do trabalho, consistiu em gerar o interesse do público, nas reuniões, em se proporem novos projetos, que demandariam esforços coletivos e ações reais dos cidadãos para aprimoramento do bem público. Neste aspecto foi que manifestaram-se comportamentos de resistência e oposição às ações propostas, nas reuniões de determinada secretaria, em que os envolvidos apresentaram postura clara de que as atividades departamentais já envolviam bastante tempo e esforço de sua equipe e que portanto os mesmos não poderiam se comprometer com a iniciativa.

A fim de se investigar mais profundamente a razão do baixo interesse em de fato coproduzir por parte de considerável parcela da população, fato que se manifesta inclusive no teor das respostas das caixinhas de sugestão, cujas respostas apresentam solicitações com caráter mais assistencialista do que de geração de oportunidades de ação, constatou-se que existe no município um comportamento coletivo comum de não envolvimento com questões que de fato envolvam o comprometimento do cidadão com atividades que envolvam ações concretas. Ilustra este fato, a ocorrência de capacitações gratuitas em Rio Doce para o comércio local ministradas pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e promovidas pelas secretarias de Governo e pelo departamento de Turismo, em que os comerciantes não quiseram participar, por acreditarem que a maneira que conduzem seus empreendimentos é suficiente para a realidade do município

Analisando este fato de maneira superficial, poderia se dizer que existe aqui uma ambiguidade, visto que as mídias divulgam uma boa participação popular e que existam quatorze conselhos são ativos. Contudo, trata-se de uma participação passiva, de carácter consultivo, em que nas palavras de um morador que participou de uma reunião, *“as pessoas só vão lá para falar amém”*. Neste sentido, quando o comitê foi iniciado, os cidadãos que ansiavam uma participação mais ativa, destacaram e valorizaram este novo espaço institucional, como uma possibilidade de atuar de maneira mais ativa no município.

Nas palavras dos secretários que relataram estes fatos, os motivos que levam à esses índices baixos de participação ativa estão atrelados a um histórico de gestões passadas que tinham uma abordagem assistencialista muito forte, habituando os cidadãos a dependerem de repasses governamentais constantes, situação que torna a atividade proativa e empreendedora pouco propícia. Nas palavras de um servidor

público, a situação é tal que, *“se por acaso o chuveiro de certas pessoas queimasse ou faltasse o gás da cozinha delas, elas iam na prefeitura pedir outro”*.

Contudo, cabe ao autor do presente trabalho, enquanto pesquisador comprometido com a construção do conhecimento, problematizar de maneira mais profunda a realidade apresentada, a partir de tais premissas e fazer questionamentos sobre possíveis razões, mais complexas do que o mero assistencialismo, que impedem os indivíduos de participar ativamente: Será que o reduzido tamanho da cidade, reduz do cidadão expectativas de futuro e de criação de oportunidades? Será que a configuração das relações de poder que se verificam no local, não inibem o cidadão de emitir suas opiniões por medo de sanções e repressões sociais? Será que falta uma educação para a cidadania, que permita às pessoas tomarem consciência de seu papel político na sociedade? Para responder a estas questões, seria necessária uma outra dissertação, contudo é importante suscitá-las, a fim de não se tomar a realidade como dada e compreender a multidimensionalidade dos fenômenos sociais.

A CONSECUÇÃO DA ESCOPO DO TRABALHO: FINALIZAÇÃO E ENTREGA DO PESC

No dia 31 de agosto de 2017, foi entregue a última versão do planejamento público de Rio Doce ao prefeito, em uma reunião pública, na presença de secretários e cidadãos conforme evidencia a imagem a seguir. Na reunião foram deliberadas questões importantes como perspectivas e recursos para implementação das ações e compromissos presentes no plano, bem como foi decidida sobre uma questão discutida nos seminários temáticos, que consistia na institucionalização do Comitê Rio Doce Slow City, para que o mesmo não se perdesse após o encerramento da pesquisa, bem como que adquirisse legitimidade para desenvolver ações e atuar junto ao poder público como uma organização reconhecida e atuante. Desta forma, apresenta-se que a institucionalização do grupo de trabalho iniciado para a realização do presente trabalho, aconteceu por meio da vinculação do comitê à Associação Amigos de Rio Doce (AARD), uma organização local sem fins lucrativos, que desenvolve atividades em prol do desenvolvimento local.

Neste aspecto, houve a preocupação ainda, para que a incorporação do comitê à AARD não tirasse a autonomia de atuação do grupo formado para pensar o

movimento *Slow City* no município e manter seus princípios ativos na gestão pública. Assim, ficou acordado que o CRDSC estaria vinculado formalmente à fim de ter legitimidade jurídico-legal, contudo que em termos administrativos, a condução do comitê se daria por um processo de autogestão, coordenado pela senhora Valquíria Tenório, membro do grupo de trabalho desde a primeira reunião da pesquisa-ação e eleita a presidente do comitê (Na fotografia, trajada de amarelo na fileira da direita). A reunião pública realizada, assim como a emissão de um documento público atendem ao requisito do protocolo da pesquisa-ação de Thiollent (2011) o que enfatiza que os resultados do trabalho devem ser divulgados com toda a coletividade.



Figura 26 - Entrega do PESC Rio Doce.

Fonte: Dados da pesquisa

Conforme evidenciado anteriormente, em função do contexto situacional vivenciado, determinados eixos da administração pública foram tomados como estratégicos na perspectiva do PESC. Desta, forma, com base nas demandas locais, à luz da experiência de Vizela e de Tiradentes, bem com base nos achados de Bauer (2016), percebeu-se que o Turismo consistia em um setor-chave para o desenvolvimento da iniciativa, assim como a educação e a cultura.

Desta forma, a partir de reuniões periódicas em que se definiam coletivamente objetivos, metas, ações e indicadores para cada um dos setores mencionados, ações estratégicas do PESC de Rio Doce ficaram definidas como:

Ação 1: PROGRAMA SLOW EDUCATION – Educando cidadãos para o bem viver

Setor(es) envolvido(s): Educação, com possibilidade de contribuição da Cultura, Turismo e Assistência social

Objetivo principal: Promover a conscientização social dos cidadãos para os princípios do Movimento Slow City por meio da educação básica e complementar.
Ação 2: ROTEIRO TURÍSTICO DE RIO DOCE – A viagem do bem viver
Setor(es) envolvido(s): Turismo, com possibilidade de contribuição da Cultura, Obras e Assistência Social
Objetivo principal: Desenvolver um roteiro turístico para Rio Doce baseado nas potenciais ofertas locais
Ação 3: CRIAÇÃO DO PRATO TÍPICO DE RIO DOCE – A arte do bom comer
Setor(es) envolvido(s): Cultura e Turismo, com possibilidade de contribuição da Educação, Governo e Assistência social
Objetivo principal: Desenvolver um atributo turístico que resgate e fortaleça a memória e os valores riodocenses, assim como fortaleça a economia do turismo.

Quadro 13 - Ações estratégicas previstas no plano

Fonte: Planejamento Estratégico *Slow City* (2017)

Destaca-se que todas estas ações foram detalhadas e desmembradas em ações no plano público que foi entregue ao poder público. No que tange à perspectiva educacional, a ideia é utilizar a experiência de Vizela como uma orientação para o processo de construção de um modelo educacional em que o Movimento *Slow* é um tema transversal e interdisciplinar de desenvolvimento, a ser trabalhado por todas as disciplinas do componente curricular do ensino municipal.

No contexto do turismo, a ideia fundamental consiste em utilizar das atividades dos comerciantes de produtos locais, artesãos e demais produtores autóctones, em um roteiro sistematizado de atividades turísticas *Slow*, de modo a promover a atividade dos atores locais e lhes agregar valor comercial bem como visibilidade, assim como manter os costumes e práticas locais ativos, conforme orienta a diretriz do Movimento *Slow*.

Na dimensão cultural ressalta-se que já vem sendo pensadas para o município de Rio Doce iniciativas, como Concurso de Canjiquinhas e feiras gastronômicas elaboradas pelas cozinheiras locais. Neste sentido, a proposta consiste em utilizar-se da elaboração da experiência de Vizela com a feitura e comercialização do Frango Merendeiro, como um modelo de referência para o caso de Rio Doce. Dessa forma, pretende-se resgatar a história, as tradições e as práticas do local, transformando-os em um prato que possa representar a identidade do povo riodocense e distinguir o produto como uma especificidade daquela região, de modo a gerar divisas e promover o senso de pertencimento na população.

Destaca-se que após a entrega do plano, o pesquisador teve a oportunidade de ver algumas das ações sendo postas em prática. Dessa forma, no intuito de avançar nas diretrizes do projeto *Slow City* e contribuir para o desenvolvimento do chamado Marketing de Cidades, o CRDSC apresenta a proposta de um projeto de requalificação da estética geral do município, por meio da pintura das casas, trazendo aspecto visual mais harmônico e contribuindo para uma imagem positiva e condizente com a qualidade de vida aqui promovida por meio das políticas públicas. Dentre os objetivos do projeto encontram-se fortalecer o senso comunitário e a colaboração entre as vizinhanças, bem como apresentar uma opção de atividade para indivíduos que tenham interesse em se profissionalizar ou explorar novas oportunidades ocupacionais.

Além disso, o autor do presente trabalho coordenou ainda, junto à Secretaria Municipal de Educação de Rio Doce, uma capacitação para todos os professores da rede municipal de ensino, bem como auxiliou na condução de um planejamento educacional para o ano de 2018, sob as diretrizes do movimento *Slow Education*. Ou seja, o *Slow City* será o eixo temático da educação riodocense em 2018.



Figura 27 - Reunião para planejamento educacional Slow 2018

Fonte: Dados da pesquisa

PROTAGONISMO COMUNITÁRIO À PROVA: VALIDAÇÃO DA AUTONOMIA E CONSISTÊNCIA DA PROPOSTA

Com o plano entregue e a institucionalização do comitê efetivada, realizaram-se duas reuniões de encerramento, em que os protocolos para implementação do plano foram repassados à presidente do CRDSC, assim como encaminhamentos gerais foram feitos aos envolvidos. Isto posto, o pesquisador retirou-se do cenário de

pesquisa maneira repentina e sem contatos periódicos, por um período de quarenta e cinco dias, a fim de verificar a autonomia do grupo e se de fato a ideia havia sido institucionalizada pelos seus integrantes.

Nesta perspectiva, constata-se que durante este período, o pesquisador não fora solicitado em nenhum momento, nem mesmo para esclarecimento de dúvidas.

Quando o pesquisador retornou ao campo a fim de verificar o que havia ocorrido no período em que estava ausente, constatou-se que os membros do comitê tentaram se articular para disseminar a iniciativa na zonas rurais do município, tendo realizado, inclusive algumas visitas, contudo enfrentaram dificuldades na consecução de um carro junto à prefeitura, para realizar o transporte dos envolvidos e por isso a iniciativa não havia avançado muito. Contudo, constata-se que houve esforços de auto-organização e tomadas de decisão independentes da presença do pesquisador condutor da pesquisa-ação.

Uma interpretação possível para esta situação, tem a ver com a legitimidade da fala de quem conduz determinado processo. Caso tivesse sido o pesquisador, externo ao território, vinculado à UFV que tivesse realizado a demanda, o carro teria sido disponibilizado de maneira mais assertiva. Contudo, por se tratar de liderança local, o processo encontrou barreiras, evidenciando a necessidade de também se institucionalizar o comitê junto ao público externo. A manobra adotada para este fim, como participação ativa em todas as reuniões da AARD e o uso do logotipo do projeto em todas as assembleias gerais do município, bem como a cessão de 5 minutos para que os membros do comitê possam falar sobre a iniciativa.

Isto evidencia, o envolvimento dos membros com o movimento, o que reduz as chances de o grupo de trabalho se perder com o encerramento da presente pesquisa. Acredita-se que a mesma tenha desenvolvido no grupo, um senso de pertencimento e o envolvimento com as diretrizes do Movimento *Slow*, de modo que acredita-se ter alcançado a dimensão pública e não apenas governamental pleiteada no início da presente pesquisa.

Ademais, os envolvidos reportaram-se de dificuldades em questões específicas como operacionalização e gestão das mídias do movimento, das caixinhas de sugestão e organização das reuniões. Contudo, essas questões foram sendo mitigadas no processo de desligamento do pesquisador do campo, o qual ocorreu de forma gradual, de modo a evitar rupturas e assegurar o entendimento de todos os envolvidos sobre as múltiplas dimensões do trabalho aqui desenvolvido.

O PROCESSO DE DESLIGAMENTO DO PESQUISADOR

A saída do pesquisador do campo, na pesquisa-ação, conforme estabelece Thiollent (2011) é um processo que requer reflexão e planejamento. Isto porque, diferentemente da pesquisa tradicional, o pesquisador assume compromissos com um coletividade na condução de um estado de mudança planejada, bem como cria laços com os indivíduos que constituiu grupo de trabalho, ao longo do processo de pesquisa.

Desta forma, a atmosfera psicológica criada com a formação do trabalho de campo precisa ser modelada para o encerramento das atividades de pesquisa, sem que isso implique no fim das mudanças promovidas pelo trabalho. Quando se fala em um processo político de constituição de um grupo de prática, a fim de monitorar a gestão pública e manter ativa uma perspectiva de desenvolvimento municipal orientada por diretrizes internacionais, tudo isso em uma cidade cuja população é inferior a três mil habitantes, torna-se um processo ainda mais complexo e que demanda do pesquisador, habilidade social, pedagógicas e políticas.

É preciso atenção para eliminar, de forma mais efetiva possível, qualquer dependência do grupo de trabalho com o pesquisador. A constatação que a condução da presente pesquisa possibilitou ao pesquisador foi a de que a qualidade nas entregas de uma pesquisa-ação, consiste na capacidade de gerar autonomia e aprendizados no grupo de trabalho desenvolvido, para que o mesmo tenha condições de manter suas atividades

No contexto do CRDSC, a retirada do pesquisador ocorreu de forma gradual, a fim de que os efeitos de sua saída não fossem percebidos pelos membros de maneira drástica. Assim, evidencia-se que antes de deixar o campo, pesquisador desenvolveu junto às educadoras da rede municipal de ensino, um plano de ação para o próximo ano letivo, que utilizava as diretrizes do movimento *Slow* como uma perspectiva interdisciplinar, a ser trabalhada por meio de projetos e dentro dos componentes curriculares das disciplinas. Acredita-se que este fato tenha capacitado as dirigentes educacionais do município a trabalhar sob as perspectivas e diretrizes do movimento *Slow*.

Em relação às atividades do comitê, o modo mais adequado de desligamento, encontrado pelo autor do presente trabalho, consistiu na redução da frequência de participações nas atividades, bem como na delegação constante de tarefas aos

membros nas reuniões subsequentes. Dessa forma, a figura do pesquisador, de um ativador da mudança social, foi se transformando em uma postura de expectador, cada vez menos participativo, expresso em elementos simbólicos, como o fato de não conduzir as reuniões e sim apenas assistir aos trabalhos conduzidos pela presidente, participar das atividades virtualmente por meio das redes sociais, até o ponto em que sua figura se tornou meramente consultiva e com frequência esporádica. Ainda assim, o pesquisador se fez presente no que necessário fosse por meio de meios de interação eletrônica, a fim de que os envolvidos com o trabalho não perdessem o interesse em continuar atuando, diante das dificuldades vindouras. Neste sentido, concluiu-se o trabalho de campo, obedecendo-se de maneira completa, aos protocolos da pesquisa-ação.

Reconhece-se o baixo potencial de generalizações do presente trabalho. Contudo, acredita-se que as contribuições do mesmo residam na integração entre teoria e prática, ação e reflexão sobre o processo de mudança planejada no contexto da administração pública, no que tange à interação do governo com a sociedade. O processo social em análise ainda está em andamento, o que pode trazer uma série novas adaptações necessárias para o curso dessa pesquisa.

4.4.2.1. Colocando os pingos nos Is: Onde e em que medida ocorreu a coprodução no PESC de Rio Doce?

As manifestações do compartilhamento de responsabilidades e poder entre cidadãos e poder público se manifestaram em diferentes episódios do presente trabalho. Nesta perspectiva, a fim de se sistematizarem-se as análises e evidenciar os esforços dos atores envolvidos na provisão do bem público, elaborou-se a seguinte análise a qual evidencia em que aspectos houve a coprodução, bem como seus respectivos desafios.

Coprodução	
Categorias analíticas	Evidências empíricas
Esforços voluntários Brandsen e Honingh (2015)	Todos os membros do comitê, contribuíram com esforços individuais no planejamento e implementação de ações, dentro das próprias possibilidades, de maneira voluntária, objetivando-se a construção do bem comum. Os envolvidos se organizaram para distribuição das caixinhas de sugestão na cidade, para a distribuição de panfletos, a fim de

	prospectarem pessoas para a iniciativa, assim como deram sua contribuição no processo de construção do plano, com intervenções, opiniões, análises e informações.
Processo de planejamento Forester (1989); Matus (1993)	Apesar de o processo de planejamento ter sido conduzido e redigido em sua maior parte pelo autor do presente trabalho, por questões técnicas, as informações e a riqueza das análises deveram-se às percepções e proposições dos membros da sociedade que apresentaram a visão real dos usuários dos serviços públicos, apontando os problemas mais relevantes e as questões mais urgentes. Este tipo de compartilhamento torna as ações e políticas públicas muito mais efetivas, pois baseiam o norteamento do plano na perspectiva do cidadão.
Comunicação Forester (1989); Thiollent (2011)	Conforme descrito nos procedimentos metodológicos do presente trabalho, existe na pesquisa-ação forte influência da teoria da argumentação, fato este que permite uma abordagem mais dialógica na colocação dos problemas e da temática de pesquisa. Neste sentido, percebeu-se que ao longo do processo, assimetrias no processo de comunicação tiveram de ser mitigadas constantemente, visto que muitas das limitações da adesão popular ao projeto, inicialmente foram apontadas como um efeito da ineficácia do processo comunicativo, seja na mensagem em si, inacessível aos interlocutores, seja nas escolhas dos canais, como no uso da internet, visto que os cidadãos da zona rural, bem como os cidadãos mais velhos são indiferentes a esta mídia no município analisado.
Compartilhamento de poder e de responsabilidades Salm (2014)	O poder público ao abrir suas portas para uma iniciativa dessa magnitude, compartilhou com os munícipes, a responsabilidade de se projetar um futuro desejado para a cidade, bem como o poder de decisão sobre cursos de ação a serem seguidos. Reconhece-se, contudo, que exista uma agenda pública a ser respeitada, a qual pode muitas vezes divergir com os objetivos do PESC. Contudo, ao oportunizar que os cidadãos utilizem-se de um espaço institucional de fala dessa natureza, a democracia é fortalecida.

Quadro 14 - Categorias analíticas do conceito de coprodução

Fonte: Dados da pesquisa:

A partir dos dados apresentados nas etapas anteriores e com base nas vivências de campo construídas no presente trabalho, é possível sistematizar e analisar que os seguintes fatores facilitaram a coprodução do planejamento público no município de Rio Doce:

- **Compartilhamento de informações** – O considerável número de informações fornecidas pelos cidadãos por meio das caixinhas de sugestão e do banco de dados digital forneceu insumos para discussões amplas junto às secretarias municipais e ao prefeitos, em relação aos problemas públicos.
- **Abertura governamental** – Constata-se que o prefeito possibilitou todas condições estruturais para que a pesquisa-ação ocorresse e forneceu autonomia para que o grupo pudesse desenvolver ações e compromissos, contribuindo com ações e informações para o processo de planejamento.
- **Dimensão física do município** – O fato de ser um município de pequeno porte possibilitou comunicações que chegassem à totalidade dos munícipes, pelo menos

da zona urbana e possibilitou a proposição de ações que considerassem toda a cidade.

- **Existência de atores interessados** – A existência de indivíduos que se voluntariaram a fazer parte do grupo de trabalho da presente pesquisa, consistiu em um fator fundamental para a ocorrência do processo de coprodução. Do contrário, seria um projeto essencialmente governamental.
- **Mídias acessíveis e amplas** – As mídias impressas e digitais disponibilizadas para a feitura da pesquisa, contribuíram para a disseminação do conceito e propagação da ideia do movimento. Questões de adequação da mensagem foram necessárias para maior adesão ao projeto, contudo, a existência de panfletos, mídias sociais digitais, rádio, jornal e cartazes, foram um fator que permitiram o posicionamento do nome e da ideia central do movimento na mente dos interlocutores.
- **Identificação emocional dos sujeitos com a figura do pesquisador** – Ao longo do trabalho, uma relação social entre o pesquisador e os sujeitos de pesquisa foi estabelecida. Isto é fundamental, sobretudo pelo fato de que é preciso que os indivíduos confiem no condutor da pesquisa-ação para que haja o compartilhamento de informações e o engajamento efetivo dos interessados na proposta.

Ademais, ressalta-se que os seguintes fatores limitaram a coprodução do planejamento público no município de Rio Doce:

- **Distância geográfica do pesquisador** – A distância física de aproximadamente 70 quilômetros entre a cidade do pesquisador e o município de Rio Doce, trouxe problemas de agenda no que tange ao estabelecimento de periodicidade entre as reuniões. Contudo, procurou-se insituir, sempre que possível um dia e horário fixo na semana, a pedido dos envolvidos, para que os mesmos pudessem se organizar. Contudo, o distanciamento físico foi mitigado por meio da interação virtual entre pesquisador e participantes, por meio de mídias sociais digitais.
- **Fatores políticos** – Um fator que limitou a coprodução, sobretudo pelo fato de as reuniões serem realizadas principalmente na prefeitura municipal, consistiu no fato de que determinados atores sociais se recusaram a aderir ao movimento por questões relacionadas ao partido político do governo em vigência, divergências políticas com lideranças públicas da situação e questões afins.

- **Resistência à mudança** – A proposta apresentada no presente trabalho é inovadora em vários aspectos. Um deles consiste no fato de que o projeto convida o cidadão a participar e se envolver com a coisa pública, demanda esforços por parte dos secretários municipais e ações integradas entre poder público e cidadãos. Neste sentido, ao longo do trabalho, determinadas secretarias apresentaram críticas à iniciativa, sob a alegação justamente do nível de trabalho adicional advindo ao projeto, o que acarretaria em sobrecarga à dinâmica de trabalho atual do município. Em tais secretarias, conforme evidenciou-se anteriormente, não foi possível propor ações dentro da perspectiva do PESC.
- **Hiato entre a zona urbana e a zona rural** – Os meios de comunicação e espaços para deliberação e consulta públicas do local, não alcançam a população da zona rural que acaba por ter anseios sociais não contemplados pelos serviços públicos. Por meio de interações sociais pontuais com indivíduos residentes na zona rural, foi possível verificar a assimetria de informação entre cidadãos da zona urbana e da zona rural.
- **Conhecimentos técnicos** – Este foi um dos fatores críticos para a realização do processo de planejamento no município, uma vez que, por mais que houvesse o interesse em contribuir para a construção do plano público de desenvolvimento, existiam questões e condições que demandavam conhecimento técnicos, como elementos de orçamento público, direito administrativo e legislação ambiental. Este fato endossa o caráter técnico do planejamento público verificado na literatura acessada, contudo a realização deste planejamento contribui teoricamente ao evidenciar que o planejamento pode ser conciliado entre dimensões substantivas e dimensões normativas, conforme propõe Matus (1993).

Nesta perspectiva, ressalta-se que na relação entre os fatores que limitaram e os que facilitaram a coprodução, foi possível compartilhar responsabilidades e poder entre os cidadãos e o poder público, ora de maneira mais ampla, ora de maneira mais tímida. Percebeu-se que o grupo buscou formas de agir, na ausência do pesquisador, mas que diante de obstáculos institucionais, como ausência de recursos, ou relações hierárquicas, a iniciativa dos membros do comitê foi enfraquecida. Assim constata-se que a presença de um ator externo, dotado de conhecimentos técnicos pode consistir em um fator que auxiliará o grupo em sua composição, institucionalização e atuação em momentos de crise.

5. REFLEXÕES E APRENDIZADOS EMPÍRICOS, TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

O presente trabalho vai ao encontro do que afirmam Osborne, Radnor e Strokosch (2016) sobre o fato de que a coprodução tem sido um dos temas mais recorrentes no que tange ao planejamento no âmbito público, uma vez que a complexidade das questões contemporâneas necessite de esforços oriundos de diferentes origens e com diferentes aplicações. Acrescenta-se ainda, a constatação da adesão e adequabilidade das temáticas teóricas e metodológicas escolhidas pelo pesquisador para compreender o fenômeno analisado, ou seja, os principais elementos analíticos contemplados no presente trabalho, sendo eles planejamento, mudança planejada, envolvimento comunitário, profissionalização e qualificação de territórios; foram verificados empiricamente, possibilitando análises e reflexões capacitadas a respeito do tema.

No que tange aos sujeitos de pesquisa, diferentes posturas dos envolvidos foram observadas ao longo dos 23 meses de trabalho realizados no município. Inicialmente, os cidadãos, movidos por um forte discurso de defesa do local procuravam caracterizar a cidade como um território isento de defeitos, como se tentassem “vender uma ideia” ao pesquisador. Contudo, à medida em que o autor do presente trabalho ia estreitando seus laços com a população, sobretudo com os membros do comitê, a postura dos envolvidos mudou. Em muitos seminários, verdadeiras catarses eram produzidas pelos participantes, em que os membros do grupo de trabalho entravam em discussões sobre os problemas públicos.

Dessa forma, por meio de diálogos construídos progressivamente, narrativas repletas de informação foram sendo produzidas de modo a fornecer ao pesquisador uma visão do cenário local, através das lentes dos sujeitos de pesquisa, os quais manifestavam seus anseios, angustias, impressões, sugestões e expectativas para o futuro. Quando os indivíduos narravam suas realidades, reproduziam o modo de vida que levavam, bem como o nível de envolvimento com o território, que possuíam.

As múltiplas narrativas que se apresentaram no presente trabalho foram consideradas ao longo de toda a construção teórica para a produção de *insights*, reflexões e análises. Contudo, algumas questões especificamente foram apontadas por meio da técnica de análise proposta por Gibbs (2008), visto que o contexto comunicativo da narrativa, proporcionou reflexões dotadas de maior complexidade. A

partir dessas declarações, o pesquisador procurou compreender o contexto mais profundo em que determinadas situações jaziam subjacentes ao fenômeno narrado.

Ressalta-se que todas as falas destacadas fazem parte de um contexto comunicativo, que possibilitou que tais afirmações emergissem. Contudo, tais narrações foram destacadas, por terem chamado a atenção do pesquisador, por questões de entonação do emissor, conteúdo do texto e impacto no contexto da reunião.

Análises narrativas	
Descrição do consumo de drogas no município	
Evento	Ampliação do consumo de drogas no interior do município
Experiência	Reações e sentimentos
Natureza	Relatos e explicações
Narrativa	<p>Ator 1: <i>Esses menino tão ficando sem vergonha... Agora deram para fumar durante o dia ao ar livre. A gente passe eles nem esconde que estão fumando. E o pior de tudo é que todo mundo sabe quem é.</i></p> <p>Ator 2: <i>Ah... Mas assim, Brendow. Não tem tanto perigo não porque eles não é perigoso. Estão fumando só maconha. (Risos de todos os envolvidos).</i></p> <p>Ator 3: <i>Olha, a questão é que os jovens não têm nada para fazer por aqui. A juventude de Rio Doce começa a beber muito cedo. E uma coisa leva a outra</i></p>
Análise	As narrativas permitem realizar inferências sobre o campo valorativo de todos os atores analisados. A fala do ator 1 evidencia postura conservadora e abordagem personalista sobre o fenômeno. Dizer que “todo mundo sabem quem é” revela ainda, sentimento de impunidade. Já o ator 2, por meio de uma abordagem mais cômica, demonstrou flexibilidade e tentativa de apaziguar a gravidade do problema exposto. Já a fala do ator 3, ativou um gatilho para novas discussões que foram inclusive incluídas no diagnóstico municipal como um problema a ser resolvido, que consiste na ociosidade e falta de perspectiva para juventude.
Enraizamento e conexão com o território	
Evento	Descrição da realidade ambiental de Rio Doce
Experiência	Sentimentos da população em relação ao Rio
Natureza	Relatos
Narrativa	<p>Ator 1: <i>Eu não sei se isso conta no Slow não... Mas é uma coisa que me marcou muito, que foi a minha mãe lavando roupa no córrego e eu e meus irmão brincando na água... Era tão limpo que perigava até a gente beber.</i></p> <p>Ator 2: <i>Acho que todo mundo aqui cresceu naquele rio. Dá uma tristeza de ver do jeito que tá tinha fazer alguma coisa. O Rio é nosso. É a nossa vida que tá lá..</i></p>
Análise	Em função do desastre ambiental da barragem de Mariana, os discursos dos envolvidos eram veementes e bastante ressentidos, sempre que a questão do meio ambiente, ecologia e sustentabilidade eram levantados. Nostalgia, revolta e insatisfação eram sentimentos comuns na fala dos envolvidos. Neste sentido, sobretudo os membros mais experientes do grupo de trabalho, enalteciam as belezas naturais do território e traziam a empresa Samarco como um antagonista comum, fonte dos maiores problemas que acometiam o município.

Descrição do comércio local	
Evento	Caracterização da atividade comercial de Rio Doce
Experiência	Reações e sentimentos
Natureza	Relatos
Narrativa	<p>Ator 1: <i>O comércio local está acomodado. Pode vir palestra e o que for que o pessoal não quer nem saber não. Atendem a gente como se nós estivéssemos pegando o boi de entrarmos na loja deles. Estão assim porque não tem concorrência. Se viesse um comércio bruto para cá, gente que quer trabalhar, eles passariam apertados.</i></p> <p>Ator 2: <i>Brendow... Para você ter uma noção, eu e a minha amiga fomos sair para comer um hambúrguer... Coisa mais comum do mundo. Quando entramos no restaurante X⁸, a mulher disse que só tinha um bife. Um bife! E olha que o restaurante estava vazio. Fora que o atendimento é daquele jeito (gesto de desaprovação com o rosto).</i></p>
Análise	Nas pautas inerentes ao turismo, empreendedorismo e desenvolvimento, eram comuns comentários negativos em relação ao comércio local. Apatia dos profissionais, falta de competitividade da oferta e pouca perspectiva de desenvolvimento eram questões recorrentemente apontadas. Os relatos surgiram em um momento em que se buscava ilustrar uma situação exposta pelo grupo de que o comércio local, necessita de repensar sua atuação.
Caracterização da postura da população local em relação ao executivo municipal	
Evento	Descrição da realidade local do envolvimento político
Experiência	Sentimentos
Natureza	Relato
Narrativa	Ator 1: <i>Brendow, cê não tem noção... A população espera tudo da prefeitura. A prefeitura dá carro, dá bolsa, dá tudo... E nada tá bom para esse povo. Já aconteceu, e não tô de brincadeira com você, situação em que a pessoa achava tinha mais direito que os outros e ligava pra prefeitura falando: - Olha, meu gás acabou. Cê acredita nisso?</i>
Análise	A palavra “comodismo” era recorrente nos discursos dos envolvidos, ao longo de todo o trabalho. Um fato interessante a ser destacado, é que quando os envolvidos enalteciam as qualidades da cidade, o uso dos pronomes nós, nossos e a assunção da naturalidade riodocense se manifestava. Por exemplo, muito se ouvia dizer que “nossa cidade é muito limpa”, “nossa qualidade de vida é alta”. Contudo quando eram dirigidas críticas ao município, os envolvidos adotam abordagem impessoal e se valiam dos pronomes, eles, deles... A população. Exemplo: “As pessoas de Rio Doce acham que a prefeitura tem que fazer tudo”.

Quadro 15 - Análise narrativa

Fonte: Elaboração própria, com base em Gibbs (2009, p.87)

Conforme destacou-se na análise narrativa, uma informação interessante é que nas críticas realizadas aos problemas públicos municipais, foi possível constatar nas enunciações dos envolvidos que os mesmos não se incluíam nas maledicências, endossando a postura participativa por eles adotada, de estarem presentes e ativos nas reuniões a fim de buscarem mudanças para o local. Dessa forma, frases como “A

⁸ Por questões de ética, o nome do estabelecimento não será revelado.

população é muito acomodada” ou “*O povo de Rio Doce quer tudo de mão beijada e mastigado*” se repetiam com certa frequência no grupo de trabalho.

Em uma das reuniões, uma das cidadãs proferiu a seguinte frase: “*Bem, a nossa cidade não é limpa porque os cidadãos têm consciência; a nossa cidade é limpa porque tem muito gasto com limpeza, ou seja, tem alguém limpando o tempo todo*”. Isto evidencia, que elementos do Movimento *Slow* como a consciência para a cidadania precisam ser fortalecidos nas iniciativas públicas. Endossa esta afirmação, os frequentes relatos de mau-uso dos espaços públicos, sobretudo por mães e filhos nas áreas de fruição cultural do município.

Dessa forma, percebeu-se que os envolvidos que compuseram todas as etapas do grupo de trabalho da presente dissertação, utilizaram este espaço como locus no qual depositaram suas esperanças para amenizarem sua consternação diante dos problemas públicos vivenciados pelo município.

Ao final do processo, verificou-se que o fato de o grupo ter iniciado com 19 membros e ao final da presente dissertação terem 5 membros ativos, ocorreu tanto por incompatibilidade de agenda de alguns envolvidos, que justificaram sua saída e se fizeram presentes de maneira indireta, conforme evidenciou-se anteriormente, como por desinteresse com a proposta, e ainda, assimetria de expectativas entre as soluções buscadas pelo grupo. Evidencia esta afirmativa, o fato de que determinados membros se voluntariam ao comitê com objetivos pessoais claros, como o de abrir uma cooperativa na cidade. Contudo, tais indivíduos saíram do grupo de trabalho após verificarem que as discussões inicialmente seriam mais genéricas e versariam sobre problemas gerais do município. Após algum tempo, foi cobrado do grupo, especificamente do pesquisador que conduzia o trabalho, se havia sido feito algo para a provisão da constituição da cooperativa, corroborando a ideia da presença de postura assistencialista no ideário de alguns cidadãos.

Ademais, a partir de uma vivência aprofundada no campo, o que se constatou ainda, foi que alguns cidadãos, sobretudo ligados ao serviço público riodocense, possuem inclinação a ocultarem ou se eximirem de realizar avaliações negativas sobre a cidade. A hipótese da razão da ocorrência deste fato, reside na constatação de que, como tais cidadãos têm contato direto com o prefeito e com as propostas e projetos do poder executivo, os mesmos tenham uma visão diferente dos cidadãos que apenas são usuários dos serviços públicos. Isto é ratificado, pelo fato de que, em vivências de campo, relatos de cidadãos não-vinculados ao serviço público sobre

certas questões como saúde pública, possuíam teor bastante diferente do que era relatado por indivíduos ligados à gestão municipal.

Endossa ainda este argumento, as informações presentes nas caixinhas de sugestão disponibilizadas pela internet e em pontos estratégicos da cidade como postos de saúde, a casa lotérica, o correio e restaurantes. Lá, diante do benefício do anonimato, oportunizou-se que os cidadãos se sentissem livres para se manifestar da maneira que entendiam melhor. As respectivas respostas foram separadas por secretarias e apresentadas individualmente a cada um dos secretários municipais juntamente como comitê e membros da secretaria envolvida. A partir dessa experiência, verificou-se que muitos dos problemas apresentados eram desconhecidos pelos referidos gestores municipais.

Neste sentido, ressalta-se que alguns projetos municipais não alcançam com abrangência à totalidade dos municípios, como foi possível evidenciar no próprio movimento *Slow City*. Neste sentido, o que se constatou foi que apesar de haver um trabalho de divulgação e comunicação social na prefeitura, muitas vezes o canal de comunicação e a própria mensagem utilizada não encontram receptividade e compreensão por parte do cidadão. Constatou-se isso empiricamente, uma vez que após um ano de divulgação, reuniões públicas, panfletagem e um trabalho intensivo de mídia, realizados com base na visão do autor do presente trabalho, o comitê trouxe o *feedback* auferido por meio de diálogos cotidianos, de que grande parte da população ora desconhecia totalmente o projeto, ora não entendia o que “*o rapaz da UFV estava falando nas palestras*”. Esta constatação gerou mais um *insight* para o presente trabalho de que a dimensão da comunicação precisa ser minuciosamente trabalhada e validada junto aos públicos envolvidos, para que a dimensão dialógica da pesquisa-ação possa de fato ser trabalhada.

Neste sentido, reuniões mais enxutas, a extinção das apresentações em *power point*, a adoção de silêncios propositais por parte do pesquisador no momento das reuniões, de modo a fazer com que o cidadão se sinta inclinado a se pronunciar para romper com a ausência de comunicação, bem como mudanças significativas nas vestimentas e na linguagem pessoal, foram alguns dos elementos simbólicos adotados pelo pesquisador para se aproximar da realidade dos cidadãos riodocenses. Esta técnica trouxe resultados perceptíveis, como o aumento da procura dos cidadãos com interesse de ingressar no projeto e maior participação nas mídias sociais digitais.

A partir disto, em termos teóricos, a questão da influência do ambiente digital para a consecução de resultados ainda maiores no que tange à coprodução, é timidamente discutida por Osborne, Radnor e Strokosch (2016), ainda o que autores reconheçam e estimulem a produção de conhecimento sobre o tema; bem como amplamente discutida por Linders (2012). Percebeu-se como importante esta questão pois, no presente trabalho, foi constatado o que se verifica na literatura, que as mídias digitais configuram uma potencialidade para o exercício da democracia e do envolvimento do cidadão no âmbito público.

Contribuindo para a importância da dimensão multimídia do presente trabalho, ressalta-se que por meio das mídias do projeto, receberam-se combranças, críticas, sugestões, informações e até mesmo dados como fotos de ruas e projetos arquitetônicos de espaços de convivência e habitação. Este conjunto de insumos foi proporcionado por cidadãos nascidos em Rio Doce, que residiam fora do município, mas por sentido de identidade com o território e pelo enraizamento desenvolvido ao longo da vida, se sensibilizaram com a iniciativa e resolveram contribuir virtualmente.

Ademais no que tange ao exercício da democracia, nas reuniões, os participantes afirmavam que os conselhos eram mais efetivos e até mesmo “agressivos⁹”, quando havia a necessidade de reivindicar serviços públicos de maior qualidade e políticas mais adequadas às necessidades dos cidadãos. Contudo, conforme discutiu-se em mais de uma reunião, os participantes evidenciaram que à medida em que gestões municipais mais atentas aos anseios dos cidadãos assumiram o poder, os conselhos foram perdendo força, tendo em vista o caráter proativo da administração pública em privisionar condições para a ampliação da qualidade de vida na comunidade.

Este discurso, evidencia a percepção dos envolvidos tendente a pensar a responsabilidade pela boa gestão pública como um ato exclusivo do poder executivo, visto que quase não tenham sido citados o papel e a performance dos vereadores no município. Percebeu-se uma concepção da figura do prefeito como um provedor, sendo ao mesmo atribuída grande expectativa pela resolução dos problemas coletivos. Desta forma, por meio do presente trabalho, foi possível verificar dentre os envolvidos, uma ampliação da percepção sobre o papel do cidadão e do poder legislativo na produção do bem público.

⁹ Termo utilizado pelos participantes das reuniões

Por fim, no que tange à operacionalização das atividades ao longo de todo projeto, constatou-se ainda, que durante a fase de planejamento, sobretudo nas dimensões normativas, em que era exigido um processo sistemático de reflexão, análise e raciocínios mais complexos, houve maior índice de dispersão, desinteresse e evasão dos participantes por parte do grupo. Isto é, conforme evidenciou-se anteriormente, o conhecimento técnico foi um fator que limitou a coprodução do bem público e durante 4 reuniões, verificou-se que as mesmas possuíam um teor quase monológico, em que o pesquisador apresentava fatos, técnicas e estimulava a participação, mas o engajamento dos participantes era reduzido.

Contudo, nas fases relacionadas à implementação do plano, sobretudo no desenho de ações para resolver os problemas públicos, houve significativa mudança de postura na atmosfera psicológica do comitê, em que os mesmos procuravam contribuir com dados, fatos, análises e construção conjunta de cenários para a análise. Isto posto, apresenta-se a inferência para trabalhos futuros que pretendam se valer da pesquisa-ação, de que é preciso considerar certo tempo de assimilação coletiva da proposta, para que o envolvimento legítimo do cidadão possa de fato ocorrer.

Dessa forma, analisando-se a questão da profissionalização ou aquisição de aptidões técnicas por parte dos envolvidos, observou-se forte amadurecimento das reflexões construídas nos seminários temáticos. Este fato corrobora os aspectos relacionados à mudança promovidos pela PA, em que são apontados o desenvolvimento profissional ou técnico, a melhoria institucional e a mudança social (ZEICHNER, 1993). Assitiu-se na pesquisa mudança de postura, em que cidadãos que antes não se manifestavam nas reuniões, passaram a opinar, propor reflexões, apresentar sugestões e ainda disseminar a ideia junto aos seus pares.

Esta aquisição de maturidade na participação foi verificada no momento final de desligamento do pesquisador, marcada pela implementação de dois projetos derivados do PESC que consistem na construção do projeto *Slow Education* como eixo temático da Secretaria Municipal de Educação em 2018, em uma ação conjunta entre a Secretária Municipal, o pesquisador e todas as professoras da rede municipal de educação. Outra ação implementada foi o início da operacionalização do projeto de requalificação das casas por meio de um projeto de renovação da estética geral do município, com a pintura das casas, trazendo aspecto visual mais harmônico e contribuindo para uma imagem positiva e condizente com a qualidade de vida aqui promovida por meio das políticas públicas. O projeto será implementado por meio de

uma ação conjunta entre a arquiteta e o engenheiro do município, o setor de habitação, a secretaria municipal de obras, a secretaria municipal de cultura, bem como o Comitê Rio Doce Slow City, conforme evidenciam as imagens a seguir:



Figura 31: Evidências da implementação do PESC em Rio Doce
Fonte: Dados da pesquisa

Conforme aponta Zeichner (1993), a pesquisa-ação possibilita alguns tipos de mudança, os quais se verificaram com a realização do presente trabalho: **desenvolvimento de profissionais**, uma vez que tanto possibilitou maior entendimento dos envolvidos a respeito das práticas de planejamento público, quanto tornou os gestores públicos mais abertos a uma perspectiva inovadora de gestão; **melhoria institucional**, pois possibilitou a criação de um novo comitê municipal para

o planejamento e monitoramento de ações para o desenvolvimento local com base no movimento *Slow City*; bem como **mudança social**, uma vez que trouxe novos projetos e possibilidades para a cidade.

A execução de projetos reais a partir da iniciativa e inspirados no Movimento *Slow City*, evidenciam que a principal dimensão da pesquisa-ação que consiste na mudança planejada em uma realidade por meio de um processo de pesquisa que ocorre a partir da interação ativa entre pesquisador e sujeito de pesquisa (THIOLLENT, 2011) de fato foi verificada no presente trabalho. Além da ação e da construção coletiva de um contexto de trabalho, procurou-se construir um modelo analítico para auxiliar trabalhos futuros com escopo similar à presente pesquisa, conforme evidencia-se a seguir:

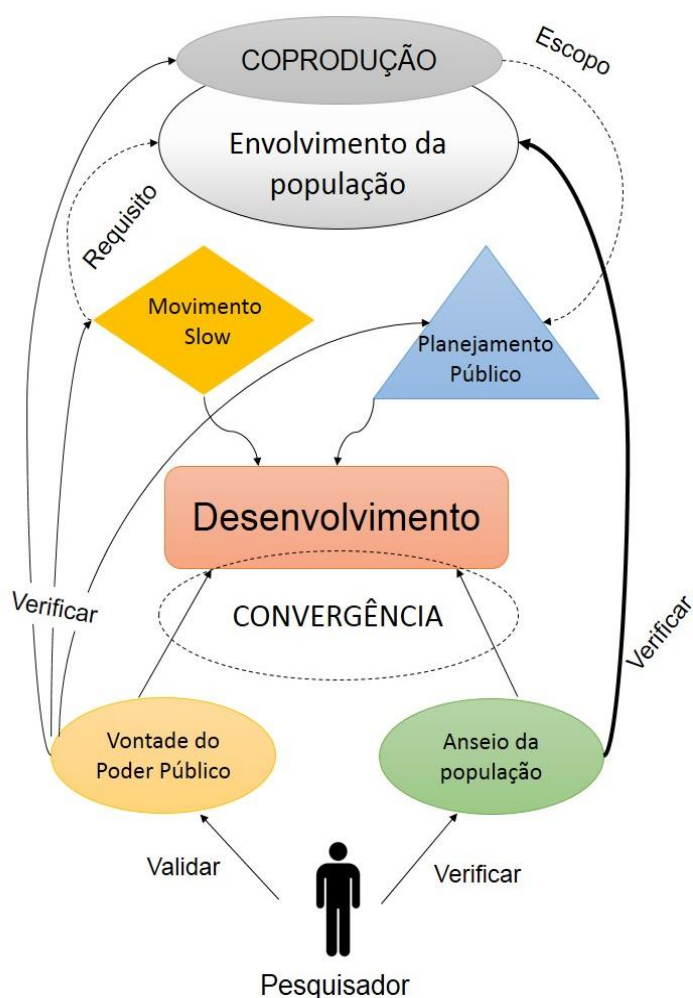


Figura 32: Proposta de modelo analítico da realidade investigada
Fonte: Elaborado pelo autor

A explicação do modelo é fundamentada inicialmente pelo papel do pesquisador de verificar se existem no contexto da pesquisa, a vontade por parte do

poder público, bem como o interesse real de cidadãos em participar de um projeto cujo o escopo seja o desenvolvimento local, enquanto objetivo comum, sistematizado em uma iniciativa compartilhada entre governo e sociedade. Quando a orientação para o desenvolvimento considera as diretrizes do Movimento *Slow*, o envolvimento da comunidade é importante para a geração de informações relevantes à feitura de um planejamento participativo, cujas ações terão como objetivo a transformação da realidade social, por meio dos princípios norteadores do movimento *Slow City*, no presente trabalho analisados como a valorização da produção e consumo em nível local, a manutenção dos valores e manifestações históricas e culturais do local, bem como o desenvolvimento de ações de cunho participativo, que tenham como finalidade tornar os cidadãos mais ativos e participantes do planejamento, da implementação e do controle de ações públicas com finalidade de qualificar e desenvolver o território.

Ademais, diversos autores como Flick (2008); Gibbs (2008) e Gray (2012) ressaltam a importância de critérios para validação da pesquisa qualitativa, sobretudo em função da maior complexidade da mesma em termos metodológicos e pela ampla dimensão dos resultados. Quando considera-se a pesquisa-ação, Thiollent (2011) recomenda que os critérios de validação sejam ainda mais categóricos, em função tanto da flexibilidade inerente à pesquisa qualitativa, quanto pelo fato de que a realidade social e os fenômenos analisados, ocorreram propositalmente em função da pesquisa-ação e foram criados a partir do protocolo de execução deste método, isto é, a formação do grupo de trabalho, os seminários temáticos e os fenômenos deles inerentes só ocorreram porque uma pesquisa-ação foi proposta.

Assim, o presente trabalho procurou evidenciar critérios de validação externa, apresentando os resultados da pesquisa aos atores envolvidos, como recomenda Thiollent (2011), bem como procurou validar o método, a aplicação metodológica e a técnica empírica empregada, conforme descrever-se-á a seguir.

No que tange à validação da participação na pesquisa-ação, Thiollent e Silva (2007, p. 95) definem os seguintes critérios de análise, que foram adotados no presente trabalho para verificação das ações implementadas.

Critério	Verificação na pesquisa-ação realizada
Possibilita significativo nível de envolvimento;	As reuniões de mobilização social eram públicas, em espaço aberto e acessível a toda a população e previamente divulgadas nos veículos de comunicação locais. Isto permitiu que as pessoas que tivessem interesse se voluntariassem à iniciativa e compusessem o grupo de trabalho.

Capacita as pessoas na realização de tarefas;	Todos os documentos coproduzidos, técnicas de análise como a Árvore de Problemas e as análises do contexto local, tiveram um momento prévio de capacitação, explicação do <i>how to do</i> e ensinamentos sobre o benefício da iniciativa para a administração pública e para a comunidade. Além disso, foram feitas diversas capacitações para explicação do movimento Slow como um modelo de desenvolvimento.
Dá apoio às pessoas para aprenderem a agirem com autonomia;	A autonomia e capacidade de autogestão no longo prazo foi um dos principais escopos da iniciativa. Neste aspecto, ressalta-se a importância de institucionalização do grupo para manutenção das práticas desenvolvidas.
Fortalece planos e atividades que as pessoas são capazes de realizar sozinhas;	Qualquer cidadão poderia individualmente fazer uma análise dos problemas públicos e encaminhar para a prefeitura. Contudo, quando essa análise é coletiva, sistematizada e compartilhada em um movimento grupal, a voz dos usuários dos bens e serviços públicos é amplificada.
Lida mais diretamente com as pessoas do que por intermédio de representantes ou agentes	As declarações de que por meio do comitê, uma participação mais espontânea e mais autêntica foi experimentada pelos envolvidos, evidencia que o pesquisador conseguiu criar as condições para o envolvimento e interação direta com os voluntários do projeto.

Quadro 16 - Validação da pesquisa-ação em contextos comunitários e socioambientais
Elaborado pelo autor a partir de Thiollent e Silva (2007, p. 95)

Ademais, no que tange ao método de planejamento utilizado, ressalta-se que apesar de não ter sido reproduzido de maneira integral, visto que não era escopo do presente trabalho replicar os passos do PES no contexto de pesquisa, os momentos propostos por Matus (1993) foram explorados na presente dissertação:

- **Momento explicativo** – Parte mais expressiva do planejamento realizado em Rio Doce. Inclusive, uma das técnicas empregadas consistiu na Árvore de Problemas ou Árvore Explicativa, a fim de levantar causas e consequências dos principais problemas públicos, diagnosticando-os de maneira mais robusta.
- **Momento normativo** – A parte dois do plano foi essencialmente normativa e prescritiva, com as ações para o desenvolvimento e os caminhos para alcançar os objetivos estabelecidos. Foi o momento de maior retração dos sujeitos de pesquisa e menor envolvimento, por limitações técnicas.
- **Momento estratégico** – O plano de modo geral foi validado junto ao executivo municipal e as ações cabíveis dentro de critérios de viabilidade econômica, orçamentária e legal foram encaminhadas para as secretarias responsáveis.

- **Momento tático-operacional** – Algumas ações do plano já estão em vias de implementação como o projeto educacional e o projeto de requalificação da pintura das casas. Na perspectiva dos membros do comitê Rio Doce Slow City, será preciso mobilizar pessoas para implementação dentro da perspectiva do movimento.

Isto, posto, considera-se necessária uma reflexão respeito do processo de planejamento empreendido neste trabalho. Por meio do arcabouço teórico construído a respeito do processo de coprodução, constatou-se que a literatura indica que a coprodução ocorre no nível micro, isto é, no nível das tarefas, especificamente no que tange ao aspecto tático-operacional dos bens e serviços públicos. E as ações realizadas na pesquisa-ação aqui realizadas transitaram em diferentes dimensões tanto macro, quanto micro.

Neste aspecto, apesar de não ter sido trabalhado como um elemento teórico central da dissertação, o aspecto empírico da pesquisa, ampliou a importância das reflexões sobre planejamento para o presente trabalho. Sobretudo pelo fato de que no âmbito macro, como a análise das ações para o desenvolvimento, característica da fase dois do plano realizado em Rio Doce, foi o momento em que a coprodução menos se evidenciou.

O que encontrou no plano empírico vai ao encontro do que escreve Pfeifer (2000), que fornece indícios a respeito da prática de planejamentos de cunho estratégico em âmbito municipal. O primeiro deles consiste na determinação política do planejamento, o qual necessariamente estará vinculado ao período de um mandato. Outro fato consiste na relação complexa do Estado com o cidadão que não é apenas "cliente" dos bens e serviços públicos, porém exerce função de usuário e neste sentido, não se coloca como um dos donos e responsáveis pela coisa pública. O terceiro indício fornecido pelo autor tem a ver com a velocidade dos acontecimentos no âmbito público, que tendem a ser mais lentas do que no setor privado, por questões burocráticas e legais.

Contudo, ressalta-se e reforça-se a grande relevância da coprodução na fase de levantamento de informações, diagnóstico e definições operacionais do plano. Neste momento, foi possível constatar a riqueza e o valor da participação, visto que a reflexão conjunta, o compartilhamento de dados e até mesmo a divergência de ideias e conseqüente conflito, trouxeram fontes de informação muito mais robustas.

No âmbito do planeamento público, Carazzato (2000) faz uma análise dos autores seminais no campo e conclui que o grande *gap* na literatura existente, constatação endossada pelos argumentos de Matus (1993), consiste no carácter eminentemente técnico, prescritivo e orientado por uma racionalidade puramente instrumental. Neste sentido, da literatura buscada no presente trabalho para embasamento de reflexões mais teóricas a respeito do planeamento, constatou-se teor essencialmente manualístico de muito do que foi produzido, ou uma perspectiva puramente econômica e técnica.

Diante dessa constatação e a partir de uma experiência de planeamento temático, elaborou-se um modelo de planeamento, a partir das prática vivenciadas em Rio Doce, a fim de orientar a coprodução de um plano, dentro das perspectivas do movimento *Slow*.

MODELO DE COPRODUÇÃO DO PLANEJAMENTO PUBLICO SLOW		
Dimensões	Substantiva: Momento em que a visão de mundo, os anseios e as necessidades dos cidadãos são levantadas, ouvidas debatidas e deliberadas. Neste momento, os aspectos simbólicos e publicitários da iniciativa devem ser fortalecidos.	Princípios norteadores: <ul style="list-style-type: none"> • Sustentabilidade • Produção autóctone • Educação Patrimonial • Empreendedorismo • Protagonismo comunitário • Cultura e história local
	Normativa: Momento em que as ações são colocadas em prática, dentro de uma diretriz de desenvolvimento e que a prática entra em consonância com o funcionamento da Administração Pública.	
DIMENSÃO 1 – SUBSTANTIVA		
Fases	Mapeamento de demanda – É preciso investigar os múltiplos aspectos da demanda, os casos anteriores em iniciativas parecidas, se possível, por meio de vivências empíricas, a fim de contribuir de maneira fidedigna com as necessidades da coletividade.	
	Construção de background – Antes da imersão no campo, é preciso analisar as possíveis variáveis que envolvem a proposta e ter um conjunto de soluções previamente preparadas, e, ao mesmo tempo suscetíveis às variações do contexto.	
	Alinhamento governamental – A iniciativa deve ter aspecto comunitário, contudo, não perde seu aspecto político. Neste sentido, é preciso validar os princípios e configurações do trabalho junto ao poder público, de modo a compreender e definir o papel dos cidadãos e do poder público na iniciativa.	
	Mobilização social – É preciso construir uma mensagem que envolva os munícipes e os faça sentir atraídos em contribuir para o movimento, pois o protagonismo comunitário é um dos requisitos do Movimento <i>Slow</i> e os esforços voluntários, uma das categorias centrais do conceito do coprodução.	
	Análise da composição grupal – A produção do conteúdo das mensagens precisa estar adequada ao repertório, ao contexto e à realidade dos	

	envolvidos. Por isso, um levantamento de dados sobre a jornada individual dos envolvidos nos encontros iniciais é demandada.
	Alcance comunicativo e responsividade – No que tange à divulgação da iniciativa, bem como das ações inerentes ao plano, é preciso analisar tanto se os canais de comunicação utilizados estão atingindo os públicos de interesse, assim como se o conteúdo das mensagens é compreensível por todos os envolvidos.
	Arena de debate – Na fase de levantamento de informações, contradições, opiniões contrárias e perspectivas antagônicas irão surgir. Recomenda-se mediar essa situação e promover a negociação.
DIMENSÃO TRANSITÓRIA	
Neste momento, recomenda-se a construção de um diagnóstico que tenha dupla função: pontual e contínua. No aspecto pontual, a realidade diagnosticada de maneira participativa deve resultar em uma etapa inicial plano de desenvolvimento, a funcionar como insumo para etapas posteriores. No aspecto contínuo, recomenda-se a criação de mecanismos que permitam a interação constante de toda a população no sentido de oferecer sugestões, informações e proposições para o desenvolvimento.	
DIMENSÃO 2 – NORMATIVA	
Fases	<p>Alinhamento com o órgão de planejamento e orçamento público – Existem leis orçamentárias que limitam o alcance das ações propostas em termos de recursos, prazos e medidas. Neste sentido, como um plano de desenvolvimento, é preciso que a iniciativa esteja alinhada com as finanças e o plano de governo de modo global.</p> <p>Validação com departamentos governamentais – Em termos operacionais, as ações para o desenvolvimento precisarão ser capitaneadas por algum departamento ou secretaria municipal. Nestas condições, o alinhamento das ações previstas no plano, com as práticas em curso nos órgãos da administração pública, constituem uma maneira de se evitar ingerências e desperdício de esforços e recursos</p> <p>Definição de ações para o desenvolvimento – Construção propriamente dita das tarefas, prazos e responsáveis.</p> <p>Institucionalização da iniciativa – Para que o plano slow tenha caráter público e não apenas governamental, acredita-se que a institucionalização do grupo que deu origem ao plano seja um mecanismo para manutenção da proposta e para que as ações planejadas possam ser implementadas, controladas e avaliadas.</p>

Quadro 17 - Modelo de Coprodução do Planejamento Público Slow

Fonte: Dados da pesquisa

Ressalta-se que este modelo foi criado no intuito de orientar tanto cidades quanto pesquisadores que necessitem de uma orientação temática para o desenvolvimento, contudo recomenda-se que o mesmo não seja replicado na íntegra, mas sim, adequado às especificidades do território em que o mesmo está inserido. O modelo é eminentemente coproduzido, pois a temática *Slow City*, conforme discorreu-se na introdução do presente trabalho pressupõe o protagonismo comunitário em atuação conjunta com o governo, conceituação essa condizente com o compartilhamento de responsabilidades e poder característicos da coprodução.

Esta construção empírica emerge como um dos produtos da presente pesquisa, que além da presente dissertação, resultou no Plano Estratégico *Slow City*, com ações para o desenvolvimento da cidade de Rio Doce.

No que tange à relação do presente trabalho com a literatura existente, verificou-se que os achados dessa pesquisa endossam as perspectivas em planejamento público consideradas no referencial teórico. Isto pois, as perspectivas técnicas e normativas que a literatura mais comum em planejamento público apregoam tiveram sua necessidade verificada ativamente na presente pesquisa. Por mais substantivo e dialógico que o novo formato do plano possa ter adotado, constatou-se que existem fases que não podem ser contempladas senão, pelo uso da técnica. Neste sentido, a necessidade empírica, evidenciou argumentos que explicam a existência da grande quantidade de modelos e formulações com caráter prescritivo: em função do caráter eminentemente legal e burocrático da administração pública, a inserção de novos modelos e perspectivas precisam passar pelo crivo de critérios normativos. Existem ainda perspectivas alternativas como o PES e o planejamento participativo, cujo embasamento na dimensão argumentativa e comunicativa, também foi explorada empiricamente por meio desta dissertação. Os avanços promovidos pela presente pesquisa, dizem respeito à orientação temática e integrativa que o movimento *Slow* traz ao planejamento. O planejamento *Slow*, tem o potencial de servir como um plano transversal para a cidade, ampliando e potencializando o alcance das políticas em nível municipal.

Acredita-se que a partir das reflexões e análises realizadas, tenha-se conseguido evidenciar o modo como a população e o governo podem coproduzir um plano de desenvolvimento com base nos princípios do Movimento *Slow City*: além de se considerar as múltiplas visões de todos os participantes que atuam sobre o território e contribuíram com sua visão sobre as necessidades do local, é importante mobilizar a população, a fim de que o protagonismo comunitário, premissa básica do discurso *Slow*, possa se efetivar na coprodução do plano. Com base na experiência vivida em Rio Doce, destaca-se ainda que a coprodução perde intensidade nos momentos mais técnicos do trabalho, onde a dimensão normativa do planejamento torna-se inevitável, a fim de que o mesmo tenha adesão aos funcionamento da administração pública. No plano operacional, sobretudo no delineamento de tarefas, a coprodução voltou a ganhar força no processo de planejamento analisado, sendo fortalecido pelos aspectos simbólicos do Movimento *Slow*.

6. CONCLUSÃO: ENCAMINHAMENTOS A PARTIR DE UMA TEIA SOCIAL DE ACONTECIMENTOS

O processo de pesquisa vivenciado na presente dissertação, vai além dos objetivos aqui delimitados. Trata-se de um fenômeno social com caráter abrangente, em que iniciaram-se processos psicológicos, sociológicos, gerenciais e políticos com perspectiva muito mais ampla do que o término deste trabalho acadêmico. O pesquisador desencadeou de maneira planejada, uma experiência coletiva de mobilização grupal, com implicações para toda uma comunidade, assim como orienta Lewin (1946) e por isso, reconhece-se aqui a grande responsabilidade do autor para com os indivíduos do município analisado.

Acredita-se que o aspecto trifásico do presente trabalho (Vizela, Tiradentes e Rio Doce) em termos de amadurecimento das reflexões a respeito da condução da pesquisa-ação em Rio Doce, tenha sido fator determinante para que a pesquisa alcançasse seus objetivos. Neste sentido, aponta-se que a dinâmica do trabalho desempenhado se valeu da construção de um quadro referencial teórico e empírico robusto que munissem o pesquisador de conhecimentos e experiências em relação à temática, para que então, o mesmo pudesse se inserir no local da pesquisa e conduzir os trabalhos junto a uma coletividade.

Tal aspecto foi fundamental para a realização de uma pesquisa-ação, pois as demandas sociais que emergem na trajetória da pesquisa são muitas, exigindo do pesquisador habilidades interpessoais e sensibilidade situacional para considerar o repertório de seus interlocutores, assim como para promover mudanças efetivas na realidade em que está inserido. Além disso, a prática da pesquisa evidenciou que a realização deste tipo de trabalho, demanda do pesquisador a capacidade de lidar com grupos, habilidade pedagógicas, para trabalhar o entendimento e a adequação dos conceitos em uma comunicação que seja compreensível e palatável aos interlocutores.

A presente dissertação trouxe ainda *insights* inerentes à aplicação do método da pesquisa-ação no contexto da administração pública e mais ainda da gestão no âmbito das práticas comunitárias. Algum conhecimento sobre psicologia foi demandado do pesquisador, no sentido de contextualizar a instrumentalização dos métodos propostos no trabalho, levando em consideração os repertórios, os

discursos, as expectativas e os interesses dos múltiplos autores que participaram deste trabalho.

Analisando-se os resultados do processo de planejamento no município, é possível depreender que um dos maiores ganhos da iniciativa para a vida da comunidade, tenha sido a ampliação do alcance da relação direta entre governo e sociedade. Neste sentido, a iniciativa proporcionou uma cadeia causal, pois, ao ampliar as possibilidades de manifestação dos cidadãos, as propostas de ações pelo poder público se tornam mais perceptíveis pela sociedade e mais facilmente avaliadas pelos beneficiários dos serviços públicos.

Por meio da realização do trabalho junto à comunidade, foi possível perceber que para um exercício pleno da cidadania, os cidadãos precisam ser preparados, isto é, conscientizados dos seus direitos enquanto indivíduos pertencentes a determinada comunidade. Assim, com a troca de experiências oportunizada pela pesquisa e pela interação direta com o poder público, é possível verificar o aprendizado dos cidadãos em relação ao processo de gestão pública, isto é, o planejamento público trouxe uma mudança de comportamento nos indivíduos em relação ao seu papel na formulação e monitoramento de ações de caráter público. Esta atividade instigou nos cidadãos o desejo de participar e se envolver com os problemas locais, de contribuir com informações relevantes e com caminhos para o aprimoramento da qualidade de vida da população. As ideias levantadas tangenciaram inúmeros problemas, como a necessidade de ampliação do combate às drogas, a escassez de recursos naturais como a água, problemas em relação ao tráfego urbano de caminhões e possibilidades de emprego e renda dentro do município.

Para isso, um trabalho conjunto entre governo e sociedade foi executado, de modo a definir medidas para o alcance das metas estabelecidas. Articulação de atores sociais, estudos de novas demandas e possibilidades de ofertas esportivas, turísticas e mercadológicas foram delineadas, assim como um comitê para acompanhamento da execução do plano foram estabelecidos.

Constatou-se ainda, que a participação espontânea, encontra limitações técnicas e de recursos, sendo este um fator que limita a coprodução. Evidenciou-se esta realidade no processo de trabalho, uma vez que por mais que os cidadãos componentes do comitê tivessem engajados e com vontade de contribuir para o avançar do projeto, existiam questões que demandavam capacitação técnica e conhecimentos específicos.

Ademais, a experiência proporcionada pela presente pesquisa trata-se de uma proposta única, pois a iniciativa implementada instituiu-se exclusivamente a partir da dinâmica social das necessidades e do ponto de vista dos cidadãos de uma determinada comunidade. Os canais de comunicação, os problemas diagnosticados, a viabilização das soluções, assim como a periodicidade das reflexões coletivas elaboradas, foi conduzida pelos próprios usuários dos serviços públicos. Além disso, o que torna tal elemento inovador, consiste no fato de que os instrumentos normativos e obrigatórios por lei de planejamento governamental ganharam o aporte de um levantamento interno elaborado pelas pessoas que serão afetadas pelas decisões governamentais tomadas. Dessa forma, a iniciativa tem a iminente função estreitar os laços entre governantes e governados.

Em adição a este fato, uma grande dificuldade no uso do Movimento *Slow* como referência para um a construção de diretrizes de planejamento público, consiste na ausência de categorias, ou de elementos mais concretos componentes de tal filosofia, sobretudo quando se analisa os material produzido a respeito do tema. Por se tratar de uma perspectiva ampla de desenvolvimento, alguns elementos dessa proposição beiram a superficialidade, deixando os projetos de natureza *Slow* propensos a um relativismo considerável, como foi relatado pelas professoras idealizadoras do *Slow Education* em Vizela.

A abertura de um espaço dialógico para se pensar o planejamento municipal, deu base para a apresentação de elementos micro, com total consonância com elementos macro, como nas discussões em que, por meio do clamor pelo retorno de práticas como a lavagem de roupas no córrego da cidade, demandavam-se o resgate das tradições culturais, bem como a revitalização deste recurso ambiental. Grande parte dos dados obtidos na presente dissertação, referem-se a elementos pontuais e a situações episódicas, visto que a estrutura das reuniões era propícia ao diálogo e à fala livre dos cidadãos envolvidos. Dos discursos, emergiam significados, e dos significados, análises para a elaboração do plano.

A força ideológica e simbólica do movimento *Slow* se manifestou em diferentes momentos da pesquisa, em que, nos processos dialógicos de deliberação e construção coletiva, muitas vezes, quando uma sugestão orientada pela lógica do *mainstream* de desenvolvimento econômico era apontada, os próprios membros do grupo advertiam aos demais, dizendo "pessoal, e o *Slow*? Fica aonde?". A recorrência de tal situação, mostrou ao autor do presente trabalho, que trabalhar sob uma

perspectiva temática de desenvolvimento, além trazer benefícios à aplicação e comunicação da proposta, visto que a ludicidade da abordagem chama a atenção e desperta o interesse das pessoas; contribui para a coesão do grupo e foco nos princípios previamente estabelecidos.

Destaca-se ainda a proximidade do conceito de desenvolvimento local concebido no presente trabalho, com os princípios do movimento *Slow City*, como a questão do envolvimento comunitário, a utilização do potencial endógeno de uma localidade, a preocupação com a dimensão ecológica e sustentável das ações implementadas. A correlação destes conceitos torna-se ainda mais intrínseca quando adicionam-se os elementos constitutivos do conceito de coprodução de bens e serviços públicos nas definições aqui empregadas. Dessa forma, constatou-se que os achados da presente pesquisa possibilitaram endossar a teoria existente sobre desenvolvimento local, bem como avançar nos estudos a respeito do planejamento, sobretudo no âmbito público.

Além disso, a criatividade e a inovação existentes na proposta, residem, sobretudo, no fato de que os saberes populares, as tecnologias de origem social e o conhecimento do cotidiano de inúmeros atores que configuram a comunidade local foram considerados de maneira equitativa na composição de um plano multidimensional e integrado para uma projeção fidedigna de um futuro desejado por todos os que ocupam determinado território.

Ressalta-se ainda que a iniciativa consistiu em uma coprodução em dois grandes níveis: De um lado, a cocriação entre sociedade e pesquisadores, de um mapeamento das necessidades e problemas do município. Neste momento, os cidadãos estiveram livres para se manifestar e apontar as urgências e problemas mais significativos de acordo com suas visões de mundo. Concluído este processo, uma nova forma de coprodução emergiu:

Nesta fase, o governo local, assim como funcionários responsáveis pela assessoria jurídica da cidade, viabilizaram as ações apontadas pela população por meio de critérios legais e financeiros, explicando de maneira transparente aos envolvidos com o planejamento, a exequibilidade ou não de determinadas ações e compromissos. Além disso, os profissionais de Vizela, com os quais o autor do presente trabalho teve contato, atuaram como parceiros no projeto, oferecendo informações e esclarecimentos sobre o desenvolvimento local, com base nas diretrizes do movimento *Slow*.

Constatou-se ainda no presente trabalho, a lógica do capitalismo e sua manifestação em construções midiáticas e publicitários na constituição de um estilo de vida “que vende”. E apesar de como um movimento contestatório, o *Slow Movement* não possui força para contradizer ou negar a referida lógica, por meio das lentes *slow*, comunidades podem sentir menos pressionadas ao imperativo do desenvolvimento tão apregoado nos discursos contemporâneos.

Por questões etimológicas e até mesmo semânticas, como foi possível observar no caso de Tiradentes, acredita-se que a nomenclatura *Slow* seja inadequada e talvez traga até mesmo um efeito negativo em termo de atração de adeptos à iniciativa. Observou-se que na prática, o movimento *Slow* está relacionado ao resgate histórico, à ancestralidade, à conexão do indivíduo com o território e com a formulação de políticas mais humanistas e participativas. Contudo, a significação da palavra "*Slow*" no contexto brasileiro, remete a uma cidade retrógrada e sem perspectiva, em que as coisas acontecem de maneira morosa. Isso pode ser constatado, sobretudo junto ao público mais jovem, que de modo geral anseia por inovações e velocidade. Assim, sugere-se a adoção do conceito de Cidade do Bem-Viver ou de alguma nomenclatura mais simpática ao contexto brasileiro, para maior visibilidade e adesão da prática.

Contudo, É preciso ratificar ainda que “pensar *slow*” não significa ineficiência ou morosidade. Significa um agir planejado, consciente e sustentável em termos de decisões que tangenciam ao ritmo de vida. É realizar ações, de modo a não trazer prejuízos à qualidade de vida da população.

Uma conexão interessante quando se pensa em *Slow City* e Administração Pública, é que o primeiro, possui o potencial de fomentar uma série de políticas orientadas para a inclusão, cidadania, sustentabilidade, educação e ecologia. Uma das possibilidades do movimento, conforme atestou-se na pesquisa-ação, consiste na aproximação de gerações, unindo jovens e idosos, de modo que a memória do lugar, os valores e a compreensão das necessidades para maior qualidade de vida naquele território se perpetuem, formando cidadãos mais envolvidos com suas comunidades.

Ou seja, a elaboração do plano foi realizada por cidadãos que acolheram a ideia da elaboração do planejamento público, assim como pelos pesquisadores proponentes do presente trabalho e também por representantes do serviços público e do governo. A iniciativa de elaboração de um plano público para o desenvolvimento local tem o potencial de atingir toda a população do município, que possui 2620

habitantes, uma vez que as ações oriundas do plano possuem o potencial e o alcance de serem convertidas em políticas públicas relacionadas ao meio-ambiente, infraestrutura urbana, produção e consumo sustentáveis, cultura e identidade local, turismo, lazer, comércio e educação; as quais são do interesse de toda a população.

Constatou-se ainda, que a dimensão burocrática, técnica e normativa do planejamento no âmbito público, manifesta-se e necessária mesmo em um município de pequeno porte, no que tange a aspectos orçamentários e jurídicos. Neste aspecto, uma vez que em administração pública, só se faz aquilo que a lei permite, este mecanismo técnico-burocrático, independe do porte do município. Contudo, os aspectos estratégico e substantivo do planejamento público no pequeno município analisado se manifestaram altamente pessoalizados e com reduzida dimensão formal. Muito se resolve no diálogo, a partir de casos específicos e questões pontuais. Generalizações foram muito comuns nos casos observados de deliberações sobre questões públicas.

Considerando-se que a reduzida extensão territorial de Rio Doce foi considerada um fator que favoreceu a consecução da proposta do presente, ainda que com significativos desafios e limitações, em cidades de maior porte, nas quais se pretendam adotar iniciativas de natureza semelhante, recomenda-se a feitura do projeto em perspectiva setorial, por bairros ou ruas, de modo a resgatar o aspecto comunitário e evitar a dispersão da energia criativa, bem como das informações e conseqüente enfraquecimento do processo.

As mídias digitais se mostraram uma ferramenta útil tanto no fornecimento de informações relevantes, quanto na interação entre os envolvidos. Dessa forma, ratifica-se no presente trabalho a importância das TICs para a pesquisa contemporânea em ciências sociais aplicadas, visto que, tais tecnologias já estão inseridas e imiscuídas na realidade dos diferentes grupos que compõem a sociedade, e produzem conteúdos próprios, passíveis de análise e investigação científica. Dessa forma, ainda que não tenha sido um objetivo previamente definido, o presente trabalho corroborou para evidenciar a importância do governo eletrônico (*e-government*) no contexto da gestão pública contemporânea.

A dimensão temporal consiste em um importante fator que deve ser considerado em trabalhos futuros com mesmo percurso metodológico proposto da presente pesquisa. A assimilação da proposta pelos indivíduos ocorreu de forma assimétrica e em tempo consideravelmente acima do que se planejou no começo do

trabalho. No momento em que o pesquisador se preparava para sair do campo, a iniciativa ampliou consideravelmente seu alcance, ilustrado pelo fato que ao caminhar na rua os cidadãos indagavam ao autor do presente trabalho: “*E o Slow City, firme e forte?*” “*Quando é que o projeto vai entrar em ação?*”. Isto evidenciou o ritmo de adesão da proposta no meio social, que necessita de um período de maturação, até ser aceito de maneira ampla. Além disso, a conciliação de agendas para a feitura das tarefas consistiu em um fator crítico de sucesso, visto que, considerando-se a categoria analítica esforços voluntários, os envolvidos não estavam sendo remunerados, bem como tinha suas respectivas atividades cotidianas.

Com as devidas ressalvas à gravidade da afirmação seguinte, com base no arcabouço de dados coletados e exaustivamente analisados, constatou-se que a manifestação mais evidente do movimento *Slow* no contexto das cidades, que consiste na Rede Cittaslow, representa em termos práticos um *checklist*, ou ainda um selo de qualidade, com um conjunto de tarefas a serem seguidas. Tal configuração burocrática é chancelada por um conjunto simbólico de elementos e por um discurso revestido de linguagem contestatária, a fim de que as cidades-membros tenham recursos de publicidade e marketing para “vender” os diferenciais de seu território.

Neste sentido, percebida esta significação na fase exploratória da pesquisa-ação que se propôs no presente trabalho, buscou-se, a partir do que jazia subjacente ao discurso orientador do Slow Movement, criar elementos que possibilitassem a criação de um plano com perspectiva estratégica em nível público, que contemplasse a coprodução, o diálogo aberto e flexível, a opinião sincera e a dor real dos usuários dos bens e serviços públicos: os cidadãos.

A partir de uma experiência de constituição coletiva do plano de desenvolvimento do referido plano, verificou-se que a coprodução de fato se manifesta nos elementos mais micro e operacionais. Nos momentos de implementação, mais pragmáticos e que demandavam ações mais objetivas, constatou-se nitidamente o compartilhamento de responsabilidades e de poder entre os cidadãos e o poder público.

A principal lição aprendida com esse processo foi que, no contexto de uma pequena cidade brasileira, considerada sua formação sócio-histórica, econômica e política; é preciso que as pessoas da comunidade sejam conscientizadas e estimuladas por meio de técnicas e dinâmicas grupais a assumirem e exercerem de maneira autônoma seu papel de cidadãos com direito e responsabilidade de

manifestarem suas vozes e opiniões em relação às questões que dizem respeito às ações e compromissos da cidade em que vivem.

Outra rica lição auferida por meio do presente processo consistiu no fato de que, por mais bem-avaliada e com intenções justas que seja uma gestão pública municipal, a mesma não consegue contemplar na totalidade, a complexidade dos problemas públicos que envolvem uma cidade, por mais reduzido que seja seu tamanho. Dessa forma, constatou-se que trazer a comunidade para perto do Estado foi uma forma profícua de levantar informações subjacentes ao fenômeno social analisado e uma maneira de enriquecer o processo de planejamento público em nível local.

Dentre as limitações do presente trabalho, apresenta-se o fato de que pelo contexto social e da teia de acontecimentos que levaram às reflexões aqui presentes, seja improvável a consecução da replicação da presente pesquisa nas mesmas condições em que ocorreu este trabalho. Outra limitação consistiu na impossibilidade de esgotamento das investigações no contexto brasileiro, por meio da imersão nas demais cidades que tiveram contato com o Movimento *Slow*, por questões de tempo e recursos para a feitura do trabalho.

Acredita-se que o principal impacto empírico da iniciativa tenha sido a ampliação da dimensão popular sobre o conceito de bem público, isto é, a construção de um plano coletivo de desenvolvimento que se orientou primeiramente na visão dos utilizadores dos serviços públicos e das políticas oriundas de tal processo de planejamento, consiste em uma mudança no paradigma social hegemônico de que os cidadãos devem ser apenas consultados.

Outro importante benefício resultante dessa iniciativa diz respeito à difusão dos valores e das metas do plano nos múltiplos canais de comunicação social e governamental: o processo de comunicação e interação entre os atores, no que diz respeito ao público de Rio Doce foi um fenômeno que merece ser destacado, uma vez que os cidadãos se valeram das diferentes mídias para conscientizar seus pares sobre as ações que estavam em andamento no município. A partir disso, acredita-se a dimensão comunicativa das práticas sociais no município serão executadas com maior amplitude.

A proposta, além de tornar as pessoas da cidade protagonistas em um processo de planejamento público, forneceu novos espaços, para além dos normativos já existentes. Além disso, ao tornar os cidadãos parte integrante do

desenho de ações governamentais para a manutenção e promoção da qualidade de vida da população, o processo favoreceu o desenvolvimento de novas formas de controle da sociedade sobre as ações desenvolvidas pelo governo, pois os cidadãos ampliaram os níveis de informação sobre a viabilidade e as condições do poder público em propor e implementar ações em nível local.

Por meio da construção de um esforço coletivo de diagnóstico e mapeamento da realidade atual do município, as necessidades do mesmo, assim como as disponibilidades do governo em atender aos diversos anseios sociais existentes na comunidade ficam evidentes e elucidados de maneira transparente perante a sociedade. Dessa forma, conscientes das ações e compromissos assumidos pelo governo e diante dos orçamentos e disponibilidade de recursos publicamente evidenciados, torna-se possível que os cidadãos monitorem, avaliem e cobrem as ações do governo e a qualidade das políticas implementadas na sociedade.

Por fim, sugere-se a realização de trabalhos futuros, que verifiquem os resultados da implementação do PESC em Rio Doce, bem como pesquisas que verifiquem a efetividade e a assertividade da comunicação em projetos relacionados ao Movimento *Slow*, avaliando o adesão popular ao movimento e o nível de interação do poder público com a sociedade. Ademais, verificou-se no presente trabalho, conexão na literatura entre o movimento *Slow* e o turismo, sobretudo que tange ao chamado marketing de lugares ou marketing de cidades, que preveem o visitante como um dos públicos-alvo de maior interesse para uma cidade aprimorar suas ofertas e desenvolver uma qualificação. Sugere-se ainda, temáticas que analisem os impactos de Movimento *Slow City* no aumento da demanda turística sob a ótica do marketing de cidades.

7. REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Francisco; ZAPATA, Tania. Importância da estratégia de desenvolvimento local/territorial no Brasil In: DOWBOE, Ladislau; POCHMANN, Marcio. **Políticas para o desenvolvimento local**. 1 ed. Fundação Perseu Abramo. 2010.

ALFORD, John. The multiple facets of co-production: Building on the work of Elinor Ostrom. **Public Management Review**, v. 16, n. 3, p. 299-316, 2014.

ALFORD, John. Co-Production, Interdependence and Publicness: Extending public service-dominant logic. **Public Management Review**, v. 18, n. 5, p. 673-691, 2016.

ANDRADE, Nilton de Aquino; AGUILAR, Adélia Martins; MORAIS, Eduardo Martins; PEREIRA, Robson Carlos Miranda; FONSECA, Viviani Rocha. **Planejamento governamental para municípios: plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira M. Bagatin. Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In: **X Congresso Nacional de Educação–EDUCRE/I Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação-SIRSSE**. Curitiba, PR, 7^a. 2011. p. 329-41.

BANFIELD, Edward C. Ends and means in planning. **A reader in planning theory**, p. 139-149, 1973.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 4.ed. Lisboa: Edições 70, 2011.

BARRETO, Margarida. **Planejamento responsável do turismo**. 2 ed. Campinas: Papirus, 2005.

BAUER, Rafael Chequer. **Movimento Slow Travel no contexto cultural do turismo no Brasil: desafios e perspectivas**. 2016. Dissertação (Mestrado em Estudos Culturais) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

BAUTZER, D. **Marketing de cidades: construção de identidade imagem e futuro**. 1 ed. São Paulo, Atlas, 2010.

BEKAR, A. YOZUKMAZ, N.; SÜRÜCÜ, Ç.; GÖVCE, A. M.. The Concept of Cittaslow as a Marketing Tool for Destination Development: The Case of Mugla, Turkey. **American international journal of social science**, v.4, n.3, 2013

CARAZZATO, Josefina. **Planejamento público: a Contribuição Teórico-metodológica de Carlos Matus**. Dissertação: Mestrado em Educação. Univesidade de Campinas. 2000. 216f.

LUCKMANN, Thomas; BERGER, Peter. A construção social da realidade. Petrópolis: **Vozes**, 1985.

BERGUE, Sandro Trescastro. **Modelos de gestão em organizações públicas: teorias e tecnologias para análise e transformação organizacional**. 1 ed. Caxias do Sul: Educs, 2011.

BIER, Clerilei Aparecida; SCHMITZ, Leandro Costa; BOUSFIELD, Rodrigo; FEUERSHÜTTE, Simone Ghisi. A Co-Produção do bem público e a mobilização para a cidadania: uma experiência de implementação de um novo paradigma de democracia participativa. In: Encontro Nacional da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, 2009, Brasília. **Anais...** Brasília: EnANPAD, 2009.

BELCHIOR, M. **A aplicação do Planejamento Estratégico Situacional em governos locais: Possibilidades e limites - os casos de Santo André e São José dos Campos**, 1999, 102f. Dissertação (Mestrado em Administração). São Paulo: EAESP/FGV, 1999.

BELANCIANO, Vitor. Slow movement: Trabalhar menos. Trabalhar melhor. Disponível em: <www.publico.pt/2015/08/16/sociedade/noticia/trabalhar-menos-trabalhar-melhor-1704803> Acesso em 01 fev 2018

BOVAIRD, T.; LOFLLER, E. A co-produção de serviços públicos pelo utilizador e pela comunidade: trazendo de volta o público para o Estado. In: SILVESTRE, H. C.; ARAÚJO, J; F. Coletânea em administração pública. **Escolar editora**, 2013.

BOVAIRD, Tony, STOKER, Gerry; JONES, Tricia; LOEFFLER, Elke; RONCANCIO, Monica Pinilla. Activating collective co-production of public services: influencing citizens to participate in complex governance mechanisms in the UK. **International Review of Administrative Sciences**, v. 82, n. 1, p. 47-68, 2015.

BOYLE, David; HARRIS, Michael. The challenge of co-production. London: **New Economics Foundation**, 2009.

BRANDSEN, T.; HONINGH, M. Distinguishing different types of coproduction: A conceptual analysis based on the classical definitions. **Public Administration Review**, 2015.

BRUDNEY, J. L.; ENGLAND, R. E. Toward a definition of the coproduction concept. **Public Administration Review**, v. 43, n. 1, p. 59-65, 1983.

BRYDON-MILLER, Mary; GREENWOOD, Davydd; MAGUIRE, Patricia. Why action research?. **Action Research**, v.1, n.1, 2003.

BUARQUE, S. C. Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável. **Brasília**, junho de, 1999.

CANÇADO, A.C.; SAUSEN, J. O.; VILLEA, L. E. Gestão social versus gestão estratégica. In: TENÓRIO, F. G. **Gestão e gestão estratégica**: Rio de Janeiro, FGV, 2013.

CARNEIRO, M. R.; FEUERSCHÜTTE, S. G. Liderança para a rede de co-produção do bem público: um estudo no Centro Cultural Escrava Anastácia. In: Encontro da

Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração, 38, **Anais...** São Paulo SP: ENANPAD, 2009.

CASTOR, Belmiro Valverde Jobim; SUGA, Nelson. Planejamento e ação planejada: o difícil binômio. **Revista de Administração Pública**, v. 22, n. 1, p. 102-122, 1988.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J.; DESLAURIERS, J.P.; GROULX, L.H.; LAPERRIERE, A.; MAYER, R.; PIRES, A. (Orgs.). **A pesquisa qualitativa**. Enfoques epistemológicos e metodológicos. São Paulo, Editora Vozes, 2008. p.295-316.

CARVALHO, R. M. R. "Lentidão", território e bem-estar: o movimento da cidade lenta e asustentabilidade do lugar. **Periódico Técnico e Científico Cidades Verdes**, v.1, n.02, 2014, pp. 73-89.

CHACON, S.C. Desenvolvimento. In: BOULLOSA, R. F. Org. **Dicionário para formação em gestão social**. Salvador: CIASGS, 2014, pp.48-50

CITTASLOW (International). **Cittaslow International Network**. 2016. Disponível em: <<http://www.cittaslow.org/>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

CORRAL, Thaís. Estratégias para mobilização dos recursos humanos para o desenvolvimento local. In: DOWBOE, Ladislau; POCHMANN, Marcio. **Políticas para o desenvolvimento local**. 1 ed. Fundação Perseu Abramo. 2010.

DENHARDT, J. V.; **administração pública**. São Paulo: Cengage Learning, 2012

DOGRUSOY, Ilknur Turkseven; DALGAKIRAN, Ahu. An alternative approach in sustainable planning: slow urbanism. **International Journal of Architectural Research: ArchNet-IJAR**, v. 5, n. 1, p. 127-142, 2011.

DUROSE, Catherine et al. Transforming local public services through co-production. **AHRC Connected Communities**, 2013.

DI CLEMENTE, Elide; DE SALVO, Paola; MOGOLLÓN, José Manuel Hernandez. Slow tourism o turismo de la lentitud: Un nuevo enfoque al desarrollo de territorios lentos. **Tourism & Management Studies**, v. 1, 2011.

EDEN, Colin; HUXHAM, Chris. Action research for management research. **British Journal of Management**, v. 7, n. 1, p. 75-86, 1996.

EKINCI, M. B. The Cittaslow philosophy DENHARDT, R. **The New Public Service**. 1 ed. Armonk: M.E.Sharpe, 2007

DENHARDT, Robert B. Teorias da Administração Pública. norte-americana. São Paulo: Cengage, 2012

EKINCI, Mehmet Behzat. The Cittaslow philosophy in the context of sustainable tourism development; the case of Turkey. **Tourism Management**, v. 41, p. 178-189, 2014.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

FERREIRA, Pedro Filipe; SEABRA, Cláudia P.; PAIVA, Odete. Slow cities (Cittaslow): Os espaços urbanos do movimento slow. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, v. 5, n. 21, p. 191-193, 2014.

FERREIRA P. F. F. **Desenvolvimento da candidatura da cidade de Viseu à Rede Internacional Slow Cities/Cittaslow**. Dissertação (Mestrado em Gestão Turística). 2015, 287f. Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu. Instituto Politécnico de Viseu. Viseu, Portugal, 2015.

FERNANDES, Rosana Pereira. **Planejamento e gestão: o uso da avaliação na gestão pública estadual no âmbito dos planos plurianuais 2004-2007 e 2008-2011**. (340 p.) Tese- Doutorado em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental. Universidade Federal do Pará. Belém do Pará. 2012.

FORESTER, John. **Planning in the face of power**. University of California Press, 1989.

FRANZOLIN, Janaína Seguin; MINGHINI, Luciano e LOURENÇO, Mariane Lemos. Pesquisa-ação. *In*: TAKAHASHI, Adriana Roseli Wünsch. **Pesquisa qualitativa em Administração: fundamentos, métodos e usos no Brasil**. Editora Atlas SA, 2013.

FUNDAÇÃO RENOVA. **Diagnóstico e avaliação de impactos em rio doce**. Rio Doce: Expressão socioambiental, 2017

GOULART, Sueli. Uma abordagem ao desenvolvimento local inspirada em Celso Furtado e Milton Santos. **Cadernos Ebape. BR**, v. 4, n. 3, p. 01-15, 2006.

GUNDUZ, Can; ONER, Asli Ceylan; KNOX, Paul L. Social Resilience in Aegean Slow Cities: Slow City Seferihisar. **Universal Journal of Management**, v. 4, n. 4, p. 211-222, 2016.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. 17 ed. São Paulo: Loyola, 2008.

HONORÉ, Carl. **Devagar: como um movimento internacional está desafiando o culto da velocidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

HUERTAS, Franco. **O método PES: Entrevista com Matus**. São Paulo: FUNDAP, 1996

Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). **Guia básico de Indicação Geográfica**. Disponível em: <www.inpi.gov.br/menu-servicos/indicacao-geografica>. Acesso em 03, Jun., 2017.

GRAY, David E. **Pesquisa no mundo real**. 2ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

ILDIKO, G. H.. Regional and town development in Hodmezovasarhely from the aspect of Cittaslow. **Analele Universității din Oradea, Fascicula: Protecția Mediului**, v. 20, p. 197-204, 2013.

INÁCIO, M.; ARAÚJO, P. M. Engajamento cívico, confiança e background social. In: AGUIAR, N. **Desigualdades Sociais, rede de sociabilidade e participação política**. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

KARABAG, O.; YÜCEL, F.; INAL, M. E. Cittaslow Movement: An opportunity for branding small towns and economic development in Turkey. **International Journal of Economics and Research**, v. 313, p. 64-75, 2012.

KWIATEK-SOŁTYS, A.; MAINET, H. Cittaslow, a Qualitative Approach to Small Towns. **Local Development**, p. 123-135, 2015.

LAUDAN, R. (2001) A plea for culinary modernism, *Gastronomica* vol. 1 [Online] , Disponível <http://www.gastronomica.org/winter-2001/>.

LEWIN, Kurt. Action research and minority problems. **Journal of social issues**, v. 2, n. 4, p. 34-46, 1946.

LIDA, Itiro. Planejamento estratégico situacional. **Produção**. V. 3, n. 2, p. 113-125, Dez. 1993 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65131993000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 04, Jun., 2017.

LINDERS, Dennis. From e-government to we-government: Defining a typology for citizen coproduction in the age of social media. **Government Information Quarterly**, v. 29, n. 4, p. 446-454, 2012.

MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. **Interações (Campo Grande)**, v. 3, n. 5, 2016.

MARTINS, S. R. O desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. **Interações-Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 3, n. 5, 2002.

MATTIA, C.; ZAPPELLINI, M. B. Ética e coprodução de serviços públicos: uma fundamentação a partir de Habermas. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 12, n. 3, p. 573, 2014.

MATIAS-PEREIRA, José. **Curso de planejamento governamental**: foco nas políticas públicas e nos indicadores sociais. 1ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MAYER, H.; KNOX, P. L. **Slow cities: sustainable places in a fast world**. *Journal of urban affairs*. v.28, n.4, pp. 321-334, 2006

MENDONÇA, C. V.; MACOPPI, G. U. Cittaslow: planejamento endógeno, turismo e desenvolvimento urbano sustentável. Modelo aplicado em levanto – Itália. In:

Seminário Nacional de Planejamento e Desenvolvimento, 2, Santa Catarina. **Anais...** Santa Catarina. 2014

MIELE, M. Cittaslow: producing slowness against the fast life. **Space and Polity**, v.12 n.1, p.135-156, 2008.

MILLER, Mary Brydon. Why action research? **Action Research**, v1., n.1, pp-9-28, 2003

MINTZBERG, H. et al. **O Processo da Estratégia**: conceitos, contextos e casos selecionados. 4. ed. Porto Alegre: Bookman Editora, 2006.

MISOCZKY, M. C. A.. Introdução ao Planejamento Público. In: MISOCZKY, M. C. A.; GUEDES, P. **Planejamento e programação na administração pública**. Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2011.

MORGAN, Gareth. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 1996.

MOTTA, Paulo Roberto. Gestão estratégica. In: VERGARA, Sylvia Constant; CORRÊA, Vera Lúcia de Almeida. **Propostas para uma gestão pública municipal efetiva**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

MOURA, M. S.; MELO, V. P.; CASTRO, R.; MEIRA, L.; LÔRDELO, J. A. C. Gestão do desenvolvimento local, tempos e ritmos de construção: o que sinalizam as práticas. **Revista de Administração Pública**, v.36, n.4, pp.609-629, 2002

NAIGEBORIN, M. B. O. **O movimento devagar e seu significado plural na contemporaneidade mutante**. 2011. 122 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) Escola de Comunicação e Artes. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Planejamento estratégico**: conceitos, metodologias e práticas. 3ed. São Paulo: Atlas, 1988.

OLIVEIRA, José Antônio Puppim de. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. **Revista de Administração Pública (RAP)**, v. 40, n. 1, p. 273-88, 2006.

OSTROM, Elinor. Crossing the great divide: coproduction, synergy, and development. **World development**, v. 24, n. 6, p. 1073-1087, 1996.

PALUDO, M. P. **Planejamento governamental**: referencial teórico, conceitual e prático. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PAUL, Bac Dorin. From slow food to slow tourism. **Annals of Faculty of Economics**, v. 1, n. 2, p. 137-144, 2014.

PARKS, Roger B.; BAKER, Paula C.; KISSER, Larry; OSTROM, Elinor; OSTROM, Vicente;

PERCY, Stephen L.; VANDIVORT, Martha B.; WHITAKER, Gordon P. e WILSON, Rick. Consumers as coproducers of public services: Some economic and institutional considerations. **Policy Studies Journal**, v. 9, n. 7, p. 1001-1011, 1981.

PESTOFF, Victor; OSBORNE, Stephen P.; BRANDSEN, Taco. Patterns of co-production in public services. **Co-production. The third sector and the delivery of public services**, p. 99-103, 2006.

PFEIFFER, P. **Planejamento estratégico municipal no Brasil: uma nova abordagem**. Texto para Discussão, v 37.. (2000) Brasília: ENAP, 2000.

PINK, Sarah. Urban social movements and small places: Slow cities as sites of activism. **City**, v. 13, n. 4, p. 451-465, 2009.

RADSTROM, Susan. A PlaceSustaining Framework for Local Urban Identity: an Introduction and History of Cittaslow. **Italian Journal of Planning Practice**, v. 1, n. 1, p. 90-113, 2014.

RATTNER, Henrique. Indicadores sociais e planificação do desenvolvimento. **Revista de Administração de Empresas**, v. 17, n. 1, p. 21-27, 1977.

REDDY, V. R. Institutional imperatives and coproduction strategies for large irrigation systems in India. **Indian Journal of Agricultural Economics**, v.53, n.3, pp.440-455, 1998.

REIS, M. C. A. R. **Coprodução e inovação no setor público: experiências inovadoras de gestão na administração pública**. 2015 71 pf. (Mestrado em Administração). Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia Universidade de Brasília. Brasília, 2015

REZENDE, Fernando. **Planejamento no Brasil: Auge, declínio e caminhos para a reconstrução**. In: CARDOSO JUNIOR, José Celso. A reinvenção do planejamento governamental no Brasil. 1 ed. Brasília: IPEA, 2011.

RIBEIRO, A. C.; ANDION, C.; BURIGO, F. Ação coletiva e coprodução para o desenvolvimento rural: um estudo de caso do Colegiado de Desenvolvimento Territorial da Serra Catarinense. **Revista de Administração Pública**. v.49, n.1, jan/fev 2015.

RUSCHEL, Rogério. **O movimento Cittaslow, Greve in Chianti e Slow Food**. In: In vino vias. Disponível em: <www.invinoviajas.com/2012/08/o-movimento-cittaslow-greve-in-chianti/>. Publicado em: 06, Ago., 2012.

_____. **Trazer o Movimento Cittaslow para o Brasil**. In: Kickante. Disponível em: <<https://www.kickante.com.br/campanhas/trazer-o-movimento-cittaslow-para-o-brasil>>. Acesso em 04, Jun., 2017.

_____. (2012). Cittaslow: a revolução urbana que respeita a alma. Envolverde: **Jornalismo e Sustentabilidade**. Disponível em:<

<http://www.ruscheleassociados.com.br/2012/05/cittaslow-a-revolucao-urbana-que-respeita-a-alma/>> . Acesso em: JUN. 26. 2016.

SALM, J.F., SCHOMMER, P. C.; HEIDEMANN, F. G.; VENDRAMINI, P.; MENEGASSO, M. E.. Curso de Administração Pública da Universidade do Estado de Santa Catarina: uma construção à luz da coprodução do bem público e do novo serviço público. **Temas de Administração Pública**, v. 2, n. 6, 2011.

SALM, J. F.; MENEGASSO, M. E.; RIBEIRO, R. M. Co-produção do bem público e o desenvolvimento da cidadania: o caso do PROERD em Santa Catarina. **Alcance**. v.7, n.2, 2007

SALM, José Francisco. Coprodução de bens e serviços públicos In: In: BOULLOSA, R. F. Org. **Dicionário para formação em gestão social**. Salvador: CIASGS, 2014, pp.48-50

SALM, José Francisco; MENEGASSO, Maria Ester. Os modelos de administração pública como estratégias complementares para a coprodução do bem público. **Revista de Ciências da Administração**, v. 11, n. 25, p. 83, 2009.

SANTOS, A. R.; SALM, J. F.; MENEGASSO, M. E. A proposta do novo serviço público e a ação comunitária de bairro: um estudo de caso. In: Encontro de administração pública e governança. In: Encontro de Administração Pública e Governança, São Paulo. EnAPG - 2006. **Anais...** São Paulo : ANPAD, 2006. p. 1-14.

SCHOMMER, P. C; ANDION, C.; PINHEIRO, D. M.; SPANIOL, E. L.; SERAFIM, M. C. Coprodução e inovação social na esfera pública em debate no campo da gestão social. In: **Gestão social como caminho para a redefinição da esfera pública**. Florianópolis: Udesc, 2011.

SHARP, Elaine B. Toward a new understanding of urban services and citizen participation: The coproduction concept. **Midwest Review of Public Administration**, v. 14, n. 2, p. 105-118, 1980.

SOUZA, V. B. **A coprodução do bem público aplicada aos projetos de administração pública premiados**. 2015, 166f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1986.

THIOLLENT, Michel; SILVA, Generosa de Oliveira. Metodologia de pesquisa-ação. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**. v.1, n.1, p.93-100, jan.-jun., 2007

TRUE, Emine Malkoç; KILIÇASLAN, Çigdem. Space Experiences: Example of the Sigacik Settlement of the Citta Slow City Seferihisar, Turkey. **European Journal of Sustainable Development**, v. 4, n. 2, p. 19, 2015.

VAINER, Ari; ALBUQUERQUE, Josélia; GARSON, Sol. **Manual de elaboração: o passo a passo da elaboração do PPA para municípios**. Ministério do Planejamento e Orçamento, 2004.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração**. 6ed. São Paulo: Atlas, 2005.

VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico rural participativo**: guia prático. Centro Cultural Poveda, Proyecto Comunicación y Didáctica, 2003.

VERSCHUERE; Bram; BRANDSEN, Taco; PESTOFF, Victor. Co-production: The state of the art in research and the future agenda. **Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, v. 23, n. 4, p. 1083-1101, 2012.

ZEICHNER, Kenneth M. Action Research: personal renewal and social reconstruction, **Educational Action Research**, v.1, n.2, pp199-219, 1993.

APÊNDICE A PLANO DE AÇÃO

Plano Estruturador de Ações para o Desenvolvimento do Município de Rio Doce MG nas Diretrizes do Movimento Internacional Slow City

Coordenador: Brendow de Oliveira Fraga Autores: Comitê Riodocense Slow City	Orientador: Professor Doutor Magnus Luiz Emmendoerfer Apoio técnico: Raira Saloméa
--	---

Recursos e momentos necessários:

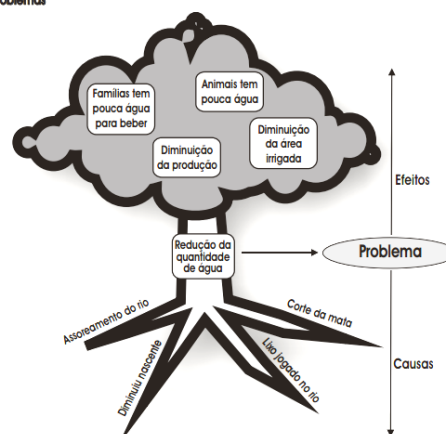
- Transporte periódico dos técnicos responsáveis pela condução do planejamento.
- 5 Cartolinas, Post-its (cartões coloridos autocolantes) e pinceis.
- Reuniões periódicas com o prefeito e demais representantes do poder público municipal.

Roteiro do plano:

1 – Diagnóstico Municipal Participativo (DMP)

- Nessa fase serão levantados os problemas relacionados às dimensões estratégicas do movimento Slow City e demais fatores críticos para o desenvolvimento do município de Rio Doce.
- Após, é necessário filtrar juntamente com os representantes do poder público os problemas inviáveis de serem contemplados no plano.
- Na sequência, serão discutidos individualmente cada um dos problemas e estados futuros desejados viabilizados pelo comitê.
(Aqui, pretende-se empregar a técnica visual “Árvore de Problemas” para equacionar os pontos a serem planejados, descrevendo-os e levantando os nós críticos (possíveis causas) e suas consequências.)

Árvore de Problemas



- Além disso, serão levantadas as expectativas dos envolvidos com a feitura do plano.
- Acredita-se ser interessante integrar as expectativas e as informações produzidas no presente plano, junto a instrumentos normativos de planejamento público, de modo que este esforço intelectual coletivo coadune com a proposta governamental para o próximo período. A pretensão é a de que haja um plano integrado para o município alinhando-se aspectos **estratégicos, comunitários e governamentais**.
- Ao final dessa fase, espera-se que os envolvidos tenham se apropriado da proposta e se engajado em viabilizar ações e compromissos para o desenvolvimento municipal.
- É preciso ainda, definir no primeiro encontro, as datas, melhores momentos e cronograma previsto para a feitura do trabalho, assim como as mídias e formas de interação do grupo.

► TEMPO PREVISTO PARA EXECUÇÃO DESSA FASE: 3 a 4 encontros

2 – Definição de objetivos, metas e indicadores de desenvolvimento municipal nas diretrizes Slow City

- Após diagnosticar a situação atual do município, é preciso elaborar um estado futuro que se deseja alcançar em relação a cada um dos problemas evidenciados.

- Além disso, é preciso definir intenções estratégicas que vão orientar a gestão pública para os próximos anos, dentro da perspectiva do movimento.
- Aqui, serão discutidas questões como “queremos ou não entrar na rede Cittaslow?” “Qual será o carro chefe para o desenvolvimento da cidade?” “Como queremos qualificar nossa cidade?”
- Ademais, pretende-se elaborar indicadores para acompanhamento das ações, cobrança e prestação de contas; assim como definir critérios de revisão durante a execução do que foi planejado. Tais instrumentos precisam ser compreensíveis e em linguagem acessível para todos os envolvidos, de modo que as ações sejam democraticamente acompanhadas.

► **TEMPO PREVISTO PARA EXECUÇÃO DESSA FASE: 3 a 4 encontros**

3 – Definição das ações e atores responsáveis

- Definidos os objetivos e as metas, é preciso transformá-los em ações efetivas a serem desempenhadas por determinados atores responsáveis, ou por uma rede de ajuda, assim como por parceiros estratégicos (se for o caso). É neste momento que **poder e responsabilidades** serão compartilhados entre os indivíduos e o protagonismo comunitário se faz mais essencial. Aqui é que as ações necessárias para a formalização do plano serão distribuídas e definidas de acordo com cada objetivo.
- Neste aspecto, atores sociais como os idosos e a juventude possuem papel imprescindível na composição das ações a serem desempenhadas, a fim de que as implementações do planejamento público sejam, em termos de composição, heterogêneas e democráticas.
- Nesta fase, é importante mencionar que serão mapeadas as potenciais e já existentes Tecnologias Sociais (TS) que consistem em um “conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida” (Instituto de Tecnologias Sociais – ITS, 2017). Dessa forma, é preciso um novo diagnóstico, para a verificação de ações que são desenvolvidas por municípios e que possam representar uma alternativa para a solução de problemas da comunidade.
- A partir da disponibilização dos envolvidos em assumirem determinadas ações, é possível pensar na conclusão e nos elementos finais do plano.

► **TEMPO PREVISTO PARA EXECUÇÃO DESSA FASE: 4 a 6 encontros**

4 – Definições de Orçamento

- Neste sentido é preciso relacionar possíveis despesas e receitas que as ações previstas no plano público podem gerar para os envolvidos e para o município.

► **TEMPO PREVISTO PARA EXECUÇÃO DESSA FASE: 1 encontro**

5 – Definição de alternativas estratégicas para o desenvolvimento local e revisão do plano.

- Neste momento é preciso retomar os elementos definidos no planejamento, revisar junto aos envolvidos as ações propostas e verificar se o plano está em conformidade com o projeto de governo do executivo, com as demandas sociais e com as possibilidades de execução do município.
- É preciso definir ainda, algumas ações alternativas em caso da não consecução de determinados itens ou ainda estabelecer maneiras de atuar em relação a mudanças no contexto de atuação do município.

► **TEMPO PREVISTO PARA EXECUÇÃO DESSA FASE: 2 a 3 encontros**

Observações:

-Durante as reuniões, sobretudo as de diagnóstico, pretende-se utilizar de metodologia prática e trabalhos em grupo, de modo a instigar a participação e a verbalização dos atores sociais envolvidos.

-É necessário verificar se o comitê é representativo dos diversos grupos sociais que habitam o município e envolve os diversos segmentos da sociedade relacionados ao movimento Slow City como pequenos produtores, artesãos, artistas, comerciantes e representantes do turismo e dos serviços públicos. É importante lembrar que as reuniões são abertas a todos os munícipes, todavia a responsabilidade pela condução e comparecimento às reuniões estruturadoras é do Comitê Riodesense Slow City.

-É preciso haver reuniões com os órgãos governamentais responsáveis pelos instrumentos formais de planejamento público para alinhamento e compreensão da dimensão normativa do planejamento no município.

-Os pesquisadores eventualmente precisarão vir ao município para entrevistar determinados atores, conversar com munícipes e coletar dados sem que haja a necessidade de convocações e sistematização de um espaço para reuniões abertas. Tais momentos compõem parte integrante do processo que se pretende desenvolver no município.

-Acredita-se que após a primeira reunião, as demais precisem ocorrer com o menor espaço de tempo possível, uma vez que tenham sido planejados entre 13 e 18 encontros de acordo com a necessidade da feitura do plano, os quais por questões de cronograma acadêmico dos envolvidos, precisariam ocorrer até o mês de **junho de 2017**.

APÊNDICE B

QUESTIONÁRIO APLICADO PARA DIAGNÓSTICO

Possui	Importante	
☺ ☺	☺ ☺	Medir e reduzir a poluição sonora e do ar.
☺ ☺	☺ ☺	Medir e proteger a qualidade da água;
☺ ☺	☺ ☺	Incentivar a compostagem doméstica de resíduos;
☺ ☺	☺ ☺	Incentivar a utilização de fontes alternativas de energia;
☺ ☺	☺ ☺	Elaborar planos para a eliminação de anúncios esteticamente desagradáveis;
☺ ☺	☺ ☺	A aplicação de um sistema de gestão ambiental.
☺ ☺	☺ ☺	Ter estratégias de gestão de tráfego e infraestrutura que reconhecem as necessidades dos pedestres e facilita a mobilidade alternativa;
☺ ☺	☺ ☺	Certifique-se de que locais públicos e edifícios sejam acessíveis a todos;
☺ ☺	☺ ☺	Manter espaços verdes bem cuidados;
☺ ☺	☺ ☺	Fornecer banheiros públicos de fácil acesso e lugares para pessoas para sentar e descansar;
☺ ☺	☺ ☺	Plano de horário comercial, para coincidir com as necessidades das pessoas da cidade
☺ ☺	☺ ☺	Conservar , manter e melhorar as áreas históricas, construções e artefatos de importância cultural e local;
☺ ☺	☺ ☺	Política de minimização de assaltos ;
☺ ☺	☺ ☺	Redução de lixo;
☺ ☺	☺ ☺	Promover a valorização dos centros históricos e torná-los de fácil utilização através da produção de um Plano de cidade;
☺ ☺	☺ ☺	Incentivar o uso de louças e talheres reutilizáveis ou recicláveis em estabelecimentos públicos;
☺ ☺	☺ ☺	Incentivar o uso de websites interativos , onde o público pode se comunicar com os administradores locais da cidade.
☺ ☺	☺ ☺	Desenvolver um Convívio <i>Slowfood</i> local;
☺ ☺	☺ ☺	Oferecer treinamento para as pessoas prestação de serviços aos turistas;
☺ ☺	☺ ☺	Estabelecer rotas turísticas bem marcadas e trilhas com informações de apoio;
☺ ☺	☺ ☺	Promover uma ampla seção transversal de eventos sociais, clubes desportivos e oportunidades de voluntariado para toda a comunidade;
☺ ☺	☺ ☺	Promover eventos locais especiais para incentivar instalações de desenvolvimento e suporte para tornar mais fácil para as pessoas a apreciá-los;
☺ ☺	☺ ☺	Promover as iniciativas de natureza <i>Cittaslow</i> .
☺ ☺	☺ ☺	Crear e manter um registo atualizado dos bens produzidos localmente e produtores dentro interior da cidade;
☺ ☺	☺ ☺	Aumentar a consciência de boa alimentação e nutrição;
☺ ☺	☺ ☺	Conscientizar e implementar medidas para a proteção da produção local tradicional e produtos locais;
☺ ☺	☺ ☺	Incentivar e proporcionar espaço para os mercados de agricultores regulares;
☺ ☺	☺ ☺	promover e incentivar a agricultura orgânica e certificação de qualidade de produtos;
☺ ☺	☺ ☺	Programas educacionais sobre a produção de alimentos orgânicos.

ANEXO A
CARTAS DE INTERESSE NA CANDIDATURA À REDE CITTASLOW
(VERSÃO EM INGLÊS E EM PORTUGUÊS)



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOCE
ESTADOC DE MINAS GERAIS

Cittaslow International HQ
Mr. Stefano Pisani
Sindaco di Pollica
Italia

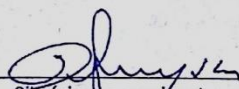
Dear Sir,

The Rio Doce City Hall, Minas Gerais, Brazil by means of Mayor Mr. Silverio Joaquim Aparecido da Luz requests the entry in the Cittaslow International Network.

This request is motivated by the Rio Doce Community belief that our city has several characteristics of an authentic cittaslow and it has interest in putting into practice the Slow philosophies in a local development project for next years. For this, Rio Doce City Hall and Community would like to coworking with the Research Group on Management and development of Creative Territory (GDTeC), coordinated by Dr. Magnus Luiz Emmendoerfer, a professor at Federal University of Viçosa (Brazil) and in partnership with the multidisciplinary technical team of Cittaslow Vizela, Portugal, coordinated by Mr. Abel Cardoso.

I look forward to hearing from you in the near future.

Yours sincerely,



Silverio Joaquim Ap. da Luz
Mayor



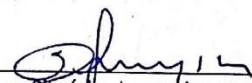
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOCE
ESTADO DE MINAS GERAIS

Cittaslow Internacional de HQ
Sr. Stefano Pisani
Sindaco di Pollica
Italia

Prezado Senhor,

O Rio Doce City Hall, Minas Gerais, Brasil, por meio de prefeito o Sr. Silvério Joaquim Aparecido da Luz solicita a entrada na Rede Internacional Cittaslow. Esta solicitação é motivada pela crença de Rio Doce Comunidade que nossa cidade tem várias características de um autêntico Cidade Lenta e tem interesse em colocar em prática as filosofias lentas em um projeto de desenvolvimento local para os próximos anos. Para isso, Rio Doce Prefeitura e Comunidade gostaria de coworking com o Grupo de Pesquisa em Gestão e desenvolvimento de território criativo (GDTeC), coordenado pelo Dr. Magnus Luiz Emmendoerfer, professor da Universidade Federal de Viçosa (Brasil) e em parceria com a equipe técnica multidisciplinar de Cidade Lenta Vizela, Portugal, coordenado pelo Sr. Abel Cardoso.

Estou ansioso para ouvir de você no futuro próximo.
Com os melhores cumprimentos,



Silvério Joaquim Ap. da Luz
Prefeito Municipal

ANEXO B ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Ata da Audiência Pública – Rio Doce, Rumo ao Citaslow, realizada aos quatro dias do mês de junho de dois mil e dezesseis, no Centro Cultural Odilon Caldeira, localizado a rua Antonio Biagio Ferrari, Centro – Rio Doce, MG. Na presença de membros da sociedade, civil, pública e autoridades locais. A Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo – Adair Liberato, abriu a audiência dando as boas vindas, informando que para implantação e sucesso do projeto a ser apresentado é fundamental a aceitação e acompanhamento da população que é a maior interessada na implantação do mesmo. Na sequência passou a palavras para Jose alexandre que esplanou que o turismo é de grande importancia para o país, é uma grande industria geradora de empregos e intrerimentos, e o municipio de Rio Doce, vem ao longo dos anos trabalhando na melhoria deste setor, com divulgação de sua cultura e atrativos, informou que no ano anterior conheceu o projeto Citaslow em viagem a Itália, trata de um circuito turístico que começou na Itália e expandiu para o mundo, com filosofia e essência própria de cidades como Rio Doce, e que será uma oportunidade de desenvolvimento ser perder a qualidade de vida, e se aprovado será a primeira cidade do Brasil a fazer parte deste circuito. Algumas características como o pequeno porte, sua historia, cultura, são característica essenciais para estar neste projeto que colocara Rio Doce no mapa internacional de turismo, contanto a maneira que a população vive, mostrando Rio Doce para o mundo. Em seguida passou a palavra para Brendow de Oliveira Fraga, administrador formado pela Universidade Federal de Viçosa, que esta auxiliando na implantação do projeto. Ele informou que o projeto não trará progresso desenfreado a cidade como acontece com varios locais uma vez que o projeto visa promover e manter a limpeza do local, o estilo pacato de viver, a cultura local. Foi apresentado pelo Brendow o grupo de pesquisas que estará auxiliado a cidade, e na sequencia o projeto citaslow, destacando que algumas atividades deveram ser desenvolvidas pelo município. Foi apresentado os passos já realizados e os deveram ainda ser realizados contando com isso com todo apoio e aceitação da população. Durante a apresentação foi resaltado que o desenvolvimento turistico em muitos locais traz prejuízos ao cidadão, e beneficios apenas ao turista, e o projeto citaslow foi desenvolvido para dar melhorias a qualidade de vida da população, buscando o bem viver e

sustentabilidade. E que o fato de não haver cidade citaslow no Brasil, trará ao município uma grande visibilidade, que algumas cidades já tentaram porem sem o apoio da população não foi possível sua implantação. Foi dito que apesar de ser um modelo europeu, ele cabe perfeitamente no município pois não traz nada de novo, apenas o desenvolvimento sustentável e bem estar da população, que já são praticas realizadas pelo município. Rio Doce, ganhara visibilidade, valorização da cidade e novos projetos para desenvolver a juventude e a terceira idade, fortalecendo o turismo sem perder o que a cidade tem de melhor. Foi apresentado um diagnostico já realizado em outra assembleia, construído coletivamente, baseado nos requisitos que devem ser cumpridos pela cidade e atividades que deveram ser desenvolvidas. Informou que devera ser criado um comitê slow, que devera coordenar as reuniões, providenciar comprovação das atividades realizadas, desenvolvimento de projetos, cobrar ações do setor publico e elaborar a proposta de candidatura da cidade e envio ao comitê internacional. Foi aberta a palavra aos presentes, para esclarecimentos de duvidas e considerações. Foi questionado sobre a continuidade do projeto após no Brendow por exemplo se formar, se a garantia de continuidade do projeto, e o Brendow disse que acredita na causa e mesmo se estiver distante esta ajudando, e a grande garantia é participar da rede citaslow, que a cidade não ficara desamparada, e terá sempre alguém acompanhando com serviços de pesquisa e apoio ao município. E que o comitê devera continuar os trabalhos, esse é um dos trabalhos que devem ser realizados. Foi explanado que provavelmente em outras cidades o movimento foi iniciado por um grupo e deve estar dando continuidade com outros grupos, por isso a grande importância da aprovação da população. Foi perguntado a população a aceitação, foi questionado que o município não possui muitos meios de hospedagem o que pode prejudicar a questão do turismo, porem a própria população pode trabalhar para melhoria desta situação. Foi citado por educadora presente, que se devera buscar um senso coletivo para valorizar a identidade do local. E que o engajamento da população é fundamental e algumas pessoas não valorização e isso deve ser trabalhado trazendo mais pessoas ao projeto. Foi sugerido buscar lideranças nos grupos de dança, futebol, escolas, para formar um pré comitê e expandir as ideias do

projeto, inclusive nas comunidades rurais. Foi sugerido ainda a criação de pagina na internet para divulgação do projeto. Todos manifestaram apoio para implantação do projeto e candidatura do município. Encerrada a audiência foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, Elis Regina Gomes de Castro que redigi e lavrei a presente ata e por todos os presentes, Rio Doce, quatro de junho de dois mil e dezesseis.

Elis Regina G. de Castro
~~Assinatura~~, ~~Assinatura~~, ~~Assinatura~~, Helena Lopes,

Talita Carnealhe Duarte, Luana Ferreira dos Passos, Eva Cristina Almeida Santos,
Cayote, Rita de Cássia da Rocha, Vitor, Rosângela Moreira de Oliveira, Elizabeth
A. Beldy Pereira, Elvix, Paquel Basso, Luis Aparecida Corcini, Matilde do
Carmo Ferreira, Ligia Palumbo Reis, Rosana de Oliveira F. da Silva,
maria Efigênia de Oliveira Lopes, Edvane B. Nardy Ribeiro,
maria marlene Cruz, Laramar Ap. Pereira Silva
Fabrila Lopes dos Santos, maria de Lourdes Gomes Borges,
Zair Natal ~~Assinatura~~ Lylliane Aparecida Bona, Leuzinka da
Silva Cruz Martins, Joana Dora de Sousa Aguiar, Priscilla Bongio
~~Assinatura~~ PAULO FERREIRA DOS SANTOS, Carmen
Nade Costa, K.T. Santana, ~~Assinatura~~, Branda O. Loupa.

ANEXO C

Respostas das cidades brasileiras analisadas

TIRADENTES, MINAS GERAIS

Movimento Cittaslow em Tiradentes



administracao

administracao@tiradentes.mg.gov...



Mostrar detalhes



Brendow O. Fraga <brendowfraga@gmail.cc

22 de mai (Há 11 dias) ☆



para administracao ▾

Sou estudante de mestrado em Administração Pública pela Universidade Federal de Viçosa e em minha pesquisa, estou analisando o movimento Cittaslow.

Gostaria de saber, se existe algum responsável pela iniciativa em Tiradentes com o qual eu possa entrar em contato, ou ainda, gostaria de saber se existe algum documento público a respeito da candidatura, que vocês possam disponibilizar.

Muito obrigado.



Tiradentes, 22 de Maio de 2017 :: 4 visitantes online.

HOME | PÁGINAS | FALE CONOSCO | INTRANET | WEBMAIL

PRINCIPAL

- INÍCIO
- Licitações | Editais
- Gabinete do Prefeito
- Jurídico
- Controle Interno
- Identidade Visual
- Plano Diretor

SECRETARIAS

- Educação
- Assistência Social
- Governo, Administração e Fazenda
- Integração Rural
- Saúde
- Turismo

SUPERINTENDÊNCIAS

INFORMAÇÃO

PORTAL DA PREFEITURA
TRANSPARÊNCIA PÚBLICA
Saiba como o seu dinheiro está sendo utilizado.

OUVIDORIA
O que queremos ouvir de você

CIDADE

- História e Turismo
- Pousadas e Hotéis
- Calendário de Eventos

SERVIÇOS

- Telefones Úteis
- Ligue Luz
- NEWSLETTER**
Cadastre seu e-mail e receba as novidades do portal.

LOCALIZAÇÃO

Fale Conosco

Utilize o formulário abaixo para entrar em contato conosco. É importante você informar seu e-mail correto, para que possamos responder ao seu e-mail o mais rápido possível.

Nome completo: Brendow Oliveira Fraga

E-mail: brendowfraga@gmail.com

Telefone: 33984176335

Assunto: Movimento Cittaslow

Mensagem: Sou estudante de mestrado em Administração Pública pela Universidade Federal de Viçosa e em minha pesquisa, estou analisando o movimento Cittaslow. Gostaria de saber, se existe algum responsável pela iniciativa em Tiradentes com o qual eu possa entrar em contato, ou ainda, gostaria de saber se existe algum documento público a respeito da candidatura, que vocês possam disponibilizar.

Enviar

ANTÔNIO PRADO, RIO GRANDE DO SUL

Movimento Cittaslow em Antônio Prado Entrada 2 pessoas



Brendow O. Fraga <brendowfraga@gmail.com>
para comunicacao

22 de mai (Há 11 dias) ☆

Sou estudante de mestrado em Administração Pública pela Universidade Federal de Viçosa e em minha pesquisa, estou analisando o movimento Cittaslow.

Gostaria de saber, se existe algum responsável pela iniciativa em Antônio Prado com o qual eu possa entrar em contato, ou ainda, gostaria de saber se existe algum documento público a respeito da candidatura, que vocês possam disponibilizar.

Muito obrigado.

...

Mail Delivery Subsystem
mailer-daemon@googlemail.com



Mostrar detalhes



Mail Delivery Subsystem <mailer-daemon@googlemail.com>
para mim

22 de mai (Há 11 dias) ☆



Caixa de entrada do destinatário cheia

A mensagem não foi entregue a **comunicacao@antonioprado.com.br**. A Caixa de entrada do destinatário está cheia ou está recebendo muitos e-mails no momento.

Prefeitura de Antônio Prado

Facebook



Prefeitura de Antônio Prado
1,3 mil pessoas curtiram isso
Organização governamental

5 DE MAIO DE 2017 01:08

Olá. Boa noite! Tudo bem?



Olá, Brendow, agradecemos a sua mensagem. Não estamos disponíveis no momento, mas entraremos em contato em breve!

Sou estudante de mestrado em Administração Pública e em minha pesquisa, estou analisando o movimento Cittaslow

Gostaria de saber, se existe algum responsável pela iniciativa em Antônio Prado com o qual eu possa entrar em contato

Ou ainda, se existe algum documento público a respeito da candidatura, que vocês possam disponibilizar

Muito obrigado e um abraço!

5 DE MAIO DE 2017 08:23

Bom dia Brendow, por natureza nosso município já se caracteriza nesse conceito, porém, a administração passada freou essa questão devido ao preconceito que o nome do movimento gerou entre os munícipes. Então hoje não temos nada encaminhada, porém, tenho certeza que o



Prefeitura de Antônio Prado
Facebook



Opções

Procurar na conversa

Notificações

Página do Facebook

<https://facebook.com/antonioprados/>

Prefeitura de Antônio Prado
Facebook

Muito obrigado e um abraço!

5 DE MAIO DE 2017 08:23

Bom dia Brendow, por natureza nosso município já se caracteriza nesse conceito, porém, a administração passada freou essa questão devido ao preconceito que o nome do movimento gerou entre os municípios. Então hoje não temos nada encaminhada, porém, tenho certeza que o nome atrapalha um pouco sim pois principalmente os jovens da cidade não querem que o município continue "slow", entendo o conceito, mas é difícil explicar-lo para que o município participe.

Nossa, que interessante!

Eu estou justamente estudando em minha dissertação, um município que quer se tornar Cittaslow e está organizando sua proposta de candidatura. Teria alguma pessoa, com a qual eu poderia agendar uma reunião via skype, para entender como se deu o processo em Antônio Prado? Isto é, compreender como se deu a formalização da proposta, como isso envolveu a administração pública e a sociedade. Acredito que seria de grande valia para mim.

Em tempo: Estou em Viçosa MG. Por isso seria interessante este encontro virtual.

Obrigado

Prefeitura de Antônio Prado
Facebook

Opções

Procurar na conversa

Notificações

Página do Facebook
<https://facebook.com/antonioprados/>

CARLOS BARBOSA, RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura de Carlos Barbosa
Facebook

Prefeitura de Carlos Barbosa
11 mil pessoas curtiram isso
Prefeitura

5 DE MAIO DE 2017 01:13

Bom dia!

Sou estudante de mestrado em Administração Pública e em minha pesquisa, estou analisando o movimento Cittaslow.

Gostaria de saber, se existe algum responsável pela iniciativa em Carlos Barbosa com o qual eu possa entrar em contato.

Ou ainda, se existe algum documento público a respeito da candidatura, que vocês possam disponibilizar.

Muito obrigado e um abraço!

SEX 21:34

Prefeitura de Carlos Barbosa
Facebook

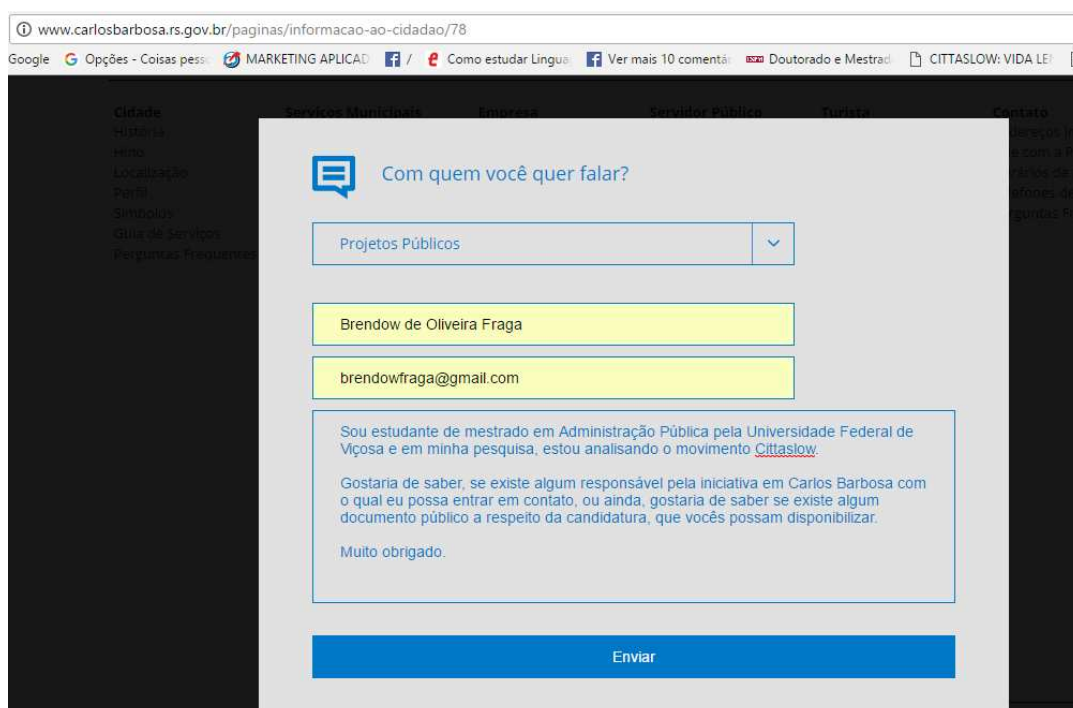
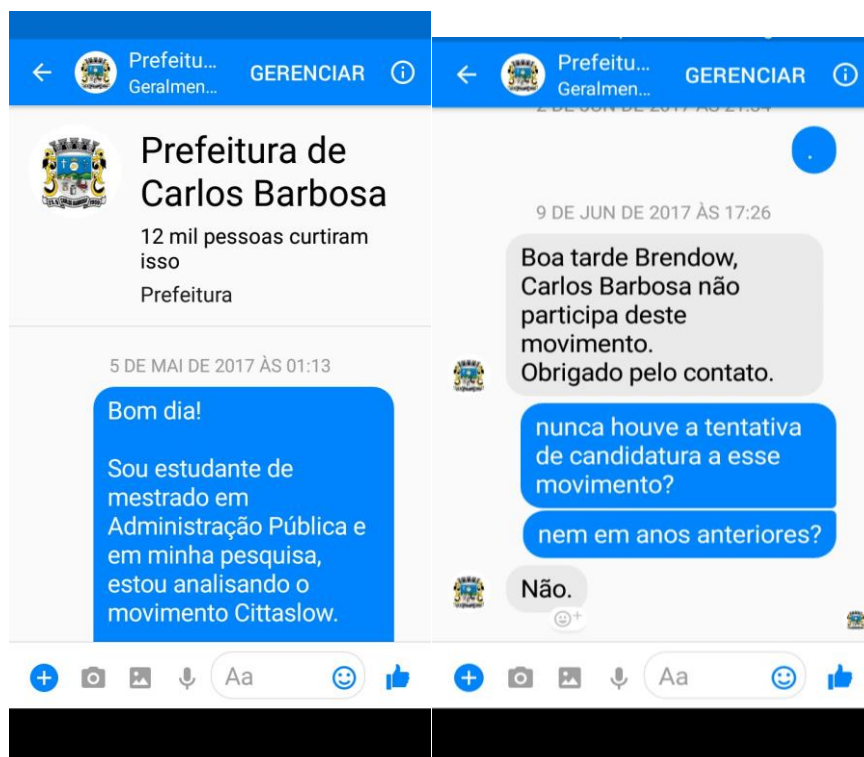
Opções

Procurar na conversa

Gerenciar mensagens

Notificações

Página do Facebook
<https://facebook.com/municipiodecarlosbarbosa/>



SANTA TERESA, ESPÍRITO SANTO



OUVIDORIA MUNICIPAL
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA/ES
 e-SIC - Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Olá **Brendow Oliveira Fraga**,

Recebemos sua solicitação no e-SIC.

Você poderá acompanhá-la digitando o protocolo **2017050515610** no formulário de consulta, basta clicar no link abaixo:
http://santateresa.es.gov.br/ouvidoria/portal/formulario_protocolo

Dados da solicitação:

Assunto: Outros

Local:

Solicitação:

Bom dia !

Sou estudante de mestrado em Administração Pública pela Universidade Federal de Viçosa e em minha pesquisa, estou analisando o movimento Cittaslow.

Gostaria de saber, se existe algum responsável pela iniciativa em **Santa Teresa** com o qual eu possa entrar em contato, ou ainda, gostaria de saber se existe algum documento público a respeito da candidatura, que vocês possam disponibilizar.

Muito obrigado.

Solicitação realizada em: 05/05/2017 08:13:39
 E-mail automático, favor não responder.

OUVIDORIA - PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA/ES

<http://santateresa.es.gov.br/ouvidoria/>

Rua Darily Nerty Vervloet, nº 446 - Santa Teresa/ES - CEP: 29650-000

Telefone: (27) 3259-3900 | E-mail: santateresa@santateresa.es.gov.br

  Portal da Prefeitura Municipal | Portal da Câmara Municipal



OUVIDORIA MUNICIPAL
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA/ES
 e-SIC - Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

 CONSULTAR RESPOSTA

 MENU

Prezado(a) **BRENDOW OLIVEIRA FRAGA**,

Segue abaixo resposta ao chamado com número de protocolo **2017050515610**, realizado em **05/05/2017 08:41:39**.

Resposta

Bom dia

Ainda não recuperamos o projeto, algumas prioridades foram identificadas no planejamento, porém considerando ser um projeto pioneiro e necessário para o Município será resgatado no 2º semestre.

Luiz Marcelo de Almeida Anacleto

Retransmitido por:

Unidade Central de Controle Interno

Resposta enviada em: 15/05/2017 10:39:51

ANEXO D

Diagnóstico inicial Slow City em Rio Doce

	CRITÉRIOS	Sim ou Não	Como	Quem	Observações
Políticas Ambientais					
1	Medir e reduzir a poluição sonora e do ar	Sonora não. Do ar Talvez	Fiscalização para proibição de queimadas.	Poder público municipal	
2	Medir e proteger a qualidade da água	Sim	Análise por meio da estação de tratamento	Poder público municipal	
3	Incentivar a compostagem doméstica de resíduos	Sim	Existe incentivo por meio de projetos escolares (Distribuição de sacolas de lixo) e afins	Escola Municipal e Estadual	Foi levantada a proposição de uma coleta seletiva
4	Incentivar a utilização de fontes alternativas de energia	Sim	Algumas casas utilizam energia solar. Estimulo após a construção de novas casas. A prefeitura iniciou a redução do consumo de energia	Habitações do município/ prefeitura	

			eletrica por meio da troca de suas lâmpadas		
5	Elaborar planos para a eliminação de anúncios esteticamente desagradáveis	Sim	Existem locais destinados para a publicidade e divulgação de anuncios	Prefeitura	
6	A aplicação de um sistema de gestão ambiental	Sim	Discussões sobre arborização urbana. Plano de saneamento. Política de Meio ambiente	CODEMA	
Políticas de infraestrutura					
7	Ter estratégias de gestão de tráfego e infraestrutura que reconhecem as necessidades dos pedestres e facilita a mobilidade alternativa;	Sim	Existem espaços para transito de pedestres e veiculos alternativos		
8	Certificar-se de que locais públicos e edificios sejam	Parcial	Somente o predio da prefeitura não tem		Porém, os novos edificios já

	acessíveis a todos;		acessibilidade		estão adequados
9	Manter espaços verdes bem cuidados;	Sim	é feito pela prefeitura	Secretaria de obras	
10	Fornecer banheiros públicos de fácil acesso e lugares para pessoas para sentar e descansar;	Sim	Existe um ao lado do pátio da prefeitura. Sim coreto, calçada e complexo esportivo	cidade	
11	Plano de horário comercial, para coincidir com as necessidades das pessoas da cidade	Parcial			é preciso pensar em mecanismos de integração
Melhorar a Qualidade da Malha Urbana					
12	Conservar , manter e melhorar as áreas históricas, construções e artefatos de importância cultural e local;	Sim	Existem espaços para preservação e uso do patrimônio local	Prefeitura	
13	Política de minimização de assaltos;	Sim	Rede de vigilância do comércio em parceria com a polícia militar	Comerciantes	

14	Redução de lixo e gestão eficaz dos resíduos	Sim	Existe a usina de reciclagem	Prefeitura	
15	Promover a valorização dos centros históricos e torná-los de fácil utilização através da produção de um plano de cidade;	Sim	Ações correntes	Secretaria de cultura	
16	Desenvolver uma arquitetura ecológica	Sim	Existe um plano arquivado que pode ser recobrado com o Cittàslow. Projeto do EMATER de produção de tinta a partir da terra	Secretaria de cultura/ Casas pintadas pelo EMATER	
17	Incentivar o uso de louças e talheres reutilizáveis ou recicláveis em estabelecimentos públicos;	Não			Norma do ministério da saúde pelo uso de copos e talheres descartáveis
18	Plantas de melhoria do ambiente em locais públicos e jardins privados	Sim	Plantio de árvores frutíferas e também de flores	Secretaria de obras	

19	Incentivar o uso de websites interativos , onde o público pode se comunicar com os administradores locais da cidade.	SIM	Comunicação multimídia da prefeitura com os cidadãos. Wirelesse livre	Site	
20	Promover o uso e apreciação dos centros históricos e torná-los de fácil utilização através da produção de um plano de cidade ou planos culturais, etc.	SIM	Projetos culturais como cinema, aula de musica, plataforma literária e canto em espaços históricos	Secretaria de cultura	
Fomento e promoção de produtos locais					
21	Criar e manter um registro atualizado dos bens produzidos localmente e produtores dentro interior da cidade;	SIM	Existe um registro	Secretaria de agricultura/ Sec de cultura EMATER / Secretaria de saúde (Vigilância Sanitária)	
22	Aumentar a consciência de boa alimentação e nutrição;	SIM	Projetos de saúde e educação. Projeto Nutrir e Educar	CRAS, Sec. de Saúde e de educação	
23	Conscientizar e implementar medidas para a proteção da produção local	Sim	Aquisição de merenda escolar de produtores locais	EMATER/ Educação/Agricultura/ Associações comunitárias	

	tradicional e produtos locais;				
24	Incentivar e proporcionar espaço para os mercados de agricultores regulares;	Sim	Existe um espaço no "passeiã" todos os sábados de manhã		
25	promover e incentivar a agricultura orgânica e certificação de qualidade de produtos;	Não		Já houve fomento e incentivo, mais ainda não houve certificação de algum produtor	
26	Programas educacionais sobre a produção de alimentos orgânicos.	Sim	SENAR promoveu cursos sobre o tema	Associação comunitária do Jorge/EMATER/Registro fotográfico	
Comunidade e Hospitalidade					
27	Desenvolver um Convívio <i>Slowfood</i> local;	Não		*Concurso de culinária da EMATER, canjiquinha de Paulo Henrique - Registro do cidadão e do município	Existe o interesse em retomar a iniciativa Feira Gastrocultural
28	Oferecer treinamento para as pessoas prestação de	Sim	Foi feito um treinamento para a prestação de serviços ao		Existe uma relação com o circuito

	serviços aos turistas;		turista pelo CRAS		serras de minas
29	Estabelecer rotas turísticas bem marcadas e trilhas com informações de apoio;	Sim	Caminho de São José/ Romaria Santana (Turismo religioso)		*Minas rider - passagem pelo caminho de são José
30	Promover uma ampla seção transversal de eventos sociais, clubes esportivos e oportunidades de voluntariado para toda a comunidade;	Sim	Carnaval, as atividades do clube esportivo, campeonatos regionais de futebol...	Secretaria de cultura, esporte lazer e turismo	
31	Promover eventos locais especiais para incentivar instalações de desenvolvimento e suporte para tornar mais fácil para as pessoas a apreciá-los;	Não			Há eventos que podem caminhar para essa finalidade
32	Promover as iniciativas de natureza <i>Cittaslow</i> .	Sim	Atividades que já vêm sendo realizadas		
Sensibilização e Compreensão da Cittaslow					
33	Estabelecer um diretório de		A alcançar		

	organizações locais que gerenciem os princípios da Cittàslow				
34	Utilizar o logotipo Cittaslow em documentos conselho / parceria , cabeçalhos, etc.		A alcançar		
35	Promover objectivos e práticas do movimento Cittaslow		A alcançar		
36	Desenvolver folhetos e sites que mostram como temas Cittaslow são aplicadas		A alcançar		
37	Estabelecer linhas de comunicação para imprensa e mídia local e nacional		A alcançar		
38	Promover uma vida saudável para todas as faixas etárias e todos os setores da comunidade		A alcançar		
39	Incentivar escolas, hospitais		A alcançar		

	e centros comunitários locais para usar produtos locais				
40	Promover iniciativas para envolver os líderes de opinião e empresas locais para ajudar a cumprir os critérios Cittaslow		A alcançar		

ANEXO E

Convite para audiência pública

AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Rio Doce através da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo convida V. S^a a participar da Audiência Pública - Citta'slów - Cidade do Bem Viver, que acontecerá dia 04 de junho de 2016, às 09 horas, no Centro Cultural Odilon Caldeira.

Sua Presença é de fundamental importância para o desenvolvimento do nosso município!

